"Este guia não foi concebido *in abstracto*. Baseia-se em várias experiências de ensino realizadas ao longo dos anos. Mais importante talvez seja o fato de partir de preocupações, injunções e problemas vivenciados pelos estudantes no processo de aprendizagem. É isso que lhe confere originalidade; é também isso que marca seus limites. Este guia, de fato, não é um tratado que estabeleça princípios metodológicos universais. É um instrumento do qual é possível extrair ideias, meios, técnicas, elementos metodológicos e recursos, principalmente operacionais, para a boa realização de alguns dos exercícios mais solicitados pelos professores aos estudantes de ciências humanas, ciências sociais, administração, direito... e até mesmo ciências naturais."

(Da Apresentação)

Jocelyn Létourneau é professor de história da Universidade Laval, no Canadá. É autor de vários livros, entre os quais *Années sans guide* e *Passer à l'avenir*.

Jocelyn Létourneau

FERRAMENTAS PARA O PESQUISADOR INICIANTE

Tradução
IVONE C. BENEDETTI

wmf **martinsfontes**
SÃO PAULO 2011

Esta obra foi publicada originalmente em francês com o título
LE COFFRE A OUTILS DU CHERCHEUR DEBUTANT
por Éditions Boréal, Montreal, Canadá
Copyright © Les Éditions du Boréal, 2006
Copyright © 2010, Editora WMF Martins Fontes Ltda., São Paulo, para a presente edição.

1ª edição *2011*

Tradução
IVONE C. BENEDETTI

Revisão técnica
Ilana Goldstein
Carla Delgado de Souza
Acompanhamento editorial
Luciana Veit
Revisões gráficas
Maria Luiza Favret
Marisa Rosa Teixeira
Edição de arte
Adriana Maria Porto Translatti
Produção gráfica
Geraldo Alves
Paginação
Moacir Katsumi Matsusaki

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Létourneau, Jocelyn
Ferramentas para o pesquisador iniciante / Jocelyn Létourneau ; tradução Ivone C. Benedetti. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011.

Título original: Le coffre a outils du chercheur debutant
Bibliografia
ISBN 978-85-7827-341-5

1. Pesquisa – Metodologia 2. Redação de trabalhos de pesquisa 3. Redação técnica 4. Relatórios – Redação 5. Trabalhos científicos – Normas 6. Trabalhos científicos – Redação I. Título.

10-13396 CDD-808.02

Índices para catálogo sistemático:
1. Trabalho intelectual : Pesquisa : Redação e normalização : Retórica 808.02

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora WMF Martins Fontes Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 330 01325-000 São Paulo SP Brasil
Tel. (11) 3293.8150 Fax (11) 3101.1042
e-mail: info@wmfmartinsfontes.com.br http://www.wmfmartinsfontes.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO FRANCESA 7
APRESENTAÇÃO 9
CONSELHOS AO USUÁRIO 15

Primeira parte. OS SABERES PRÁTICOS

Capítulo 1 Como fazer uma resenha de leitura 19
Jocelyn Létourneau
Capítulo 2 Como se documentar na era eletrônica..... 37
Tristan Landry, Jocelyn Létourneau e Gaëtan Drolet
Capítulo 3 Como interpretar uma fonte escrita: comentário de documento 99
Jocelyn Létourneau, com a colaboração de Sylvie Pelletier
Capítulo 4 Como analisar um documento iconográfico..... 123
Didier Prioul
Capítulo 5 Como analisar um objeto 143
Jacques Mathieu, com a colaboração de John R. Porter e Georges-P. Léonidoff
Capítulo 6 Como analisar e comentar um mapa antigo 155
Claude Boudreau
Capítulo 7 Como entender e aproveitar uma tabela estatística 173
Jocelyn Létourneau
Capítulo 8 Como utilizar um documento autobiográfico numa pesquisa..... 193
Jocelyn Létourneau, com a colaboração de Sylvie Pelletier

Capítulo 9 Como fazer uma enquete com informantes..... 215
Diane Vincent

Segunda parte. DA DEFINIÇÃO DE UM ASSUNTO À REDAÇÃO DE UM TRABALHO LONGO

Capítulo 10 Realização de um trabalho de pesquisa: operação em quatro etapas 237
Jocelyn Létourneau

Capítulo 11 Como circunscrever um assunto de pesquisa.... 247
Jocelyn Létourneau

Capítulo 12 Como elaborar uma estratégia de pesquisa..... 257
Jocelyn Létourneau

Capítulo 13 Como expor os resultados de uma pesquisa em função de dado objetivo: plano de trabalho..... 269
Jocelyn Létourneau, com a colaboração de Hélène Gaudreau

Capítulo 14 Saber comunicar os pensamentos por escrito... 287
Jocelyn Létourneau, com a colaboração de Hélène Gaudreau

Anexo I Como apresentar a bibliografia..... 301
Jocelyn Létourneau, com a colaboração de Jean-Guy Violette e Tristan Landry

Anexo II Como remeter a um documento 321
Jocelyn Létourneau, com a colaboração de Jean-Guy Violette e Tristan Landry

LISTA DE COLABORADORES..... 337
ÍNDICE DETALHADO..... 339

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO FRANCESA

Publicada pela primeira vez em 1989 e repetidamente reimpressa, a obra *Le coffre à outils du chercheur débutant* foi muito bem acolhida por estudantes e professores. Figurando entre os livros de referência nas bibliografias de grande número de cursos, ela se impôs ao mercado em seu gênero. De estrutura simples e ambições modestas, este guia agradou por responder eficazmente às expectativas práticas do público visado.

Nesta nova edição, não quisemos nos afastar do espírito e da letra do projeto de partida. Por isso, apesar de seu conteúdo ter passado por uma revisão sistemática, o livro não sofreu modificações importantes. Não há por que mudar uma fórmula que se mostrou proveitosa. É claro que cada capítulo foi submetido a um trabalho de reescrita parcial e de correção, sempre que necessário. Do mesmo modo, a apresentação editorial da obra foi modificada para facilitar a consulta. Mas a preocupação didática que nos norteou quando da concepção do livro foi a mesma que guiou todo o nosso esforço de atualização. Ao percorrer a obra, o leitor terá a impressão de achar as mesmas paragens que gostava de frequentar, mas perceberá que elas sofreram um trabalho de limpeza, embelezamento e reorganização para melhor.

O capítulo que sofreu mais mudanças, a ponto de ter seu título modificado, é o capítulo 2. É fácil entender por quê. Desde o início dos anos 1990, a pesquisa documental por meio eletrônico tornou-se norma no mundo da educação superior. A informação pela rede de computadores, disponível na internet, constitui um

formidável cabedal de recursos documentais do qual não se pode prescindir. Mas é preciso aprender a explorar da melhor maneira essa massa de informações. Por isso, o capítulo 2 tem em vista indicar ao pesquisador novato os caminhos que possibilitam evitar que ele se perca no labirinto das estradas, avenidas e ruas da "Rede". Nem é preciso dizer que vários outros capítulos do livro, inclusive os dois anexos, foram revistos dentro da perspectiva das possibilidades abertas pelo acesso aos dados ou ao tratamento informático de tais dados. Dito isto, assim como para conseguir escrever equações de dez linhas é preciso antes dominar as operações aritméticas básicas, também o conteúdo deste guia se restringe à apresentação de operações primárias ou fundamentais. Nisso não há nenhum problema: os matemáticos mais famosos do mundo também precisaram aprender a fazer contas...

A esperança depositada em cada uma das páginas desta obra é, pois, tão nobre e elevada quanto a que norteou a primeira edição do livro: ajudar o estudante a aperfeiçoar seus métodos e técnicas para produzir trabalhos melhores.

JOCELYN LÉTOURNEAU
novembro de 2007

APRESENTAÇÃO

Este guia de iniciação ao trabalho intelectual, batizado significativamente de *Ferramentas para o pesquisador iniciante*, destina-se a todos os estudantes[1] universitários ou de nível médio que estejam dando os primeiros passos no universo da pesquisa profissional.

Concretamente, este guia limita-se ao ensino de certos saberes práticos elementares que devem ser dominados por todo estudante que frequente os círculos da educação superior ou da pesquisa organizada. Ele não expõe os métodos específicos às ciências humanas ou às ciências sociais. Tampouco propõe uma reflexão epistemológica sobre os modos de produção do saber científico. Sua ambição é, sobretudo, oferecer educação científica ao estudante, ajudá-lo a adquirir hábitos de pesquisa profissional. Esse objetivo não implica, de modo algum, que não admitimos nenhuma forma de saber fora da ciência. Também não pressupõe que adotamos o princípio totalmente contestável de que apenas a formação científica é garantia de objetividade das práticas associadas à produção de conhecimentos. Ele simplesmente reconhece que o saber fundamentado em operações metódicas e associado a convenções de uso é um saber válido que pode possibilitar à comunidade de homens e mulheres auferir os benefícios da melhor compreensão do passado e do presente.

Este guia não foi concebido *in abstracto*. Baseia-se em várias experiências de ensino realizadas ao longo dos anos. Mais impor-

1. O masculino genérico empregado nesta obra só tem em vista tornar o texto mais leve.

tante talvez seja o fato de partir de preocupações, injunções e problemas vivenciados pelos estudantes no processo de aprendizagem. É isso que lhe confere originalidade; é também isso que marca seus limites. Este guia, de fato, não é um tratado que estabeleça princípios metodológicos universais. É um ferramental do qual é possível extrair ideias, meios, técnicas, elementos metodológicos e recursos, principalmente operacionais, para a boa realização de alguns dos exercícios mais solicitados pelos professores aos estudantes de ciências humanas, ciências sociais, administração, direito... e mesmo ciências naturais.

Percorrendo o índice, verifica-se que o guia compreende catorze capítulos e dois anexos. O conteúdo desses diferentes capítulos e anexos atende bastante bem aos objetivos de formação intelectual visados em cursos preparatórios para universidades da maioria dos departamentos e programas. Também corresponde a objetivos de formação prática em nível colegial. Por isso podemos dizer que os exercícios de aprendizagem que constituem o conteúdo deste guia estão diretamente vinculados às operações intelectuais do estudante inscrito em ciclos superiores de estudos.

Grosso modo, quatro objetivos gerais inspiraram nosso projeto:

– em primeiro lugar, conceber um guia essencialmente prático, apostando numa metodologia tão pedagógica e didática quanto possível;

– em segundo lugar, adaptar o conteúdo do guia às tendências atuais da pesquisa;

– em terceiro lugar, redigir uma obra que também comporte objetivos de aprendizagem superior;

– em quarto lugar, conceber o guia de tal modo que ele possa ser utilizado por estudantes de diferentes disciplinas.

Vejamos que marcas o esforço para atingir esses objetivos gerais deixou no fundo e na forma da obra.

1. UM GUIA ESSENCIALMENTE PRÁTICO

O objetivo de fazer deste guia um apoio essencialmente prático para a aprendizagem refletiu-se no método adotado, de três modos diferentes:

– pela decomposição das operações propostas em sequências lógicas e progressivas;

– pelo acréscimo de textos explicativos e de esquemas;

– pela incorporação de exemplos.

A maioria dos capítulos segue esse plano. Essa preocupação pedagógica e didática evidentemente explica as dimensões da obra. Acreditamos, porém, que a minúcia com que é feita a descrição das operações sugeridas se justifica plenamente. Diversas experiências docentes nos ensinaram que, ao sair do enquadramento oferecido pelo curso, o estudante (também chamado de "jovem pesquisador" neste livro) frequentemente se sentia desamparado diante da abundância de elementos de explicação oferecidos pelo professor. Por conseguinte, achava muito útil e até tranquilizador afinar e corroborar suas operações e escolhas – portanto, desenvolver sua autonomia – recorrendo a diferentes obras de referência. Em certo sentido, o interessante deste guia é que ele desempenha, simultaneamente, o papel de obra de consulta e o de apoio para o trabalho, esteja o estudante matriculado em algum curso regular ou seja ele um autodidata.

2. UM GUIA QUE LEVA EM CONTA TENDÊNCIAS ATUAIS DE PESQUISA

Explorar fontes de informação pouco habituais, ler um quadro estatístico, tirar proveito de mapas históricos, saber fazer questionários com informantes, adquirir o hábito de trabalhar interdisciplinarmente, aí está um conjunto de atividades intelectuais integrantes do programa de todo jovem pesquisador.

O objetivo de vincular o conteúdo do guia a algumas das tendências fortes da pesquisa atual refletiu-se na incorporação de seis exercícios específicos:

– como analisar um documento iconográfico (capítulo 4);

– como analisar um objeto (capítulo 5);

– como analisar e comentar um mapa antigo (capítulo 6);

– como compreender uma tabela estatística e saber aproveitá-la (capítulo 7);

– como utilizar um documento autobiográfico numa pesquisa (capítulo 8);

– como interrogar informantes (capítulo 9).

Evidentemente, as informações transmitidas em cada um desses capítulos remetem a saberes práticos, métodos e prescrições básicas apenas. Não há como contestar que ninguém se torna analista de dados quantitativos de um dia para o outro, e que ninguém começa a utilizar mapas antigos ou autobiografias sem um conhecimento aprofundado das ciladas e particularidades desses documentos. Consideramos, porém, que o jovem pesquisador, ao longo da aprendizagem, deve ser formado em diversos modos de produzir e transmitir conhecimentos, sendo conduzido a experimentá-los, mesmo que apenas de modo limitado. Com esse espírito foram redigidos esses seis capítulos.

O segundo aspecto no qual gostaríamos de insistir refere-se à pluralidade e à complementaridade dos saberes práticos ensinados. A primeira parte do guia é especialmente rica desse ponto de vista, pois propõe exercícios capazes de interessar tanto o historiador quanto o geógrafo, o sociólogo, o etnólogo, o historiador da arte e o antropólogo. Ora, acreditamos que essa pluralidade e complementaridade dos saberes práticos ensinados e o fato de serem apresentados lado a lado numa mesma obra têm probabilidade de despertar interesse pela interdisciplinaridade. É com o aprendizado dos fundamentos associados a disciplinas vizinhas que muitas vezes podemos nos abrir para a riqueza da abordagem interdisciplinar, aperfeiçoando desse modo o cunho científico de nosso trabalho.

3. UM GUIA QUE COMPORTA OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM SUPERIOR

Este guia não se destina principalmente aos alunos de nível secundário. Pretende ser proveitoso para estudantes de faculdades e universidades que desejem iniciar-se profissionalmente. Ora, essa etapa não é simples, seu domínio exige tempo, muito trabalho e certamente ambição.

Por esse motivo, não aceitamos fazer concessões. As atividades propostas, os métodos descritos e os recursos sugeridos nunca tiveram o objetivo de simplificar a aprendizagem. O objetivo conscientemente proposto sempre foi, principalmente, possibilitar o domínio de uma prática de caráter profissional. Na verdade, os objetivos específicos de aprendizagem de cada um dos capítulos foram alçados ao ponto mais alto possível. Não poupamos esforços para esclarecer trajetos, esmiuçar atividades e conferir complexidade às etapas. Acreditamos que a aprendizagem obtida em nível de faculdades ou universidades, frequentemente como etapa derradeira da formação intelectual de um indivíduo, deve ter em vista a excelência. Esse objetivo se justifica facilmente na atual conjuntura. A concorrência do mercado de trabalho exige uma renovação das normas do esforço e da eficácia. Foi a busca dessas normas superiores que orientou nossas escolhas na elaboração de cada um dos capítulos.

4. UM GUIA DESTINADO AOS ESTUDANTES DE DIFERENTES DISCIPLINAS

Os exercícios de aprendizagem que constituem o conteúdo deste guia foram concebidos de modo a se mostrarem úteis a estudantes de diversas disciplinas e de diferentes orientações científicas. Saber redigir uma resenha crítica de leitura, saber analisar e contextualizar um depoimento escrito, saber ler e analisar uma tabela estatística, saber documentar-se na era eletrônica, saber definir um tema de pesquisa, saber comunicar seu próprio pensamento, são essas as tarefas que todo jovem pesquisador precisa cumprir, seja ele especializado em letras, sociologia, administração, física, medicina ou engenharia.

De fato, este guia, em vez de encontrar sua fonte, sua unidade e sua pertinência numa disciplina, descobre-as em catorze atividades de aprendizagem às quais o estudante é habitualmente submetido.

CONSELHOS AO USUÁRIO

Tal como um dicionário, o guia deve ser consultado, e não lido de cabo a rabo. Cada um de seus capítulos é autônomo; cada um corresponde a uma atividade de aprendizagem ou a uma etapa da atividade de pesquisa. O guia foi concebido de tal maneira que o usuário pode remeter-se a um capítulo no momento em que esteja diante de um problema específico ou de um conjunto de problemas. O estudante que, por exemplo, precisar redigir uma resenha de leitura só terá de ler o primeiro capítulo. Do mesmo modo, aquele que tiver de definir um tema de pesquisa poderá, na prática, limitar-se a assimilar o conteúdo do capítulo 11.

Na medida do possível, os capítulos são acompanhados por esquemas, figuras ou tabelas que resumem o material principal do ensino transmitido. Do ponto de vista didático, essas representações visuais são inigualáveis, mas frequentemente transmitem uma visão simplificadora de um assunto que às vezes é muito mais complexo ou cheio de nuanças. Por isso, nunca é demais recomendar que o leitor examine o esquema, a figura ou a tabela ao mesmo tempo que toma conhecimento do texto. Desse modo, memória visual e leitura informativa interagirão para produzir um efeito de compreensão máxima.

Em várias ocasiões, são dados exemplos para ajudar na assimilação das atividades propostas. Esses exemplos não devem ser equiparados a modelos ideais. Seu único objetivo é servir de referência ao estudante que deseja saber de que modo pesquisadores mais experientes, submetidos aos mesmos exercícios, respon-

deram ao desafio. Esses exemplos, porém, quando observam escrupulosamente os métodos ensinados, podem mostrar-se como eficazes apoios para o aprendizado.

O leitor não demorará a notar certas repetições de conteúdo. Essas redundâncias são propositais. Em primeiro lugar porque, em vista das intersecções da matéria, é inevitável que certos textos sejam retomados; além disso, os hábitos só são adquiridos graças a repetições, retomadas e recomeços graduados. Muitas vezes, é quando nos repetem a mesma coisa que descobrimos a importância de um ensinamento ou o assimilamos progressivamente.

Em alguns capítulos, foram acrescentadas referências bibliográficas ao texto principal. Estas indicam ao leitor algumas obras ou artigos mais apropriados ao aprofundamento da matéria transmitida.

Por fim, cabe esclarecer que todo exercício de aprendizado e toda atividade de pesquisa sempre suscitam alguns problemas específicos que não podem ser resolvidos com as prescrições enunciadas num guia. Diante de tais problemas, o método mais eficaz consiste em recorrer à imaginação, tirar proveito dos conselhos e da experiência dos especialistas e justificar plenamente cada uma das escolhas. Finalmente, este guia produzirá efeitos benéficos máximos desde que utilizado como apoio para o trabalho, e não como modelo rígido ou livro de receitas. O objetivo da obra é, acima de tudo, ajudar o estudante a desenvolver sua autonomia e a aperfeiçoar seus próprios métodos. Este guia não passa de um meio suplementar que o estudante pode usar para atingir os fins desejados, ou seja, a produção de trabalhos de melhor qualidade.

PRIMEIRA PARTE
OS SABERES PRÁTICOS

CAPÍTULO 1
COMO FAZER UMA RESENHA DE LEITURA

Entre os primeiros trabalhos solicitados aos estudantes que frequentam cursos médios ou universitários, encontra-se a realização do estudo aprofundado e comentado de obras. As vantagens desse exercício são numerosas: ele possibilita descobrir as obras de um autor, apreciar as sutilezas de sua reflexão, afinar-se com o diapasão da ciência, assimilar novos conhecimentos e familiarizar-se com técnicas, métodos de trabalho e procedimentos de análise.

Na maioria dos casos, é por meio da redação de uma resenha de leitura que o pesquisador neófito efetua o estudo da obra que lhe é indicada. Trata-se de uma aprendizagem muito fecunda, graças à qual o estudante adquire um saber, inicia-se nas injunções da atividade metódica e rigorosa, aguça seu espírito crítico e desenvolve sua autonomia intelectual.

O objetivo deste capítulo é enunciar os problemas suscitados pela redação de uma resenha de leitura. Depois de explicarmos em que consiste esse exercício intelectual (seção 1), formularemos alguns conselhos que possibilitam sua realização adequada (seção 2). Estes terão duas formas: apresentação de uma metodologia e de uma sistemática de trabalho e indicação de alguns truques despretensiosos, mas eficazes. O capítulo será completado com exemplos de resenhas redigidas segundo as recomendações prescritas (seção 3). Uma tabela recapitulará os principais tópicos do capítulo.

1. O QUE É UMA RESENHA DE LEITURA

O primeiro objetivo da resenha é apresentar a um leitor a tese e a argumentação centrais de uma obra, tentando esclarecer seu interesse ou sua banalidade, a força e as lacunas da tese e da argumentação, portanto da obra.

A resenha de leitura representa um meio eficaz de difusão do saber nos círculos de pesquisa, pois informa o leitor sobre o conteúdo e o interesse de uma obra, sem que ele precise tomar conhecimento da obra inteira. Numa época em que a produção científica ultrapassa quantitativamente a capacidade de leitura do especialista mais cuidadoso, a resenha possibilita que o leitor se mantenha atualizado e faça o inventário de um máximo de publicações num mínimo de tempo. Trata-se de um meio comprovado de aumentar a produtividade intelectual do pesquisador.

A resenha de leitura é um exercício que exige enorme atenção, muito rigor, grande esforço de síntese e espírito crítico desenvolvido. Também requer, por parte da pessoa que a faz, um bom conhecimento do contexto de produção da obra avaliada, um conhecimento mínimo do perfil intelectual de seu autor e um conhecimento aprofundado do amplo debate – teórico, metodológico, historiográfico ou político – no qual se insere essa obra.

A resenha se distingue do simples resumo de leitura pela **distância relativa** que é preciso tomar em relação à obra avaliada. A resenha não consiste na repetição condensada do conteúdo do livro. Trata-se mais de distinguir a estrutura fundamental dessa obra, suas propriedades distintivas e algumas de suas características não imediatamente visíveis: tese proposta, intenção do autor, desenvolvimento do raciocínio etc. Essa distância relativa exige vários níveis de leitura. Contam-se três principais. Nós os denominamos **leitura assimilativa, leitura compreensiva** e **leitura crítica**. Adiante distinguiremos esses níveis de leitura.

A boa resenha costuma ser composta por três partes. A primeira parte **situa** a obra, a segunda a **disseca** e **revela seu conteúdo**, e a terceira **faz sua apreciação**.

2. REDAÇÃO DE UMA RESENHA DE LEITURA

Assimilar uma metodologia de trabalho...

Precisamos ser honestos: não existe um método universal, superior a todos os outros métodos, que seja aceito pelo conjunto dos pesquisadores e possibilite realizar uma boa resenha de leitura. No entanto, a experiência demonstra que certo número de características se encontra na grande maioria das resenhas. O método proposto aqui se baseia na consideração dessas características recorrentes, ordenadas de acordo com um padrão lógico que vai do geral ao particular.

Primeira parte: contexto e origem da obra

A primeira parte da resenha tem como objetivo situar bem a obra e seu autor, identificar os objetivos dele e os limites fixados para seu projeto e seu trabalho, especificando as características distintivas da obra.

Situar bem a obra significa, primeiramente, detectar o tema abordado no livro, o assunto sobre o qual ele versa. Por exemplo: de que essa obra trata? Por qual questão geral o autor do livro se interessa? Qual o problema fundamental debatido nessa publicação?

Situar bem uma obra quer dizer, em segundo lugar, dar certo número de informações sobre o contexto de produção do livro. Por exemplo: a que público é destinada a obra? Em que conjuntura política, social ou intelectual ela foi redigida? A que corrente teórica, metodológica ou historiográfica seu autor a vincula?

Situar bem o autor da obra significa, se for o caso, indicar por que uma obra, pelo fato de ter sido redigida por um autor ou vários, em especial, desperta um interesse novo ou singular e assume uma orientação original.

Identificar os objetivos visados por um autor e os limites que ele fixa para seu projeto e para sua atividade significa, em primeiro lugar, deixar bem clara a perspectiva que esse autor assumiu para abordar seu objeto de estudo, definir o contexto de sua análise e delimitar o espaço aceitável de sua argumentação. Também é reconhecer o trajeto percorrido pelo autor para fazer

sua demonstração avançar. Isso significa, finalmente, trazer à tona as escolhas fundamentais subjacentes à atividade intelectual do autor: métodos, procedimentos de análise, tipo de prova, estilo, tom do texto etc. A determinação dos objetivos e limites de uma obra constitui condição essencial para evitar comentá-la em função de critérios improcedentes e superficiais, traindo assim o projeto de seu autor.

Especificação das características distintivas de uma obra significa ressaltar as particularidades da obra, bem como os elementos que lhe conferem originalidade, pertinência ou interesse.

Segunda parte: esquema e análise da obra

A segunda parte da resenha tem como objetivo expor ao leitor o **modo de raciocinar** do autor e o **conteúdo** da obra. O ideal é que essa parte se decomponha em três subpartes que correspondam a um número igual de parágrafos:

– discernir a **tese** desenvolvida na obra;

– identificar o fio condutor e as diferentes articulações da **demonstração** feita;

– estabelecer o desenvolvimento da **argumentação**, sabendo distinguir o essencial do acessório.

Nessa parte, o estudante apresenta ao leitor as principais hipóteses enunciadas, os pontos fortes da demonstração, a originalidade e a audácia das formulações, a profundidade da análise, a sagacidade das observações, o interesse despertado pelos exemplos mencionados e o alcance das conclusões. O tamanho da resenha depende, evidentemente, do espaço de redação que é concedido ao estudante.

Nessa segunda parte, o jovem pesquisador deve ter extremo respeito pelo raciocínio do autor e pela complexidade da argumentação desenvolvida. Ele deve evitar caricaturar e simplificar a tese ou a análise. Deve buscar uma mistura judiciosa de síntese e nuança, para dar destaque à riqueza dos argumentos. Por essa razão, a resenha de uma obra exige do estudante uma compreensão profunda do livro ou do documento que tenha em mãos.

Terceira parte: avaliação final e apreciação crítica da obra

A terceira parte da resenha consiste na **avaliação final** e na **apreciação crítica** da obra recenseada. Essa avaliação final e essa apreciação devem alinhar-se com os objetivos e os limites impostos pelo autor a seu projeto científico. A avaliação final tem como fundamento o exame crítico e inteligente da obra. Quanto à apreciação, não deve consistir numa soma de frases banais ou complacentes.

Nessa terceira parte, é essencial estabelecer claramente e de maneira concisa:

– o que é importante reter da obra resenhada;

– o motivo pelo qual a obra merece ou não merece ser lida, uma maneira de identificar seus pontos fortes e seus pontos fracos.

No primeiro parágrafo, o estudante deve esclarecer de que modo a obra analisada possibilita avançar na compreensão de uma questão intelectual ou no aprofundamento de um problema teórico ou metodológico. Ele deve deixar claro por que a obra dá resposta às indagações feitas na origem pelo autor ou veicula perspectivas novas em relação ao debate no qual se insere.

No segundo parágrafo, o jovem pesquisador deve formular uma apreciação crítica sobre a obra. Essa apreciação versa sobre elementos próprios à obra (fala-se então de apreciação interna) ou é feita a partir de uma perspectiva exterior a esta (trata-se aí de apreciação externa). O estudante também pode explorar as duas possibilidades ao mesmo tempo. No caso da apreciação interna, ele se pergunta se os problemas expostos pelo autor em sua obra são formulados com clareza, se sua argumentação está baseada em dados verificados, se seu raciocínio e seus enunciados se desenvolvem de maneira lógica e coerente, se suas conclusões são originais e assim por diante. No caso da apreciação externa, o estudante avalia a obra em relação à contribuição de outros livros que abordem assuntos semelhantes ou utilizem abordagens metodológicas semelhantes.

Cabe esclarecer que também é possível formular alguns juízos críticos de modo pontual, antes de finalizar a resenha, por exemplo, para indicar uma lacuna, uma contradição, uma in-

coerência, um erro ou mesmo uma incorreção gramatical ou tipográfica.

... E CONHECER CERTOS TRUQUES

Embora a assimilação e o domínio de uma metodologia de trabalho representem condição necessária à redação de uma boa resenha, o conhecimento de alguns recursos, frutos da experiência, só pode melhorar a qualidade geral do exercício, tanto em termos de fundo como de forma.

Antes da leitura

Ao contrário do que se pensa, o trabalho que precede a leitura integral e atenta da obra é muito importante, chegando a ser determinante em alguns casos.

Assim, parece essencial conhecer pelo menos um pouco o autor da obra avaliada, ou seja, seus trabalhos, assuntos sobre os quais escreveu, trajetória intelectual, redes profissionais das quais faz parte etc. Trata-se de indicadores capazes de nos informar sobre várias características internas da obra, tais como tom do texto e estilo, abordagem metodológica escolhida, questões abordadas ou tipo de prova utilizada. Uma obra redigida por Condoleezza Rice sobre a intervenção militar norte-americana no Iraque não pode ser avaliada do mesmo modo que uma obra escrita sobre esse assunto por um altermundialista confesso ou por um acadêmico que, sem vínculos partidários precisos, pretenda respeitar todas as facetas da análise equilibrada.

Evidentemente, nem sempre é fácil encontrar informações sobre o autor de uma obra. Mas é possível sair-se bem consultando diversas fontes. Além de aproveitar os recursos da internet procurando o nome do autor em dispositivos de busca conhecidos (Google, Yahoo!, AltaVista, Infomine etc.), é possível utilizar os dados biográficos que figuram frequentemente na orelha das obras ou nas páginas iniciais do livro. Pode-se também recorrer ao catálogo eletrônico das grandes bibliotecas que, na rubrica "Autor", menciona a lista total ou parcial das obras publicadas

por um autor. Do mesmo modo, pode-se percorrer a bibliografia incorporada à obra resenhada que, em muitos casos, apresenta a lista parcial ou completa dos trabalhos publicados ou inéditos do autor. Por outro lado, alguns catálogos e dicionários especializados apresentam notas biográficas de grande número de autores de maior ou menor conhecimento do público[1]. Evidentemente, um pesquisador eficiente sempre terá à mão um dicionário de nomes próprios. Por fim, cabe esclarecer que algumas grandes bibliotecas possuem arquivos centrais de notas biográficas que podem ser de grande ajuda para o estudante.

Um modo de determinar rapidamente o tema abordado por uma obra, conhecer com precisão as intenções do autor, distinguir a metodologia utilizada, saber a que público ele se dirige e ter uma ideia do plano seguido e da articulação das partes do livro consiste em ler com atenção a introdução. Uma boa introdução costuma dar todas essas informações, justificando-as. Uma leitura atenta da introdução é condição necessária a uma leitura inteligente da obra. Em certos casos, pode-se completar a leitura da introdução com o estudo minucioso do índice, quando ele é detalhado.

Por fim, antes de abordar a leitura integral da obra, o estudante esperto levará em consideração todo um conjunto de detalhes insignificantes à primeira vista: a data de publicação inicial da obra, que possibilita identificar a conjuntura política, social e intelectual na qual o livro foi escrito; a coleção na qual está publicado, que informa sobre os limites editoriais do projeto do autor (uma obra publicada numa coleção encomendada deve adequar-se a certas exigências que influem decisivamente no fundo e na forma); os trabalhos citados nas referências, que dizem muito sobre o esforço de pesquisa do autor e sobre o tipo de conhecimento a partir do qual ele decidiu compor seu livro.

1. Ver, no capítulo 2, o subtítulo "Catálogos biográficos" na seção intitulada "Ciberferramentas documentais", p. 79.

Durante a leitura

O estudante encarregado de avaliar uma obra deve ater-se a três níveis de leitura para se aprofundar no conteúdo do livro. Com a experiência, porém, é possível fazer esse trabalho simultaneamente.

O primeiro nível de leitura consiste em **assimilar o conteúdo** da obra. O objetivo visado é aprender, informar-se, ouvir o autor. Depois dessa leitura, deve ser possível responder a uma pergunta elementar: o que diz o autor em sua obra? Esse primeiro nível de leitura já pode dar ensejo a um importante trabalho de "desbaste" do livro: procura das afirmações principais (cabeças de parágrafos) em torno das quais se estrutura e desenvolve o enunciado; numeração dos elementos de prova que servem para sustentar essas afirmações; detecção de incoerências na argumentação; anotação sistemática de erros gramaticais e tipográficos, equívocos, formulações pesadas etc. O estudante deve reconstituir em folhas à parte a estrutura de cada um dos capítulos, resumindo o essencial de um parágrafo, de um bloco de parágrafos ou de uma subparte com uma frase ou uma palavra-chave. Esse trabalho, que é fundamental, evita esquecimentos e possibilita a distinção imediata entre o essencial e o acessório. Um exemplo de leitura assimilativa que incorpora um trabalho de desbaste é dado na página seguinte.

O segundo nível de leitura tem por objetivo **compreender o modo como o autor trabalha**, reconhecer e aceitar suas escolhas e intenções, captar a lógica do raciocínio e da demonstração que ele efetua. No fim dessa leitura, o estudante pode responder às seguintes perguntas: como o autor faz para enunciar suas ideias? Que trajeto ele segue para chegar a seus objetivos? Que limites impõe a seus enunciados? Quais eram seus postulados de partida? Com essa leitura compreensiva, o jovem pesquisador tem acesso à estrutura da obra e atinge o cerne do pensamento do autor. Essa é a condição necessária para assumir a famosa distância em relação à obra, da qual falávamos antes, distância que possibilita afastar-se do texto (portanto, evitar cair no resumo) sem trair o projeto, o raciocínio e a demonstração do autor.

O terceiro nível de leitura consiste em **examinar a obra de maneira crítica**. Essa leitura permite que o estudante responda às

Leitura assimilativa e trabalho de desbaste de um texto

Cabeça do parágrafo	[É verdade que durante as décadas de 1940 e 1950 a população do Quebec pôde ser beneficiada por grandes programas de seguridade e assistência social implantados pelo governo federal, com a contribuição financeira das províncias.]Assim, desde 1940, algumas categorias de trabalhadores que se encontram fora da produção econômica podem receber seguro-desemprego. A partir de 1944, as famílias com filhos dependentes podem, por sua vez, receber salários-família. A partir de 1951, as pessoas com mais de 70 anos podem contar com o recebimento das pensões de seguridade por velhice e as pessoas com 65 a 70 anos, com pensões por velhice e assistência. Os cegos e inválidos podem ser beneficiados, respectivamente, a partir de 1951 e 1954, por uma ampliação dos critérios de admissibilidade nos programas de assistência financeira que lhes são reservados. Enfim, a partir de 1959, as pessoas necessitadas que não trabalhem podem contar com os pagamentos de seguro-desemprego.[Historicamente, todos esses programas tiveram por efeito diminuir os riscos inerentes à vida atual e favorecer o consumo de categorias sociais que têm dificuldade para comprar no mercado as condições de sua reprodução.]
1º elemento de prova	
2º elemento	
3º elemento	
4º elemento	
5º elemento	/mis
Conclusão do parágrafo	/x
Cabeça de parágrafo	[No início da década de 1960, porém, os dados fundamentais relativos ao problema da dependência econômica realmente não mudaram na província.]Mais de 30% da população continua sofrendo de insuficiência de rendimentos e, por conseguinte, vivendo sob o limiar de pobreza. Se utilizarmos outros critérios para medir o nível de vida, veremos que a proporção de indivíduos e famílias que vivem esporádica ou regularmente em situação de pobreza se eleva e ultrapassa 50% em algumas faixas etárias.
1º elemento de prova	/o
2º elemento de prova	} fontes?
Cabeça de parágrafo	[As razões para essa situação são numerosas. Enumeraremos as que estão ligadas à administração dos programas de garantia de renda]/ Assim, nessa época, os montantes pagos pelos programas existentes de garantia de renda são muito baixos, principalmente quando não indexados pelo custo de vida. Em certos casos, os critérios de admissibilidade para o recebimento das pensões são muito restritivos, de tal modo que grande número de indivíduos e famílias fica excluído dos benefícios dos programas. Por fim, por todos os tipos de razões, entre as quais a qualificação duvidosa dos funcionários encarregados de administrar e coordenar os programas de assistência social, o acesso dos indivíduos e das famílias às pensões continua muito irregular entre regiões, cidades e povoados.[No conjunto, a garantia de renda do modo como está organizada no Quebec no início da década de 1960 é inadequada para solucionar o importantíssimo problema da insuficiência de rendimentos na província.]
1º elemento de prova	/.
2º elemento de prova	/x
3º elemento de prova	
Conclusão do parágrafo	

seguintes perguntas: qual é o alcance das ideias do autor? Qual o valor, o interesse ou a vulnerabilidade dessas ideias? Seu propósito é original, novo, estimulante? Tirando proveito do que foi obtido das duas leituras anteriores, o jovem pesquisador chega a uma avaliação pertinente, equilibrada e fundamentada do livro.

Na hora da redação

Quando chega a hora de redigir uma resenha, é importante respeitar três princípios:

1. Primeiro, é preciso refletir. Uma resenha ruim é quase sempre produto de um estudante autômato, que lê sem assimilar nem compreender as páginas que devora, não deixando que a leitura se sedimente antes de escrever, redigindo maquinalmente o texto na crença de que a observância escrupulosa de um método de trabalho pode permitir que ele deixe de fazer um trabalho de entendimento.

2. Em segundo lugar, é essencial utilizar um dicionário analógico para encontrar a palavra precisa e a acepção apropriada, tornando a expressão escrita mais elegante.

3. Por fim, é preciso cuidar do estilo, buscar a síntese e sempre tentar situar bem o leitor na progressão de seu próprio texto. Essa tentativa de situar o leitor pode ter resultado recorrendo-se a certas **frases demarcadoras**. Alguns exemplos desse tipo de frase: "A questão tratada nesta obra é ..."; "O objetivo do autor é..."; "A tese desenvolvida pelo autor pode ser enunciada da seguinte maneira:"; "Essa tese se decompõe em ... partes"; "Do texto analisado depreendem-se os seguintes ensinamentos:".

3. EXEMPLOS DE RESENHAS

Para tornar mais evidentes as recomendações formuladas acima, propomos nas próximas páginas dois exemplos de resenha. O primeiro exemplo versa sobre um texto curto; o segundo, sobre uma obra completa. Com o objetivo de atingir o máximo efeito didático, assinalamos à margem das duas resenhas os elementos informativos que habitualmente constituem o conteúdo

de uma resenha. Cabe ressaltar que esses exemplos não são modelos perfeitos; representam simplesmente maneiras convenientes de fazer o exercício.

Antes de terminar, é preciso fazer uma observação. Há algum tempo, assistimos à multiplicação de obras coletivas. Nunca é fácil resenhar uma obra coletiva, em vista da heterogeneidade frequente dos textos que a compõem. O jovem pesquisador tem então duas possibilidades: proceder de modo convencional, pondo em relevo a contribuição de cada um dos autores para o tema central da obra; detectar certo número de subtemas que articulem a matéria do livro, destacando a contribuição de um ou outro texto em relação a um ou vários desses subtemas.

RESENHA DE UM TEXTO CURTO

ROBERT, Jean-Claude. *Du Canada français au Québec libre*: histoire d'un mouvement indépendantiste. Paris: Flammarion, 1975. 323 p. Mapas, bibliogr., p. 199-206. Transcrito com o título La Révolution tranquille [A Revolução Tranquila], em *Le Québec en textes*, 1940-1980, textos reunidos e apresentados por Gérard Boismenu, Laurent Mailhot e Jacques Rouillard. Montréal, Boréal Express, 1980. 574 p. Cronol., bibliogr., p. 207-13.

Contexto e origem

Tipo de texto (indicativo dos limites do texto)	Neste texto de síntese redigido para um público sobretudo francês,
Competência do autor	Jean-Claude Robert, historiador famoso e autor de várias obras sobre a história do Quebec e de Montreal,
Intenção do autor e assunto abordado	procura determinar e definir as principais características de um episódio celebrado da história recente do Quebec: a Revolução Tranquila
Objetivos específicos do texto	Seus objetivos são três: identificar as principais mudanças ocorridas na sociedade quebequense durante os anos 1960-1966, identificar as descontinuidades aparentes entre o período da Revolução Tranquila e o do regime de Duplessis; propor uma cronologia dos acontecimentos que demarcam a Revolução Tranquila
Tipo de análise	A análise proposta pelo autor para esse período é essencialmente descritiva, e sua interpretação é bastante clássica
Influência da conjuntura sobre as questões abordadas	Redigido numa conjuntura política e social marcada pela efervescência de um nacionalismo agressivo e pela ascensão do projeto de autonomia do Quebec, o texto de Robert faz parte de

uma corrente historiográfica que tem em vista estudar o longo processo de afirmação da sociedade quebequense como sociedade distinta e plena

Esquema e análise

Tese proposta	Para Robert, a Revolução Tranquila é "o conjunto de transformações sofridas pela província de Quebec entre 1960 e 1966"
Exposição da tese	Segundo ele, essas transformações são de três tipos: atenção aos interesses dos quebequenses por parte do governo, afirmação de um pluralismo ideológico e nascimento de um novo nacionalismo
Fio condutor	Essas transformações distinguem nitidamente o período 1960-1966 dos anos anteriores, qualificados de maneira caricatural, porém significativa, como anos do "Grande Negrume". Essas transformações não são obras do acaso, mas provocadas por novas camadas sociais que conseguem abalar as antigas elites
Elementos essenciais da argumentação	A intervenção cada vez mais consolidada do Estado no desenvolvimento econômico e social, o intuito de democratizar a vida política, sobretudo a abertura da cultura quebequense à cultura francesa, o declínio da religião e o surgimento de um novo nacionalismo combativo e seguro constituem, para Robert, as características do período 1960-1966. Apesar de influenciada por vários acontecimentos importantes que encarnam seu caráter renovador (ascensão dos liberais ao poder, publicação de *Insolences du frère Untel*, comissão Parent, inauguração da Délégation générale du Québec em Paris, nacionalização da eletricidade), a Revolução Tranquila perde fôlego a partir de 1964

Avaliação final

Principais ensinamentos do texto	Do texto de Robert extrai-se a seguinte conclusão: com a Revolução Tranquila tem início uma nova fase da evolução histórica do Quebec, fase marcada pela intervenção mais intensa e onipresente do Estado e pelo desejo dos quebequenses de garantir e assumir seu futuro coletivo

---

RESENHA DE UMA OBRA COMPLETA

LÉTOURNEAU, Jocelyn. Resenha de K. J. Rea, *The Economic History of Ontario*, 1939-1975. Toronto: University of Toronto Press, 1985, *Revue d'histoire de l'Amérique française*, v. 40, n. 4, p. 618-22, printemps 1987

Contextualização da obra	Essa obra é a primeira de uma série de três publicadas sobre a história econômica de Ontário. As outras duas obras versarão sobre períodos cronológicos anteriores a este que é estudado pelo autor. Redigido por insigne economista da Universidade de Toronto, esse livro de síntese é destinado a um público amplo. Pode-se imaginar que ele será especialmente apreciado pelos pesquisadores que queiram encontrar numa única obra um panorama bastante completo das principais facetas do desenvolvimento econômico de Ontário desde 1939
Gênero	
Principal questão abordada	
Objetivo do autor	O objetivo do autor está claramente enunciado no prefácio. Insistindo no papel desempenhado pelo Estado na organização e na regulação da vida econômica, ele procura explicar as principais características do desenvolvimento econômico de Ontário no período que vai de 1939 a 1975. A contribuição do setor privado para esse desenvolvimento não é abordada.
Organização geral da obra	O objetivo do autor determina a organização geral do livro. Dos onze capítulos (incluindo a conclusão), três tratam da contribuição de diversos fatores para o crescimento econômico de Ontário, quatro examinam a evolução dos principais setores de atividade econômica da província e dois dão destaque ao crescente papel do Estado em termos de administração da força de trabalho social, alocação de recursos e regulação econômica. No capítulo introdutório, o autor esboça um quadro das condições econômicas de Ontário durante o período do pós-guerra. Nele, expõe os principais desafios que precisavam ser enfrentados pelos políticos da época, mencionando certas questões importantes levantadas durante os debates públicos
Metodologia	No conjunto, a argumentação é principalmente descritiva. Aliás, essa é a força principal do livro e aquilo que o torna interessante. O autor se abstém de basear seu texto num modelo explícito de análise econômica. Claramente, Rea não pretende construir sua argumentação sobre uma percepção axiomática do funcionamento de uma economia nacional. Na prática, ele retoma as classificações convencionais presentes na maioria dos manuais de economia. Esse método, porém, não diminui o interesse da obra, sendo seu principal objetivo informar e documentar, e não interpretar e debater. Muito prudente em suas afirmações, alegando sempre a falta de provas concludentes, o autor se recusa a assumir uma posição que o obrigue a decisões drásticas. O exemplo mais evidente e frequente consiste em saber se a intervenção reguladora do Estado teve efeitos positivos sobre o crescimento econômico da província. Enquanto, sem dúvida, a crença da época, inspirada pela difusão das ideias keynesianas, era favorável à tese dos efeitos benéficos da intervenção do Estado, a análise econômica raramente conseguiu demonstrar a realidade desses efeitos
Limites da discussão	
Características distintivas da obra	Escrita em estilo sóbrio, baseada numa documentação composta principalmente por documentos ministeriais, relatórios de comissões de inquérito, coletâneas estatísticas e estudos especializados, a obra também conta com um índice remissivo muito útil. O texto é acompanhado por cinquenta e uma tabelas. É de

notar a falta de uma bibliografia e de alguns mapas que possibilitem visualizar a configuração mutável do espaço econômico ontariano. No entanto, a obra pertence a uma série que também inclui um guia bibliográfico (Olga B. Bishop et al., *Bibliography of Ontario History, 1867-1976: Cultural, Economic, Political, Social*, 2 v., 1980) e um atlas histórico (R. Louis Gentilcore e C. Grant Head, *Ontario's History in Maps*, 1984)

A argumentação desenvolvida pelo autor organiza-se em torno de duas linhas diretivas que se entrelaçam continuamente. É possível resumir da seguinte maneira os pontos mais importantes dessa argumentação:

Tese proposta

1. Depois da guerra, Ontário e a região do Sudoeste em particular consolidam sua posição de primeiro centro industrial e financeiro do Canadá. Vários fatores concorrem para esse estado de coisas: crescimento demográfico apreciável aliado a movimentos internacionais e internos de migração favoráveis à província; altos índices de participação da mão de obra, sobretudo feminina, em atividades remuneradas; expansão do espaço econômico existente, graças ao domínio de novas tecnologias que possibilitam a exploração rentável do potencial das minas e florestas da província; elevadíssimo volume de investimentos privados e públicos, sobretudo na construção civil dos setores residencial e comercial, na infraestrutura de transportes e no aproveitamento do potencial hidrelétrico; aumento constante da demanda de bens de capital e de serviços, possibilitado pela elevação dos rendimentos reais, com melhores condições de oferta e transformação das práticas de consumo popular. As consequências que essas tendências básicas provocaram na estrutura industrial de Ontário foram notáveis. Observou-se um progresso considerável dos setores de serviço, de comércio e de finanças, bem como do turismo; declínio relativo das atividades ligadas à agricultura, à pesca e ao curtume como fontes de renda e empregos; consolidação da importância das atividades mineradoras e florestais, especialmente geradoras de desenvolvimento nas regiões situadas mais ao norte da província; manutenção da indústria manufatureira como fonte importante de empregos, renda e valor agregado.

Principais elementos da demonstração

Tese proposta

2. Gradualmente, durante o período considerado, a intervenção reguladora do Estado manifesta-se em quase todas as esferas da atividade econômica. Mas é preciso ressaltar que essa presença do Estado é menos forte em Ontário do que em outras províncias. Procura-se organizar as relações intercapitalistas pela regulamentação dos mercados; procura-se administrar a mão de obra por meio da ampliação da legislação trabalhista; procura-se um controle relativo das condições de exploração das riquezas naturais pela instauração de medidas disciplinares; procura-se certa regularização das condições de existência da população arcando-se com uma parte dos custos inerentes à reprodução das famílias e dos indivíduos (educação, saúde, bem-estar): esses são exemplos que confirmam a importância adquirida pelo Estado. Segundo o autor, essa intervenção crescente do governo na vida econômica e social decorre de quatro razões principais: da "demanda maior de Estado" por quase todas as camadas sociais; das pressões criadas pelo processo de industrialização e de urbanização; da tendência dos formadores da opinião pública ontariana a resistir à pretensão do governo federal de assumir responsabilidade crescente em termos de organização da vida econômica; da ideia cada vez mais disseminada, em todas as camadas sociais, da pertinência da intervenção estabilizadora do Estado, aquilo que outros autores chamaram de difusão de uma cultura social-estatizante

Principais elementos da demonstração

Avaliação crítica

A obra de Kenneth Rea constitui uma referência indispensável para apreciar as linhas mestras do desenvolvimento econômico de Ontário no período do pós-guerra; apesar disso, também contém certo número de pontos fracos não necessariamente decorrentes do seu gênero

1º elemento de crítica

Primeiramente, o autor não contextualizou realmente o desenvolvimento econômico de Ontário em relação àquilo que eu chamaria de "economia política do federalismo rentável" no Canadá, ao ambiente concorrencial específico no qual se insere a província e às grandes tendências que se manifestam na época dentro do espaço norte-americano. Assim, o desenvolvimento econômico de Ontário aparece como o resultado de uma dinâmica relacional entre certo número de fatores que produzem efeito de crescimento num espaço praticamente fechado. Com exceção de algumas alusões que não têm alcance significativo sobre a argumentação principal, não é feita nenhuma análise específica sobre os efeitos provocados no espaço econômico ontariano pela estratégia de crescimento instaurada pelo governo federal logo depois da Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento econômico de Ontário quase nunca é relacionado com a dinâmica interindustrial própria à região dos Grandes Lagos (ambiente econômico e concorrencial ao qual, porém, pertence fundamentalmente a província). Por fim, o desenvolvimento econômico de Ontário tampouco é estudado à luz da divisão econômica do trabalho que se impõe em escala do continente norte-americano após a guerra (efeitos gerados por aquilo que vários autores chamaram de "integração continental dependente") Toda a contribuição conceitual e analítica de pesquisadores como Wallace Clement, Glen Williams e David Wolfe, para citar apenas três, é assim negligenciada. Esse fato certamente resulta de uma escolha do autor, mas impede que se tenha acesso a um nível de leitura mais sutil do desenvolvimento econômico de Ontário e empobrece a análise empírica empreendida.

2º elemento de crítica

Em segundo lugar, é difícil entender por que o autor trata da "regulamentação estatal da relação salarial" (minha formulação) num capítulo que versa principalmente sobre os movimentos populares, as taxas de participação da mão de obra, sua composição e sua distribuição pelos grandes setores econômicos (capítulo 2). O estudo da extensão do sistema das relações industriais e do papel desempenhado pelo Estado no estabelecimento de novas normas salariais e na determinação das condições de trabalho deveriam ter sido objeto de um capítulo à parte, em vista da importância desses aspectos nos esforços de regulamentação macrossocial e macroeconômica envidados pelos diversos níveis governamentais depois da guerra

3º elemento de crítica

Em terceiro lugar, o capítulo 10, no qual o autor se interessa pelo papel econômico do governo provincial, deixa o observador insatisfeito. É verdade que se trata de uma questão difícil de dominar. Apesar disso, seria esperada uma argumentação mais rica, pelo menos mais sugestiva, sobre a dinâmica que está na origem da expansão dos gastos públicos. O crescimento do papel econômico do governo é interpretado como o resultado imprevisível de pressões conjunturais e de contingências para as quais é praticamente impossível encontrar um princípio diretor, uma coerência de conjunto. O autor talvez tenha razão. Mas ficamos com a impressão de que essa interpretação decorre muito mais de uma desistência diante do esforço de entender do que de uma reflexão minimamente aprofundada acerca do problema levantado. Em nenhum momento o Estado é considerado um mecanismo que possua alguma autonomia institucional e aja positivamente no sentido de modificar tendências ou orientar a marcha dos acontecimentos. A pobreza de reflexão do capítulo 10 provavelmente decorre da escolha do autor de limitar-se a uma análise empírica *stricto sensu* e de sua recusa de tirar proveito de certas problemáticas desenvolvidas pela ciência política e pela sociologia contemporâneas. Pode ser que o tipo de prova considerada válida por essas disciplinas não satisfaça o economista incapaz de se desfazer, no fundo, do paradigma da quantificação.

Principal mérito

No conjunto, a obra de Kenneth Rea constitui uma base sólida a partir da qual é possível empreender numerosos outros estudos sobre a história econômica de Ontário. Embora a argumentação desenvolvida não seja muito audaciosa, em vista da grande prudência do autor, seu mérito consiste pelo menos em estabelecer alguns marcos que é impossível não levar em conta. A obra atingirá seu objetivo quando outros pesquisadores, mais ousados, decidirem penetrar no universo sempre arriscado da interpretação, com base na contribuição do autor

COMO FAZER A RESENHA DE UMA LEITURA

Objetivos da resenha	Contexto da obra	Descoberta do conteúdo	Apreciação
Elementos de informação para o leitor	• Assunto do livro • Questão específica abordada pelo autor • Quem é o autor? É especialista no assunto? Nota sobre sua trajetória intelectual recente • Que intenções, objetivos tenta atingir com a obra? • A quem o autor se dirige? • Quais são as escolhas fundamentais subjacentes a seu modo de trabalhar (métodos, procedimentos de análise, tipo de prova, estilo, tom do texto etc.)? • Características distintivas da obra, por exemplo possui uma bibliografia, um índice remissivo, tabelas? • Limites da obra: determinados pelo autor e impostos por certas pressões editoriais	• Qual é a tese proposta na obra? • Como o autor desenvolve sua tese? (O autor estrutura sua tese em partes. Segue a seguinte trajetória: começa com) • Quais são os pontos de destaque da argumentação desenvolvida? (Ressaltar principais afirmações e conclusões comentadas, se necessário, pelo resenhista)	• Realizar a avaliação final principais ensinamentos da obra – avaliação crítica (interna ou externa) • Motivo pelo qual a obra merece ou não merece ser lida
Recursos	• Informar-se sobre o autor • Ler com atenção a introdução da obra • Ler o índice analítico • Examinar a bibliografia • Identificar os autores citados na obra • Notar a data de publicação da obra e a coleção a qual pertence • Levar em conta o gênero da obra: síntese, divulgação, manual, compêndio, obra teórica etc.	Pré-requisitos • Limitar-se a três níveis de leitura da obra leitura assimilativa (o que o autor diz?) – leitura compreensiva (como ele diz?) leitura crítica (qual o valor e o alcance daquilo que ele diz?) Como não esquecer nada? • Usar o método das palavras chave para reconstituir o arcabouço da argumentação desenvolvida pelo autor • Notar todas as características particulares à medida que a leitura é feita	• Tirar proveito das leituras anteriores • Consultar, se necessário, uma síntese sobre o assunto do livro para avaliar bem sua contribuição, sua originalidade
		Precauções ao redigir	
	• Cuidar do estilo	• Usar um dicionário analógico • Procurar ser sintético	• Situar o leitor

CAPÍTULO 2
COMO SE DOCUMENTAR NA ERA ELETRÔNICA

Nossos modos de compreender o mundo são fortemente influenciados pelas tecnologias às quais recorremos. Marshall McLuhan mostrou que a invenção do livro, ao facilitar o acesso ao texto, portanto ao conhecimento disponível, de alguma maneira revolucionou o mundo[1]. A passagem do rolo de pergaminho para o livro refletiu-se no abandono de certa relação com o texto e com o conhecimento. Como se sabe, ler um texto num rolo ou num livro enseja maneiras diferentes de "deslocar-se" no texto, de apropriar-se de seu conteúdo e de explorar a informação. No primeiro caso, deve-se desenrolar ou enrolar o papel para avançar ou recuar no texto, quase sem referenciais. Essa operação, demorada e enfadonha, dificulta a correlação das informações contidas no texto. No segundo caso, é possível abrir o livro na página necessária e introduzir um marcador entre folhas. A possibilidade de interagir com o conhecimento é decuplicada. Ora, em relação ao livro, a internet representa uma inovação tecnológica tão radical quanto o livro em relação ao rolo. O uso desse meio amplia, facilita e democratiza singularmente a circulação de informações. Mas a internet faz mais: permite que o usuário interaja com a informação de um modo que só se equipara à imaginação da pessoa que digita, clica e navega. Praticamente não há limite para a inter-relação dos conhecimentos. Nossa relação com o mundo já está transformada.

1 MCLUHAN, Marshall. *La galaxie Gutenberg*: la genèse de l'homme typographique. Trad. fr. de Jean Paré. Montréal: Hurtubise HMH, 1967 [1962]. 428 p. Bibliogr.

Libertadora em muitos aspectos, a internet é também um ogro que pode facilmente nos devorar – às vezes nos enganar, quando não a usamos com espírito crítico. A internet também é um labirinto no qual podemos nos perder. A cibernavegação exige uma cibercompetência. Exige que o usuário tenha consciência aguda das vantagens e das desvantagens do meio[2]. Ora, como o jovem pesquisador pode tirar proveito dos recursos da internet sem ficar preso na Rede e ser engolido pela massa de documentos que nela se encontra?

Este capítulo tem o objetivo de levar o estudante a tirar proveito dos recursos das grandes bibliotecas que contêm coleções consideráveis de documentos em suporte de papel e em suporte eletrônico. Para isso, apresentamos um método de levantamento documental em seis etapas (seção 1). O método descrito tem em vista possibilitar que o pesquisador iniciante tire proveito dos bancos de dados informatizados e dos recursos da internet aos quais ele agora tem acesso de maneira contínua. Aliás, é no contexto da revolução cibernética contemporânea que indicamos ao jovem pesquisador alguns recursos que lhe permitirão otimizar seu trabalho em biblioteca e aproveitar as vantagens da internet (seção 2). Como uma das chaves de acesso aos recursos documentais das grandes bibliotecas consiste em conhecer as principais obras de consulta, indexação e referência nelas existentes (inclusive, claro, os documentos eletrônicos), apresentamos uma lista, por certo incompleta, mas suficiente para facilitar o trabalho do pesquisador iniciante em ciências humanas e sociais. Apresentada como "ciberferramentas documentais", essa lista está inserida no fim do capítulo (seção 3).

1. UMA METODOLOGIA PARA ENCONTRAR DOCUMENTAÇÃO

Que técnica adotar quando, para um tema dado, é preciso construir uma bibliografia, elaborar uma resenha crítica da produção científica ou simplesmente atualizar conhecimentos?

2 GURAK, Laura J. *Cyberliteracy*: Navigating the Internet with Awareness. New Haven (Conn.): Yale University Press, 2001. 194 p. Il., bibliogr., índice.

Existem numerosíssimas opções. Sugerimos um trabalho em seis etapas, das quais as três primeiras são as seguintes: formulação precisa de um tema de pesquisa (primeira etapa); estabelecimento de um plano de conceitos que expressem toda a riqueza do tema e de sua problemática subjacente (segunda etapa); estratégia documental que tire proveito da variedade e da complementaridade dos diferentes instrumentos de trabalho disponíveis nas bibliotecas, inclusive na internet (terceira etapa). Esse trabalho inicial é realizado nas seguintes operações: coleta minuciosa de informação documental (quarta etapa), análise dessa documentação (quinta etapa) e avaliação do trabalho de pesquisa documental em seu conjunto (sexta etapa). Um diagrama que resume as diferentes etapas do trabalho descrito é apresentado na página 70.

ETAPAS INICIAIS DA PESQUISA DOCUMENTAL

Primeira etapa: formulação precisa de um tema de pesquisa

Podemos fazer uma pesquisa documental sem estabelecer de início um objetivo. Esta assume como ponto de partida um tema já delineado de forma aproximativa. (As recomendações dadas no capítulo 11 deste guia sobre a definição de um tema de pesquisa poderiam ser lidas aqui com proveito.)

Do ponto de vista documental, a etapa da formulação do tema consiste em escrever um primeiro enunciado do tema de pesquisa. Esse enunciado deve ser tão preciso e sucinto quanto possível. Deve caber de preferência numa frase, no máximo em algumas linhas. Por exemplo:

– "Tipos de ajuda oferecidos às mulheres vítimas da violência conjugal",
– "Autoimagem de crianças vítimas de maus-tratos".

Os termos empregados no enunciado devem ser significativos. É preciso eliminar palavras vazias de sentido e conceitos utilizados em sentido figurado. Um pesquisador que dê um título esdrúxulo ou sem significado à sua pesquisa expõe seu texto ao

risco de não ser identificado na massa documental. Como a maioria dos bancos de dados é produzida no mundo de língua inglesa, o pesquisador também terá de compor seu plano com conceitos em língua inglesa. Cabe ressaltar, por fim, que alguns sistemas de documentação se baseiam unicamente nas palavras do título para a identificação da informação. É o que acontece com alguns catálogos em CD-ROM ou com bancos de dados em linha.

Segunda etapa: estabelecimento de um plano conceitual

A etapa seguinte nos leva a considerar as múltiplas facetas do tema da pesquisa e de sua problemática subjacente. Com base no enunciado original do tema – por exemplo: "Tipos de ajuda oferecidos às mulheres vítimas da violência conjugal" –, essa segunda etapa tem em vista o estabelecimento de um **plano conceitual** que represente o tema e seja capaz de exprimir a riqueza da problemática que o acompanha. Trata-se de estabelecer uma correspondência entre o tema e a problemática da pesquisa com um conjunto de **palavras-chave** extraídas da linguagem corrente. A partir dos conceitos que nos venham à mente, a operação consiste em inventariar, na forma de palavras-chave pertinentes, os diferentes aspectos de tal tema e de tal problemática de pesquisa.

Ainda que o vocabulário das ciências humanas e sociais nem sempre esteja normatizado, é preciso esforçar-se por escolher termos não equívocos, representando cada um dos aspectos do tema e da problemática em pauta. Segundo o princípio que deve ser seguido, são necessárias tantas palavras-chave quantas sejam as significações no enunciado do tema e da problemática de pesquisa. É preciso cuidado para observar desvios entre os termos empregados de acordo com as disciplinas, as áreas geográficas e as línguas. Nas ciências humanas e sociais, um mesmo conceito frequentemente abrange significados diferentes.

As palavras levantadas devem ser representativas do conteúdo da questão formulada e da informação desejada. Todos os sinônimos possíveis são identificados, bem como (se for o caso) os termos equivalentes em inglês ou em outras línguas.

Para ilustrar, apresentamos abaixo um plano de conceitos possivelmente resultante do enunciado inicial de nosso tema de pesquisa ("Tipos de ajuda oferecidos às mulheres vítimas da violência conjugal").

Apesar das dificuldades suscitadas, esse trabalho de elaboração do vocabulário e dos conceitos correspondentes à definição do tema nada tem de inútil. Mesmo que a primeira versão seja imperfeita, essa lista de palavras-chave possibilitará o acesso à documentação disponível sobre o assunto. Servirão como termos de pesquisa na hora de utilizar instrumentos de detecção de informações.

Para garantir que o campo conceitual da problemática de pesquisa esteja bem coberto, é altamente aconselhável que, já nessa etapa, sejam selecionadas e consultadas certas obras básicas frequentemente disponíveis em meio eletrônico, como por exemplo dicionários e enciclopédias especializadas[3].

TIPOS DE AJUDA OFERECIDOS ÀS MULHERES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

A. Primeiro grupo de conceitos		**B. Segundo grupo de conceitos**	
Português	*Inglês*	*Português*	*Inglês*
grupos de ajuda	self-help groups	mulheres vítimas de violência	battered women
grupos de apoio	mutual support	mulheres maltratadas	wife abuse
rede de ajuda	help network(s)	maus-tratos às mulheres	abuse of women
tratamento	treatment	violência conjugal	abused wife
terapia	therapy	violência familiar	family violence
ajuda mútua	mutual aid	violência contra a mulher	abused women
casa transitória	transition house	violência exercida contra as mulheres	violence against women
asilo	sheltering	violência entre cônjuges	wife abuse
serviços oferecidos			wife battering
			mental violence

3. Para referências precisas, ver a seção "Ciberferramentas documentais", p. 79-97.

Em caso de necessidade, pode-se percorrer os títulos e os cabeçalhos de capítulos de obras especializadas encontradas ou identificadas por meio de verbetes de dicionários e de enciclopédias. Cabe notar que a pesquisa na internet, iniciada no momento do estabelecimento do plano conceitual, sempre fornecerá informações suplementares e a possibilidade de obter *links* importantes[4]. Nessa etapa o objetivo não é constituir uma bibliografia exaustiva, mas conferir caráter mais definitivo à lista das palavras-chave.

Também merecem ser examinadas outras variáveis, capazes de fixar melhor os limites do objeto de estudo e influenciar todo o processo de pesquisa documental. Ao mesmo tempo que obriga o pesquisador a interrogar-se sobre o recorte adicional de seu objeto, as perguntas constantes na tabela seguinte o ajudarão a determinar alguns caminhos que podem ser explorados ou rejeitados já de saída. Nem é preciso dizer que essas variáveis não se aplicam necessariamente a todas as pesquisas. Sua observação tem mais a função de garantir que o conjunto da documentação esteja de acordo com o enunciado do tema e com os diferentes aspectos da problemática em questão.

Para responder a essas perguntas, o pesquisador deverá especificar ou mesmo redefinir radicalmente a formulação inicial de seu tema de pesquisa. De acordo com as particularidades da problemática em pauta, surgirão outras interrogações às quais também será necessário dar prosseguimento. Convém lembrar que essa operação de definição e redefinição do tema será muito mais eficiente se submetida à crítica de pessoas-instituições que dominem problemas de documentação. As grandes bibliotecas oferecem à sua clientela os serviços de vários monitores aptos a ajudar os jovens pesquisadores nesse sentido.

4. Todos conhecem os dispositivos de busca mais populares Google, Yahoo!, AltaVista etc. O pesquisador que quiser acesso imediato a páginas mais especializadas deverá valer-se de endereços mais orientados para a pesquisa científica. Infomine (<http://infomine.ucr.edu/>), Academic Info (<http://www.academicinfo.net/table.html>).

VARIÁVEIS QUE DEVEM SER CONSIDERADAS PARA ABRANGER O CAMPO DOCUMENTAL

1. Preciso de uma documentação atual ou recente? [ ]
   Preciso de uma documentação retrospectiva ou histórica? [ ]
   As publicações do ano passado e dos cinco ou dez últimos anos são suficientes? [ ]
   Período que devo abarcar _____ [ ]

2. Há delimitação geográfica? [ ]
   A documentação que se encontra em minha cidade sobre o assunto é suficiente? [ ]
   Outras áreas geográficas: _____ [ ]

3. Cabe delimitação linguística? [ ]
   A documentação em minha língua é suficiente? [ ]
   Outras línguas: _____ [ ]

4. A busca de informações pode restringir-se a disciplinas? [ ]
   Disciplinas _____

5. Que utilidade a informação terá?
   Trabalho para um curso ou uma tese de doutorado [ ]
   Atividade de pesquisa [ ]
   Decisão administrativa [ ]
   Desenvolvimento pessoal/profissional [ ]
   Outros usos: _____ [ ]

6. Qual é a natureza da informação desejada ou efetivamente encontrada?
   Teórica [ ]
   Empírica [ ]
   Histórica [ ]
   Estatística [ ]
   Científica e técnica [ ]
   Divulgação [ ]
   Outras: _____ [ ]

7. Devo privilegiar fontes primárias (obras fundamentais, textos originais, documentos básicos) ou fontes secundárias (análises, comentários, estudos particulares, críticas)? [ ]
   Preciso de uma síntese ou de uma análise em profundidade dos documentos pertinentes? [ ]
   Qual é a amplitude da documentação existente sobre o assunto? [ ]
   As informações são raras ou abundantes? [ ]
   A documentação é tradicional ou eletrônica? [ ]

8. Que tipos de documentos serão preferidos?
   Documentos impressos [ ]
   Livros, manuais, tratados [ ]
   Artigos de periódicos [ ]
   Relatórios de pesquisas [ ]
   Dissertações ou teses [ ]

Publicações governamentais [ ]
Artigos de jornais [ ]
Outros: _____ [ ]
Documentação audiovisual [ ]
Diapositivos [ ]
Filmes [ ]
Vídeos [ ]
Fotografias [ ]
Outros _____ [ ]
Documentação cartográfica [ ]
Documentação eletrônica [ ]
Internet [ ]
CD-ROM [ ]
Newsletters [ ]
Palmtops [ ]
Grupos de discussão [ ]
Outros: _____ [ ]

9. Que suportes de informações parecem mais apropriados?
Extratos do documento original [ ]
Xerox do artigo [ ]
Documentos em microfichas ou microfilmes [ ]
Documentos on-line [ ]
Outros: _____ [ ]

10 A visita a associações, organizações privadas, governamentais ou paragovernamentais poderá completar com vantagens a minha busca de informações? [ ]
Nomes das associações ou organismos: _____

11. Posso prever dificuldades de acesso aos documentos? [ ]
Que documentação pertinente já está acessível no local, em minha biblioteca ou em meu centro de documentação? [ ]
Deverei utilizar os serviços de empréstimos entre bibliotecas? [ ]
Deverei deslocar me para outras bibliotecas, centros de documentação etc.? [ ]

12 Que injunções financeiras devo considerar? [ ]
Custos de uma pesquisa bibliográfica especial [ ]
Custos de pedidos de empréstimos entre bibliotecas, xerox de artigos ou livros, impressão de documentos eletrônicos [ ]
Outros custos. _____ [ ]

13. Que injunções temporais devo considerar? [ ]
Tenho muito ou pouco tempo para realizar a pesquisa e produzir o trabalho? [ ]
O que posso realizar razoavelmente no intervalo de tempo de que disponho? [ ]

A trajetória descrita nessa segunda etapa pode parecer enfadonha. No entanto, é essencial, pois os esforços dedicados à definição do tema produzirão resultados nas etapas seguintes. Cabe lembrar que a operação de documentação se faz em função dos objetivos da pesquisa. Quanto mais precisa for a enunciação do tema, mais fácil será a pesquisa documental.

Terceira etapa: pesquisa documental propriamente dita

Conhecidos os diversos componentes do tema, selecionadas as palavras-chave e estabelecido o plano conceitual, está na hora de aproveitar as numerosas obras de referência, remissão e indexação, em papel ou em versão eletrônica, encontradas na biblioteca. Esses instrumentos de trabalho são a chave para a documentação. Seu uso, porém, não é feito a esmo, ao sabor dos achados. Cada instrumento de trabalho é, de alguma forma, um "serviço especializado" (ver quadro da p. 46). Portanto, é importante recorrer a eles em tempo hábil, lugar adequado e de maneira estratégica. Habitualmente, a utilização desses instrumentos de trabalho é determinada pela lógica da progressão da pesquisa documental (não se lê um artigo de periódico antes de ter consultado um dicionário ou uma enciclopédia) e pelos problemas específicos enfrentados pelo pesquisador em sua operação de documentação.

De maneira geral, a pesquisa documental adota a seguinte progressão lógica: uso de catálogos da biblioteca; consulta a enciclopédias, dicionários científicos e guias de pesquisa; exame da documentação já constituída e aproveitamento de certas obras de referência e indexação; expansão da pesquisa documental com a escolha de uma boa obra; complementação da pesquisa documental com a consulta de outras obras de referência.

Aproveitamento dos catálogos da biblioteca

Em fichas de cartolina, microfichas ou em meio eletrônico, o catálogo de uma grande biblioteca ou de um centro de documentação é sempre o instrumento que possibilita orientar-se com mais rapidez no acervo documental de uma instituição. Seu grande mérito é indicar os documentos disponíveis no local.

RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE E DA UTILIDADE DOS INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Segundo o tipo de informação que contêm, as obras de referência se dividem em duas categorias:
– **As que dão informações autônomas, a informação propriamente dita**, quer se trate de endereços, definições, notas biográficas, datas etc. Entram nessa categoria: anuários, dicionários, enciclopédias, tratados, manuais, textos biográficos etc.
– **As que propiciam meios de acesso à informação pela referência bibliográfica do documento buscado** Incluem se nessa categoria bibliografias, índices de periódicos, bancos de dados bibliográficos, catálogos de bibliotecas etc. Nesse caso, o usuário deve consultar o documento recenseado (artigo de periódico, livro, tese) para encontrar a informação desejada
Para facilitar a determinação dos instrumentos de trabalho pelo pesquisador, é útil agrupá-los em **ferramentas básicas** e **ferramentas suplementares**. As ferramentas básicas correspondem aos instrumentos de trabalho mais comumente utilizados. Costumam ser utilizadas antes das ferramentas suplementares. Estas últimas são empregadas de modo mais esporádico e circunstancial São essenciais para certas pesquisas com implicações documentais complexas. No entanto, é preciso deixar claro que, para dada pesquisa, alguns instrumentos qualificados como suplementares podem vir a ser básicos. Cabe mencionar, por fim, que as demarcações criadas na enunciação do tema de pesquisa determinam o tipo de obra de referência por consultar. Em outras palavras, a amplitude da pesquisa e a natureza das informações desejadas influem na seleção das fontes de informação.
A tabela abaixo apresenta as categorias de instrumentos de trabalho comumente utilizados pelo pesquisador em termos de pesquisa documental (em vista da revolução cibernética, essas ferramentas estão cada vez mais disponíveis em meio eletrônico, às vezes gratuitamente na internet, outras vezes em bancos de dados digitais das bibliotecas):

	Ferramentas básicas	Ferramentas suplementares
Fontes diretas de informação	Dicionários Enciclopédias	Tratados Manuais Anuários Catálogos biográficos Obras de síntese Monografias
Fontes indiretas de informação	Catálogos de bibliotecas Guias bibliográficos Índice de periódicos Índice de jornais	Bibliografias de bibliografias Bibliografias gerais Bibliografias especializadas Catálogos de teses Catálogos de publicações governamentais Catálogos de publicações de organismos internacionais Catálogos de publicações estatísticas Catálogos de documentos cartográficos Catálogos de documentação audiovisual Catálogos de testes, de resenhas Catálogos de recursos da internet

A revolução cibernética modificou muito a situação da pesquisa documental. Por exemplo, enquanto antigamente o pesquisador que quisesse encontrar informações sobre "autoimagem de crianças vítimas de maus-tratos" precisava percorrer os índices analíticos e remissivos de todas as publicações sobre o assunto (pois não havia entrada mais direta para o catálogo), a conversão dos catálogos tradicionais das bibliotecas em sistemas acessíveis por computador eliminou esse inconveniente. Ao multiplicar os pontos de acesso à documentação (graças ao computador, a pesquisa não é possível apenas por autor, título ou assunto, mas também por língua, data de publicação, palavras do título etc.) e oferecer o recurso da lógica booleana (inter-relação de duas ou mais palavras-chave ou grupos de palavras-chave – ver o quadro abaixo), os aplicativos utilizados em documentação aumentaram consideravelmente a capacidade de varredura e detecção de catálogos de bibliotecas.

BUSCA EM BANCOS DE DADOS: COMO SE PREPARAR METODICAMENTE E DOMINAR A LÓGICA BOOLEANA

Uma pesquisa bibliográfica feita em computador não pode ser improvisada. Antes de se sentar diante da máquina, é preciso fazer um esforço de planejamento. São aqui aplicáveis as etapas do processo de pesquisa documental descritas acima. É preciso proceder, principalmente, à definição do assunto e à elaboração do plano conceitual. Nesse aspecto, cabe lembrar que, como a maioria do bancos de dados é produzida no mundo de língua inglesa, o pesquisador terá a obrigação de redigir seu plano conceitual em inglês. A escolha dos termos variará de acordo com o modo de composição do banco de dados. Se este funcionar com base num vocabulário livre, os termos registrados no plano conceitual serão pesquisados no título e no resumo dos documentos já constantes na memória. Portanto, será do interesse do pesquisador multiplicar sinônimos de palavras-chave que ele tenha registrado no início, para não deixar de lado uma grande massa documental devido à omissão de algum termo. Mas o banco de dados pode também funcionar com base em vocabulário controlado. Nesse caso, os documentos constantes da sua memória são analisados segundo uma lista de palavras chave (ou descritores). Essa lista de descritores chama-se **thesaurus**. As listas controladas de palavras-chave obedecem a regras terminológicas próprias. Os descritores são interligados por relações semânticas (hierárquicas, associativas ou de equivalência). A pesquisa em bancos de dados com vocabulário controlado exige que se determine no thesaurus a melhor terminologia correspondente ao plano conceitual do pesquisador. É importante que cada aspecto da pesquisa seja representado na lista das palavras-chave registradas. Deve-se ressaltar que certos bancos de dados admitem o emprego conjunto de descritores controlados e de palavras-chave em vocabulário livre.

Como a pesquisa em bancos de dados é feita por conjuntos, é bom agrupar as palavras-chave num plano conceitual definitivo e estabelecer relações entre os diferentes conceitos ou grupos de conceitos.

Cada conjunto representa uma variável, e as palavras de um conjunto são agrupadas numa coluna. As combinações de palavras-chave ou de conjuntos são feitas com operadores lógicos E, OU, SEM.

No exemplo abaixo, procuramos a documentação relativa à "autoestima nas crianças maltratadas". Como desejamos delimitar principalmente os aspectos psicológicos dessa problemática, a pesquisa por computador será feita no banco de dados *PsychInfo*. Este contém uma lista de artigos de periódicos escritos desde 1887, livros e capítulos de livros desde 1987. Também contém um catálogo de teses sobre os diversos campos da psicologia e disciplinas conexas. Como a análise dos documentos é feita com palavras-chave em língua inglesa, o plano conceitual refletirá esta injunção

A		B
self-concept	E	*child abuse*
ou		ou
self-esteem		*child neglect*
ou		ou
self actualization		*neglected children*
ou		ou
self-perception		*battered children*
		ou
		battered child
		ou
		abused children
		ou
		child sexual abuse

Nesse perfil de pesquisa, o conjunto A representa a "autoimagem", enquanto o conjunto B corresponde à variável "crianças maltratadas". A intersecção dos conjuntos A e B fornecerá ao pesquisador os documentos aos quais uma ou outra das palavras-chave do grupo A foi atribuída ao mesmo tempo que (E) uma ou outra das palavras-chave do grupo B.

Como obtivemos 64 referências pela combinação A e B, é possível refinar esse resultado por meio de critérios como língua de publicação ou data de publicação. Assim, poderíamos restringir a pesquisa aos documentos de língua francesa ou às publicações em torno de um único ano. Essas possibilidades obrigam o pesquisador a voltar constantemente a seus objetivos de pesquisa e à definição de seu tema, que delimitam o grau de especificidade ou de generalização das palavras-chave que ele considerará no fim.

Cabe mencionar que, mesmo realizando a pesquisa informatizada com o operador E, se utilizássemos o operador SEM, teríamos excluído um conjunto de possibilidades não desejadas. Por exemplo: *abused children* E *self-esteem* SEM *Estados Unidos*. Nesse caso, a pesquisa teria possibilitado coligir um estoque de referências correspondente à intersecção dos dois primeiros conjuntos (*abused children* e *self-esteem*), mas depois de eliminar as referências que remetessem de uma maneira ou de outra aos Estados Unidos.

Dito isto, embora a tecnologia facilite a tarefa do pesquisador, este deve considerá-la principalmente como uma etapa para o mundo tangível. Isso porque, embora possibilitem detectar rapidamente uma obra, os catálogos eletrônicos ainda não dispensam o pesquisador de um contato material com o livro. Se bem que um artigo de periódico possa ser lido *on-line*, a tela do monitor não é visualmente confortável para que se leia toda uma monografia. Por outro lado, o espaço virtual criado pela internet não substitui o espaço físico da biblioteca, seus recursos documentais e as orientações de seu pessoal. A biblioteca é um local de encontros e intercâmbios. Antes, durante ou depois da pesquisa por computador, o pesquisador deveria contar com o apoio e a supervisão das pessoas e das instituições competentes.

Os tipos de publicação indicados no catálogo variam de uma biblioteca para outra. A maioria dos catálogos menciona livros, relatórios de pesquisas, teses e dissertações; alguns também indicam documentação audiovisual, publicações governamentais e publicações de organismos internacionais. Ainda que de qualquer ponto do globo se possa ter acesso à maioria dos catálogos de biblioteca hoje em dia, graças à internet, o pesquisador deve preferir realizar a pesquisa documental na biblioteca de sua universidade. Isso porque as bibliotecas geralmente adquirem para seus frequentadores o direito de acesso a serviços pagos por internet e também põem à sua disposição uma vasta gama de CD-ROMs acessíveis *on-line*[5]. Dito isto, é possível que uma biblioteca, mesmo que contenha muitas coleções diversas, não possua todos os documentos que figuram na lista bibliográfica fornecida por um catálogo ou dispositivo de busca. É então preciso recorrer ao empréstimo entre bibliotecas.

5. No Quebec, a recente inauguração da Grande Bibliothèque aumentou bastante o *corpus* de documentos ao qual pode ter acesso o pesquisador interessado na evolução histórica e atual da sociedade quebequense. A Grande Bibliothèque oferece a seus membros a "Collection nationale", que reúne tudo o que foi publicado no Quebec, tudo o que foi publicado sobre o Quebec em outros lugares do mundo e todas as publicações das quais pelo menos um dos criadores é quebequense, desde a época da Nova França. É possível ter acesso ao portal da Grande Bibliothèque no endereço <http://www.bnquebec.ca>.

Por fim, cabe esclarecer que na era eletrônica a referência bibliográfica completa (autor, título, endereço bibliográfico, fonte, tipo de documento, língua de publicação) e os elementos que descrevem o conteúdo desse documento (resumo, palavras-chave ou descritores) são chaves que dão acesso à pesquisa de um documento específico, quer se trate de livro, artigo de periódico, tese, relatório, filme etc.

Evidentemente, os catálogos das bibliotecas não têm só vantagens. Por exemplo, eles dão poucas informações sobre o conteúdo das publicações mencionadas. Assim, uma obra que trate da história do Quebec e comporte dez capítulos sobre dez assuntos diferentes, no momento da análise, só receberá duas ou três palavras-chave extraídas da lista de cabeçalhos de assuntos nos quais se baseia o arquivo do catálogo da biblioteca. Nesse livro, em particular, os capítulos que tratam da história da Gaspésie ou dos Cantões do Leste não receberão necessariamente tratamento específico. Portanto, não serão detectáveis no catálogo.

Por outro lado, muitas vezes antes de começar uma pesquisa documental o pesquisador conhece muito mal o assunto sobre o qual é necessário montar uma bibliografia. O fato de consultarmos unicamente o catálogo "assunto" da biblioteca (os mais apressados nem sequer pensam em elaborar um plano conceitual!) pode nos levar a uma percepção extremamente estreita de nosso tema e, assim, empobrecer nossa pesquisa documental. Sem dúvida, é o tratamento do tema que pode sofrer com isso. Precisamos saber que o repertório de cabeçalhos de assunto é elaborado pelos bibliotecários a partir de uma lista de termos estabelecidos de antemão com o objetivo de abranger o conjunto de conhecimentos e campos de interesse. Graças a esse vocabulário multidisciplinar, os bibliotecários analisam as obras que recebem na biblioteca e lhes atribuem duas ou três palavras-chave. O objetivo é principalmente tornar o arquivo operacional e coerente. Aliás, não pode ser de outro modo, em vista da massa de documentos tratados. Mas essa operação comporta uma lacuna importante. Exatamente em razão de seu conteúdo enciclopédico, o repertório de cabeçalhos de assunto não abrange necessariamente a dinâmica dos questionamentos intelectuais com que o pesquisador constrói seu objeto. Por esse motivo, a consulta do catálogo por "assunto", apesar de inevitável, aparece como uma atividade complementar da pesquisa documental. Desde o começo, outros filões devem também ser explorados.

Consulta a enciclopédias, dicionários científicos e guias de pesquisa

Uma das etapas iniciais da pesquisa documental feita metodicamente consiste em informar-se de maneira geral sobre o tema da pesquisa, a fim de enriquecer o plano conceitual já estabelecido e explorar melhor a pesquisa por assunto.

Nesse sentido, parece indispensável a consulta de **enciclopédias gerais e especializadas** e de **dicionários temáticos, biográficos e terminológicos**. Hoje em dia, um número cada vez maior de obras está disponível em CD-ROM. Algumas são oferecidas gratuitamente *on-line*. Deve-se notar que, em vários casos, os verbetes de enciclopédias ou de dicionários científicos são acompanhados por uma curta lista de obras essenciais ao aprofundamento do assunto abordado. Por outro lado – e isso é muito importante –, a maioria desses verbetes é complementada por uma lista de remissões ou correlatos que possibilitam ao pesquisador explorar outros aspectos – às vezes insuspeitados – de seu tema de partida, ou interligar esse tema a matérias sobre as quais ele não teria necessariamente pensado em informar-se. Esse sistema de remissões, ampliado atualmente pelos *links* de hipertextos e pela possibilidade de fazer buscas diagonais em bancos de dados, possibilita descobrir ou ampliar um tema em função de diversas perspectivas de estudo.

A consulta a **guias bibliográficos** (também chamados de guias de pesquisa) constitui uma segunda operação que deve ser realizada já no início da pesquisa documental. Verdadeiras "ferramentas documentais" já constituídas, essas obras apresentam os instrumentos de trabalho relativos a uma disciplina ou a um campo de estudo. Um bom guia bibliográfico dá uma lista exaustiva de fontes, monografias, obras de referência, estudos especia-

lizados, revistas, atlas e catálogos estatísticos com os quais o pesquisador pode contar para documentar-se sobre um assunto[6].

A principal lacuna desses guias é que, na maioria das vezes, não contêm nenhuma avaliação das obras mencionadas. Em vista da exaustividade de suas bibliografias, ameaçam afogar o pesquisador iniciante numa torrente de informações documentais. Ora, o pesquisador muitas vezes precisa de apreciações qualitativas sobre as publicações citadas. Por isso, nunca é demais aconselhá-lo, nessa etapa da pesquisa documental, a consultar **guias especialmente preparados para pesquisadores iniciantes**[7]. Esses guias, agora disponíveis *on-line*[8], têm a grande vantagem de propor orientações de leitura. Por outro lado, os estabelecimentos universitários – por intermédio dos consultores de documentação que trabalham em bibliotecas ou com a ajuda de professores – estão oferecendo cada vez em maior número e de modo às vezes muito elaborado guias de recursos bibliográficos especialmente dedicados aos jovens pesquisadores. Por exemplo, o estudante de arquivologia encontrará num guia preparado pela Universidade do Quebec, em Montreal, uma lista de *links* importantes, uma apresentação dos principais instrumentos de pesquisa próprios à sua disciplina, uma tipologia de arquivos e a enumeração dos serviços oferecidos pelo departamento de arquivos daquele estabelecimento. O mesmo ocorre com o estudante do Departamento de História da Universidade Laval, que pode consultar *on-line* um "Guia de recursos na internet".

6. Nem é preciso dizer que na era eletrônica os guias em versão de papel estão continuamente defasados em relação aos acervos informatizados, que são atualizados frequentemente. Para acompanhar a rápida corrente da pesquisa, o estudante atual deverá necessariamente consultar os bancos de dados informatizados que, dependendo da apresentação, podem assemelhar-se a verdadeiros guias bibliográficos.

7. A título de exemplo, mencionaremos *Le guide d'histoire du Québec, du régime français à nos jours*: bibliographie commentée. Org. de Jacques Rouillard, com a colab. de John A. Dickinson et al., nova ed. rev. Montréal: Méridien, 1993 [1991]. 354 p. Col. Histoire. A precaução aconselhada na nota anterior também se aplica aos guias para pesquisadores iniciantes.

8. Apenas a título de exemplo, ver o instrumento de trabalho preparado por Réal Brisson, *Les Micmacs du Québec*: guide bibliographique annoté, disponível on-line no endereço <http://www.mrnf.gouv.qc.ca/publications/ministere/affaires/2003-1002.pdf>.

Exame da documentação já constituída e aproveitamento de certas obras de referência e indexação

Encontrar uma obra implica encontrar outras através dela. Os títulos que completam os verbetes de enciclopédias e dicionários possibilitam constituir uma primeira lista de obras gerais e especializadas referentes a um assunto. O fato de consultar essas obras, acompanhadas na maioria das vezes por bibliografias mais ou menos exaustivas, possibilita a descoberta de outros títulos. E assim por diante. Esse procedimento é uma bola de neve.

No entanto, essa operação não esgota as possibilidades documentais de uma grande biblioteca. Aliás, ela pode levar o pesquisador a um acúmulo enorme e díspar de títulos. Outro meio consiste em aproveitar três tipos de obras de referência: bibliografias gerais e especializadas (ver tipologia apresentada no quadro a seguir), listas de indexação e catálogos especializados.

As **bibliografias gerais** apresentam listas exaustivas de títulos classificados por períodos cronológicos, territórios geopolíticos, grandes temas (economia, sociedade, política, instituições, cultura etc.) e subtemas. Sejam elas sinaléticas ou anotadas, essas bibliografias são constituídas a partir do recenseamento sistemático de grande parte da produção científica referente a um período histórico, a uma entidade nacional ou a uma disciplina. Percorridas integralmente, possibilitam ao pesquisador adquirir um conhecimento aprofundado da documentação disponível referente a um assunto. Implicitamente também informam sobre a orientação da produção científica sobre um assunto ou uma disciplina[9].

9. Atualmente, as bibliografias gerais se apresentam cada vez mais em forma de bancos de dados informatizados. O estudante de história poderá consultar com proveito os bancos *America*: History and Life, *Historical Abstracts*, Francis e, se for especializado em história antiga, *L'année philologique*. Quem for apaixonado por literatura ou linguística poderá recorrer a *MLA Bibliography*. Se for estudante de

TIPOS DE BIBLIOGRAFIA

Sejam elas gerais ou especializadas, correntes ou retrospectivas, sinaléticas ou analíticas, nacionais ou internacionais, as bibliografias recenseiam, de acordo com critérios múltiplos e variados, documentos sobre determinado assunto. Em papel, podem apresentar-se na forma de documento autônomo, de uma série de documentos, de anexo a um documento ou de parte de documento. Em formato eletrônico, consistem em bancos de dados que frequentemente se apresentam em forma de CD ROM. Vejamos uma breve tipologia:

Bibliografia geral
Lista de publicações que reúne todos os tipos de textos sem distinção de assunto

Bibliografia especializada
Lista de publicações que reúne textos que só tratam de um assunto ou campo temático

Bibliografia corrente
Bibliografia periódica que recenseia e descreve documentos à medida que vão sendo publicados

Bibliografia retrospectiva
Bibliografia que recenseia e descreve documentos publicados durante determinado período

Bibliografia sinalética
Bibliografia que apresenta apenas a referência bibliográfica dos documentos

Bibliografia analítica ou anotada
Bibliografia na qual cada referência bibliográfica é seguida de um resumo ou de uma breve análise

Bibliografia nacional
Bibliografia que recenseia e descreve documentos publicados no território de um único país

Bibliografia internacional
Bibliografia que recenseia e descreve documentos independentemente da língua ou do país

As **bibliografias especializadas** possibilitam avançar ainda mais na exploração dos recursos documentais de uma grande biblioteca. Isso porque elas apresentam listas de títulos, classificados por rubricas, referentes a um único assunto integrador: ideologias, relações de trabalho, modos de vida, mundo operário, mulheres etc. Geralmente preparadas por especialistas do assunto, essas bibliografias têm a vantagem de reunir, numa única publicação facilmente acessível, centenas de títulos que só uma pesquisa longa

economia, *Econlit*; de sociologia: *Sociological Abstracts*; de ciências políticas: *PAIS international*; de educação: *ERIC*. Em suas páginas, as grandes bibliotecas oferecem bancos de dados a seus assinantes; os dados são classificados de acordo com diferentes rubricas (disciplina, tipo de documentação analisada etc.), a lista – frequentemente rica – de bancos de dados nos quais estão inscritas.

e minuciosa possibilitaria agrupar. Dispensando o pesquisador de dedicar-se a um exame detalhado da produção científica existente, a bibliografia especializada também evita que ele "reinvente a roda". Também lhe dá uma ideia bastante precisa da abundância ou da raridade relativa dos textos sobre um assunto. No entanto, não existem bibliografias especializadas sobre todos os assuntos ou problemáticas de pesquisa. Cabe ressaltar que esses documentos podem apresentar-se em versão de papel ou eletrônica[10].

Tal como no caso dos outros tipos de obra de referência, é importante dar uma vista-d'olhos na introdução ou no prefácio das bibliografias especializadas. Essa medida dá clareza ao pesquisador sobre o modo de uso da ferramenta que ele tem em mãos, além de lhe indicar a metodologia seguida para o recenseamento dos textos, a extensão da investigação documental e os limites do instrumento de trabalho. O quadro da página seguinte contém alguns conselhos que devem ser postos em prática antes da utilização de uma obra de referência.

A partir das bibliografias gerais e especializadas, que podemos encontrar com o uso dessas ferramentas chamadas **bibliografias de bibliografias**[11], o pesquisador pode descobrir numerosas publicações referentes a um assunto. Para isso, porém, é preciso que o assunto corresponda mais ou menos às rubricas de classificação dos títulos na lista bibliográfica. Caso contrário, existe o risco de a consulta se eternizar.

Daí decorre a utilidade dos índices de artigos de periódicos (às vezes chamados de *abstracts*) e dos índices de artigos de jornais. Esses catálogos fazem uma classificação muito precisa da produ-

10. Cada vez mais as bibliografias especializadas ganham a forma de bancos de dados informatizados, tais como *Women's Studies International*, *History of Medicine* in Pubmed; *Family and Society Studies Worldwide*, *Arctic and Antarctic Regions* on Biblioline ou *Avery Index to Architectural Periodicals*

11. Esses instrumentos de pesquisa fazem uma relação das bibliografias já estabelecidas. Indicam as bibliografias publicadas na forma de monografias ou artigos de periódicos. Estão sendo cada vez mais encontradas na internet. O catálogo da Bibliothèque nationale du Québec, agora sob a responsabilidade da Grande Bibliothèque, permite a detecção desses documentos

APROVEITAR AO MÁXIMO INSTRUMENTOS DE TRABALHO QUE ESTEJAM AO NOSSO ALCANCE

Para aproveitar ao máximo instrumentos de trabalho descobertos, é importante seguir algumas regras gerais referentes à sua utilização. As regras abaixo foram extraídas de Marcelle Beaudiquez (*Guide de bibliographie générale*: méthodologie et pratique. Nova ed. rev. e atual. Munich: K. G. Saur, 1989 [1983]. 277 p. Bibliogr., col. Bibliothèques et organismes documentaires)

1. **Ler instruções de uso**. Isso parece óbvio, mas quantos pesquisadores, apressados demais, deixam de tomar conhecimento das "instruções de uso" constituídas pelo prefácio ou pela introdução dos instrumentos de trabalho? As primeiras páginas dessas obras, porém, transmitem informações indispensáveis sobre a modalidade de utilização do instrumento. Para as pessoas que se dão o trabalho de consultá-los, eles evitam desperdício de energia, frustrações e decepções. Cabe notar que as pesquisas realizadas em bancos de dados também exigem do pesquisador conhecimento das modalidades de funcionamento e utilização do instrumento eletrônico empregado. Frequentemente, essas informações estão disponíveis *on-line*, no endereço da biblioteca, na rubrica "Guia de utilização dos bancos de dados".

2. **Fazer um exame geral do instrumento de pesquisa**. Antes de utilizar um catálogo, mesmo que ele exista em versão eletrônica, é prudente dedicar alguns minutos a um exame preliminar. Essa apreciação gira em torno dos seguintes aspectos:

– identificação dos autores e dos organismos (editores) que participaram de sua elaboração;
– observação dos elementos constitutivos da obra (ou do banco de dados): prefácio, introdução, índices detalhados, anexos, listas de abreviaturas;
– consulta precisa de certas partes da obra em papel ou em formato eletrônico (organização do conteúdo, classificação principal e subdivisões, natureza dos índices, atualização do conteúdo, reedição etc.),
– período abrangido pelo catálogo;
– país de origem do catálogo e dos documentos indicados;
– natureza dos documentos indexados ou recenseados (tipos de documentos, língua dos documentos),
– natureza das referências bibliográficas (referências completas ou abreviadas, presença de resumo etc.)

3. **Reconhecer becos sem saída**. Nem toda busca de informações é necessariamente produtiva, feliz ou concludente. Pode ocorrer que a falta ou a raridade das informações obrigue o pesquisador a mudar de abordagem. A utilização aprofundada de vários instrumentos de detecção o levará a reconhecer essas situações.

4. **Dedicar tempo**. O tempo dedicado ao domínio de uma ferramenta de pesquisa documental é um investimento de longo prazo. Por isso, o aprendizado das modalidades de utilização de índices analíticos *on-line* é uma operação que permanece como cabedal para toda e qualquer pesquisa ulterior. Depois de dominados, os instrumentos de trabalho, em sua maioria, podem ser úteis várias outras vezes para o pesquisador.

ção científica e levam em conta novos questionamentos e problemáticas exploradas pelos pesquisadores.

De maneira geral, os índices de periódicos fazem a indexação sistemática dos artigos publicados em determinado número de periódicos selecionados de acordo com certos critérios: lugar de publicação (*Canadian Periodicals Index/Index des périodiques canadiens, America*: History and Life), disciplina à qual se vinculam (*Social Sciences Abstracts, PsychInfo, Philosopher's Index*) ou por campo temático (*Women's Studies International, First Nations Periodical Index*). Grande número desses índices já está acessível na internet ou estará dentro de pouco tempo[12].

Os índices de periódicos são publicados em intervalos regulares. Sua atualização é frequente, o que põe o pesquisador a par da vanguarda da produção científica corrente. Vários catálogos eletrônicos, vinculados a catálogos anteriormente publicados em versão impressa, indicam artigos escritos há quarenta ou cinquenta anos, oferecendo assim uma documentação retrospectiva exaustiva.

Alguns índices de periódicos também são chamados *abstracts*. Além de fornecerem a referência bibliográfica dos artigos, os *abstracts* propõem uma análise ou um resumo desses artigos. A presença de um resumo do artigo acelera ainda mais a operação de pesquisa documental, pois possibilita tomar conhecimento instantaneamente do conteúdo de um texto. Alguns índices de periódicos vinculados a uma disciplina às vezes oferecem resumos de dez a quinze linhas.

Além dos artigos de periódicos, alguns índices arrolam outros tipos de publicações: teses, relatórios, livros etc. É o que faz

12. Em alguns anos, a maioria das revistas científicas, se não todas, estará disponível em suporte eletrônico. O conteúdo de grande número de revistas científicas já está acessível *on-line*, a partir de bancos digitalizados. O jovem pesquisador poderá perceber as dimensões da documentação existente consultando os bancos de dados *JSTOR, History Cooperative, PCI Full Text, ProQuest, Érudit, Project Muse, Repère* e *ScienceDirect*. Cabe mencionar que o acesso a esses bancos de dados costuma ser limitado aos afiliados de uma biblioteca. Em geral, o catálogo das grandes bibliotecas informa o usuário sobre a existência de uma revista *on-line*. Para uma reflexão sobre a questão das revistas científicas *on-line*, ver Gérard Boismenu e Guylaine Beaudry, *Le nouveau monde numérique*: le cas des revues universitaires. Paris: La Découverte, 2002. 178 p. Bibliogr., lista de links, col. Recherche/La Découverte.

o *Bulletin signalétique*, publicado pelo Centre de documentation en sciences humaines do CNRS (Paris), hoje acessível *on-line* graças ao banco de dados *Francis*. O mesmo ocorre com a ferramenta de indexação *Historical Abstracts*, graças à qual o historiador consegue ficar rapidamente a par da situação da documentação relativa a um assunto, e isso é feito em várias línguas.

Na hora de utilizar um índice de periódicos ou um *abstract*, recomenda-se anotar as particularidades desses instrumentos de trabalho (ver quadro abaixo).

LEMBRETES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES DE PERIÓDICOS

1. Cada índice de periódico ou cada *abstract*, em papel, CD-ROM ou banco de dados diretamente acessível na internet, costuma incluir uma lista de revistas examinadas ou analisadas. Essa lista possibilita verificar se os artigos de dado periódico são regularmente indicados ou analisados pelo catálogo, ou se este considera ao mesmo tempo artigos de revistas científicas e artigos de outros tipos de revistas (*newsletters*, revistas populares ou de divulgação etc.).
2. Mesmo que o título de um catálogo esteja em inglês (por exemplo, *Sociological Abstracts*, *PsychInfo*), não se deve concluir que todos os artigos citados estejam escritos em língua inglesa. O recenseamento internacional dessas ferramentas muitas vezes possibilita descobrir artigos em outras línguas. Os resumos dos artigos em outras línguas, porém, estarão na língua do catálogo
3. As bibliotecas e os centros de documentação não são assinantes de todas as revistas mencionadas ou analisadas nos índices de periódicos ou nos *abstracts*. Será possível verificar a disponibilidade de um periódico consultando o catálogo da biblioteca.
4. Para economizar espaço, grande número de índices ou *abstracts* indicam de maneira abreviada a referência aos títulos das revistas. Uma lista de revistas arroladas, habitualmente colocada no início ou no fim do índice, possibilita obter os títulos completos das revistas. Por exemplo:
Anthropol. Soc.: *Anthropologie et Sociétés*
Cah. Socio. Dém. Méd.: *Cahiers de sociologie et de démographie médicales*
J. Amer Folk - *Journal of American Folklore*
5. Deve-se prestar atenção à redundância. Uma revista importante pode ser arrolada simultaneamente por vários índices de periódicos ou *abstracts*. Consequentemente, os mesmos artigos poderão ser indicados por vários desses instrumentos.
6. Deve-se prestar atenção à complementaridade. Os artigos de periódicos menos conhecidos (o que ocorre com frequência em revistas de língua francesa...) só serão arrolados por raros instrumentos.
7. É preciso ficar atento para as atualizações anuais ou mesmo decenais. A atualização anual de um índice de periódicos evitará que o jovem pesquisador precise consultar todos os números individuais publicados durante o ano. A maioria dos índices ou *abstracts* reúne todos os assuntos tratados durante o ano num *Annual Subject Index* ou num *Cumulative Subject Index*. Evidentemente, essa observação não vale para os casos dos índices eletrônicos nos quais a atualização das referências e das entradas é muito frequente.

As **listas classificadas de artigos de jornais** constituem um meio de acesso às informações divulgadas nos principais cotidianos. Na maioria, os grandes cotidianos canadenses estão classificados no banco de dados *CBCA Complete* (proquest.umi.com). Atualmente, os jornais importantes publicam seu próprio índice *on-line*. Boa parte da edição cotidiana de vários jornais está acessível no endereço do próprio jornal na internet. Em numerosos casos, os dispositivos de busca possibilitam explorar os arquivos do jornal[13]. A leitura do artigo arquivado geralmente é feita por compra *on-line*. As bibliotecas universitárias às vezes obtêm para sua clientela direito de acesso aos acervos de arquivos do cotidiano. Deve-se notar que os números anteriores aos anos 1980-1990 raramente estão digitalizados.

Outro modo de ter acesso à documentação capaz de abranger diretamente um campo temático de pesquisa consiste em explorar alguns **catálogos especializados**, tais como os de teses, os de publicações governamentais ou organismos internacionais, os de publicações estatísticas, de documentação cartográfica e audiovisual ou de testes.

Os **catálogos de teses** apresentam a lista exaustiva das teses registradas nas universidades de diversos países durante dado período. O conhecimento das teses constitui um aspecto muito importante da pesquisa documental. Quem não gostaria de ser rapidamente informado sobre os trabalhos originais já realizados na área de seu interesse? Em ciências sociais e humanas, a tese de doutorado geralmente contém um capítulo teórico e metodológico muito rico que encerra um exame exaustivo da produção científica pertinente. Essas características a transformam numa ferramenta de precisão para o pesquisador.

13. Alguns bancos de dados, como o *Eureka*, também têm essa função. O *Eureka* possibilita fazer pesquisas em cotidianos, publicações semanais e mensais do Canadá em língua francesa e inglesa, bem como da França, obtendo-se o texto dos artigos no mesmo dia da publicação.

As teses e dissertações registradas nas universidades canadenses são arroladas desde 1947 no catálogo *Thèses canadiennes*. Desde 1980, esse instrumento encontra-se em microfichas. Estas estão sendo substituídas pela internet. A próxima finalização do *Portail de thèses Canada* (<http://www.collectionscanada.ca/thesescanada/index-f.html>) possibilitará o acesso às notas bibliográficas das teses canadenses e pesquisas verticais no banco de dados graças a um dispositivo de pesquisa. As notas bibliográficas das teses norte-americanas, por sua vez, são acessíveis na publicação *on-line ProQuest Dissertations and Theses* (<http://proquest.umi.com>). Geralmente a descrição bibliográfica é acompanhada por um resumo do conteúdo da tese.

Os **catálogos de publicações governamentais** dão acesso a uma documentação rica, volumosa e às vezes desconhecida: a dos organismos estatais e paraestatais. Em razão da importância adquirida pelos diversos níveis de governo na organização e na regulamentação das atividades das sociedades contemporâneas, essa documentação parece indispensável a quem queira ter uma ideia da evolução do mundo ou dos Estados constituídos.

Antigamente, os catálogos de publicações governamentais do Quebec eram publicados em papel com os títulos *Liste mensuelle des publications du Gouvernement du Québec* e *Publications du Gouvernement fédéral*. Hoje em dia, a pesquisa e a consulta das publicações governamentais do Canadá são feitas *on-line* nos endereços dos ministérios.

Os **catálogos de publicações dos organismos internacionais** contêm documentos de todos os tipos, publicados por esses organismos. Cada organismo costuma publicar *on-line* sua própria lista anual ou cumulativa[14].

Os **catálogos de publicações estatísticas** fazem o inventário dos documentos estatísticos disponíveis. Muitos dados hoje são acessíveis *on-line* na forma de planilhas que podem ser visualizadas

14 O site International Agencies and Information on the Web, produzido e atualizado pela biblioteca da Universidade de Michigan (<http://www.lib.umich.edu/government-documents-center/explore/browse/international organizations/256/search/>), dá o endereço eletrônico das páginas ou portais de grande número de organismos internacionais.

por meio de certos programas, como o Excel. A internet é agora o instrumento essencial para encontrar a fonte mais apropriada de dados entre as publicações estatísticas do Canadá, pois o dispositivo de busca do organismo Statistique Canada aceita e possibilita buscas muito detalhadas. Na qualidade de instituto nacional de estatística, o Statistique Canada está encarregado da coleta e publicação de dados sobre quase todos os aspectos da vida social e econômica no Canadá. Pode-se ter acesso aos recursos que ele põe à disposição dos pesquisadores consultando sua página no endereço <http://www.statcan.ca>. Deve-se notar que os documentos de natureza estatística produzidos pelos ministérios e pelos organismos governamentais do Quebec também são publicados *on-line* pelo Institut de la statistique du Québec e estão disponíveis no endereço <http://www.stat.gouv.qc.ca>.

Os **catálogos de documentação cartográfica** dão acesso a fontes incomparáveis de informações constituídas por cartas geográficas, atlas, mapas antigos etc. Sabe-se que esses documentos abordam uma infinidade de assuntos e de fenômenos econômicos, políticos, históricos e culturais representados espacialmente. Assim, uma pesquisa sobre a situação das mulheres ou dos autóctones pode ser enriquecida com a consulta de um atlas, como o *Atlas of American Women* ou o *Atlas of North American Indians*. Um número cada vez maior de atlas, mapas, plantas e fotos de interesse cartográfico etc. está disponível *on-line*[15]. Cabe ressaltar que as bibliotecas oferecem à sua clientela serviços de pessoal ou recursos especializados na informação cartográfica. Mais do que ninguém, essas pessoas sabem orientar o pesquisador na utilização de catálogos, listas e instrumentos cartográficos apropriados.

Os **catálogos de documentação audiovisual** classificam, em função de assuntos bem precisos, a documentação disponível em suportes não impressos, tais como filmes, discos, registros sonoros, *slides*, conjuntos multimídia e vídeos. Trata-se de uma documentação que pode ser explorada com proveito para fins de

15. Um site (*The World of Maps*, <http://www.maps.ethz.ch/>) contém grande número de referências a mapas *on-line*.

pesquisa. Além da lista dos documentos audiovisuais fornecida pela biblioteca, alguns catálogos permitem que o pesquisador localize rapidamente produções audiovisuais das mais diversificadas. Entre esses catálogos, destacamos o banco de dados *David*. Contendo atualmente mais de 80.000 referências, ele recenseia a cada ano cerca de 2.500 videocassetes, CDs e outros documentos audiovisuais de todas as proveniências, em todos os campos e para todos os públicos. O *Catalogue des films et vidéos de l'Office national du film du Canada*, publicado em CD-ROM, representa outra ferramenta de trabalho de grande valor. Também existem na internet bancos multimídia nos quais é possível baixar fotos, filmes e arquivos.

Por fim, os **catálogos de testes** permitem que psicólogos, educadores, assistentes sociais e mesmo especialistas em trabalho selecionem e avaliem diversos instrumentos de mensuração de atitudes e comportamentos[16].

Como avançar na pesquisa documental: saber escolher a obra certa

Depois de reunir dez, vinte ou trinta publicações com a ajuda dos instrumentos de trabalho consultados, é preciso ainda selecionar as que serão efetivamente utilizadas para a realização da pesquisa documental. O problema é simples: o pesquisador não pode ler todas as obras, artigos e documentos que encontrou, pois não tem tempo para isso. No entanto, não pode escolher arbitrariamente aquilo que será usado para o aprofundamento da consulta e da leitura. Como sair dessa? Evidentemente, dedicando-se a uma observação minuciosa de cada uma das obras. Mas também encontrando resenhas. Ora, como saber se uma obra teve resenha crítica? E como saber onde foi publicada essa resenha?

O melhor meio de descobrir essa informação consiste em recorrer aos **catálogos de resenhas**. Estes possibilitam localizar rapidamente obras e publicações que foram resenhadas em diversos periódicos científicos ou outros. Comparando duas ou três resenhas de obras, o pesquisador pode descobrir rapidamente como e até que ponto uma obra pode ser útil ao desenvolvimento de seu trabalho.

Várias disciplinas possuem, em papel ou em versão eletrônica, sua própria revista especializada na crítica de obras científicas, vídeos, aplicativos etc. Entre essas revistas citaremos *Contemporary Sociology: A Journal of Reviews*, *Anthropology Review Database*, *Revue canadienne des comptes rendus en philosophie*. Outros catálogos mais gerais indicam resenhas publicadas em diferentes revistas científicas. A título de exemplo, mencionaremos o *Canadian Periodicals Index / Index des périodiques canadiens*, disponível *on-line*. Além de facilitar a localização das resenhas de obras, alguns índices apresentam análises (ou resumos, ou resenhas curtas) dessas obras. Trata-se ora de análises originais, ora de excertos reproduzidos de uma resenha publicada em outro lugar. Isso é o que ocorre com o *Book Review Digest*[17]. Nem é preciso dizer que a multiplicação do número de revistas disponíveis *on-line* pelo canal das bibliotecas digitalizadas – que possibilitam aos usuários ter acesso rápido ao conteúdo de seus números a partir de uma palavra-chave (autor, título) – facilita enormemente a pesquisa de resenhas.

Com os *abstracts*, os catálogos de resenhas possibilitam ao pesquisador atingir um conhecimento operacional e utilitário de uma parte da documentação reunida. Antes mesmo de ler completamente as obras e os artigos coligidos, ele pode classificar sua documentação de maneira eficaz.

Como completar a pesquisa documental explorando outras obras de referência

Várias obras, úteis sob diversos aspectos, possibilitam acumular outros detalhes cruciais para a documentação em torno de um assunto. É o que ocorre com os **catálogos biográficos, anuá-**

16. Em psicologia – disciplina na qual o uso de testes é norma –, os catálogos de testes podem ser encontrados por meio do banco de dados PsychInfo. Em ciências da educação, pode-se recorrer a ERIC.

17 No caso das obras de ciências sociais e humanas, o jovem pesquisador deve saber que, todos os anos, a revista *University of Toronto Quarterly* publica grande número de resenhas críticas num número especial do periódico. As resenhas dessa revista estão arroladas no *Canadian Periodicals Index / Index des périodiques canadiens*.

rios (cronológicos ou estatísticos), **catálogos de órgãos públicos e privados, tratados** e **manuais**. É possível encontrar essas obras com a ajuda de guias bibliográficos (ou guias de pesquisa) e catálogos eletrônicos das bibliotecas. O pesquisador esperto, porém, precisará criar uma lista pessoal para utilizá-la em função de suas necessidades específicas.

Os **catálogos biográficos** possibilitam a pesquisa de informações biográficas sobre personalidades célebres, vivas ou não, personagens históricas, autores importantes etc. Existem dicionários biográficos (estudo e história de pessoas conhecidas), publicações como *Who's Who*, que traçam em linhas gerais a carreira de personalidades mais contemporâneas.

Existe uma variedade considerável de *Who's Who* e de dicionários biográficos. Sejam eles internacionais (*Current Biography, The International Who's Who, Who's Who in the World*), nacionais (*Biographies canadiennes-françaises, The Canadian Who's Who, Who's Who in America... in France... in Germany*) ou especializados (*Dictionnaire biographique de tous les temps et de tous le pays, Dictionnaire des personalités historiques de tous les temps*), abrangem quase todas as esferas da atividade profissional.

Em sua maioria, as listas e os catálogos cujo título começa com *Who's Who* são mencionados no catálogo de títulos das bibliotecas. Em razão do grande número de catálogos biográficos no mercado editorial, foram publicados **índices de biografias**. Citaremos principalmente *Biography Index* e *Bio-Base* (em microfichas). Além de fornecerem diretamente informações biográficas sobre grande número de pessoas, esses índices arrolam grande número de livros sobre assuntos biográficos, indicando com precisão as referências às fontes, o que possibilita ao pesquisador acrescentar informações biográficas às notas frequentemente muito curtas que figuram nos catálogos. Cabe ressaltar, enfim, que a revista de indexação *Bio-Base* (também disponível *on-line* com o nome *Biography Master Index*) dá acesso a cerca de três milhões de notas biográficas publicadas em mais de 500 catálogos biográficos diferentes. É aconselhável utilizar essa superferramenta caso a biblioteca a possua.

Publicados anualmente, os **anuários** contêm informações variáveis de uma edição para outra. A informação é apresentada de

modo descritivo ou estatístico. Um bom número de organismos político-geográficos possui seu próprio anuário[18]; por exemplo, *Le Québec statistique*, o *Annuaire du Canada*, o *Annuaire de l'Afrique du Nord*, o *Statistical Abstract of Latin America*, o *Annuaire statistique de la France*. O *Annuaire des Nations Unies* ilustra bem, por sua vez, a riqueza informativa que os organismos internacionais puseram à disposição dos pesquisadores. Compilando dados relativos a suas esferas de atividade ou a seus campos de atuação, esses organismos publicam numerosos anuários e boletins estatísticos. Entre os mais conhecidos, cabe assinalar o *Anuário estatístico* e o *Anuário demográfico* das Nações Unidas[19].

A rubrica "assunto" do dispositivo de busca das bibliotecas arrola as publicações estatísticas dedicadas a um país ou a uma região (ou a uma subdivisão desse país ou dessa região), por exemplo: ÁSIA – Estatísticas, JAPÃO – Estatísticas. Uma ferramenta muito refinada, o **índice das estatísticas**, relaciona as informações contidas em grande número de publicações estatísticas. Como exemplo de tais índices, citaremos o *Current Index to Statistics Extended Database*, o *FedStats*, o *World Trade Database*[20]. O portal da Statistique Canada, graças a um dispositivo de busca muito eficaz, dá acesso a um conjunto de publicações da agência governamental. O mesmo ocorre com o portal do Institut de la statistique du Québec.

Para o pesquisador que deseje conhecer as principais características sociológicas, históricas, políticas, econômicas e culturais de um país ou de uma região, o anuário constitui um instrumento de trabalho muito útil.

---

18. Notar que essas ferramentas de trabalho estão cada vez mais disponíveis em CD-ROM.

19. O portal eletrônico da Organização das Nações Unidas (ONU) dá acesso a grande número de publicações desse organismo internacional. Disponível em <http://lib unique un.org/lib/unique nsf>.

20. Na internet existe um endereço que, como indica seu nome, dá acesso a grande número de fontes e recursos estatísticos *on-line* (*Statistical Resources on the Web*, University of Michigan Library, [on-line], <http://www.lib.umich.edu/government documents-center/explore/browse/statistics/260/search/>).

A procura de uma informação pontual sobre um organismo ou uma pessoa é facilitada pelos instrumentos de trabalho em que consistem os **catálogos de órgãos públicos e privados**. Com isso se chega a grande número de obras de referência. Mencionaremos, entre outros: listas de endereços ou de instituições, listas telefônicas, anuários de associações profissionais, anuários administrativos, certos guias de informação geral ou especializada. Essas obras estão cada vez mais acessíveis *on-line*[21].

Os catálogos de organizações públicas e privadas vão desde os mais gerais (*World of Learning*, *Encyclopedia of Associations*, *Yearbook of International Organizations*, *Répertoire des associations du Canada*, *Répertoire des associations du Québec*) aos mais especializados (*Annuaire des CLSC*, *Guide to Graduate Departments of Sociology*, *Répertoire des ressources bénévoles de la region administrative de Québec*, *Répertoire des municipalités du Québec*, *Répertoire des groupes de femmes du Québec*). Por fim, alguns órgãos privados ou públicos publicam guias que, pelo conteúdo, se assemelham a catálogos. Citaremos em especial o *Guide des jeunes*, o *Guide des aînés* e o *Guide d'information pour les femmes*.

Na qualidade de obras de síntese, os **tratados** exploram determinado campo de conhecimento da maneira mais completa possível. Na prática, desempenham o papel de uma verdadeira enciclopédia. Mencionamos, por exemplo: *Traité de sociologie*, *Traité du social*, *Handbook of Social Methods*, *Handbook of North American Indians*, *Handbook of Aging in the Social Sciences*. Geralmente redigidas por um grupo de autores em colaboração, essas ferramentas às vezes contam mais de mil páginas. Apresentam-se frequentemente em vários volumes e, cada vez mais, em CD-ROM. Infelizmente, nem todos os campos do conhecimento são cobertos pelos tratados.

Os **manuais** apresentam, de modo muito didático, as noções essenciais de uma arte, uma ciência ou uma técnica. Frequentemente seu texto está muito associado às exigências dos currículos escolares. A estruturação de seu conteúdo permite que o usuário delimite rapidamente um assunto. Apesar do fácil acesso ao estudante, esse tipo de obra exige atualizações periódicas. Quando a intenção é documental, o manual funciona como obra de informação generalíssima. Pode ajudar a contextualizar um assunto e às vezes oferece algumas indicações bibliográficas. No entanto, o pesquisador não pode limitar-se ao conteúdo de um manual para aprofundar um assunto. O manual pode ser vantajosamente completado pela **obra de síntese**. Esta, sobretudo quando dirigida a um público já afeito aos fundamentos de uma disciplina ou de um assunto, costuma apresentar informações mais ricas, aprofundar mais as análises, relacionar pesquisas de ponta e dar pistas para pesquisas ulteriores. As obras de síntese muitas vezes fazem parte de **coleções especializadas** cujo principal objetivo é avaliar os conhecimentos relacionados a um assunto ou fornecer coordenadas sobre pesquisas em andamento em uma disciplina ou um campo de estudos. Como exemplo, mencionamos a coleção *Quadrige*, publicada pelas Presses universitaires de France, que atualmente conta com mais de 460 obras sobre todos os setores das ciências humanas e sociais[22]. A **monografia**, definida pelo dicionário *Petit Robert* como um "estudo completo e minucioso que se propõe esgotar determinado assunto relativamente restrito", completa o quadro dos recursos eruditos. Cabe esclarecer que, embora algumas obras notáveis tenham sido publicadas em formato eletrônico, a comunidade científica hesita em adotar o novo suporte e abandonar o livro no caso de obras de síntese e de monografias[23].

21. Duas referências interessantes: *Associations Unlimited* [CD ROM], Detroit, Gale Research, 1998, que relaciona mais de 125.000 associações e organizações internacionais; *The World of Learning*: The International Guide to the Academic World [on-line], <http://www.worldoflearning.com>, que relaciona grande número de sociedades científicas e de estabelecimentos ligados à divulgação de conhecimentos em todo o mundo.

22. A coleção se divide em quatro partes: dicionários de bolso (dicionários, história geral), grandes textos, debates/ensaios, manuais. Também publicada pelas PUF, a coleção Que sais-je?, que conta mais de 3.600 títulos, representa um dos maiores bancos de dados internacionais construídos para o grande público por especialistas.

23. Existe atualmente um projeto de edição internacional dirigido pelo dispositivo de busca Google: seu objetivo é disponibilizar *on-line* 15 a 20 milhões de obras provenientes de diferentes bibliotecas do mundo anglo-saxão que figuram entre as mais ricas do planeta.

Seria errôneo acreditar que o trabalho de documentação termina com a exploração das obras de referência, indexação e detecção. Também é preciso coligir minuciosamente as informações documentais, avaliar sucintamente o conteúdo dos documentos arrolados em relação aos objetivos visados pela pesquisa e interrogar-se sobre a eficácia do trabalho realizado. Vejamos as coisas mais de perto.

Quarta etapa: coleta de informações documentais

Essa etapa consiste em coligir a informação bruta tal qual aparece nas obras de referência utilizadas pelo pesquisador. Trata-se de selecionar as referências mais condizentes com o assunto previamente definido. Vimos até que ponto os catálogos de resenhas, arrolando apreciações críticas das obras descobertas, podem ajudar a realizar essa operação de seleção. No entanto, é verdade que um assunto bem definido facilita consideravelmente a escolha dos documentos que devem ser utilizados.

Como a pesquisa documental é um trabalho de precisão, a anotação minuciosa das referências bibliográficas é operação fundamental. Não há nada mais frustrante do que ser obrigado a consultar de novo o arquivo eletrônico de uma biblioteca para completar um endereço bibliográfico mal anotado. Para evitar esse desapontamento, recomenda-se anotar a referência bibliográfica completa de um documento e também, mesmo que abreviadamente, as principais coordenadas do instrumento de trabalho com o qual se detectou o documento. No caso de uma pesquisa feita em bancos de dados ou diretamente na internet, por meio de dispositivos de busca, nem é preciso dizer que a anotação da referência – nesse caso o endereço eletrônico – é também muito importante. Para o ciberpesquisador, o endereço eletrônico lembra as pedrinhas do Pequeno Polegar: é indispensável para reencontrar, nos fios tantas vezes atordoantes da Rede, o caminho para a fonte de informações recolhidas...

Quinta etapa: análise das informações coligidas

A capacidade de analisar e sintetizar as múltiplas facetas das informações colhidas durante a pesquisa dos documentos é uma operação intelectual e pessoal que varia de um pesquisador para outro.

O objetivo principal é avaliar o conteúdo dos documentos coligidos em relação aos propósitos visados pela pesquisa, à problemática inicial, aos aspectos abordados da questão e à estratégia de demonstração do pesquisador. Essa operação de análise das informações colhidas permite que o pesquisador proceda a uma seleção ainda mais específica de sua documentação. Em certos casos, o assunto da pesquisa poderá sofrer algumas modificações no que se refere à definição e à formulação, em obediência às injunções documentais e ao avanço dos trabalhos sobre a questão.

Sexta etapa: avaliação geral da pesquisa documental

Essa etapa leva o pesquisador a interrogar-se sobre a eficiência de seu trabalho de documentação. Idealmente, esse balanço se vale de opiniões de colegas, professores ou bibliotecários. As perguntas são as seguintes:

– Preciso voltar a certas etapas do processo?

– Em vista de meus objetivos iniciais, consultei todas as pessoas e todos os recursos disponíveis?

– Recorri às fontes de informação mais pertinentes?

– Preciso documentar novas variáveis de minha pesquisa ou redefinir de modo mais amplo ou mais estrito meu tema de pesquisa?

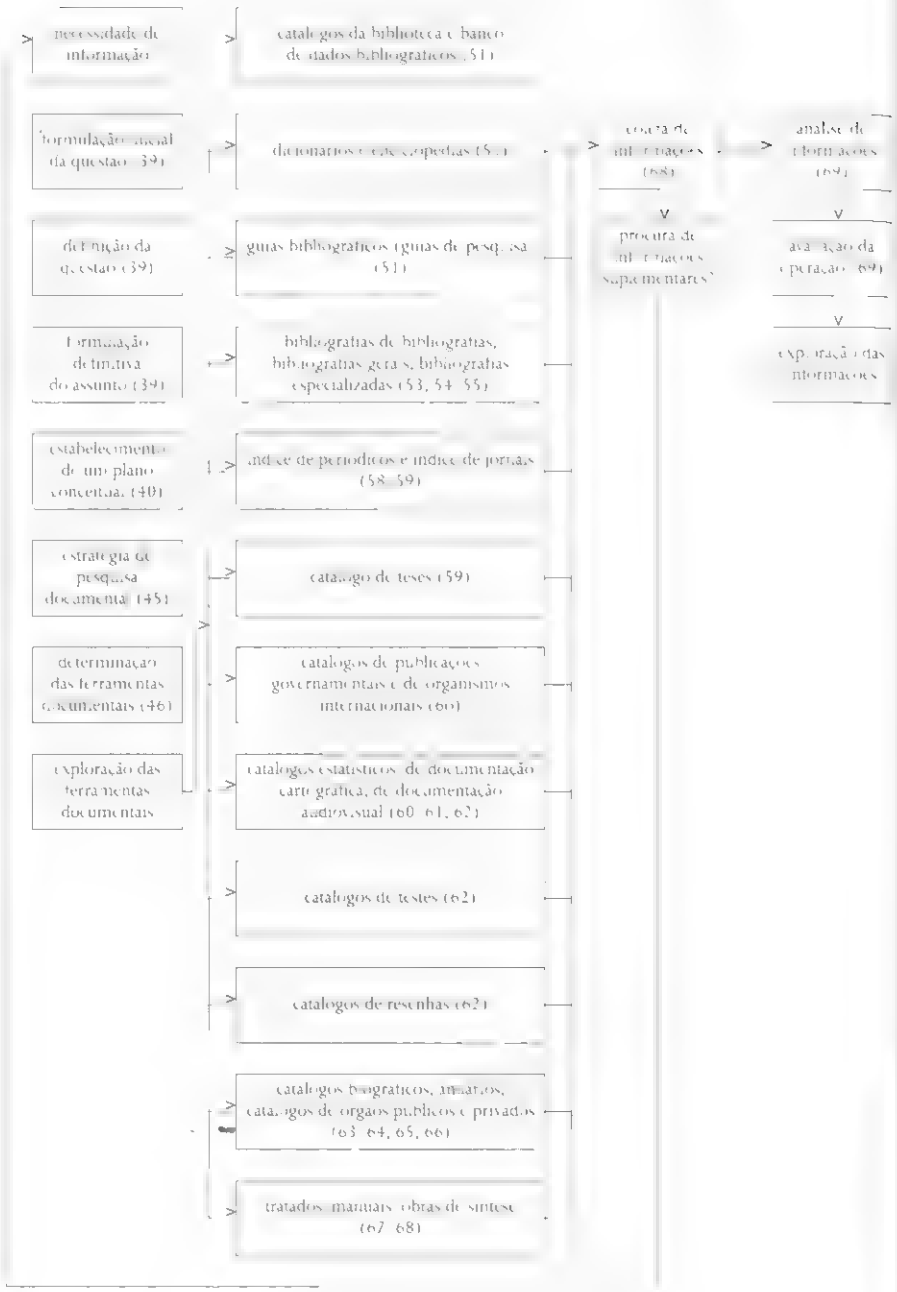
– Em relação à extensão de meu projeto de pesquisa, terei informações suficientes em termos qualitativos e quantitativos?

Ainda que apresentada como a última etapa do processo de pesquisa documental, essa operação de avaliação pode ser realizada em qualquer momento do trabalho. Nada obriga o pesquisador a esperar até o fim para avaliar sua trajetória.

O diagrama da página 70 reconstitui as principais etapas da pesquisa documental anteriormente descrita.

PRÓ-MEMÓRIA DA PESQUISA DOCUMENTAL

(Os números entre parênteses remetem às páginas pertinentes do guia.)



2. VINTE E SEIS RECURSOS QUE DEVEM SER CONHECIDOS PARA OTIMIZAR O TRABALHO DE BIBLIOTECA NA ERA ELETRÔNICA

Existe uma técnica metódica e lógica que possibilita documentar-se na era eletrônica e dominar a massa considerável de documentos, escritos ou outros, contidos numa grande biblioteca. Contudo, essa técnica – que acabamos de descrever – não é excludente. O pesquisador esperto precisa explorar outros caminhos, inclusive lançar mão de alguns truques, para otimizar seu trabalho de pesquisa documental. Vejamos uma lista desses truques, descobertos na vivência:

1. Criar uma lista pessoal de ferramentas documentais. Durante uma pesquisa ou por acaso você descobriu, numa biblioteca ou na Rede, uma enciclopédia, um dicionário científico, um índice de periódicos, um anuário qualquer? Anote-o e classifique-o em sua "caixa de ferramentas" pessoal. Quem sabe se, numa próxima pesquisa, esse instrumento de trabalho não se mostrará indispensável para a documentação sobre um assunto?[24]

2. Criar uma ficha bibliográfica de todas as publicações encontradas, utilizadas, consultadas. A memória é incapaz de registrar todas as referências bibliográficas que o pesquisador encontra quando vai à biblioteca. O único modo de ser eficiente consiste em anotar essas publicações seguindo algumas convenções de uso. Desse modo não só se economiza muito tempo (pois se evita verificar de novo o endereço bibliográfico ou a coleção de um volume consultado quando se começa a redação da bibliografia), mas também é possível dispor rapidamente de um banco de títulos pessoal para pesquisas ulteriores sobre o mesmo assunto ou um assunto conexo. Quando se tem um computador de bolso, a coleta de dados na biblioteca é prática. Em casa, é possível pas-

24. Cabe ressaltar que nas páginas das grandes bibliotecas (sobretudo universitárias) encontram-se centenas de referências práticas que podem ajudar em pesquisas documentais precisas e amplas, eficazes e fidedignas. Pode-se ter acesso aos portais da maioria das universidades do mundo e, por meio deles, aos endereços de suas bibliotecas, por meio do portal UniversitiesWorldwide (<http://univ.cc/>)

sar para o computador as fichas criadas durante o dia e organizá-las com algum aplicativo, construindo-se assim, ao longo dos anos, um verdadeiro banco pessoal de informações que possibilitará ganhar muito tempo.

3. Se for o caso, "copiar-colar" o título e o resumo de uma obra ou de um artigo encontrado *on-line* e inseri-lo na ficha bibliográfica de seu banco de dados. Dessa maneira, mesmo vários meses depois de ler o artigo ou a obra, pode-se ter certeza de lembrar as linhas gerais de seu conteúdo.

4. Selecionar alguns periódicos científicos que correspondam a seus objetivos de pesquisa e ler sistematicamente as duas seções intituladas "Resenhas/Book Reviews" e "Lista das obras enviadas à revista". É o melhor meio de ficar em dia com a massa de publicações científicas que não para de chegar ao mercado do conhecimento. Trata-se também de um excelente meio de ter acesso rápido a apreciações lúcidas e bem informadas sobre as novas publicações.

5. Selecionar uma ou duas revistas bibliográficas que analisem as novas publicações e consultá-las periodicamente. Quem quiser conhecer o que é publicado nos Estados Unidos, na França, na Grã-Bretanha, por exemplo, sobre história, sociologia ou ciências políticas pode consultar regularmente revistas bibliográficas como *Bulletin critique du livre français* (em CD-ROM) ou *British Book News* (versão impressa apenas), e assim terá acesso a resenhas de obras recentes, estudos bibliográficos aprofundados e comentários de especialistas sobre o mercado da edição científica e geral[25]. Para conhecer as novas publicações e as que virão, é possível consultar listas de títulos como *Forthcoming Books* (<http://www.locusmag.com/ForthcomingBooks.html>), *Livres à paraître*

25. O jovem pesquisador sério que, além de se informar sobre as novas publicações e ler resenhas de alto nível, quiser ter uma boa ideia do mundo intelectual americano, britânico, francês, canadense-inglês e quebequense poderá consultar regularmente as seguintes revistas: *The New York Review of Books*, *The London Review of Books*, *Le Monde des livres*, *Magazine littéraire*, *Literary Review of Canada*, *Canadian Review of Books*, *Spirale*, *Nuit blanche*.

(editado pela Bibliothèque nationale du Canada no endereço <http://epe.lac-bac.gc.ca> ou Bibliothèque nationale du Québec no endereço <http://www.banq.qc.ca/ressources_en_ligne/livres_quebecois_paraitre_nouveautes/index.html>) e *The Publisher's Trade List Annual* (apenas em versão impressa).

6. Desconfiar da "falta de documentação". Antes de concluir, com desânimo, que há falta de documentação sobre um assunto, recomenda-se consultar, por via das dúvidas..., um ou dois índices de periódicos reconhecidos abrangendo um período de alguns anos. Quem sabe não se descobre um tesouro escondido?

7. Lembrar que um autor muitas vezes é um especialista numa questão e que não conta apenas uma publicação em seu ativo. Encontrou uma obra interessante? Descobriu que um autor é frequentemente citado nos livros que usa? Consulte rapidamente o catálogo de autores ou um índice de periódicos. Existe a possibilidade de descobrir, em nome desse autor, vários títulos indispensáveis ao prosseguimento da pesquisa. Caso se trate de um autor conceituado ou importante, também é possível descobrir no catálogo por assunto, no nome dele ou no título de sua teoria, obras referentes à sua pessoa.

8. Aproveitar os recursos bibliográficos postos à disposição pelos profissionais da biblioteca. Toda grande biblioteca oferece à clientela os serviços de um pessoal numeroso e especializado. Este produz regularmente documentos que encerram grande massa de informações bibliográficas, tais como guias bibliográficos, bibliografias seletivas, listas de aquisições recentes, boletins informativos, folhetos com informações de todos os tipos, guias computadorizados. Todos esses documentos, na maioria das vezes, são fornecidos gratuitamente, *on-line*, às pessoas que os solicitam ou se inscrevem nos boletins eletrônicos (*newsletters*) dos estabelecimentos.

9. Explorar a seção "Novas aquisições". O pesquisador está na biblioteca, cansado, sonolento... Por que não fazer uma pausa intelectualmente proveitosa examinando a seção das novas aquisições? As grandes bibliotecas costumam permitir que sua clientela tome conhecimento dos novos títulos adquiridos (dezenas por dia!) antes de os classificar de modo permanente nas prateleiras.

10. Nunca esquecer que as publicações são classificadas por assuntos; portanto, uma obra sempre se situa entre duas publicações semelhantes. Ir até as prateleiras para só se interessar pela obra de que se tenha referência não é o melhor modo de utilizar a biblioteca. O livro situado ao lado daquele que se procura pode mostrar-se genial ou realmente útil...

11. Xerocar ou imprimir bibliografias de obras especializadas. Uma obra especializada sobre um assunto contém boa bibliografia? Pode ser interessante tê-la à mão, principalmente quando é preciso trabalhar regularmente com aquele assunto, mesmo que a bibliografia esteja publicada na internet.

12. Ler artigos que apresentem o "estado atual da questão" ou "revistas da produção científica atual". Tais artigos dão muitas informações bibliográficas, contextualizam as novas publicações em relação ao estado dos conhecimentos sobre dado assunto e apresentam apreciações críticas das publicações recenseadas. Esse tipo de artigo, que se encontra sobretudo nas revistas especializadas, permite que o pesquisador fique em dia com a evolução dos debates científicos.

13. Valer-se dos serviços dos profissionais da biblioteca. Em muitos casos, o recurso à perícia dos profissionais leva a economizar tempo e possibilita obter opiniões esclarecedoras e bem informadas sobre os meios de encontrar documentação.

14. Vasculhar regularmente as livrarias ou a internet. É um modo agradável de descobrir e conhecer novos títulos. A observação atenta do índice, da apresentação geral da obra (às vezes reproduzida na internet) e da infraestrutura logística do volume (presença de bibliografia, referências, mapas, índice remissivo, tabelas etc.) muitas vezes ajuda a selecionar uma obra que se distinga das outras. Hoje é possível comprar ou vender livros (novos ou usados) na internet. Está claro que é preciso incluir prazos e despesas de entrega, mas a escolha geralmente é muito ampla, e os dispositivos de busca podem proporcionar verdadeiros achados.

15. Ampliar a rede pessoal de colaboradores. Trata-se de mais um caminho de pesquisa documental que não se deve desprezar. Esse canal de comunicação permite obter informações

originais com muito mais rapidez do que por meio de qualquer outra ferramenta documental. Tanto para o estudante quanto para o pesquisador experiente, os contatos com colegas são um meio privilegiado de transmitir ou receber informações.

16. Conhecer os dispositivos de busca empregados. Quando consultamos um catálogo de biblioteca *on-line* ou simplesmente navegamos pela internet, precisamos estar informados sobre as "preferências" (no sentido informático do termo) do dispositivo de busca que usamos (essa informação aparece no item "Preferências" do programa usado). Também deveríamos estar a par dos limites desse dispositivo de busca. Como se destinam a clientelas muito amplas, os grandes dispositivos de busca recenseiam unicamente as páginas catalogadas e podem remeter a endereços comerciais como primeiros resultados de uma pesquisa na Rede. Ora, frequentemente os endereços mais interessantes sobre um assunto não são os que encontramos no início da lista, mas os situados mais adiante na lista de referências ou os que descobrimos depois de um esforço sistemático de procura.

17. Consultar as páginas de *links* das associações profissionais. Embora certas páginas sejam verdadeiros arcanos reservados a iniciados, o pesquisador pode, sem restrições, voltar-se para os recursos postos à sua disposição pelas associações profissionais da disciplina a que se vincule ou pela qual tenha predileção. Nas páginas de associações, o internauta geralmente encontra páginas com *links* que remetem a diversas páginas que, do ponto de vista de especialistas, são indiscutivelmente interessantes para a disciplina.

18. Não desprezar os recursos eletrônicos, sejam eles quais forem. Estes podem propiciar grande economia de tempo para o pesquisador. Para permitir que este ande ainda mais depressa em sua pesquisa documental, já existem "robôs", uma espécie de programa capaz de conduzir aos catálogos eletrônicos das bibliotecas através da internet. Bem programados, esses robôs podem estabelecer em alguns minutos a bibliografia sobre um assunto. A qualidade do resultado, evidentemente, depende da precisão dos termos empregados na formulação do assunto e da amplitude da varredura informática feita. Nem é preciso dizer que o recurso

aos robôs não exclui outros tipos de pesquisa bibliográfica. Mas já é possível ver as possibilidades oferecidas ao ciberpesquisador pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC).

19. Consultar fóruns eletrônicos sobre o assunto. Em ciências sociais, os fóruns eletrônicos ainda não são populares. Os estudantes geralmente não os frequentam. Por outro lado, nas disciplinas vinculadas às ciências humanas, os professores são avessos às publicações *on-line*, ao contrário dos especialistas das ciências naturais que já aderiram à guinada eletrônica. No entanto, grandes revistas de ciências naturais publicam integralmente seus artigos *on-line* e muitos pesquisadores, trabalhando em laboratórios afastados uns dos outros, mantêm contato por meio de fóruns eletrônicos. Esses fóruns podem ser inteiramente dedicados a intercâmbios em torno de um problema científico. Os participantes de fóruns eletrônicos podem, assim, tirar rápido proveito de suas descobertas recíprocas. Em ciências sociais, esse aspecto prático deveria motivar a frequentar fóruns[26].

20. Assinar boletins eletrônicos informativos (*newsletters*). A ciência avança à medida que renova suas certezas. E cientista é aquele que se mantém a par do que ocorre no campo dos conhecimentos, seja qual for a disciplina a que esteja ligado. Os boletins eletrônicos informativos, chamados *newsletters*, são uma boa maneira de ficar informado sobre o fluxo contínuo dos conhecimentos. Por exemplo, para o politólogo ou o estudante de jornalismo que se especialize na região dos Bálcãs será muito interessante assinar o boletim eletrônico do *Courrier des Balkans*. Uma vez ou várias por

26. A título de exemplo, encontra-se na página do jornal *Le Monde* (<http://forums.lemonde.fr/perl/wwwthreads.pl>) grande número de fóruns nos quais se discutem assuntos candentes da atualidade. Para ter uma ideia das dimensões desses fóruns, basta mencionar que o fórum sobre as eleições britânicas (6 de maio de 2005) continha, em 5 de maio de 2005, 1.361 debates e 21.161 mensagens. Também se encontram fóruns que versam sobre zonas geográficas precisas, como por exemplo o do *Courrier des Balkans*, no qual especialistas e amantes da região podem discutir atualidades... ou até encontrar um companheiro de viagem (<http://balkans.courriers.info/spip.php?page=forumbb>).

semana, o assinante recebe em sua caixa postal referências a obras e artigos, publicados pela imprensa internacional ou redigidos por jornalistas em estágio de formação, sobre a atualidade mais candente. Várias organizações não governamentais (ONGs) oferecem serviços de notícias *on-line*[27].

21. Visitar e criar diários eletrônicos (blogues). O lugar que será ocupado pelas NTICs na educação de amanhã depende em grande parte da atitude dos estudantes de hoje. Não se deve hesitar em pedir ao professor que publique na internet um diário de bordo eletrônico. Graças a esse *hiperlink*, os participantes de um curso ou de um seminário podem facilmente acompanhar o calendário e os prazos prescritos. O professor também pode tornar acessível *on-line* uma parte do material de seu curso e até publicar os melhores trabalhos dos estudantes. Esses são apenas alguns exemplos da riqueza do blogue (do inglês *blog*, abreviação de *Weblog*), que pode vir a ser uma verdadeira criação coletiva por parte dos estudantes, criação que poderá integrar arquivos de texto, de imagem e até de filmes curtos (.mpeg). Ao dar as coordenadas sobre uma questão específica, os blogues também podem elevar-se ao nível de ferramenta bibliográfica para outros pesquisadores ou estudantes que vivam nos quatro cantos do mundo.

22. Criar grupos de discussão. Enquanto a publicação de um blogue pode implicar gastos, a criação de um grupo de discussão

27. Mencionaremos, entre outras, as páginas do Institute for War and Peace Reporting (<http://www.iwpr.net>) e a da Radio Free Europe/Radio Liberty (<http://www.rferl.org>). Note que muitas páginas da internet (por exemplo, as de ONGs ou de grandes mídias como Radio-Canada) oferecem serviços RSS (R[esource Description Framework] Site Summary). Assinando esses serviços, geralmente gratuitos, recebemos no computador os grandes títulos e resumos das notícias do dia através de um programa do tipo Lektora, Thunderbird, Feeticker etc. A tecnologia WAP (*Wireless Application Protocol*) também possibilita obter os grandes títulos e os resumos das notícias do dia no celular. As rádios da internet podem constituir outra fonte de informações nada desprezível. Acessíveis *on-line* através de aplicativos como RealMediaPlayer ou iTunes, as rádios da internet dão acesso às redes internacionais de informações. Algumas dessas rádios são especializadas em assuntos específicos.

na internet é gratuita. O grupo de discussão apresenta-se na forma de endereço eletrônico para destinatários múltiplos e de uma página de internet na qual o moderador administra o grupo (por exemplo, Yahoogroups.ca). A vantagem de criar tais grupos está no fato de possibilitarem que os alunos de um curso ou de um seminário, por exemplo, se comuniquem instantaneamente para ficar a par do calendário e compartilhar experiências de trabalho de pesquisa. Por outro lado, as descobertas casuais de alguns estudantes podem poupar tempo aos outros em suas pesquisas bibliográficas.

23. Ficar informado através da imprensa eletrônica. Boa parte dos jornais tem publicação gratuita na internet. A consulta de uma página como <http://www.lemonde.fr> dá acesso aos artigos do dia em menos tempo do que o necessário para comprar o jornal – que, aliás, não está disponível em todas as bancas de esquina! Além disso, a edição eletrônica de um jornal geralmente está repleta de *links*. No entanto, como fonte de informação, deve-se dar preferência às publicações eletrônicas dos grandes meios de comunicação oficiais cuja reputação garante (salvo exceção...) a validade da informação publicada. Evidentemente, também existem os chamados *sites* coletivos de informação. Neles, cada um pode publicar sua visão e sua versão daquilo que está acontecendo. No entanto, no caso desses endereços (como Indymedia), a veracidade do que se afirma não é controlada por nenhuma autoridade reguladora. E o boato faz parte do jogo...

24. Desconfiar do plágio eletrônico. Com a multiplicação dos textos eletrônicos publicados na internet, é tentador "copiar-colar" um texto e entregá-lo ao professor, apresentando-o como seu. Quem sai na chuva pode se molhar! É preciso saber que agora existem ferramentas eletrônicas especializadas com que os professores conseguem saber se um documento é plágio.

25. Considerar que a criação da maioria dos bancos de dados é relativamente recente. A maioria dos bancos de dados data do início dos anos 1970. A menos que incluam em seu repertório as informações contidas em publicações impressas anteriores, esses bancos de dados não possibilitam pesquisas retrospectivas que se estendam por um período longo.

26. Utilizar lista de favoritos. Podemos aumentar muito as vantagens da pesquisa na internet acrescentando aos favoritos as páginas que nos pareçam mais pertinentes, às quais poderemos assim voltar mais facilmente. Em certos casos, mesmo usando um computador público (por exemplo, num aeroporto ou numa estação), podemos continuar administrando os favoritos por meio de um fornecedor de serviços gratuito (por exemplo, Yahoo!). Isso possibilita criar e visualizar favoritos em qualquer lugar do mundo.

3. CIBERFERRAMENTAS DOCUMENTAIS

Esta seção não pretende ser exaustiva. Como a Rede praticamente não tem limites nem fim, seria impossível atender a todas as expectativas de todos, por mais que multiplicássemos indefinidamente as referências. Por realismo e modéstia, enfatizamos listas eletrônicas de instrumentos de trabalho (páginas de internet, CD-ROMs, bancos de dados) que ofereçam ao jovem pesquisador *meios de acesso* a informações ou documentações na massa de publicações acessível *on-line* hoje em dia.

Para abrir caminho nas malhas da Rede, o estudante, aliás, terá interesse em consultar as páginas das bibliotecas universitárias que, com uma classificação por disciplinas científicas, oferecem aos usuários campos de pesquisa ou categorias de publicações, bancos de endereços que abrem as portas a verdadeiras bibliotecas virtuais. Muitas vezes, os especialistas em documentação das grandes bibliotecas põem na internet listas de obras gerais (guias bibliográficos, enciclopédias, dicionários, cronologias etc.) que, classificadas por campos ou temáticas de pesquisa, permitem que o estudante novato dê início a uma pesquisa sobre um número imenso de assuntos[28].

Nossos objetivos seriam atingidos caso o iniciante confeccionasse, durante suas operações de pesquisa documental, um

28. Um lembrete: com muita frequência, as publicações eletrônicas, inclusive os catálogos de todos os tipos, também estão disponíveis em versão im-

conjunto de ciberferramentas que, ao mesmo tempo que incluísse por vezes certas referências aqui mencionadas, viesse a atender suas necessidades evolutivas e pessoais.

Cabe esclarecer que só fornecemos o endereço de páginas de internet[29]. No caso dos CD-ROMs, o endereço bibliográfico contém apenas os elementos essenciais de identificação. Uma breve descrição acompanha a menção da maioria dos catálogos para possibilitar que o pesquisador note rapidamente a utilidade da ferramenta bibliográfica. Por fim, cabe ressaltar que, salvo exceção, as obras citadas são acessíveis por inscrição direta do usuário ou por intermédio de uma assinatura feita por uma instituição de pesquisa ou por uma biblioteca.

1. Catálogos on-line de algumas bibliotecas

Biblioteca nacional do Canadá: <http://www.amicus.nlc-bnc.ca/aaweb/amiloginf.htm>

Biblioteca do Congresso norte-americano: <http://www.loc.gov/index.html>

Biblioteca Nacional da França: <http://www.bnf.fr/>

Fundação Biblioteca Nacional: <http://www.bn.br/portal/>

Banco de Dados Bibliográficos da USP – Universidade de São Paulo: <http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/por/USP/USP/DEDALUS/START>

Catálogo virtual do sistema de bibliotecas da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas: <http://www.unicamp.br/bc/>

---

pressa. Por outro lado, a internet não substituiu o papel como suporte de informação. É um truísmo dizer que o estudante deveria conservar o reflexo de consultar obras "tradicionais" – frequentemente excelentes – durante sua pesquisa documental! ~ ⬅

29. Na maioria das vezes, trata-se do endereço do fornecedor do serviço. Os afiliados a bibliotecas em geral têm acesso ao banco de dados, e isso é feito diretamente por meio de conexão no local de trabalho.

2. Enciclopédias

Enciclopédia Britânica

Versão on-line da grande enciclopédia; <http://www.britannica.com/>, acesso restrito.

Também disponível em CD-ROM.

Enciclopédia do Canadá

Acessível on-line gratuitamente. Patrocinada pelo Patrimoine Canada e atualmente sob responsabilidade da Fundação Histórica. Inclui os textos completos da *Enciclopédia da música do Canadá*. Destina-se a um público amplo. [On-line], <http://www.thecanadianencyclopedia.com>.

Oxford Reference OnLine

Atualizado três vezes por ano, esse banco de dados reúne todas as obras de referência publicadas pelas edições Oxford. [On-line], <http://oxfordreference.com>, acesso restrito.

Enciclopédia Itaú Cultural

De acesso gratuito, abrange as áreas de artes visuais, literatura brasileira, teatro e filmes em super-8. Os verbetes compreendem biografias, conceitos, movimentos artísticos e instituições, além de imagens, vídeos e maquetes virtuais. [On-line], <http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2690>.

Enciclopédia dos povos indígenas no Brasil

Criada e mantida pelo Instituto Socioambiental, traz informações e imagens sobre dezenas de etnias indígenas, bem como verbetes conceituais e temáticos, tratando de artes, línguas e questões políticas. [On-line], <http://pib.socioambiental.org/pt>.

Projeto Rede da Memória Virtual Brasileiro – Fundação Biblioteca Nacional

Disponibiliza sínteses de conteúdos e permite a visualização de documentos antigos da própria instituição e de outras bibliotecas associadas, sobre imigração, artes, ciência, costumes, escravidão, imprensa, literatura, política e religião no Brasil, desde o sé-

culo XV. Apresenta links para outras bases de dados, cronologias e antologias, bem como uma galeria de imagens sobre os temas propostos. [On-line], <http://bndigital.bn.br/redememoria/>.

3. Bibliografias gerais

Bibliographie du Québec

Lista mensal das publicações quebequenses ou referentes ao Quebec, estabelecida pela Biblioteca Nacional do Quebec. [On-line], <http://www.bnquebec.ca/portal/dt/ressources_ en_ligne/bibliographie_ quebec/>.

Canadiana: The National Bibliography / Canadiana: la bibliographie nationale[30]

Publicação anual. Dá acesso às notícias bibliográficas da *Canadiana* (bibliografia nacional do Canadá estabelecida pela Biblioteca Nacional do Canadá), às notícias bibliográficas da Carto-Canadiana e à lista dos documentos cartográficos canadenses dos Archives nationales du Canada. [CD-ROM].

Câmara Brasileira do Livro

Compila todos os lançamentos editoriais do Brasil, permitindo consulta por data de publicação, autor, título, editora e número do ISBN. [On-line], <http://www.cbl.org.br/>.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Lista em seu site os títulos anualmente publicados nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política. [On-line], <http://www.anpocs.org.br/portal>.

Centro de Estudos Multidisciplinares de Cultura (CULT)

Composto por professores e pesquisadores da área de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Centro produz listas bibliográficas sobre os seguintes assuntos: políticas culturais, economia criativa, mídia e política. [On-line], <http://www.cult.ufba.br/biblioteca.html>.

30. Acessível também on line (<http //www.collectionscanada.ca/amicus/index-f.html>) mediante simples inscrição como usuário.

4. Índice de periódicos ou abstracts

America: History and Life

Catálogo bibliográfico de artigos publicados em mais de 2.000 periódicos científicos em todo o mundo, gira em torno do campo temático geral da história e cultura dos Estados Unidos e Canadá. [On-line], <http://www.ebscohost.com/academic/america history-and life>, acesso restrito.

Canadian Periodicals Index / Index des périodiques canadiens

Catálogo de artigos de revistas canadenses. Também indexa resenhas publicadas nas revistas catalogadas. Atualizado três vezes por mês. [On-line], <http://infotrac.galegroup.com>, acesso restrito.

Current Contents

Banco de dados compilados pelo Institute for Scientific Information que arrola cerca de 8.000 periódicos científicos internacionais, em todos os campos. [On-line], <http://www.isiwebofknowledge.com/>, acesso restrito.

ERIC

Consiste em resumos de artigos provenientes de mais de 750 revistas científicas entre as quais *Current Index to Journals in Education* e *Resources in Education*. [On-line], <http://www.eric.ed gov/>.

Finance and Development

Publicado pelo Fundo Monetário Internacional. Índice trimestral dos periódicos que tratam da ajuda econômica e das finanças internacionais. [On-line], <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2010/09/>.

Francis

Catálogo publicado pelo Centro Nacional da Pesquisa Científica em Paris. Banco de dados bibliográficos e multidisciplinares

multilíngue em ciências humanas. Muito útil para estudantes de história da arte. [On-line], <http://www.inist.fr/spip.php?article42>.

Historical Abstracts

Catálogo bibliográfico de artigos publicados em mais de 2.000 periódicos científicos no mundo inteiro, referentes ao campo temático geral da história (com exceção da história do Canadá e dos Estados Unidos). [On-line], <http://www.ebscohost.com/academic/historical-abstracts>, acesso restrito.

Humanities Abstracts

Resumos referentes aos diversos setores das ciências humanas, em especial arqueologia, alimentação, filosofia, arte, jornalismo, religião, humanidades, linguística, espaço, cinema, música, história, folclore, artes do espetáculo, literatura. [On-line], <http://www.oclc.org/support/documentation/firstsearch/databases/dbdetails/details/HumanitiesAbs.htm>, acesso restrito.

Linguistic Abstracts on Line

Banco de dados que compreende resumos analíticos e abrange o campo temático geral da linguística. [On-line], <http://www.linguisticsabstracts.com/>.

National Periodical Library's Guide to Social Science and Religion

Índice de periódicos sobre ciências sociais que incluem documentação referente às questões religiosas. [On-line], <http://www.nplguide.com>.

Pais International

Recenseia grande número de periódicos relativos sobretudo ao campo das políticas públicas, ao das relações internacionais e a tudo o que, de maneira geral, tem implicações políticas ou comporta um interesse pelas ciências políticas. [On-line], <http://www.oclc.org/americalatina/pt/support/documentation/firstsearch/databases/dbdetails/details/PAIS.htm>, acesso restrito.

PsychInfo

Contém referências e resumos de artigos de jornais, capítulos de livros, livros e relatórios técnicos sobre o amplo campo da psicologia. [On-line], <http://www.apa.org/pubs/index.aspx>.

Repère: índice analítico de artigos de periódicos em língua francesa

Artigos de periódicos quebequenses e franceses em todos os campos desde 1972. [On-line], <http://repere.sdm.qc.ca>, acesso restrito.

Revues.org

Referências provenientes da catalogação de revistas quebequenses e francesas que versam sobre ciências sociais e humanas. [On-line], <http://revues.org>.

Social Services Abstracts

Catálogo e resumo dos atuais trabalhos de pesquisa em grande número de disciplinas vinculadas às ciências sociais. [On-line],<http://www.csa.com/factsheets/ssa-set-c.php>, acesso restrito

Sociological Abstracts

Índice da produção científica internacional em sociologia; compreende os artigos de periódicos escritos desde 1963, bem como livros, teses e comunicações científicas. [On-line], <http://www.csa.com/factshe ets/socioabs-set-c.php>, acesso restrito.

Women's Studies International

Agrupa bancos de dados multidisciplinares sobre a condição feminina. [On-line], <http://www.ebscohost.com/academic/womens-studies-international>, acesso restrito.

5. Índices de jornais

Eureka

Banco de dados que possibilita pesquisas em cotidianos, publicações semanais e mensais canadenses (em francês e inglês) e

em língua francesa da Europa; também é possível obter o texto dos artigos no mesmo dia da publicação. A informação está dividida em três bancos de dados. O *Actualité francophone (Canadá)* agrupa os textos de jornais, periódicos e publicações de negócios em língua francesa, entre os quais: *La Presse*, *Le Soleil*, *Le Devoir*, *L'Actualité*, *Les Affaires* e *Affaires plus*, bem como uma seção intitulada "Sélection audio Universia" que apresenta a transcrição sonora de alguns programas da Société Radio-Canada. O *Actualité anglophone (Canadá)* é um banco de dados textual que agrupa várias publicações canadenses em língua inglesa. Contém os artigos do *Toronto Star*, bem como da agência de notícias Canadian Press. A *Actualité francophone (Europa)* é um banco de dados textual que agrupa várias publicações da Europa em língua francesa, especialmente *Le Monde*, *Le Monde diplomatique*, *L'Express* e *Libération*. [On-line].

Le Monde diplomatique

Em formato eletrônico, publicado no Quebec pela CEDROM-SNI desde 2001, dando acesso aos artigos publicados no suplemento. [CD-ROM].

National Newspaper Abstracts

Banco de dados que oferece os resumos analíticos de artigos publicados no *New York Times*, no *USA Today* e no *Wall Street Journal*. [On-line], <http://www.proquest.com/en-US/catalogs/databases/detail/nationalsnews.shtml>, acesso restrito.

ProQuest Historical Newspapers: New York Times

Dá acesso em PDF a todos os números do *New York Times* desde 1851, salvo os dois últimos anos. [On-line], <http://www.proquest.com/assets/literature/products/databases/HNP_NYT.pdf>, acesso restrito.

Guia de Mídia

Apresenta uma relação de *sites* de jornais, revistas eletrônicas, agências de notícias e provedores no Brasil – divididos por estado – e no mundo. Os *links* dos veículos direcionam para as respectivas páginas principais. [On-line], <http://www.guiademidia.com.br/jornais.htm>.

6. Resumos da atualidade

Institute for War and Peace Reporting

Dedicado à promoção da democracia e da paz no mundo, esse instituto se caracteriza pelos boletins de notícias feitos por estudantes de jornalismo. Girando em torno de problemas locais, o instituto oferece informações diferentes das fornecidas pelas agências de notícias internacionais, uma vez que cobre aspectos micropolíticos e microssociais que frequentemente escapam aos jornalistas que buscam atualidades políticas e até sensacionalismo. A página também oferece mapas interativos e números especiais. [On line], <http://iwpr.net>.

Radio Free Europe/Radio Liberty

Tendo por objetivo favorecer a democracia no mundo, essa rádio criou com o tempo um importante serviço de notícias internacionais. É possível consultar boletins em seu endereço, mas também é possível inscrever-se para receber seus boletins informativos eletrônicos (*newsletters*). Assim, o pesquisador receberá regularmente, em sua caixa postal eletrônica, mensagens contendo a atualidade mais recente sobre a região ou o país que lhe interessa. [On-line], <http://www.rferl.org>.

Historianet

Apresenta tópicos do cotidiano mundial, relacionando-os com a história. [On-line], <http://www.historianet.com.br/>.

Almanaque Abril

Enciclopédia multimídia de tiragem anual, comercializada em bancas, que traz informações acumulativas e atualizadas a cada edição. Oferece uma cronologia de fatos acontecidos no Brasil e no mundo, mapas, gráficos, informações gerais sobre países, entre outros itens [CD-ROM].

7. Catálogos gerais de teses

Portail de thèses Canada

Serviço oferecido por Bibliothèques et Archives Canada que indica dissertações de mestrado e teses de doutorado realizadas nas universidades canadenses. Esse portal dispõe de mais de 220.000 dissertações e teses que podem ser adquiridas. [*On-line*], <http://www.nlc-bnc.ca/thesescanada>.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Banco de dados com indicações e versões *on-line* e para *download*. O sistema é alimentado pelas universidades que aderem ao projeto; não possui tudo o que foi produzido no Brasil, mas é bem diversificado. [*On-line*], <http://bdtd2.ibict.br/>.

Banco de Teses (Capes) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Banco de dados com referências de teses e dissertações, a partir de 1987, que tenham contado com financiamento da Capes. A busca pode ser feita por autor, assunto ou instituição. [*On-line*], <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>.

8. Catálogos de publicações governamentais

Governo do Canadá

Endereço que compreende o conjunto das publicações do governo federal. O dispositivo de busca possibilita pesquisas muito específicas. As publicações geralmente são consultáveis *on-line* na íntegra. [*On-line*], <http://www.canada.gc.ca>.

Revista Eletrônica do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

A revista tem uma seção com resenhas de livros e artigos sobre temas de interesse para a discussão de patrimônio histórico e imaterial brasileiro. [*On-line*]: <http://revista.iphan.gov.br/>

Portal do Governo Federal

Publicações oficiais do governo federal podem ser consultadas, acessando-se cada área de interesse nesse portal. [*On-line*], <http://www.brasil.gov.br/>.

Biblioteca do Senado

Criada para subsidiar representantes do governo e legisladores, a Biblioteca do Senado abriga 390 mil volumes, entre livros, folhetos, jornais, periódicos e mapas, e é também depositária das publicações editadas pelo Senado Federal. O acervo, com ênfase em ciências sociais, administração pública e direito, está em processo de digitalização. Vários materiais já se encontram disponíveis *on-line* na íntegra. [*On-line*], <http://www2.senado.gov.br/bdsf/>.

9. Catálogos gerais de resenhas[31]

Book Review Digest

Mensal. Resenhas de livros recentes em inglês, quer se trate de obras de ficção ou outras, com exclusão de manuais, publicações governamentais e livros especializados em ciências jurídicas e ciências em geral. [*On-line*], <http://www.oclc.org/support/documentation/firstsearch/z3950/z3950_databases/specs/book_review_digest.htm>, acesso restrito.

Magill Book Reviews

Oferece resumos da literatura clássica, bem como dos *best-sellers*. Mais de 500 resenhas são acrescentadas anualmente. [*On-line*], <http://www.ncslibrary.org/uslibrary_tutorials/EBSCO/Framed_Magill.htm>, acesso restrito.

31. No Brasil não são comuns publicações específicas que só contenham resenhas de livros. Porém, boa parte dos periódicos científicos tem uma seção final com resenhas de publicações recentemente lançadas. Da mesma forma, jornais brasileiros de grande circulação editam regularmente cadernos de cultura que também trazem algumas resenhas.

Music Index Online

Banco de dados que comporta mais de 700 periódicos e resenha os artigos referentes direta ou indiretamente ao mundo da música. [*On-line*], <http://www.ebscohost.com/academic/music index>, acesso restrito.

Reference Reviews

Índice de resenhas em diversas publicações. [*On-line*], <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=0950-4125>, acesso restrito.

Vitruvius

Site brasileiro que reúne resenhas de livros, principalmente de arquitetura e arte. [*On-line*], <http://www.vitruvius.com.br>.

10. Catálogos biográficos

BiographyInd

Dados biográficos extraídos de periódicos e de livros em inglês em todos os campos examinados pelo índice de H. W. Wilson. Índices de artigos, livros e autobiografias sobre assuntos biográficos da Antiguidade até nossos dias. Biografias individuais e coletivas referentes a todos os campos e nacionalidades. [*On-line*], <http://www.oclc.org/americalatina/pt/support/documentation/firstsearch/databases/dbdetails/details/BiographyInd.htm>, acesso restrito.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV

Verbetes biográficos de personagens da história política contemporânea brasileira, de 1930 até o momento atual. Contém também informações sobre conceitos e instituições. O acesso à pesquisa é gratuito, mediante cadastramento do consulente. [*On-line*], <http://www.cpdoc.fgv.br/>.

11. Banco de revistas on-line[32]

Cambridge University Press Journals on Line

Acesso *on-line* à constelação de revistas científicas publicadas pela famosa editora britânica. [*On-line*], <http://journals.cambridge.org>, acesso restrito.

Érudit

Acolhe cerca de 40 revistas, sobretudo quebequenses, e as torna acessíveis aos assinantes de seu serviço. [*On-line*], <http://www.erudit.org/>.

History Cooperative

Texto integral dos últimos anos de 18 revistas de história em língua inglesa. [*On-line*], <http://www.historycooperative.org>.

JSTOR

Texto integral de mais de 300 revistas científicas em língua inglesa, desde o lançamento, com exceção dos últimos anos [*On-line*], <http://www.jstor.org>.

Oxford Journals

Acesso às revistas científicas publicadas pelo mais importante editor universitário do mundo. [*On-line*], <http://www.oxfordjournals.org/>.

PCI FullText

Texto integral de mais de 350 revistas de ciências humanas e sociais indexadas na ferramenta *Periodical Contents Index*. [*On-line*], <http://pio.chadwyck.co.uk>, acesso restrito.

32. Salvo exceção, as revistas *on-line* são acessíveis por meio de assinatura. Também é possível ter acesso a seu conteúdo passando por bancos de artigos digitalizados. Essa subseção apresenta uma lista desses bancos nos quais é "depositado" grande número de artigos provenientes de um estoque considerável de revistas que versam sobre todos os campos da ciência.

ProQuest

Texto integral de vários milhares de revistas sobre idiomas, na maioria até os números mais recentes. [*On-line*], <http://www.proquest.co.uk>, acesso restrito.

Repère

Compreende 410.000 referências de artigos de periódicos em língua francesa (1980-) com o texto integral de 21.000 artigos e os endereços de 10.000 artigos em texto integral na internet. [*On-line*], <http://repere2.sdm.qc.ca/>.

Science Direct

Texto integral de artigos de periódicos sobre todos os campos. [*On-line*], <http://www.sciencedirect.com/science/journals>.

Scielo Brasil – Scientific Library Online

Site onde se podem acessar gratuitamente as páginas de 555 periódicos – a maioria em português e espanhol. O conteúdo está em constante atualização e abarca as áreas de Biologia, Medicina, Geologia, Agronomia, Matemática, Engenharia, Letras, Linguística e Ciências Sociais, entre outras. [*On-line*], <http://www.scielo.br/?lng=pt>.

Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de la Rede Clacso

No link Sala de Leitura, é possível acessar sem custos cerca de 10 mil itens, entre livros, artigos e outros documentos. Possui versão com instruções em português. [*On-line*], <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/>

Guia de Mídia

Links de revistas de grande circulação divididas por assunto. [*On-line*], <http://www.guiademidia.com.br/revistasonline.htm>.

12. Anuários, catálogos de publicações estatísticas e bancos de dados estatísticos

CIA World Factbook/Reference Maps

Catálogo de dados geográficos, econômicos, demográficos e políticos elaborado pela conhecidíssima agência norte-americana. [*On-line*], <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>.

L'économie canadienne à votre portée

Publicação governamental. Fonte ímpar sobre a economia canadense, possibilita encontrar os mais recentes indicadores econômicos, definições claras de conceitos econômicos como balança de pagamentos ou índice dos preços ao consumidor, descrição dos acontecimentos que influenciaram a economia no século XX.

FedStats

Portal de catálogos de dados estatísticos produzidos por mais de 100 agências e órgãos federais norte-americanos. [*On-line*], <http://www.fedstats.gov/>.

International Financial Statistics

Versão eletrônica da principal publicação estatística do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado a cada dois meses desde 1948. Trata de assuntos como balança de pagamentos, contas nacionais, demografia, emprego, finanças públicas e internacionais. Publicada conjuntamente pelo FMI e pelo Banco Mundial. [CD-ROM, 1990-].

Source OCDE

Banco de dados bibliográficos e de textos completos das publicações da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE). Campos tratados: agricultura e alimentação, desenvolvimento, economias emergentes, emprego, energia, ciências ambientais e desenvolvimento sustentado, finanças e investimento, seguros, economia, comércio, indústria e serviços, pro-

blemas sociais, migrações, fontes e métodos estatísticos, taxação, transportes etc. Encontram-se artigos de periódicos, monografias, relatórios, estudos por temas, estatísticas. [On-line], <http://titania.sourceoecd.org/vl=29031113/cl=12/nw=1/rpsv/home.htm>.

Survey of Current Business

Publicação norte-americana que cataloga os periódicos e as publicações estatísticas referentes ao comércio. [On-line], <http://www.bea.gov/scb/>.

United Nations Statistics

Portal estatístico da ONU. [On-line], <http://unstats.un.org/unsd/>.

World Economic Outlook (WEO) Database

Banco de dados (indicadores econômicos) publicado pelo Fundo Monetário Internacional. [On-line], <http://www.imf.org>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Disponibiliza estatísticas oficiais atualizadas, divididas por temas, indicadores econômicos, uma seleção de artigos apresentados em seminários e congressos (desde 1952) e também informações sobre cidades e estados brasileiros. [On-line], <http://www.ibge.gov.br/home/>.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)

Reúne sondagens estatísticas relativas ao estado de São Paulo, nas áreas de educação, saúde, trabalho, demografia, administração pública e economia. [On-line], <http://www.seade.gov.br>.

Sistema de informações, pesquisas e estatísticas educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Realiza levantamentos estatísticos e pesquisas avaliativas em todos os níveis e modalidades da educação, do ensino básico ao

ensino superior, com destaque para o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). [On-line], <http://www.inep.gov.br/>.

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)

Oferece informações que servem como subsídio para a tomada de decisões na área da saúde pública, tais como: dados de mortalidade e de sobrevivência, informações sobre doenças infecciosas, indicadores sobre a assistência à saúde da população, cadastros das redes hospitalares e ambulatoriais, entre outras. [On-line], <http://w3.datasus.gov.br>.

13. Catálogos de documentação audiovisual

Architecture and Building Net Resources

Compilação feita por Jeanne Brown de grande número de páginas da internet que tratam de arquitetura, incluindo planejamento urbano. Acesso gratuito. [On-line], <http://www.library.unlv.edu/arch/rsrce/webresources/>.

Internet Archive

Mobilizando centenas de servidores, essa biblioteca digital é uma verdadeira memória da internet. Arquiva endereços de páginas, mesmo depois que elas deixaram de estar acessíveis on-line. [On-line], <http://www.archive.org>.

Le Louvre

Além de oferecer uma visita virtual ao museu, o site dá acesso a um banco de dados que possibilita visualizar as obras de arte e consultar sua descrição. Note-se que muitos grandes museus oferecem esse tipo de serviço. [On-line], <http://www.louvre.fr>.

Pathe Film Archive

Acesso a 3.500 horas de filmes sobre atualidade internacional, esporte e história social de 1896 a 1970. [On-line], <http://www.britishpathe.com>.

Arquivo Nacional

Documentos iconográficos, audiovisuais, cartográficos e também textuais, da história do Brasil, desde o século XVI. [*On-line*], <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>.

Fundação Joaquim Nabuco

Pesquisas virtuais e consultas a documentos digitalizados do acervo da fundação, que possui documentos como: fotografias, folhetos de cordel, recortes de jornais e acervos de famílias pernambucanas. [*On-line*], <http://www.fundaj.gov.br>.

Instituto Moreira Salles (IMS)

Através do site pode-se consultar o acervo do IMS composto por fotografias, obras de artes plásticas, músicas e documentos, como cartas e manuscritos, brasileiros ou produzidos no Brasil. [*On-line*], <http://ims.uol.com.br>.

Museu da Pessoa

Museu virtual onde se podem conhecer depoimentos de pessoas anônimas ou personalidades públicas, assim como documentos, fotografias e desenhos relacionados a essas histórias. Os depoimentos são apresentados na forma escrita, em áudio ou em imagem em movimento. [*On-line*], <http://www.museudapessoa.net/>.

14. Atlas on-line

Atlas national du Canada

Das mais ricas, dinâmicas e completas fontes disponíveis na internet em termos de mapas e informações ligadas ao Canadá. Acessível para os usuários graças a ferramentas eficientes e intuitivas. [*On-line*], <http://atlas.nrcan.gc.ca/site/francais/sitemap/index.html>.[33]

33. Os Archives nationales du Canada produzem um documento em CD-ROM (*Carto-Canadiana*) que, entre outros dados, apresenta a lista dos documentos cartográficos canadenses por eles elaborados

Mapas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Mapas brasileiros oficiais: temáticos, interativos, físicos, políticos administrativos, destinados a vários públicos, disponíveis para visualização e para *download*. Disponibiliza outros instrumentos como bases cartográficas e cartas temáticas. [*On-line*], <http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/>.

15. Revistas de Divulgação Científica

Pesquisa Fapesp

Apresenta resultados de pesquisas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em todas as áreas do conhecimento. Veículo de divulgação com versão impressa e eletrônica. [*On-line*], <http://revistapesquisa.fapesp.br/>.

Revista da Biblioteca Nacional

Publica artigos sobre história, principalmente do Brasil, escritos por especialistas. Tem outras seções interessantes, como resenhas, agenda de exposições em várias cidades brasileiras e entrevistas com historiadores. [*On-line*], <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/>.

ComCiência

Revista virtual publicada pelo Laboratório de Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que organiza e arquiva dossiês temáticos sobre temas atuais – como biotecnologia, etanol, segurança digital, consumo, entre outros –, trazendo artigos assinados por especialistas de cada área. [*On-line*], <http://www.comciencia.br/comciencia/>

Scientific American Brasil

Versão brasileira da revista de divulgação das áreas de Ciências e Tecnologia. Apresenta artigos traduzidos e outros produzidos por pesquisadores brasileiros. Alguns conteúdos da versão *on-line* são gratuitos. [*On-line*], <http://www2.uol.com.br/sciam/>.

CAPÍTULO 3
COMO INTERPRETAR UMA FONTE ESCRITA: COMENTÁRIO DE DOCUMENTO

A utilização de fontes escritas que são ao mesmo tempo fontes primárias[1] constitui prática comum aos pesquisadores de todas as disciplinas científicas. É verdade que o historiador se vale de arquivos às vezes muito velhos, como por exemplo inventários dos primeiros habitantes da Nova França para reconstituir modos de vida. Mas que economista não utiliza os documentos oficiais publicados pelos organismos governamentais para compreender e prever as mudanças conjunturais? Que politólogo não tira proveito dos jornais para alimentar suas análises e discernir os principais debates que agitam as sociedades ao longo de sua evolução?

Ora, diante de uma fonte escrita que queira explorar em função de um objetivo de pesquisa, que atitude deve adotar o pesquisador? O que deve fazer para investigar essa fonte e tirar dela o máximo de informações? Até que ponto deve prosseguir sua busca para esclarecer os enigmas propostos por seu documento? Em suma, como deve conduzir seu trabalho de interpretação do testemunho escrito?

Este capítulo propõe uma maneira simples e geral de interpretar a fonte escrita. Habitualmente, essa operação encontra

1. Não consideraremos aqui os estudos especializados que, no âmbito das pesquisas de tipo historiográfico ou epistemológico, se assemelham a fontes primárias. Cabe esclarecer, por outro lado, que os elementos metodológicos definidos neste capítulo consistem em princípios gerais. Não são abordados problemas específicos de método suscitados pela exploração de fontes muito peculiares, como por exemplo as inscrições em pedra ou escritas antigas.

forma acabada e apresentável naquilo que se convencionou chamar de comentário de documento.

Cabe esclarecer de imediato que não se trata de um exercício fácil. De fato, o comentário de documento exige do pesquisador atenção e vigilância em todos os momentos, bom conhecimento da origem e do contexto de produção do documento e grande capacidade de questionamento e imaginação. Existe uma relação estreita entre a imaginação do pesquisador, os conhecimentos que ele possui e sua aptidão para estabelecer encadeamentos, conexões e associações entre elementos informativos aparentemente distantes uns dos outros.

O comentário de documento costuma decompor-se em quatro etapas principais que se seguem de maneira lógica. Essas etapas são precedidas por um trabalho de questionamento crítico, leitura e documentação que influencia de maneira decisiva a qualidade do comentário final.

O texto abaixo é estruturado segundo três grandes pontos: apresentação da operação prévia ao comentário de documento (seção 1); descrição das quatro etapas da execução do comentário (seção 2); estudo de um exemplo que permite ilustrar e recapitular os elementos metodológicos colhidos (seção 3).

1. OPERAÇÃO PRÉVIA AO COMENTÁRIO

Quem resolver fazer um comentário de documento sem realizar certas operações intelectuais prévias corre o risco de empobrecer consideravelmente seu trabalho ulterior de interpretação. Essa operação prévia em geral compreende três etapas: crítica da autenticidade do documento, leitura atenta do documento e documentação.

Crítica de autenticidade

A crítica de autenticidade tem por objetivo verificar e validar o documento antes de utilizá-lo. Consiste num exame minucioso do documento através de uma série de indagações. Na prática, essa operação se assemelha a um verdadeiro trabalho de detetive.

Embora seja praticamente impossível estabelecer uma lista universal de perguntas para verificar a autenticidade de um documento (cada documento exige uma série específica de questões), parece ser possível formular as seguintes perguntas na maioria dos casos[2]:

– Quem escreveu o documento? Um indivíduo? Um grupo de pessoas?

– Quando o documento foi escrito? Onde? Como?

– Por quais vias ele chegou até nós?

– O documento disponível está ou não tal como o autor o escreveu?

– Trata-se de um original? De uma cópia? De cópia de cópia?

– Se for cópia, é fiel ou não?

– Ao redigir o documento, o autor pode ter-se enganado?

– Censurou-se? Foi obrigado a censurar-se?

– O autor é testemunha direta ou extrai informações de testemunhas anteriores?

É fácil entender que, para responder a essas perguntas, é preciso ter um conhecimento muito aprofundado de um *corpus* arquivístico ou documental, bem como um conhecimento exaustivo da produção científica a respeito desse *corpus*. De fato, o trabalho de verificação da autenticidade das fontes primárias não está ao alcance de todos os pesquisadores. É um trabalho de especialista, no mínimo amador erudito.

Felizmente, a crítica de autenticidade é uma etapa facultativa para quase todas as fontes, uma vez que a veracidade destas não desperta dúvidas. Sempre que necessária, a crítica de autenticidade é difícil para o pesquisador iniciante, que ordinariamente trabalha com fontes reproduzidas. Os editores terão feito algum remanejamento dos documentos originais? O texto foi objeto de alguma revisão sintática ou gramatical? É tradução? Foram retocados trechos incompreensíveis, alterados ou desaparecidos do documento original? Essas são perguntas às quais muitas vezes é

2. Questionário adaptado do clássico de Henri-Irénée Marrou, *De la connaissance historique*. Paris, Seuil, 1954. p. 72, várias vezes reeditado.

forma acabada e apresentável naquilo que se convencionou chamar de comentário de documento.

Cabe esclarecer de imediato que não se trata de um exercício fácil. De fato, o comentário de documento exige do pesquisador atenção e vigilância em todos os momentos, bom conhecimento da origem e do contexto de produção do documento e grande capacidade de questionamento e imaginação. Existe uma relação estreita entre a imaginação do pesquisador, os conhecimentos que ele possui e sua aptidão para estabelecer encadeamentos, conexões e associações entre elementos informativos aparentemente distantes uns dos outros.

O comentário de documento costuma decompor-se em quatro etapas principais que se seguem de maneira lógica. Essas etapas são precedidas por um trabalho de questionamento crítico, leitura e documentação que influencia de maneira decisiva a qualidade do comentário final.

O texto abaixo é estruturado segundo três grandes pontos: apresentação da operação prévia ao comentário de documento (seção 1); descrição das quatro etapas da execução do comentário (seção 2); estudo de um exemplo que permite ilustrar e recapitular os elementos metodológicos colhidos (seção 3).

1. OPERAÇÃO PRÉVIA AO COMENTÁRIO

Quem resolver fazer um comentário de documento sem realizar certas operações intelectuais prévias corre o risco de empobrecer consideravelmente seu trabalho ulterior de interpretação. Essa operação prévia em geral compreende três etapas: crítica da autenticidade do documento, leitura atenta do documento e documentação.

Crítica de autenticidade

A crítica de autenticidade tem por objetivo verificar e validar o documento antes de utilizá-lo. Consiste num exame minucioso do documento através de uma série de indagações. Na prática, essa operação se assemelha a um verdadeiro trabalho de detetive.

Embora seja praticamente impossível estabelecer uma lista universal de perguntas para verificar a autenticidade de um documento (cada documento exige uma série específica de questões), parece ser possível formular as seguintes perguntas na maioria dos casos[2]:

– Quem escreveu o documento? Um indivíduo? Um grupo de pessoas?

– Quando o documento foi escrito? Onde? Como?

– Por quais vias ele chegou até nós?

– O documento disponível está ou não tal como o autor o escreveu?

– Trata-se de um original? De uma cópia? De cópia de cópia?

– Se for cópia, é fiel ou não?

– Ao redigir o documento, o autor pode ter-se enganado?

– Censurou-se? Foi obrigado a censurar-se?

– O autor é testemunha direta ou extrai informações de testemunhas anteriores?

É fácil entender que, para responder a essas perguntas, é preciso ter um conhecimento muito aprofundado de um *corpus* arquivístico ou documental, bem como um conhecimento exaustivo da produção científica a respeito desse *corpus*. De fato, o trabalho de verificação da autenticidade das fontes primárias não está ao alcance de todos os pesquisadores. É um trabalho de especialista, no mínimo amador erudito.

Felizmente, a crítica de autenticidade é uma etapa facultativa para quase todas as fontes, uma vez que a veracidade destas não desperta dúvidas. Sempre que necessária, a crítica de autenticidade é difícil para o pesquisador iniciante, que ordinariamente trabalha com fontes reproduzidas. Os editores terão feito algum remanejamento dos documentos originais? O texto foi objeto de alguma revisão sintática ou gramatical? É tradução? Foram retocados trechos incompreensíveis, alterados ou desaparecidos do documento original? Essas são perguntas às quais muitas vezes é

2. Questionário adaptado do clássico de Henri-Irénée Marrou, *De la connaissance historique*. Paris: Seuil, 1954. p. 72, várias vezes reeditado

impossível responder, sobretudo se os editores ou os responsáveis pela publicação não dão nenhum esclarecimento sobre o tratamento a que submeteram os originais. Na prática, a tentativa de restabelecimento de um texto é uma operação tão árdua quanto o estabelecimento da autenticidade[3]. Por isso, o pesquisador iniciante, mesmo que consciente do problema, raramente pode ir até o fundo das coisas.

Para terminar, cabe esclarecer que todas as informações coligidas durante a tentativa de estabelecimento de autenticidade de um documento são retomadas durante o comentário propriamente dito.

Leitura atenta do documento

Terminada a crítica para estabelecimento da autenticidade do documento, o pesquisador pode passar à segunda etapa de sua operação prévia, ou seja, a leitura minuciosa do texto.

O objetivo dessa leitura consiste em anotar todas as particularidades do documento que pareçam suficientemente significativas para merecer elucidação: personagens citadas, lugares mencionados, situações lembradas, expressões recorrentes, imprecisões contidas no texto, vaguezas, subentendidos, sutilezas de vocabulário etc. É importante não se desfazer depressa demais de expressões, noções ou palavras que pareçam banais. O significado delas para o autor do texto original pode não ter sido o mesmo ocorrido ao pesquisador no momento em que toma conhecimento do documento. Por fim, é preciso ficar atento para as "frases tortuosas e traiçoeiramente dúbias", como diria Balzac, que pontuam o texto de numerosos documentos.

3. Para compreender a amplitude da tarefa, é útil ler os trabalhos de Réal Ouellet. Ver *Le grand voyage du pays des Hurons*, de Gabriel Sagard, texto estabelecido por Réal Ouellet, introd. e notas de Réal Ouellet e Jack Warwick. Montréal: Bibliothèque québécoise, 1990. 383 p. Il., bibliogr., col. Littérature. Ver também *Des Sauvages*, de Samuel de Champlain, texto estabelecido, anotado e apresentado por Alain Beaulieu e Réal Ouellet. Montréal: Typo, 1993. 282 p. Il., bibliogr., mapas, col. Typo.

Esse exercício de decifrar, desconstruir e "pôr a nu" o texto, que implica uma análise ulterior, poderia ser levado muito longe. Compete ao pesquisador insistir, em função de seus objetivos de busca e pesquisa, naquilo que considera importante, digno de interesse, suficientemente significativo para merecer atenção particular. De fato, um documento pode falar cem línguas, ser interrogado de mil e uma maneiras, oferecer dez mil respostas. O ato de interrogar um texto revela em parte o seu conteúdo. No entanto, isso deve ser feito de maneira suficientemente aberta e complexa para que não se negligenciem elementos de conteúdo que, devido à sua riqueza ou singularidade, poderiam obrigar o pesquisador a modificar ou rever seus objetivos de pesquisa e, por isso mesmo, suas hipóteses implícitas.

A documentação

A detecção das particularidades e das sutilezas de uma fonte primária exige sua documentação. Na prática, trata-se de formular as condições necessárias para compreender e analisar os elementos informativos contidos na fonte e anotados pelo pesquisador. Aí é necessária a elaboração de uma bibliografia informativa e analítica.

Num primeiro momento, essa bibliografia compreende obras de referência do tipo enciclopédias e dicionários especializados, obras de síntese (como manuais ou compêndios), duas ou três obras especializadas que tratem diretamente do episódio sobre o qual discorre a fonte, eventualmente um ou dois artigos de periódicos e, é claro, algumas páginas de documentação eletrônica. Essas leituras descortinam horizontes e abrem caminhos. À medida que o pesquisador se aprofunda na análise, pode completar essa bibliografia com certa quantidade de leituras complementares. Estas, porém, são feitas apenas num segundo momento. Terminada essa etapa documental, pode começar o trabalho de interpretação.

2. O COMENTÁRIO PROPRIAMENTE DITO

O comentário do documento consiste na formulação apresentável de uma interpretação do testemunho escrito. Trata-se de um exercício de contextualização, análise e explicação das particularidades de uma fonte escrita, realizado na perspectiva de uma série de indagações iniciais feitas pelo pesquisador. Um comentário de documento que não contenha nenhum intuito de pesquisa é um exercício intelectual praticamente impossível, pois poderia ser levado muito longe, em numerosas direções ao mesmo tempo, e correria o risco de ser insignificante do ponto de vista heurístico. O comentário de documento geralmente se decompõe em quatro etapas principais[4].

Primeira etapa: contextualização do documento em relação a uma indagação intelectual

O objetivo visado nessa etapa inicial é situar o documento em relação a uma indagação inicial, a um campo temático, a uma esfera de investigação. Antes de passar à análise propriamente dita do documento, é conveniente determinar e especificar a indagação intelectual, o debate ou o problema geral apresentados pelo documento. Também parece apropriado estabelecer o interesse específico desse documento em relação ao aprofundamento de um aspecto ou vários da questão ou do problema determinado. Não existe comentário de documento fora de um projeto de pesquisa, de uma questão inicial, de um problema subjetivamente formulado pelo pesquisador. O importante é formular aí esse projeto, essa questão, esse problema, para dar uma direção, um objetivo, uma unidade de conjunto ao exercício do comentário.

4. Convidamos o leitor a tomar conhecimento da operação proposta e a fazer um paralelo entre ela e o estudo didático do texto de Idola Saint-Jean, p. 108 ?2 do guia

Segunda etapa: determinação do contexto histórico e da origem do documento

A segunda etapa do comentário tem por objetivo situar historicamente o documento analisado, ou seja, dar um máximo de informações pertinentes sobre as condições que envolvem sua produção e compreendê-lo em relação à conjuntura circunstanciada (política, social, econômica, ideológica, cultural etc.) na qual ele se insere. Para isso, o pesquisador recorre a todas as informações que coligiu, se for o caso, no momento da crítica de autenticidade do documento. Se já não o fez, tentará responder às seguintes perguntas[5]:

– Quem é o autor do documento? Era conhecido? Tinha certa envergadura social na época da redação do documento? Que importância e credibilidade se deve atribuir a seu testemunho? O autor era representativo de alguma corrente, algum movimento, alguma ideia em voga na época em que escreveu o documento?

– Quais eram os objetivos explícito e implícito do autor ao produzir o documento? O documento analisado possui algum interesse suplementar ou particular pelo fato de ter sido produzido por este ou aquele autor?

– Em que circunstâncias, em que conjuntura o documento foi produzido? Qual é seu contexto histórico original? Essas circunstâncias, essa conjuntura possibilitam compreender as particularidades de forma, conteúdo, tom, apresentação, discurso e organização geral do documento?

– A quem se dirigia eventualmente o documento? Qual era seu destinatário inicial? A identificação desse destinatário possibilita compreender melhor as particularidades e as sutilezas da mensagem veiculada no documento?

– Qual é o valor real do documento como testemunho? Como ele se distingue dos outros documentos semelhantes e por que devemos atribuir-lhe importância especial?

5 Essas perguntas podem servir para interrogar grande número de documentos, mas certamente não todos.

– Quais precauções é preciso tomar eventualmente para analisá-lo?

Terceira etapa: reconstituição do esquema e análise do documento

A terceira etapa do comentário de documento consiste em analisar as informações e as particularidades contidas no documento, decodificar seus subentendidos, explicitar os indícios que ele contém, resolver suas imprecisões, comentar as situações a que alude, elucidar as sutilezas de vocabulário que encerra, respeitando as acepções da época, detectar e identificar personalidades citadas etc. Não se pode ultrapassar essa etapa do comentário sem recorrer à documentação já constituída.

Essa etapa geralmente compreende duas partes, quais sejam, uma breve apresentação esquematizada das principais partes do texto e a análise propriamente dita das particularidades e das sutilezas do documento.

A apresentação esquematizada procura lançar luzes sobre a lógica estruturadora do texto: como se organiza a argumentação e qual é seu fio condutor, como ela evolui, a que chega. Trata-se, de alguma maneira, da reconstituição lógica do plano do texto.

Quanto à análise do documento, segue uma progressão lógica e cumulativa. Costuma ir do geral ao particular. Por exemplo, num primeiro momento, o pesquisador pode proceder à análise das situações descritas no documento e, num segundo momento, passar à identificação das personagens postas em cena, ao estudo minucioso dos termos de gíria que contém etc. Mas, na verdade, não existe modelo. O próprio conteúdo do documento e os intuitos do pesquisador determinam a forma que o comentário deve assumir no final. É preciso seguir o princípio geral que consiste em selecionar e reagrupar de maneira lógica os elementos de conteúdo que se assemelhem ou aproximem. Todas as fontes utilizadas para a explicação de uma ou outra particularidade do texto vão sendo citadas à medida que o pesquisador as usa. As referências são feitas segundo as convenções de uso (ver anexo II do guia).

Quarta etapa: avaliação final

A quarta etapa do comentário de documento deve possibilitar que o jovem pesquisador tire proveito da operação anterior para chegar a uma ideia de conjunto sobre as qualidades intrínsecas e extrínsecas do documento. Pode ser útil responder às seguintes perguntas:

– Que ensinamentos é possível extrair do texto analisado? O que devemos reter do documento?

– A que indagações, principalmente, seu conteúdo dá elementos de resposta?

– Ele revela indícios importantes acerca de um episódio, de uma situação?

– Como ele permite compreender a sociedade da qual se constitui como vestígio?

– No conjunto, o documento analisado é confiável e importante ou trata-se apenas de um documento marginal, secundário, sem real alcance?

– Podemos basear-nos nas informações dadas pelo documento para enunciar uma hipótese, aventar uma explicação?

A avaliação final é essencial por duas razões. Dependendo da qualidade do comentário realizado, permite avaliar com precisão o documento em mãos. Além disso, possibilita que esse documento seja utilizado em projetos de pesquisa ou mesmo como estratégia de resposta a uma pergunta inicial.

O comentário a seguir, de um documento que versa sobre um discurso de Idola Saint-Jean transmitido por rádio (reproduzido no fim do capítulo), ilustra os ensinamentos acima e recapitula as noções de metodologia dadas. Cabe esclarecer que aparece apenas o comentário final, visto que os resultados da "operação prévia" foram incorporados ao texto principal e às notas.

3. APRESENTAÇÃO DE UM EXEMPLO SIMPLES DE COMENTÁRIO DE DOCUMENTO[6]

A. Contextualização do documento em relação a uma indagação intelectual

O discurso de Idola Saint-Jean sobre o direito de voto das mulheres é interessante sob vários aspectos. Em primeiro lugar, informa sobre um período menos conhecido da história quebequense, o período situado entre as duas guerras. Acima de tudo, constitui um documento de primeira plana para a elaboração da história das mulheres. Possibilita discernir melhor uma das principais reivindicações das feministas durante a primeira metade do século XX. Graças a seu conteúdo, o discurso de Idola Saint-Jean também mostra a contrariedade de várias mulheres diante de marginalizações de todos os tipos a que são submetidas no dia a dia, sobretudo as que lhes são impostas pela discriminação inerente ao regime das relações matrimoniais, embutida no Código Civil do Quebec. No início da década de 1930, o obstáculo jurídico ainda é um dos principais mecanismos a impedir a emancipação das mulheres. É isso o que a autora quer denunciar. Para o pesquisador, o discurso de Isola Saint-Jean, transmitido por rádio, revela uma riqueza que permite compreender o que está em jogo na luta e nas mentalidades de uma época.

B. Notas sobre o contexto histórico e a origem do documento

A autora

Idola Saint-Jean (1880-1945) é apresentada pela historiografia como uma das primeiras grandes feministas conhecidas do Quebec. Filha de um criminalista, tem formação em língua francesa. Leciona na Universidade McGill, Departamento de Estudos Franceses. Durante toda a vida, luta pela emancipação política e jurídica das

6. Aqui não há necessidade de fazer nenhuma crítica sobre a autenticidade do texto, pois a reprodução integral de seu conteúdo original é garantida pelos autores da obra onde foi reproduzido (ver a referência completa da obra nas p. 118-22 do guia). O texto também pode ser encontrado na internet no endereço <http://www.cybersolidaires.org/histoire/docs/1931> Acesso em: 12 nov 2010.

mulheres. Feminista militante, participa em 1922 da fundação do Comitê Provincial pelo Sufrágio Feminino. Insatisfeita com o encaminhamento do movimento, afasta-se dele cinco anos depois para lançar as bases da Aliança Canadense pelo Voto Feminino no Quebec, organização composta principalmente por feministas de língua francesa, provenientes sobretudo das camadas populares[7]. Em 1930, Idola Saint-Jean solicita o direito de voto, apresentando candidatura independente na circunscrição de Saint-Denis-Dorion, quando de uma eleição federal. É a primeira vez que uma mulher se candidata nas eleições federais do Quebec[8]. Apesar de vencida, obtém 3.000 votos[9].

O discurso

Em 1931, quando profere esse discurso[10], o projeto de lei referente ao voto das mulheres já foi apresentado e rejeitado quatro vezes na Assembleia Legislativa do Quebec[11]. Idola Saint-Jean pronunciou seu discurso com o objetivo manifesto de apresentar e promover as ideias dos principais grupos feministas da época (Liga pelos Direitos da Mulher, Federação Nacional Saint-Jean-Baptiste, Aliança Canadense pelo Voto Feminino no Quebec)[12], e com o intuito de sensibilizar os deputados para o papel importante que a mulher poderia desem-

7. CLEVERDON, Catherine L. *The Woman Suffrage Movement in Canada*, introd. de Ramsay Cook. Toronto: University of Toronto Press, 1974 [1950]. p. 232.

8. Cabe lembrar que, embora obtenham direito de voto em nível provincial só em 1940, as mulheres do Quebec podem prevalecer-se dessa responsabilidade em nível federal já em 1918.

9. Fontes das informações biográficas: PRÉVOST, Robert. *Québécoises d'hier et d'aujourd'hui*. Montréal: Stanké, 1985. p. 200; Cleverdon, cap. 7; DUMONT, Micheline et al. [Collectif Clio]. *L'histoire des femmes au Québec depuis quatre siècles*. Montréal: Les Quinze, 1982. cap. 11.

10. Nenhuma indicação esclarece se esse discurso transmitido por rádio em fevereiro de 1931 corresponde integralmente à primeira versão escrita pela autora. Seria interessante saber se Idola Saint-Jean precisou censurar seu texto, por iniciativa própria ou por imposição, para que ele fosse transmitido pelo rádio.

11. Em 1927, 51 votos contra 13; em 1928, 39 votos contra 11; em 1929, 50 votos contra 16; em 1930, 44 votos contra 24.

12. Para uma história das organizações feministas no Quebec durante os primeiros trinta anos do século XX, ver Dumont et al.; TROFIMENKOFF,

penhar nos assuntos públicos. Esse discurso é destinado ao grande público, a homens, claro, mas também a algumas mulheres que continuam a opor-se ao projeto de lei que exige o sufrágio feminino[13] Aliás, cabe ressaltar que, numa estratégia que visava a trazer para sua causa o apoio das mulheres do campo, as feministas se valem do rádio como suporte de divulgação de sua mensagem no início da década de 1930. Thérèse Casgrain, presidente da Liga pelos Direitos da Mulher, dirige um programa semanal (*Femina*) nas ondas da CKAC. O programa é patrocinado pelos proprietários do jornal *La Presse*. Por sua vez, Idola Saint-Jean dirige um programa chamado *Actualité féminine*[14] Com seu discurso, Idola Saint-Jean também visa os legisladores

Susan Mann. *Visions nationales*: une histoire du Québec. Montréal: Trécarré, 1986 [1983]; LAVIGNE, Marie et al. La Fédération nationale Saint-Jean-Baptiste et les revendications féministes au début du XXe siècle [A Federação Nacional Saint-Jean-Baptiste e as reivindicações feministas no início do século XX], *Revue d'histoire de l'Amérique française*, v. 29, n. 3, p. 353-73, dez. 1975; PINARD, Yolande, Les débuts du mouvement des femmes [Os primórdios do movimento feminista], em Marie Lavigne e Yolande Pinard (Orgs.). *Les femmes dans la société québécoise*: aspects historiques Montréal Boréal Express, 1977 p. 61 87.

13. Daremos alguns exemplos. Em 1921, durante um debate sobre o sufrágio feminino, a Federação das Mulheres Canadense-Francesas da região de Hull, liderada pela Sra. Rose Archambault, apresenta uma petição ao primeiro-ministro Taschereau solicitando-lhe que vote contra o projeto, pois o "sufrágio feminino é um princípio subversivo da ordem, contrário ao direito divino, ao direito natural e ao direito social". Frases transcritas em *La Presse*, 3 de fevereiro de 1921, p. 1, e citadas em Daniel Latouche, com a colab. de Diane Poliquin-Bourassa, textos coligidos e comentados por *Le manuel de la parole*: manifestes québécois, t. II: 1900 à 1959. Montréal: Boréal Express, 1977. p. 111. Mencionamos também o pronunciamento de Rolande Désilets (porta-voz do Cercle des fermières) que, à margem dos trabalhos da Comissão de Inquérito sobre os Direitos Civis das Mulheres (comissão Dorion, 1930), renega radicalmente a luta das feministas pela melhoria da condição jurídica das mulheres. Por fim, cabe esclarecer que Françoise Gaudet-Smet, cuja influência entre as mulheres do meio rural não é desprezível, foi absolutamente contrária ao sufrágio feminino. A esse respeito, ver Dumont et al., p. 337-8 e p. 347-8. Ver também DESJARDINS, Ghislaine. Les Cercles des fermières et l'action féminine en milieu rural, 1915-1944 [Os Cercles des fermières e a ação feminina no meio rural, 1915-1944], em Lavigne e Pinard, p. 217-43.

14. Cleverdon, p. 240

[sic][15], os políticos e os juristas, sendo estes últimos os menos visíveis, mas tão importantes na manutenção da tutela das mulheres. Sabe-se que um dos objetivos primordiais das organizações feministas era a evolução das leis, sobretudo das que regiam a situação da mulher do povo. De fato, o sistema jurídico era considerado uma das principais causas da dependência das mulheres e de seu papel secundário na esfera dos assuntos públicos[16]. Ao proferir seu discurso no rádio, Idola Saint-Jean espera também catalisar a influência de outros discursos, sobretudo o do clero e o dos políticos. Como o rádio podia penetrar na privacidade da maioria das mulheres, decerto aquele era o melhor meio de atingi-las, onde sermões e arengas não chegavam, pelo menos não diretamente[17].

O objetivo

O objetivo de Idola Saint-Jean é convencer a população em geral e os deputados em particular da procedência do projeto de lei que instaura o direito de sufrágio para as mulheres da província de Quebec. Seu discurso se apresenta como uma defesa dos direitos fundamentais das mulheres. Sua argumentação recorre a sentimentos fortemente arraigados nas mentalidades e nas práticas individuais da época: a retidão e o devotamento reconhecidos da mulher; a respeitabilidade da mãe, da esposa e da filha; o caráter sagrado e a primazia dos princípios cristãos[18]. A análise minuciosa das palavras da autora também revela que ela procura mobilizar seu público a par-

15. Cabe esclarecer que o termo "législateurs" é usado impropriamente pela autora, que aí se refere aos deputados. A língua francesa emprega o termo "législateur" para designar uma pessoa ou uma autoridade (por exemplo, uma assembleia legislativa) que legisla, que faz leis. Esse termo nunca é usado no plural.

16. A esse respeito, ver Jennifer Stoddart, Quand des gens de robe se penchent sur les droits des femmes: le cas de la Commission Dorion, 1929-1931 [Quando os magistrados se debruçam sobre os direitos das mulheres: o caso da Comissão Dorion, 1929-1931], em Lavigne et Pinard, p. 307-35.

17. Para uma análise do fenômeno de difusão do rádio nos lares quebequenses antes de 1940, ver o clássico de Elzéar Lavoie, L'évolution de la radio au Canada français avant 1940 [A evolução do rádio no Canadá francês antes de 1940], *Recherches sociographiques*, v. 12, n. 1, p. 17-43, jan.-avr. 1971

18. Para uma ilustração da imagem estereotipada e idealizada da mulher nos anos 1930, ver La femme canadienne-française [A mulher canadense-

tir de uma base – a da promoção e da igualdade das canadenses-francesas dentro da federação canadense – que supera em muito os sectarismos na província de Quebec na época. Alguns argumentos desenvolvidos pela autora, aliás, são testemunho de que as feministas canadense-francesas sempre estiveram divididas entre o reformismo e as crenças religiosas e nacionais. Por isso, várias delas acabaram optando pelo feminismo cristão[19]. A noção vaga, mas empolgante e unificadora, de "orgulho nacional", intensificada pela referência a algumas figuras fortes do panteão nacional (Sra. de Repentigny, Marie Rollet, Jeanne Mance, Marguerite Bourgeoys, Madeleine de Verchères, mãe de Louis-Joseph Papineau), apresenta-se como um dos principais apoios das palavras da autora[20]. Por fim, aludindo em seu texto a duas heroínas da longa marcha das mulheres para a conquista da igualdade de acesso a certas profissões valorizadas (Annie Macdonald Langstaff e Marthe Pelland), a autora faz referência a um panteão feminino em vias de constituição, cujas figuras de proa servirão para galvanizar gerações de mulheres em busca de emancipação[21].

-francesa], número especial do *L'almanach de la langue française*, Montréal: Éditions Albert Lévesque, 1936.

19. Sobre as relações ambíguas, mas evidentes, entre o feminismo e o nacionalismo no início do século, ver Trofimenkoff, cap. 12.

20. A exacerbação de sentimento de orgulho nacional é um recurso utilizado de maneira bastante frequente pelas feministas, sobretudo junto a nacionalistas e ao clero, para obter ganho de causa em certos processos. Testemunho disso, por exemplo, é a carta de Marie Lacoste Gérin-Lajoie à superiora da Congregação de Nossa Senhora, irmã Anne-Marie, em que ela se queixa de que as canadenses-francesas são obrigadas a frequentar a Universidade McGill, nos Estados Unidos ou na Europa, para completar os estudos. Argumento de peso, pois em 8 de outubro de 1908 é inaugurada a École supérieure, que oferece às moças os últimos quatro anos do curso clássico. A esse respeito, ver Dumont et al., p. 321-2.

21. Annie Macdonald Langstaff foi a primeira mulher diplomada da Faculdade de Direito da Universidade McGill, em 1911. No entanto, foi só em 1942 que as mulheres, admitidas nos tribunais, puderam atuar em audiências. Marthe Pelland, por sua vez, foi a primeira mulher, em 1931, a prevalecer-se do direito de praticar a medicina na província. Disponível em: <http://bilan.usherbrooke.ca/bilan/pages/evenements/388.html>. Acesso em: 12 nov. 2010.

C. Reconstituição do esquema e análise do documento

O discurso de Idola Saint-Jean contém duas grandes partes: uma primeira parte na qual ela tenta justificar o interesse e a necessidade de conceder o direito de voto às mulheres, baseando suas palavras num conjunto de fatos históricos reconhecidos e de realidades objetivas; uma segunda parte na qual ela se dirige diretamente aos homens do Quebec, exortando-os a aceitar o projeto de lei que será apresentado no dia seguinte, isso por razões de estrita equidade cristã, de desenvolvimento coletivo e de complementaridade das capacidades físicas e morais de homens e mulheres. Formulado já no início do texto, o argumento central de seu discurso refere-se ao atraso do Quebec em relação às outras províncias em termos de democratização de seu espaço político, de suas liberdades individuais e coletivas[22].

Insistindo no papel fundamental desempenhado pelas mulheres na história canadense (sobretudo na época da Nova França, período praticamente decantado como uma era de ouro pelas elites tradicionais[23]), Idola Saint-Jean procura legitimar suas palavras. As noções de devotamento, valentia, moderação, inteligência e dignidade, atributos da canadense francesa dos anos 1930, anos de crise, são especialmente exploradas para exaltar a participação das mulheres no destino canadense[24]. O objetivo em vista é associar o

---

22. Sabe-se que o Quebec foi o último Estado da América do Norte a conceder o direito de voto às mulheres.

23. A esse respeito, ver GAGNON, Serge. *Le Québec et ses historiens de 1840 à 1920*: la Nouvelle-France de Garneau à Groulx. Sainte-Foy: Presses de l'Université Laval, 1978.

24. Argumento irônico característico do discurso de Idola Saint-Jean que poderia ser traduzido nos seguintes termos: "Os senhores reconhecem muitas qualidades nas mulheres, mas quando chega a hora de lhes dar o mínimo direito real recuam, deixam de ser coerentes, opõem-se." Outros trechos, sobretudo aqueles em que ela apresenta algumas heroínas do panteão nacional, têm alusões com conotações muito explícitas. Seria possível decodificá-los da seguinte maneira: "Não faz muito tempo, na época em que uma grande parte dos homens caçava nas florestas, as mulheres constituíam o governo real da colônia: ministras do Comércio, da Assistência Pública, da Educação e das Finanças. E tudo funcionava!" Cabe mencionar que essa versão das coisas, que insiste no papel fundamental das mulheres na organização da colônia, é corroborada pelos julgamentos do Conselho Soberano da Nova França. Para um panorama do empreendedo-

direito de voto das mulheres ao reconhecimento explícito pela comunidade masculina da importante contribuição das mulheres para a construção do Canadá. O argumento mais incisivo de Idola Saint-Jean, apoiado pelo uso hábil de uma célebre exclamação da mãe de Louis-Joseph Papineau[25], certamente consiste em lembrar o exercício do direito de voto pelas mulheres no período 1791-1834, direito exercido com "consciência e dignidade"[26]. Por fim, para aumentar a convicção de suas palavras, Idola Saint-Jean lembra as condições de vida objetivas das mulheres no início dos anos 1930[27]: condições cada vez mais semelhantes às dos homens (trabalho em todas as esferas de atividade), que exigem modificação das hierar-

rismo feminino no Quebec, ver Francine Harel Giasson e Marie-Françoise Marchis-Mouren, Les gestionnaires québécoises: de Marguerite Bourgeoys au Bottin des femmes. *Questions de culture*, v. 9, p. 129-44, 1986.

25. Foi na eleição de 1809 que Rosalie Cherrier, mãe do ilustre patriota então deputado, tomou o partido de seu filho. De acordo com a prática do voto oral da época, ela exclamou, segundo o senador biógrafo L.-O. David: "Por meu filho, pois acho que é um súdito bom e fiel." Pode-se notar a importante digressão existente entre as palavras de Cherrier relatadas por L.-O. David e as palavras relatadas por Idola Saint-Jean. Fonte: DAVID, L.-O. *Les deux Papineau*. Montréal. Eusèbe Sénécal et Fils, 1896. p. 28.

26. Cabe esclarecer que a falta de proibição formal do direito de voto das mulheres no Ato Constitucional de 1791 foi interpretada como autorização de votar. É de ressaltar também que essa política do direito de voto das mulheres era aplicada de modo desigual em todo o Quebec. Em 1834, durante um processo de revisão da lei eleitoral, uma proposta de emenda que negava especificamente o direito de voto às mulheres foi aceita pelas duas assembleias e recebeu homologação régia. Finalmente, em 1849, sentiu-se a necessidade de proibir oficialmente a participação eleitoral das mulheres. Informações extraídas de Francine Fournier, Les femmes et la vie politique au Québec [As mulheres e a vida política no Quebec], em Lavigne et Pinard, p. 339 ss.

27. Note-se que a autora recorre aqui a um argumento frequentemente utilizado pelos partidários do direito de voto para as mulheres. Esse argumento, aliás, será retomado pelos dois deputados que, no dia seguinte ao discurso de Idola Saint-Jean, apresentarão o projeto de lei sobre o sufrágio feminino, bem como por Athanase David a propósito do projeto de lei sobre a admissão das mulheres nos tribunais (rejeitado pela Assembleia Legislativa, por 34 votos contra 32, em 26 de março de 1931).

quias tradicionais e desconstrução dos espaços de poder reservados. Idola Saint-Jean conclui a primeira parte de suas palavras com uma frase que demonstra a ambiguidade de um discurso feminista da época, discurso que o clero considera como "bom feminismo", propalado sobretudo pela Federação Nacional Saint-Jean-Baptiste (FNSJB), presidida por Marie Lacoste Gérin-Lajoie[28]. A frase "Não estarão aí problemas que a mulher sempre entenderá melhor que o homem?" é de alguma maneira indicativa do discurso equívoco mantido por muitas mulheres que se inspiram simultaneamente no reformismo e na ideologia tradicional conservadora; discurso que exige igualdade, é verdade, mas igualdade baseada no reconhecimento dos atributos distintivos das mulheres. Em suma, igualdade justificada pela complementaridade dos sexos, que é a antítese de uma atitude igualitarista[29].

A segunda parte do manifesto de Idola Saint-Jean é mais pungente. Para influenciar o voto dos deputados, a autora procura explorar a sensibilidade masculina, o culto à família, à mãe e à moça em particular, aos preceitos do cristianismo e ao orgulho nacional. Essa parte do texto é especialmente reveladora das principais "fontes de inspiração" que na época influenciavam as ações e as decisões dos políticos. As palavras do soberano Mestre, os textos de Victor Hugo, as verdades evangélicas, os destinos excepcionais de mulheres de ação são invocados para garantir um voto positivo favorável ao

28. Sabe-se que a FNSJB, inicialmente um grupo formado por várias associações afiliadas, tinha no *Le Devoir* uma coluna que lhe possibilitava divulgar as atividades de suas associações. Isso significa que o reformismo veiculado por aquela federação não era malvisto pelos nacionalistas e por alguns conservadores, como Henri Bourassa, que, no entanto, era reconhecido como antifeminista.

29. Falando da ideologia da FNSJB, Marie Lavigne, Yolande Pinard e Jennifer Stoddart acrescentam: "Há unanimidade em torno da primazia do papel materno das mulheres, e a divisão dos papéis entre homens e mulheres raramente é questionada. Algumas feministas continuam falando de complementaridade inata entre o homem e a mulher [...], e é em função dessa mesma complementaridade que o papel social da mulher se define. Limitam-se a atacar os efeitos discriminatórios provocados por essa divisão do trabalho entre os dois sexos, deixando de indagar-se sobre o sentido dessa desigualdade, e as reflexões de tais feministas não se orientam para o questionamento da 'feminidade' em si e de seus efeitos opressivos." Em Lavigne et al., p. 202.

sufrágio feminino. Esse voto positivo, aliás, é apresentado como um ato libertador cuja legitimidade mais elevada consiste no desejo comum de um desenvolvimento cada vez maior da província do Quebec, o que é uma maneira de harmonizar essa entidade política com as outras oito províncias canadenses onde as mulheres dispõem de direito de voto universal a partir de 1922.

O conteúdo e o tom do discurso de Idola Saint-Jean são explicados em boa parte pela conjuntura na qual este foi redigido. Alguns elementos de contextualização histórica possibilitarão distinguir melhor suas particularidades.

Luta pelo sufrágio feminino

A luta das mulheres pela obtenção do direito de voto no Quebec já tinha começado fazia muito tempo quando da transmissão do discurso de Idola Saint-Jean. No entanto, só em abril de 1940, no governo liberal de Adélard Godbout, esse direito lhes é finalmente concedido[30]. Apresentado catorze vezes em catorze anos, o projeto de lei mobiliza algumas ativistas mais notórias da época: Thérèse Casgrain, Marie Lacoste Gérin-Lajoie (e sua filha, que tinha o mesmo nome), Idola Saint-Jean, Carrie M. Derick, a Sra. Walter Lyman, a Sra. John Scott etc. Deve ser notado que, para ser submetido ao Parlamento, o projeto de lei sobre o sufrágio feminino devia ser apresentado por um deputado, ou seja, por um homem. Em 1931, foi Irénée Vautrin, deputado liberal da circunscrição de Montréal-Saint-Jacques, que apresentou o projeto de lei à Assembleia Legislativa. Foi apoiado por dois deputados conservadores, Martin Beattie Fisher (Huntingdon) e Charles Allan Smart (Westmount)[31].

A oposição ao sufrágio feminino

Ao mesmo tempo que as reivindicações pelo direito de voto das mulheres são persistentes no Quebec, a oposição é feroz. Com base na noção duvidosa de "direito natural", o clero e os políticos constituem os focos de resistência mais manifestos. Mas é a um grupo que escapa mais ao olhar da opinião pública, os juristas, que Idola Saint-Jean visa de maneira especial em seu discurso. O fato de os oponentes ao projeto de lei se obstinarem em basear sua própria argumentação em princípios doutrinários provavelmente explica a insistência da autora em também basear suas palavras em certas escrituras sagradas ou profanas prestigiadas. No entanto, é preciso contextualizar o discurso de Idola Saint-Jean em relação à publicação, ocorrida em 1930, do relatório da Comissão de Inquérito sobre os Direitos Civis da Mulher (comissão Dorion). Sabe-se que Idola Saint-Jean apresentara um memorando àquela comissão, e que, de 18 a 30 de novembro de 1929, ou seja, na mesma época em que ocorriam as sessões da comissão em Montreal, ela dirigia uma crônica cotidiana de duas páginas no *Montreal Herald*, jornal simpático à causa das mulheres. É preciso saber, por outro lado, que a comissão Dorion estabelecia grande parte de suas recomendações baseada no princípio de diferença entre o papel (e as aptidões) das mulheres e o dos homens, e que o respeito a essa diferença era o fundamento do conjunto de suas recomendações[32].

Principais oponentes ao projeto

Entre os detratores do projeto, encontra-se a maioria dos políticos da época, entre os quais um dos mais tenazes é o primeiro-ministro Louis-Alexandre Taschereau. Acaso este já não declarara, em 1922: "Se um dia as mulheres conseguirem o direito de voto, não serei eu que lhes dará"[33]? A oposição oficial, em grande parte, apoia o governo nessa questão. Por esse motivo, como diz Thérèse Casgrain, "Taschereau não via nenhuma utilidade de transformá-la em voto partidário"[34].

A grande maioria do clero também luta contra o projeto. Um de seus mais famosos porta-vozes, Monsenhor Louis-Adolphe Paquet, escreve em 1919: "Com o nome de feminismo, um movimento perverso, uma ambição falaciosa arrasta para fora do caminho mais

30. Contudo, foi só na eleição de 1944 que as mulheres puderam exercer seu direito de voto pela primeira vez.

31. Cleverdon, p. 238 ss.; BEAULIEU, Yves et al. *Répertoire des parlamentaires québécois, 1867-1978*. Québec: Bibliothèque de la législature, Service de documentation politique, 1980.

32. Para uma análise do contexto que presidiu à criação da comissão e para um estudo de suas recomendações, ver Stoddart.

33. Palavras citadas por Thérèse Casgrain em *Une femme chez les hommes*. Montréal: Éditions du Jour, 1971. p. 77.

34. Casgrain, p. 83

elegante metade de nossa espécie e ameaça as próprias bases da família e da sociedade."[35]

Encontra-se provavelmente em Henri Bourassa, diretor do jornal *Le Devoir*, uma das melhores condensações da argumentação antifeminista da época. Grande católico, ele se vangloria de combater esse movimento que, "tal como o socialismo, [está] em oposição radical ao conceito cristão de família e sociedade, ordenadas segundo a lei natural e a lei de Cristo"[36]. Além disso, associando o feminismo ao protestantismo, Bourassa afirma que "o sufrágio feminino teria consequências nefastas para o casamento, a família, a educação dos filhos e a situação moral e social da mulher"[37]. Todas essas informações ajudam a compreender melhor a estratégia discursiva de Idola Saint-Jean em sua defesa do sufrágio feminino.

D. Avaliação final

O manifesto de Idola Saint-Jean dá informações não só sobre o discurso feminista da época, mas também sobre a argumentação antifeminista utilizada para combatê-lo. No entanto, é difícil avaliar a influência desse discurso sobre as mentalidades dos anos 1930. Sabe-se que o projeto de lei foi de novo rejeitado em 1931 por uma maioria de 26 votos, 47 contra 21. Contudo, algumas medidas referentes ao estatuto jurídico das mulheres foram sendo gradualmente adotadas nos anos seguintes[38]. Pode-se realmente considerar que esse discurso, a exemplo de muitas outras ações de diferentes naturezas, contribuiu modesta mas indubitavelmente para a desconstrução de um espaço de desigualdades baseadas no sexo, para a congregação de energias dispersas e para a afirmação da vontade inabalável das mulheres de conquistar seus direitos[39]. O discurso de Idola Saint-Jean, que repercute nos confins das cozinhas por meio das ondas de rádio, ganha valor de símbolo de uma luta arduamente travada pelas feministas[40]

35. PAQUET, Louis-Adolphe. Le féminisme [O feminismo], em *Études et appréciations: nouveaux mélanges canadiens*. Québec: Imprimerie franciscaine missionnaire, 1919; reimpresso em Michèle Jean, textos escolhidos e apresentados por *Québécoises du XXe siècle*. Montréal: Éditions du Jour, 1974. p. 47-8

36. BOURASSA, Henri. *Femmes-hommes ou hommes et femmes? Etudes à bâtons rompus sur le féminisme*. Montréal: Imprimerie du Devoir, 1925. p. 4.

37. JEAN, Michèle. p.193. Para uma análise mais profunda das ideias de Henri Bourassa sobre as mulheres, ver Susan Mann Trofimenkoff, Henri Bourassa et la question des femmes [Henri Bourassa e a questão das mulheres], em Lavigne et Pinard, p. 293-306.

38. Em 1934, sobretudo graças aos esforços de Idola Saint-Jean, a mulher casada obtém o direito de ter uma conta bancária em seu nome. Em 1945, o artigo 279 do Código Civil é modificado para permitir que a mulher casada receba as indenizações por perdas e danos às quais tivesse direito. Em 1951, obtém o direito de exercer seus direitos civis em seu próprio nome e não mais no do marido. Em 1954, depois de longas discussões, seu nome é tirado da lista das "pessoas civilmente incapazes" (artigo 9B6). Em 1964, uma nova lei outorga à mulher plena capacidade jurídica "com a ressalva das restrições decorrentes do regime matrimonial". Ela se torna então quase uma cidadã plena, pois ainda precisará da permissão do marido para filiar-se a um sindicato!

39. LAMOUREUX, Diane. Idola Saint-Jean et le radicalisme féministe de l'entre-deux-guerres [Idola Saint-Jean e o radicalismo feminista entre as duas guerras]. *Recherches féministes*, v. 4, n. 2, p. 45-60, 1991

40. Para perceber a amplitude da luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos antes da Segunda Guerra Mundial, pode-se ler Micheline Dumont e Louise Toupin, antologia preparada por *La pensée féministe au Québec*. Montréal: Éditions du Remue-Ménage, 2003. Ver também *La constante progression des femmes: historique des droits des femmes*. Quebec, 2003, disponível no endereço <http://www.mels.gouv.qc.ca/cond_fem/publications.htm> Acesso em. 12 nov. 2010.

41. Inicialmente publicado pela Aliança Canadense pelo voto das Mulheres no Quebec, *Album souvenir* 1931; reproduzido em Daniel Latouche, com a colab. de Diane Poliquin-Bourassa, textos coligidos e comentados por *Le manuel de la parole, manifestes québécois*, t. II: 1900 a 1959. Montréal: Boréal Express, 1978. p. 111-3.

Idola Saint-Jean

Discurso radiofônico transmitido sob os auspícios da Aliança Canadense pelo voto das mulheres no Quebec na véspera da apresentação do projeto de lei do sufrágio feminino[41] (1931)

Senhoras, Senhores,

Amanhã a Legislatura se ocupará pela quinta vez do projeto de lei que instaura o sufrágio para as mulheres desta província. Reivindicação justa e legítima que, se finalmente atendida, porá as mulhe-

res do Quebec em pé de igualdade com suas irmãs das outras oito províncias do Canadá.

As mulheres do Quebec foram as primeiras nessa tarefa, e, se voltarmos para as primeiras páginas de nossa história, nós as veremos trabalhar com ardor na admirável obra de colonização. Em todas as esferas da vida social, elas foram as valentes companheiras dos homens, sempre em ação, dando o melhor de si mesmas para construir um país chamado a desempenhar importante papel na história do mundo. Oxalá nossos legisladores, quando chamados, amanhã, a dar um voto que dirá se devemos ou não ser admitidas como partícipes de nossa vida política, se lembrem de que, em 1705, a primeira manufatura têxtil do Canadá foi fundada graças à iniciativa da Sra. de Repentigny, revejam de memória a obra de Marie Rollet, a grande madrinha de nossos agricultores canadenses; Marie Rollet foi quem importou o primeiro arado para nosso país; depois, Jeanne Mance assume a tesouraria municipal de Ville-Marie e consegue o dinheiro necessário para aqui trazer um regimento encarregado de defender os colonos contra os ataques ruinosos dos iroqueses. Fundadoras dos primeiros hospitais, fundadoras das primeiras escolas, acaso essas mulheres, que temos a glória de chamar de ancestrais, não foram ministras? Uma delas, ministra do Comércio, outra da Assistência Pública, uma ministra de Educação e – ouso dizer – uma ministra das Finanças, ocupando esse posto de tal modo que poderia sobrepujar bom número de homens, graças às suas qualidades de organização e de conhecimentos econômicos? Nenhum homem, testemunhando aquilo que nossas pioneiras realizavam na aurora de nossa história, lhes recusaria acesso ao Parlamento, se existisse um, então. Elas eram consultadas sobre todas as questões, mulheres inteligentes e prudentes, e, graças à cooperação de homens e mulheres daquela época, gozamos hoje dos progressos e do desenvolvimento de nosso Canadá.

Aliás, esse direito que reivindicamos acaso não foi nosso até 1834? E não terá sido exercido com consciência e dignidade? Para nos convencermos do modo escrupuloso como nossas avós cumpriam seus deveres de eleitoras, basta lembrar as palavras pronunciadas pela mãe de Louis-Joseph Papineau ao entregar seu voto. Disse ela: "Voto em Louis-Joseph Papineau, meu filho, não por ser meu filho, mas porque o acho qualificado para representar dignamente nossa raça." Aí está uma política inteligente e sadia. Não nos faltou me-

recimento, parece-me, Senhoras e Senhores, somos encontradas hoje em todos os campos da caridade e do trabalho. As condições econômicas nos lançam na indústria, no comércio, no ensino, em suma, em todas as esferas de atividade. Se precisamos trabalhar para viver, por que somos condenadas a ocupar apenas postos subalternos? Por que não nos permitir acesso às profissões e também aos parlamentos onde são feitas as leis que afetam a mulher tanto quanto o homem? Por que, pergunto, Senhores, não contribuiríamos com nossas qualidades de educadoras quando se discute uma lei sobre nossas escolas? Por que as mães não teriam o direito de dar um voto quando a Câmara estuda uma lei referente ao bem-estar da criança, da família etc.? Não serão esses problemas que a mulher sempre entenderá melhor que o homem? Com toda a sinceridade, Senhores, digam, haverá questões que suas mães, esposas e filhas não possam compreender, ainda que tenham instrução rudimentar? E digam se, libertos do egoísmo que lhes dá menos felicidade do que parecem acreditar, digam se ficariam satisfeitos caso, um dia, a mulher se proclamasse árbitro soberano e se encarregasse, como fazem os senhores beatamente há séculos, de ditar-lhes totalmente a linha de conduta, constituindo-se como único juiz de seus destinos. Os senhores protestariam com direito contra tal estado de coisas, não é verdade? Pois bem, inspirados nas palavras do soberano Mestre, "Fazei aos outros o que gostaríeis que vos fizessem", permitam que elejamos nossos legisladores. Somos seres humanos responsáveis, queiram tratar-nos como tais. Se uma mulher se torna culpada de algum delito, as leis dos homens a punem, não é o marido que sobe ao cadafalso, é ela que expia sua falta, então não lhes parece soberanamente injusto que, ao lado disso, o código estabeleça que uma boa mãe, uma boa esposa não tem o direito de realizar uma transação sem obtenção prévia da assinatura do marido, seja este bom ou malvado? Perceberão os senhores que, de acordo com suas leis, a mãe separada do marido, à qual os tribunais confiam a guarda dos filhos, não tem sequer o direito de consentir no casamento deles, visto ser esse direito reservado exclusivamente ao pai, ainda que este seja indigno desse nome? Serão essas leis dignas de um país que se afirme cristão? A felicidade do homem, dizia há já muito tempo o grande Victor Hugo, não pode ser composta dos sofrimentos da mulher. O egoísmo é a causa de todos os males de que a humanidade padece. Contribuir para estabelecer nossa so-

ciedade em bases de justiça é o melhor modo de trabalhar para seu bem estar. Pensem nas grandes verdades evangélicas, Senhores Legisladores, quando, amanhã, lhes pedirem o acesso das mulheres ao campo político e o direito ao trabalho livre, pois o projeto de lei para a admissão das mulheres aos tribunais será discutido amanhã também. Em vez de nos tratarem como rivais perigosas, deixem que nos tornemos suas companheiras em todas as esferas de atividade. Orgulhem-se de nossas aptidões e deixem-nos pôr nossos talentos a serviço de nossa província. O orgulho nacional de todos os corações realmente canadenses deve lisonjear-se com o sucesso obtido pelos nossos, sejam eles homens ou mulheres. Em 1914, a Universidade McGill dava o primeiro diploma de direito a uma canadense, a Sra. Langstaff, primeira aluna em direito criminal e direito corporativo, as duas matérias mais difíceis da faculdade. A Sra. Marthe Pelland obtinha no ano passado o primeiro lugar na faculdade de medicina da Universidade de Montreal. Quantas outras corajosas e brilhantes poderiam ser citadas aqui. Nascidas em outra província, essas mulheres poderiam aspirar às mais altas posições, mas o Quebec as mantém tuteladas e não lhes é permitido prestar seus serviços à nossa sociedade.

Pensem em todas essas mulheres, meus Senhores, e que o seu voto de amanhã seja libertador. No interesse de todos e de todas, abram generosamente a porta da arena política e profissional para as mulheres que saberão ser na vida pública o que são na vida privada, dignas descendentes de Jeanne Mance, Marguerite Bourgeoys, Madeleine de Verchères e tantas outras que contribuíram para o desenvolvimento de nosso país. Como quase todas as mulheres operárias e a legião das mulheres que trabalham são unânimes em reivindicar seus direitos políticos e seu direito ao livre trabalho, não assumam por mais tempo, Senhores, a responsabilidade de mantê-las afastadas da vida política da província que elas amam, província a cujo bem-estar elas querem devotar-se.

CAPÍTULO 4
COMO ANALISAR UM DOCUMENTO ICONOGRÁFICO

O historiador da arte não tem o monopólio das imagens. Cada vez mais, ele a compartilha com pesquisadores de diversas disciplinas. Assim, de uma *História ilustrada do vinho* à *História da vida privada*, passando pelo *Universo das formas*, a imagem e sua iconografia atendem a necessidades diferentes e são utilizadas em função de fins variados.

Os parágrafos que seguem têm o objetivo de fornecer uma série de pontos de referência necessários ao bom desenvolvimento de uma análise iconográfica realizada por um pesquisador que não esteja familiarizado com as técnicas do historiador da arte.

Este capítulo é composto por três seções: uma breve apresentação daquilo que constitui o documento iconográfico (seção 1); a explicitação da operação de análise e de contextualização desse documento (seção 2); o estudo didático de um exemplo (seção 3).

1. O QUE É UM DOCUMENTO ICONOGRÁFICO?

Iconografia, análise iconográfica, imagem, documento iconográfico: antes de seguir adiante, é importante definir aquilo que se entende por esses termos.

Tomada em seu sentido mais amplo, iconografia é o "estudo das representações referentes a determinado motivo"[1]. Quer esse

1. BÉGUIN, André. *Dictionnaire technique et critique du dessin*. Bruxelles: Oyez, 1978. p. 323. Essa definição se encontra no dicionário *Le Petit Robert*. Para uma acepção mais especializada de iconografia, ver a introdução dos *Essais d'iconologie* de Erwin Panofsky. Paris: Gallimard, 1967. p. 13-31.

motivo tenha a forma de uma personagem histórica (por exemplo, Jacques Cartier), quer se estenda a um conjunto como a família quebequense no século XIX, nos dois casos está associado a diversas imagens. São essas imagens, **essas representações particulares de um motivo**, que constituem o objeto da análise iconográfica.

2. COMO ANALISAR E CONTEXTUALIZAR UM DOCUMENTO ICONOGRÁFICO: METODOLOGIA[2]

A análise iconográfica é feita mais ou menos da maneira como um mergulhador volta à superfície depois de observar muito bem as diferentes etapas da descompressão. Assim, marcaremos três etapas antes de chegarmos à plena compreensão de nosso documento iconográfico: a primeira etapa consiste em **observar o documento**; na segunda, aplicamo-nos a **detectar** o conteúdo da imagem; a terceira, com a contextualização, consiste em **desenhar a rede das relações** na qual se insere determinado documento.

Primeira etapa: observar o documento

Essa etapa preliminar é indispensável a todo e qualquer trabalho ulterior. Trata-se de um exercício aprofundado de observação do documento que deve ser, caso necessário, completado pelas informações compiladas em catálogos, arquivos, inventários de museus ou de bancos de imagens e obras digitalizadas.

Cabe lembrar primeiramente um princípio fundamental: a memória, por mais confiável que seja, não deixa de cometer erros.

2. Para os fins desta discussão, pressupomos que o pesquisador já tenha em mãos o documento sobre o qual incidirá seu trabalho de análise. Neste capítulo, não abordamos a questão da seleção do documento iconográfico. Outrossim, esclarecemos que os termos "imagem" e "documento iconográfico" são considerados sinônimos. Como aqui não daremos nenhuma atenção ao valor estético do documento, não pretendemos insistir em suas propriedades de obra de arte.

Portanto, esse exercício de observação exige que o pesquisador se previna simultaneamente contra si mesmo e contra os erros. Nem é preciso dizer que o bom-senso recomenda que sejam anotadas as inscrições. Mas esse bom-senso se manifestará com a mesma presteza no que se refere às cores de um quadro, por exemplo? Hoje em dia, apesar de contarmos com a considerável contribuição dos bancos de obras digitalizadas[3], continua sendo impossível confiar inteiramente neles para restabelecer a verdade de um original. De fato, a consulta direta do documento iconográfico sempre se mostra como condição indispensável para um trabalho de observação de qualidade. Tirar fotos precisas e claras[4], tomar notas diante do documento, explorar as informações contidas nos arquivos pertinentes e, se for o caso, voltar ao documento com fotos e notas para uma correta confrontação são ações que representam meios suplementares para completar e enriquecer o trabalho de observação. Da mesma maneira, se quisermos fazer a análise iconográfica de um monumento ou de uma escultura integrada num edifício, somente a presença física no local em que se encontra a obra pode realmente permitir a captação das dimensões e das relações com o meio ambiente. Se o trabalho de observação for feito a partir de uma reprodução, será necessário mencionar de que tipo de reprodução se trata e deixar claro se o original foi visto ou não.

Os imprevistos também constituem importantes empecilhos para um trabalho de observação de qualidade. A fonte primária, documento iconográfico indispensável à pesquisa, pode, por exemplo, pertencer a uma coleção particular, a um museu ou a um acervo de difícil acesso; pode estar localizada no exterior etc. Nesse caso, somente as notas de trabalho serão de grande valia.

3. A título de exemplo, para a França, ver a página da Agence photographique de la Réunion des musées nationaux (<http://www.photo.rmn.fr>).

4. Note-se que é extremamente importante apresentar um documento de trabalho que seja claro e faça jus ao original. No caso de uma imagem esculpida (relevo ou vulto), recomenda-se fazer vários clichês, de ângulos diferentes, para captar melhor o aspecto global da obra por analisar. A rigor, a falta de clareza do clichê pode ser suprida por croquis explicativos.

Por isso é importante realizar com grande minúcia a **ficha sinalética** do documento, que sistematiza e organiza o trabalho de observação. De preferência, a ficha sinalética (ver exemplo apresentado na próxima página) compreenderá elementos informativos que ultrapassam os estritos objetivos tópicos de pesquisa. A ficha assim estabelecida, seja ela em papel ou em suporte informático, permanecerá como ferramenta de referência segura e definitiva.

Desde que nada tenha sido esquecido, que a observação tenha sido minuciosa e o documento seja conhecido pelo pesquisador, este pode passar à etapa da análise iconográfica.

Segunda etapa: detectar os componentes e os significados do documento

Enquanto a primeira etapa estava ligada ao aspecto físico global do documento, a segunda nos põe diretamente diante daquilo que nele está representado.

A análise iconográfica de uma imagem não é feita de chofre. Uma única vista-d'olhos não basta para captar de uma vez as unidades que a compõem e a rede de relações que as une.

Essa segunda etapa da análise iconográfica, portanto, comporta três grandes momentos:

– primeiramente, **realizar um trabalho de nomenclatura**;

– depois, **descrever**;

– por fim, **passar para a etapa de detecção dos significados do documento**.

Analisemos cada um desses momentos.

Trabalho de nomenclatura

À primeira vista, essa operação parece exclusivamente descritiva. O objetivo dessa etapa é, realmente, proceder ao recenseamento de todos os elementos que compõem o documento iconográfico considerado. Na prática, porém, há uma sobreposição de dois níveis de observação descritiva nesse primeiro contato:

– Num primeiro momento, a **experiência pessoal** é suficiente para perceber os elementos imediatamente detectáveis. Seja

FICHA SINALÉTICA

A ficha sinalética reúne de maneira metódica o conjunto dos dados factuais levantados pelo pesquisador a respeito de uma obra. O modelo proposto abaixo comporta apenas as rubricas essenciais. Não leva em conta as particularidades relativas aos diferentes tipos de documento iconográfico. Assim, não indica a maneira de anotar o suporte técnico da obra ou de transcrever as inscrições, conforme se trate de um quadro, um desenho, uma escultura etc. Muitos catálogos de exposição representam excelentes exemplos. O pesquisador poderá remeter se a eles em caso de necessidade.

1. Nome do autor Não deixar de indicar as diferentes atribuições com as quais o documento já é conhecido.	**2. Título do documento** Indicar o título atual do documento. Notar também todos os títulos com os quais o documento foi ou ainda é publicado.
3. Localização Indicar os lugares de conservação atual e anterior do documento. Também citar o número de inventário, se houver.	**4. Meio e suporte técnico** Indicar se se trata de óleo, guache, aquarela, pastel, madeira etc. Mencionar também se a obra está em tela, papelão, painel de madeira, papel etc., se é estampa, gravura, fotografia, reprodução impressa, imagem esculpida (baixo, médio, ou alto-relevo, vulto).
5. Dimensões Convencionalmente, a indicação da altura vem antes da indicação da largura; pode ser útil registrar as dimensões de acordo com o padrão métrico e inglês	**6. Inscrições** Indicar o lugar preciso em que elas estão na obra e o meio utilizado para pintá-las ou gravá-las. Na medida do possível, apontar as diferentes origens (que pessoa escreveu qual texto na obra). Por fim, transcrever integralmente as inscrições, copiando-as entre aspas.
7. Estado Indicar o estado atual e as diferentes restaurações	**8. Clichê** Indicar o nome do fotógrafo para respeitar a legislação sobre direitos autorais.
9. Obras relacionadas ao documento Indicar os desenhos preparatórios, as gravuras e as cópias relacionadas com o documento principal	**10. Histórico** Indicar as diversas proveniências do documento, remontando à origem.
11. Bibliografia Aqui são catalogadas apenas as referências nas quais se faça menção expressamente ao documento ou à sua reprodução.	**12. Exposições** Indicar as diversas exposições nas quais o documento foi apresentado.

o documento uma propaganda contemporânea ou uma gravura do século XVI, reconhece-se espontaneamente um ser humano ou um animal, um navio ou uma planta.

– Num segundo momento, refina-se esse primeiro nível de observação. Aí começa realmente a detecção dos componentes da imagem. Tomemos um caso simples: para saber se um chapéu usado por uma personagem masculina é um tricórnio, uma cartola, um chapelão ou uma claque, a experiência pessoal muitas vezes não ajuda em nada. Essa segunda etapa exige, portanto, o **uso de obras de referência**. Elas são numerosas e diversas[5]: enciclopédias gerais e especializadas, dicionários antigos, histórias da moda, da marinha, militar, da mobília etc. É muito raro que o objeto da imagem, por mais surpreendente que seja, não corresponda a algum termo de uso catalogado e documentado numa obra de referência.

Essa etapa da documentação demora mais ou menos, de acordo com o número e com a complexidade dos elementos que entrem na composição iconográfica. No entanto, é indispensável completá-la. É fácil compreender que uma detecção deficiente nunca possibilitará a proposta de um significado seguro!

Trabalho de descrição

Essa etapa é intermediária na análise iconográfica propriamente dita. No entanto, é preliminar à interpretação.

No momento da descrição, cumpre examinar o documento como um todo, com o objetivo de perceber sua **significação global**. Para descobri-la, observam-se os elos que unam os elementos anteriormente catalogados, como por exemplo as atitudes e as relações que regem os comportamentos das personagens, as relações de idade ou condição social, as expressões e o caráter de conjunto expressos pela cena (alegria, tristeza etc.).

5. Várias enciclopédias e dicionários especializados hoje em dia se encontram em formato eletrônico. É possível interligar certo número dessas obras consultando a página *Art History Resources on the Web* no endereço <http://witcombe.sbc.edu/ARTHLinks.html>

O trabalho de descrição não implica a utilização de obras de referência em particular. No entanto, exige do pesquisador raciocínio lógico e coerência.

Trabalho de detecção dos significados do documento

Essa etapa, que supõe que o trabalho de detecção dos componentes do documento esteja terminado, consiste em **correlacionar o documento iconográfico com suas supostas fontes de inspiração**: episódio bíblico, acontecimento histórico, epopeia mitificada, texto literário, acontecimento vivido pelo criador do documento, costume etc. Embora o próprio documento propicie grande número de dados indispensáveis à sua compreensão, muitas vezes é necessário, para enriquecer o trabalho de detecção dos significados, recorrer a fontes externas de informações.

No caso de uma crucifixão, de uma batalha famosa ou de um episódio histórico recente, logo se estabelece o nexo. Trata-se de temas facilmente detectáveis: a cultura geral do observador às vezes é suficiente para descobrir a relação entre a fonte de inspiração e a imagem do documento. No entanto, isso nem sempre ocorre, e essa etapa de detecção frequentemente exige pesquisas atentas e minuciosas.

Tomemos dois exemplos. Se o documento for uma gravura ou uma fotografia antiga que ilustre um fato em especial (greve, catástrofe, acontecimento político), é preciso fazer uma pesquisa nos arquivos e nos jornais para encontrar a origem e o desenrolar do fato representado, a fim de esclarecer o momento específico retratado pelo documento. No caso de um texto literário, é indispensável verificar se há adequação entre a edição encontrada e a imagem representada pelo documento. As diferenças entre os dois às vezes são importantes e nem sempre decorrem de improvisação ou da inspiração do próprio autor.

O estudo da simbólica contida na imagem de um documento ou expressa por ela é outro aspecto do trabalho de detecção. O pesquisador trabalha então correlacionando a imagem com um conceito, como por exemplo Justiça, Liberdade ou Fé. Nesse caso, é indispensável uma pesquisa bibliográfica. Dicionários de sím-

bolos, tratados sobre as qualidades de uma personagem e obras de heráldica são de grande ajuda.

As recomendações que condicionam uma boa interpretação do documento iconográfico podem ser variadas infinitamente. No entanto, têm um ponto em comum: **nunca passar depressa demais para as conclusões.**

Terceira Etapa: contextualizar o documento

Na etapa anterior, todas as pesquisas se restringiam ao documento, o que possibilitava explicá-lo melhor. Ele era então **objeto de decifração**, depois de ter sido **objeto de observação**. Nessa terceira etapa da análise iconográfica, o documento passa a ser **objeto de indagação**. Insere-se numa rede de relações da qual é preciso achar o fio da meada.

As contextualizações estrita e ampla do documento são dois momentos que marcam essa terceira etapa da análise iconográfica. Vejamos melhor.

Contextualização estrita

Trata-se de retomar a ficha sinalética do documento no ponto em que a primeira observação a preenchera. Essa etapa tem em vista encontrar tudo o que não está presente no documento, mas está estreitamente vinculado a ele.

– No caso de um quadro, de uma gravura, de uma escultura etc., buscar os desenhos preparatórios da obra final, os estudos de composição; se for o caso, examinar as análises de laboratório (radiografias, fotografias em infravermelho etc.).

– Verificar se o documento nasceu de influências diversas ou se foi inspirado em um modelo preciso. É uma colcha de retalhos? É fruto de alguma encomenda que comportasse um número maior ou menor de restrições?

– Situar o documento isolado numa sequência mais ampla: o quadro numa sequência de obras; a imagem sem qualidade estética dentro de uma série; o documento publicitário em relação à evolução de seu tema etc.

Essas são apenas algumas pistas, pois as fontes de anterioridade e os elos de dependência de um documento, evidentemente, são numerosos e variados. Para dar uma ideia, seria possível dizer que fazer uma contextualização estrita é como desenrolar um filme para encontrar as sequências anteriores e posteriores àquelas que nos interessam.

Contextualização ampla

A contextualização ampla baseia-se no trabalho anterior e o supera. Seu objetivo é verificar como os contextos político, econômico, social, cultural e ideológico se expressam em dado documento. Em outras palavras, trata-se de depreender a historicidade de um documento, mostrar como, com seu conteúdo, suas variações, suas cenas, suas personagens etc., ele pertence a uma época, a uma circunstância que seja possível datar. Desse modo, o documento é analisado como um sintoma, um arquétipo dos contextos que lhe deram origem e que ele recapitula em dada forma.

Aqui, por exemplo, tentaremos descobrir as redes sociais nas quais se insere o autor do documento. Investigaremos sobretudo a influência de seu meio cultural e social sobre o seu modo de afirmar-se pela imagem. Mais uma vez, as perguntas podem ser infinitamente multiplicadas. A qualidade, a riqueza e a pertinência do trabalho de interrogação dependem da perspicácia, da erudição e da inteligência do pesquisador.

Nessa etapa do trabalho de análise, as ferramentas de trabalho são muito variadas. O objetivo buscado é documentar-se de maneira exaustiva sobre a conjuntura existente no momento da produção original do documento.

O quadro apresentado a seguir recapitula e sintetiza os momentos-chave do trabalho descrito.

3. ESTUDO DE UM EXEMPLO

No campo da iconografia, não existe exemplo ideal que resuma todas as particularidades de uma abordagem teórica. O estudo realizado aqui, portanto, não tem em vista apresentar uma análise detalhada de um modelo. De modo mais simples, isolando alguns marcos no processo analítico, ilustraremos uma aplicação.

ANÁLISE DE UM DOCUMENTO ICONOGRÁFICO

Quadro sinóptico

Etapas	O que fazer?	Como fazer?
Observar o documento	Fazer uma ficha sinalética	• Observação visual • Exploração de arquivos e inventários de museus, catálogos especializados, bancos de diapositivos etc.
Detectar os componentes e os significados do documento	Dar nome aos componentes do documento	• Contar com a experiência pessoal
	Descrever o documento como um todo	• Utilizar boas obras de referência
	Relacionar o documento com suas supostas fontes de inspiração	• Adotar um método muito lógico • Explorar obras especializadas
Contextualizar o documento	Contextualização estrita O documento em sua rede imediata de dependência	• Exige pesquisa paciente e atenta
	Contextualização ampla O documento como arquétipo de um momento da história	• Requer o uso de boas obras especializadas

A escolha proposta, o *Monumento Short-Walick*, situado na praça du Manège militaire no Quebec (hoje praça George-V), é, pois, absolutamente arbitrário. Poderia, porém, servir de suporte ilustrativo ou de testemunho de uma época da história factual da cidade do Quebec no fim do século XIX, em especial do bairro Saint-Sauveur. Assim, depois de estudar o documento iconográfico que significa por si mesmo, o pesquisador poderia interrogá-lo especificamente em função de seus objetivos de pesquisa.

Aqui nos limitaremos a uma análise iconográfica *stricto sensu*. As principais direções que temos em vista são três: nomenclatura e descrição; detecção dos significados; contextualização. Propositadamente não incluímos a ficha sinalética do *Monumento Short-Walick*. Como dissemos, o objetivo é apenas ilustrar um possível percurso no processo analítico. Não queremos de modo algum transformar esse exemplo particular em caso típico, passível de generalizações.

Trabalho de nomenclatura e descrição[6]

O monumento à memória do major Charles John Short e do sargento George Walick foi concebido para ser visto frontalmente (ver figura 1). Apresenta-se como um conjunto harmonioso e homogêneo de dois bustos em meio-corpo a encimar um pedestal e com uma figura feminina sentada, apoiada em sua base.

O pedestal, de seção quadrada, tem três partes. A base, com um degrau, ocupa um terço da altura. No centro, uma pedra quadrangular recebe uma placa de bronze na qual se lê a seguinte inscrição[7]:

6. Para simplificar, em vista da escassez de elementos constitutivos da obra, reunimos essas duas etapas (habitualmente separadas).

7. As barras transversais indicam mudança de linha na inscrição. O monumento é denominado "Monument Short-Wallick" desde sua inauguração em 12 de novembro de 1891 (*Quebec Daily Mercury*, 13 nov. 1891, p. 3), com um "l" duplo no sobrenome da família do sargento George Walick. Aparece desse modo em toda a historiografia até a modificação proposta por Yves Lacasse durante a exposição *Louis-Philippe Hébert* no Museu do Quebec em 2001. Adotamos aqui a sugestão de designar corretamente o sobrenome do militar.

To the Memory of / Major Charles John Short, A.D.C., and Staff Sergeant George Walick / "8" Battery Regiment Canadian Artillery, / 1889. Who Lost Their Lives, Whilst in the Performance of Their Duty. 1891 / at the Great Fire in St-Sauveur / on Thursday the 16th of May 1889. / This Monument is Erected by the Citizens of Quebec in Grateful Remembrance of Their Noble and Heroic Conduct

Figura 1
Monumento Short-Walick

Louis-Philippe Hébert, *Monument Short-Walick*, 1891, Quebec (praça George-V), bronze (foto: Arquivos da Cidade de Quebec, neg. 14666).

O dado, constituindo a parte central do pedestal, tem arestas em bisel. Sustenta uma cornija emoldurada, separada do dado por um filete de bronze.

Dois bustos em vulto, em meio corpo sem braços, encimam o pedestal. O primeiro é um militar em uniforme de gala, usando uma túnica com galões e colarinho alto. Uma casaca com botões grandes cai sobre seu ombro direito. O rosto, minuciosamente detalhado – olha para a frente e em linha reta, tem traços finos e angulosos, cabelos curtos e bigode – acusa o caráter voluntarioso e nobre da personagem. O segundo militar, recuado e à direita em relação ao primeiro, distingue-se dele por dois detalhes importantes. Por um lado, seu rosto apresenta traços mais jovens; por outro, a simplicidade de seu uniforme deixa adivinhar que seu posto é subalterno.

A figura feminina está sentada na saliência situada no início das arestas em bisel do dado, com os pés pousados acima da placa de bronze. Usa vestido amplo de decote baixo, com cinto na cintura; uma alça escorrega do ombro esquerdo, deixando o seio parcialmente nu. Num movimento de extensão lateral de todo o corpo para a direita, ela ostenta a haste de uma bandeira à direita dos dois militares, envolvendo-os assim em seu tecido. A postura da cabeça, inclinada para trás, acompanha essa força ascensional. O rosto não é desprovido de encanto, e a cabeleira está presa, formando um coque na parte de trás da cabeça. Esta está cingida por uma coroa que imita um aparelho formado por uma série de ameias entremeadas de torres. Para servir de contrapeso a esse movimento, ela se apoia com a mão esquerda num escudo de forma triangular (ver figura 2). O coração circular desse escudo contém uma figura feminina sentada, a designar com o braço esquerdo uma vista de paisagem. Seu braço direito, apoiado sobre um escudo ornamentado por um leão, segura uma cornucópia. Ao lado, vê-se um cortiço; a seus pés, um castor. Duas folhas de bordo entrecruzadas, amarradas com um cordão, ocupam a ponta do brasão, enquanto alguns trifólios ocupam seus flancos e os cantões destro e sinistro.

Figura 2
Monumento *Short-Walick*, detalhe do escudo (foto: Didier Prioul)

Terminaremos esclarecendo que o monumento está assinado e datado na queda do panejamento que se destaca acima da placa de bronze: "L. P. Hébert / 1891".

Detecção dos significados

O significado do conjunto do monumento quase não apresenta problemas. A inscrição nos fornece as principais chaves:

– **Nomes dos militares e seus respectivos postos:** o major Short está com uniforme de gala; o sargento Walick está a seu lado.

– **Contexto:** morreram heroicamente cumprindo o dever durante o incêndio do bairro Saint-Sauveur, em 16 de maio de 1889.

Quanto ao detalhe do incêndio, cabe remeter-se aos jornais da época[8]. Num artigo intitulado "Conflagração em Saint-Sauveur", o *Journal de Québec* (16 de maio de 1889, p. 2) permite obter o seguinte resumo:

> Na noite de 15 para 16 de maio de 1889, um incêndio reduziu a cinzas várias centenas de casas do bairro Saint-Sauveur. Na madrugada de 16 de maio, com o objetivo de dominar a propagação das chamas, provocou-se a explosão de várias casas, nelas depositando barris de pólvora. Numa delas, não houve explosão. No momento em que o major Short e o sargento Walick entraram para verificar o estado da mecha, o barril explodiu: o primeiro morreu na hora; o segundo morreu algumas horas depois no hospital.

Falta a personagem feminina. Seus atributos possibilitam afirmar que é uma figura alegórica:

– A coroa corresponde a um modelo bem definido: o da coroa mural de um brasão de cidade.

8. Para uma pesquisa mais completa, deve-se consultar, evidentemente, o conjunto dos jornais da época, em línguas francesa e inglesa. Para uma contextualização mais ampla do acontecimento em relação a outras indagações (por exemplo, medidas de proteção contra incêndios adotadas pela cidade de Quebec na época, material com que eram construídas as casas de Saint-Sauveur), remeter-se a estudos de síntese.

– O escudo (ver descrição, figura 2): o coração corresponde ao selo da cidade de Quebec, desenhado por Joseph Légaré e aceito pelo conselho municipal em 24 de maio de 1834. Os trifólios corroboram a interpretação global do monumento. Como toda forma trifoliada, são o símbolo da Trindade na arte cristã. Trata-se de uma trindade profana: a cidade de Quebec, o major Short e o sargento Walick.

Pela figuração em pé (que a torna mais semelhante aos seres humanos) e por sua localização entre o espectador e o objeto de seu ideal (as personagens do ápice mostradas em busto), essa personagem feminina é um intermediário simultaneamente físico e simbólico. Assim, constitui a chave principal para a correta decifração do arranjo global da obra.

Com a construção desse monumento, os cidadãos da cidade de Quebec demonstram o seu reconhecimento aos dois militares mortos no incêndio do bairro Saint-Sauveur, em 16 de maio de 1889. O escultor Louis-Philippe Hébert (1850-1917) recebeu a encomenda em 2 de dezembro de 1890. Concebeu um conjunto no qual a cidade de Quebec, na forma de uma figura feminina a simbolizar a totalidade dos cidadãos, abarca os dois heróis nas pregas de uma bandeira que ela estende, guardando-os assim em seu seio.

Contextualização

Para não prolongarmos em demasia esta análise, consideraremos apenas as perspectivas principais. De acordo com as necessidades da pesquisa, algumas perspectivas serão examinadas, e outras, desprezadas.

Contextualização estrita

Em relação à encomenda:

– Identificar os patrocinadores da ideia do monumento.

– Especificar se as verbas necessárias à realização do monumento provêm de subscrição popular. (Se for esse o caso, não é ocioso conhecer os nomes dos subscritores.)

– Especificar as condições da encomenda: Louis-Philippe Hébert a obteve por meio de concurso? (Seria importante, então, conhecer os nomes dos outros participantes.)

– Determinar se existe algum contrato que vincule o escultor a quem fez a encomenda. Esse contrato estabelece exigências em termos dos planos, das dimensões e da localização da iconografia?

– Encontrar os orçamentos. Em muitos casos, o monumento é objeto de dois orçamentos separados. A execução, e às vezes a concepção do pedestal, é confiada a um arquiteto.

Em relação à concepção da obra:

– Encontrar os estágios da criação (desenhos, maquete etc.). (No caso do monumento *Short-Walick*, nenhuma obra preparatória foi ainda descoberta.)

– Especificar as fontes utilizadas para os retratos dos dois militares: descrições, desenhos ou fotografias.

– Verificar se o escultor se inspirou em modelos preexistentes, tanto para a concepção do conjunto quanto para o desenho das partes.

– Não ignorar as pistas que possam levar à descoberta de documentos conexos, às vezes importantes. O monumento *Short-Walick* é um bom exemplo disso. Os Arquivos Nacionais do Quebec conservam no acervo Eugène-Étienne Taché (inv. P. 286) a transcrição de uma carta de Taché, datada de 10 de dezembro de 1890 e endereçada a Ernest Pacaud, membro do comitê formado para a construção do monumento. Pacaud deseja receber o parecer do arquiteto sobre o desenho que Louis-Philippe Hébert acaba de lhe apresentar. Taché critica asperamente o projeto, sobretudo a decisão tomada pelo escultor para a alegoria da cidade de Quebec:

> ela não se levanta, não está em pé nem sentada [...] Essa pose pressupõe asas que o Sr. Hébert lhe roubou [...], asas como as que são dadas a certas personagens, metade anjos, metade mulheres, que fazem parte de monumentos análogos a esse de que tratamos, erigidos atualmente na França e na Itália. Além disso, ela está fazendo um esforço (só com os braços, note bem) para erguer-se e atingir

o soclo dos bustos Short & Walick, com o fim de lá depositar uma bandeira.

Essa bandeira, creio, não tem razão de ser, para comemorar o lúgubre acontecimento de 16 de maio de 1889. (fls. 304 r°)

Taché anexa a seu parecer um desenho apropriado (ver figura 3), insistindo no aspecto "mais natural, mais calmo e, sobretudo, mais dentro das tradições da estatuária antiga" (fls. 305 r°) de sua figura feminina.

Em relação à realização:

– A obra foi fundida pelo artista? Algum artesão especializado encarregou-se disso? (Louis-Philippe Hébert muitas vezes mandava fundir suas esculturas na França.)

Contextualização ampla

O monumento pode ser assim compreendido sob muitos aspectos. Propomos quatro, numa correlação com os seguintes elementos.

1. O próprio artista

– Especificar a situação da obra na carreira de Louis-Philippe Hébert.

– Estabelecer como sua obra se insere na história da arte local.

– Especificar a posição do artista em sua época e seu meio.

2. O tipo geral do monumento comemorativo (comparações com a França, a Grã-Bretanha e a Itália)

(Nesse contexto, as críticas de Taché se tornam uma importante ferramenta de pesquisa. O resultado final – ver figura 3 – permite adivinhar que elas não foram aceitas.)

3. Contexto social: o monumento como catalisador de sentimentos populares

(Exemplo: tema do monumento aos mortos que se desenvolve no fim do século XIX: glorificação/símbolo.)

– Tema subjacente do patriotismo: o paralelo foi feito durante a inauguração do monumento, em 12 de novembro de 1891 (ver *Le Canadien*, 13 nov. 1891, p. 2).

Figura 3
Eugène Étienne Taché
Projeto para o monumento Short-Walick

Eugène-Étienne Taché,
Projet pour le monument Short-Walick, 1890, bico de pena com tinta preta sobre papel da Índia, Quebec, Arquivos Nacionais do Quebec, inv. p. 286, fls. 302 (foto: Didier Prioul).

– Tema da concórdia: exprime a dicotomia francófonos/anglófonos, católicos/protestantes.

4. Contexto político: o tenente-governador e o ministro da milícia, Sir Adolphe Caron, recusaram-se a assistir à inauguração do monumento (*Le Canadien*, 11, 12 e 13 nov. 1891). Essa posição assumida deve ser correlacionada com a atribuição do contrato para a construção da ferrovia de Baie-des-Chaleurs e com o escândalo daí decorrente. Ernest Pacaud, tesoureiro do Partido Liberal e membro do comitê formado para a construção do monumento *Short-Walick*, estava muito implicado no escândalo.

No fim dessa contextualização, que se baseia na análise descritiva feita na etapa anterior, pode-se fazer uma **avaliação final**. Esta recapitula os principais ensinamentos da análise iconográfica e os situa em relação aos objetivos da pesquisa feita pelo pesquisador. O trabalho então está completo.

CAPÍTULO 5
COMO ANALISAR UM OBJETO

Cada vez mais, o pesquisador tira proveito de grande número de fontes documentais para aprofundar e enriquecer sua compreensão da sociedade: textos, ilustrações, mapas, testemunhos orais, objetos etc. De fato, a prática científica atual é plural e compósita. Por esse motivo, é fundamental que o estudante se abra para a interdisciplinaridade. Esta consiste em formular um problema intelectual e construir um objeto de estudo segundo modalidades que ultrapassem o campo tradicional de uma disciplina. Mas essa atitude também tem por objetivo explorar a riqueza e as qualidades de diversos tipos de documento para captar várias facetas de uma realidade.

Este capítulo tem em vista familiarizar o pesquisador iniciante com uma metodologia de análise do objeto. Compreende duas grandes partes: uma definição operacional do objeto (seções 1 e 2); a apresentação de um método capaz de tornar sistemático o exercício de análise (seção 3). O texto contém várias figuras.

1. O QUE É UM OBJETO

Não existe definição universalmente aceita de objeto.

Segundo o dicionário *Le petit Robert*, objeto é uma "coisa sólida que tem unidade e independência e atende a certa destinação". Embora todos ou quase todos pareçam estar de acordo quanto à presença do fator mobilidade como condição essencial à definição de objeto, as opiniões divergem no que se refere ao tamanho ou ao

volume que o objeto deve ter. Assim, em suas pesquisas para achar módulos ideais que permitam situar o homem em relação a seu meio, Le Corbusier, em seu *Modulor*, define as dimensões do objeto dizendo que ele deve ter entre 1 milímetro e 86 centímetros num caso, e 139,7 centímetros em outro[1]. Para algumas pessoas que, tal como Pierre Boudon, têm uma visão muito mais ampla de objeto, um avião e um automóvel podem ser considerados objetos[2].

Abraham Moles, por sua vez, introduz um elemento capital: o da intervenção humana. Para Moles, objeto é um "elemento do mundo exterior fabricado pelo homem, elemento que ele pode pegar ou manipular"[3]. Esclarece ele que "um machado de sílex é um objeto, ao passo que o sílex não o é". Acrescenta que uma pedra pode, em última análise, tornar-se objeto quando promovida ao nível de peso de papel.

Consideremos a seguinte definição:

– Diremos que há objeto quando o elemento é **móvel** e **independente**. Ele não tem necessariamente limite de tamanho ou de volume.

– Diremos também que há objeto quando o elemento é a **consecução de uma intervenção humana**, por menor que ela seja.

– Diremos por fim que há objeto quando o elemento possui um **uso** e uma **função**.

2. OBJETO: UM FENÔMENO SOCIAL TOTAL

Um objeto não é uma coisa insignificante, uma matéria inerte. Muitas vezes é descrito como um "fenômeno social total". O objeto é o vestígio e o reflexo da atividade humana. Além do

1. LE CORBUSIER. *Le modulor*: essai sur une mesure harmonique à l'échelle humaine applicable universellement à la mécanique. 2e éd., Paris: Denoël-Gonthier, 1977 [1948]. 221 p. Il., fac sim., col. Bibliothèques médiations, n. 108

2. Sur un statut de l'objet: différer l'objet de l'objet [Sobre um estatuto do objeto: distinguir objeto de objeto], *Communications*, n. 13, p. 65-87, 1969

3. "Objet et communication" [Objeto e comunicação], *Communications*, n. 13, p. 5, 1969.

aspecto formal, do uso ou da função que lhe é atribuída, ele é portador de uma infinidade de informações que transmitem dados sobre a tecnologia de que dispunha seu produtor e sobre a capacidade deste, bem como sobre a posição social de seu destinatário ou de seu proprietário final. De modo mais amplo, o objeto é um testemunho excepcional da sociedade de cuja historicidade constitui um aspecto.

Um objeto também é portador de sentidos, representações, alusões e simbólicas várias e compósitas que dizem muito sobre a cultura material e espiritual das comunidades humanas. Para retomar a feliz expressão de Abraham Moles, o objeto "não é simplesmente para fazer, mas para representar". Ele é, continuamente, um objeto-memória. Possui papéis e poderes. Está investido de valores, de uma moral, de uma estética, de uma capacidade comunicacional nunca definitivas, aliás, por mudarem no tempo e variarem de acordo com os indivíduos e os ambientes. O objeto possui vidas que se abreviam ou prolongam em função dos consensos das épocas. Conforme dizia Henry Glassie, embora o objeto dê indícios sobre o contexto e o ambiente material e cultural nos quais se encontra, são o contexto e o ambiente que lhe dão sentido[4]. De fato, ainda que o objeto seja significante em si mesmo, também é significante **em relação ao sistema de objetos e ao sistema cultural** nos quais se encontra.

Dessa breve discussão deve-se extrair um princípio diretivo. Em toda e qualquer operação de análise, o objeto deve ser considerado tanto nos planos material e formal quanto no plano simbólico, **levando-se em conta as relações dinâmicas entre esses elementos**. A análise do objeto exige ainda que sejam levados em conta os parâmetros externos (que também poderiam ser chamados "fatores ambientais"), capazes de influenciá-lo. Em outros termos, a observação formal constitui um momento importante da operação de análise do objeto, mas o estudo antropológico e sociológico desse objeto também é fundamental. A operação de

4. Folk Art, em Thomas J. Schlereth, textos reunidos e publicados com introdução de, *Material Culture Studies in America*. Nashville (Tenn.): The American Association for State and Local History, 1981. XVI-419 p., bibliogr., p.125-40.

análise é complexa principalmente porque exige do pesquisador o estabelecimento de relações dinâmicas entre vários níveis de leitura e de apreciação do objeto.

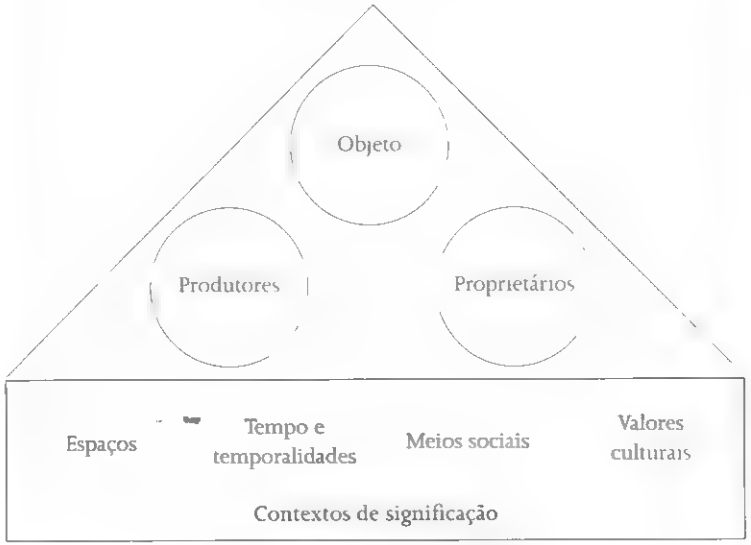
A parte que segue tem em vista, precisamente, propor um método fecundo e operacional de análise do objeto, respeitando a obrigação fundamental de examiná-lo **em suas dimensões material e antropossociológica**.

3. UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DO OBJETO

A figura 1 possibilita a visualização do método que propomos para avaliar e analisar um objeto. O interessante desse método é que ele possibilita um esforço de inteligibilidade em vista de informar sobre a peça em si e sobre o que ela representa, de reconstituir sua história e sua genealogia e de depreender seus diferentes contextos principais de significação.

No conjunto, esse método se assemelha a uma grade de leitura ideal do objeto. Ele especifica toda a gama dos principais

FIGURA 1. — MÉTODO DE ANÁLISE DO OBJETO



parâmetros que devem ser levados em consideração no momento da análise, mesmo se sabendo que eles raramente estão todos reunidos. Aberto e complexo, esse método de leitura do objeto pode prestar-se a utilizações parciais, em função dos interesses do pesquisador e dos fins específicos de sua pesquisa. Voltado para o exercício de contextualização, ele possibilita situar o objeto em conjuntos qualitativos mais amplos.

O método proposto sugere três níveis de leitura do objeto. Cada um dos patamares da pirâmide corresponde a um desses níveis. Cada um deles tem existência própria, autônoma, e remete a elementos de informação e de contextualização equivalentes e comparáveis em termos de importância.

A interpretação do objeto como fenômeno social total obriga o pesquisador a uma leitura vertical da pirâmide. Ela o força a levar em conta cada um dos patamares de análise para reconstituir o meio ambiente do objeto e discernir o máximo de significados. Embora as finalidades do projeto (ou as injunções documentais) levem o pesquisador a privilegiar um ângulo de análise em particular, a qualidade da interpretação de conjunto depende das relações dinâmicas estabelecidas entre todos os elementos de todos os patamares.

Dados esses esclarecimentos, aprofundaremos cada um dos pontos de observação sugeridos pelo método.

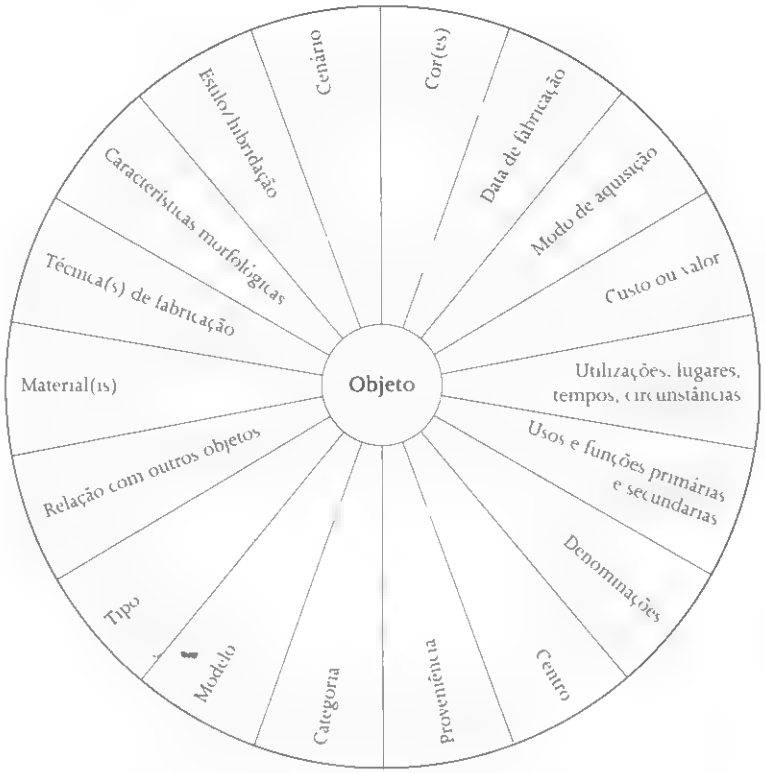
O OBJETO

O primeiro momento da operação de análise e o primeiro nível de leitura nos quais devemos insistir referem-se, evidentemente, ao próprio objeto.

A série de indagações utilizada pelo pesquisador tem em vista estabelecer, nesse caso, as características morfológicas e estilísticas do objeto, o gênero e o tipo aos quais ele pertence, suas técnicas de construção, seus usos e funções primárias e secundárias, sua proveniência e seu modo de aquisição, suas utilizações de acordo com o lugar e o tempo, suas relações com outros objetos. A figura 2 resume os elementos informativos que é útil recolher sobre o

objeto a partir de perguntas apropriadas. No conjunto, essas informações possibilitam a classificação do objeto numa cadeia taxionômica. Também permitem reconhecer, de maneira embrionária mas indicativa, algumas de suas qualidades simbólicas intrínsecas. Evidentemente, não é indubitável que os elementos informativos correspondentes a cada um dos raios da esfera representada pela figura 2 possibilitam atingir todos os valores com que o objeto está investido. Outrossim, essas perguntas não podem ser aplicadas de maneira mecânica a todos os objetos. Tampouco podem redundar numa leitura perfeitamente objetivada desse mesmo objeto.

FIGURA 2. — QUESTIONAR O PRÓPRIO OBJETO



Por isso, não podemos deixar de dar a recomendação abaixo, que, aliás, vale para todas as etapas da análise.

Na prática, o pesquisador insiste em elementos descritivos que possibilitem responder a **seus** objetivos de pesquisa. A própria análise formal de um objeto nunca está desvinculada das intenções precisas de pesquisa. De fato, existem relação contínua e concordância entre as preocupações intelectuais do pesquisador, sua operação de análise do objeto e os fins visados por seu projeto de pesquisa. **É nas preocupações intelectuais do pesquisador que a operação global de análise (e de contextualização) encontra unidade, coerência, justificação e pertinência.** Essas preocupações intelectuais, restritas por definição, evidentemente marcam os limites de uma operação de análise. Mas o pesquisador não precisa sofrer com o caráter limitativo de sua operação, desde que esteja bem consciente dela e a anuncie explicitamente. Aliás, é impossível e impensável extrair a totalidade das mensagens potenciais de um objeto. É válido o pesquisador limitar-se a um único contexto de significação, a uma única faceta do objeto.

Produtores e proprietários

O segundo momento da operação de análise tem em vista trazer a lume certos elementos descritivos próprios aos produtores do objeto, por um lado, e a seus proprietários, por outro. As informações recolhidas nesse plano são fundamentais: contam a vida do objeto; documentam a história de sua criação, de seu uso e de suas reutilizações. Ao fazer isso, já possibilitam situá-lo numa série de objetos semelhantes ou diretamente complementares. A partir daí, é possível determinar as **áreas de circulação** do objeto. Também é possível realizar uma primeira discriminação importante nos sentidos atribuídos ao objeto. Ao documentar adequadamente o contexto de aquisição do objeto, as intenções e as motivações do adquirente, ou mesmo o modo como o produtor entendeu as necessidades e a encomenda, o pesquisador poderá proceder a uma análise muito mais fidedigna e sólida da peça. Poderá definir, com base em mais informações, as funções utilitárias, estéticas e simbólicas do objeto.

As informações mais úteis que devem ser recolhidas sobre os produtores (ver figura 3) referem-se a: idade, escolaridade, formação, influências sofridas, itinerário profissional, técnicas de fabricação, fontes de inspiração etc. Essas informações são determinantes na eventual elucidação das correntes estéticas e artísticas ou das cadeias tecnológicas que marcaram o objeto estudado. Mas também permitem depreender certas **causas diretas da existência do objeto** (resultado de uma encomenda específica, estratégia de diversificação da produção pelo artífice, experimentação etc.). Com base nessas informações é possível discernir melhor e contextualizar as qualidades intrínsecas do objeto.

As informações referentes aos proprietários (ver figura 4) têm em vista compreender certos elementos descritivos de primeira mão para, eventualmente, descobrir os usos e as funções simbólicas do objeto. Isso porque existe uma relação estreita entre as características do possuidor de um objeto (idade, personalidade, situação financeira, origem étnica, posição social, redes de pertencimento etc.) e o sistema sociológico das significações no qual o objeto está inserido. Com essa grade de questões, o pesquisador procura aprender mais sobre o conjunto das motivações que explicam a aquisição de um objeto por seu proprietário.

Contextos de significação

O terceiro momento da operação de análise refere-se aos contextos de significação do objeto, mais precisamente **seus contextos indiretos de existência**. Estes, evidentemente, são numerosos. O método proposto enfatiza quatro deles:

– **Espaços**, ou seja, **contextos da evolução espacial do objeto**: seu contexto de localização imediata e ampla, mas também suas relações com o meio ambiente selvagem e organizado, físico e simbólico, doméstico e profissional, cultural e geográfico, social e intelectual etc. As significações de um objeto são sempre parcialmente determinadas pelo lugar onde ele se encontra, pelo local onde é colocado. Assim, uma máscara africana na sala de um burguês de Montreal demonstra a adesão de seu proprietário a um

FIGURA 3. – PARA SABER MAIS SOBRE OS PRODUTORES DO OBJETO...

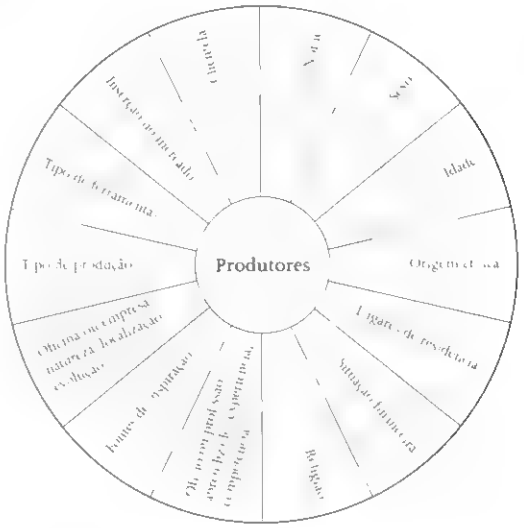
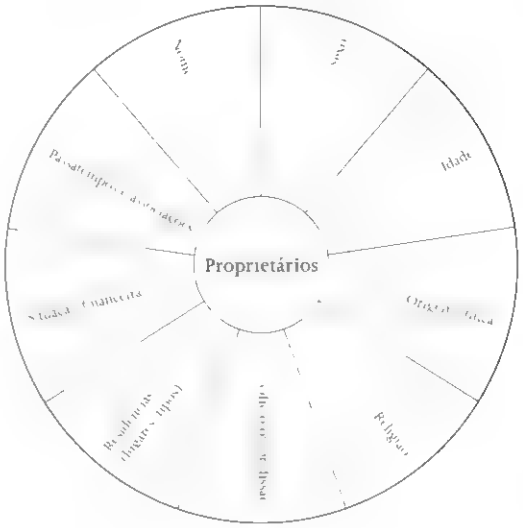


FIGURA 4. – ... E SOBRE SEUS PROPRIETÁRIOS



sistema de representações, valores e alusões, ou mesmo a uma estratégia de distinção social, muito peculiares, que é preciso explorar para captar bem os sentidos com que a peça está investida. O mesmo ocorre com um livro: conforme seja encontrado numa biblioteca pública, numa sala silenciosa, nos aposentos de um universitário ou sobre um banco, numa estação de ônibus, ele adquirirá significados diferentes, remeterá a universos simbólicos distintos.

– **Tempos e temporalidades**, ou seja, por um lado, **contextos temporais de evolução do objeto** (cotidiano, ciclo sazonal, ciclo de vida etc.) e, por outro, **tempos próprios ao objeto** (tempo de fabricação, mas também de usos, funções utilitárias e simbólicas, tempo de valores agregados).

– **Meios sociais**, ou seja, **espaço sociorrelacional no qual o objeto circula ou é adquirido**: o indivíduo em sua relação com outros, com a família, os parentes, os vizinhos, o grupo a que pertence, seja ele de tipo étnico, religioso, associativo, profissional etc.

– **Valores culturais**, ou seja, **sistema implícito de representações no qual o objeto está inserido, em suma, o imaginário no qual está envolvido**: pode tratar-se de um sistema social, de uma ideologia, de normas e códigos, de ritos e costumes, de crenças e festas etc. Assim, um martelo e uma foice colocados sobre um pedestal evocarão representações que, em decorrência dos consensos nos quais se baseiam, só terão significação definitiva se contextualizadas em relação à figura imagética adotada por uma sociedade política – nesse caso, identificação dessa sociedade com os ideais do comunismo.

Cabe esclarecer que o conteúdo desses quatro contextos de significação está aqui apenas esboçado. Não é exaustivo nem está definitivamente circunscrito. Na prática da análise, esses quatro contextos devem permanecer em estreita relação. Nunca são excludentes. No estabelecimento de relações dinâmicas entre os elementos desses contextos reside a riqueza de uma análise do objeto.

Em seu conjunto, o método proposto constitui ao mesmo tempo um quadro conceitual e um processo elementar de indagações. A flexibilidade está no fato de ser adaptável (e deve ser adaptado) a cada circunstância, em função de cada objeto e de cada preocupação. No entanto, o pesquisador pode mover-se facilmente por esse método. Segundo os temas ou os objetos, ele diversificará o ângulo de seu olhar ou fará as combinações mais pertinentes em sua opinião. Poderá privilegiar os aspectos tangíveis ou intangíveis, materiais ou imateriais, explícitos ou implícitos do objeto. Poderá enfatizar sua matéria ou sua função alusiva, bem como seus valores simbólicos. Esse método, portanto, possibilita uma série ideal de indagações sobre o objeto, que é situado de pontos de vista cruzados, a partir de diferentes ângulos de observação. O objeto pode assim revelar a quintessência de suas mensagens. Não é possível nenhuma aplicação mecânica. Cada intervenção deve valer-se do julgamento e da competência. Nessas condições, o método e o processo de questionamento ao qual ele está subjacente possibilitam ler o objeto, ler por meio do objeto e fazê-lo falar.

CAPÍTULO 6
COMO ANALISAR E COMENTAR UM MAPA ANTIGO

Em todos os tempos, os homens tentaram representar o espaço no qual evoluíam. O mapa mostrou-se aos poucos como um meio muito atraente para ilustrar paisagens e regiões do modo como existiam, como se gostaria que elas existissem e como só poderiam existir em vista das concepções que habitavam a mente de viajantes, cartógrafos e governantes.

De fato, o mapa é apenas um suporte de representação do espaço. É um olho mágico através do qual podemos perceber todas as aspirações racionais, visionárias e idealistas de uma sociedade política.

O objetivo deste capítulo é estabelecer as possibilidades oferecidas pelo mapa antigo como fonte documental para pesquisas de caráter histórico (seção 1). Descrevemos também um método de análise e validação do mapa antigo baseado num exercício de contextualização ampla (seção 2). Esse método é apoiado e ilustrado por um exemplo, do mapa do Baixo-Canadá, 1831, de Joseph Bouchette (seção 3)[1].

1. O conteúdo deste capítulo retoma, às vezes integralmente, às vezes de forma condensada, o conteúdo de uma obra de Claude Boudreau intitulada *L'analyse de la carte ancienne, essai methodologique. la carte du Bas-Canada de 1831 de* Joseph Bouchette, Québec: CELAT, 1986, VII-169 p., il., tab., bibliogr., col Rapports et mémoires de recherche du CELAT, n. 7

1. CONTRIBUIÇÃO DO MAPA ANTIGO PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA

De todas as grandes tendências que há certa de vinte anos marcam a renovação das pesquisas em ciências humanas, existe uma característica que se observa na maioria dos pesquisadores e que decorre da relação que eles mantêm com os documentos. Uns exploraram novas fontes: alguns historiadores, por exemplo, na década de 1970 começaram a interessar-se seriamente pelos documentos notariais e a reconhecer o valor do testemunho oral. Por sua vez, os etnógrafos voltaram-se cada vez mais para os documentos autobiográficos, a fim de reconstituir universos materiais no nível das práticas. Vários pesquisadores empreenderam uma releitura crítica de documentos tradicionais com a perspectiva de uma indagação diferente. Assim, deixou-se de utilizar relatos de viajantes ou descobridores para reforçar a imagem de personalidades transformadas em heróis. Esses documentos passaram a ser explorados mais pelo valor descritivo, em suma, por sua dimensão etnográfica. No entanto, os pesquisadores que utilizavam esse material constataram rapidamente alguns problemas metodológicos importantes ensejados pelos relatos de viagens. Sem dúvida, esses documentos fornecem descrições únicas, mas estas quase sempre dependem de um único ponto de vista, de uma única percepção. O **outro**, aquele que é descrito, só é visto a partir do eu, através do eu, de seus conhecimentos, suas experiências e até seus valores.

Com algumas diferenças, o mesmo ocorre com o mapa antigo. Isso porque ele é um instrumento de detecção, descrição, delimitação e, a rigor, apropriação. É uma ferramenta de poder. Para convencer-nos disso, basta notar o número impressionante de mapas encomendados pela coroa britânica para conhecer melhor suas possessões, a situação de seu desenvolvimento, a localização dos estabelecimentos militares, comerciais e civis etc. O mapa antigo é um material histórico de extraordinária riqueza, infelizmente pouco explorado. No início da década de 1980 ainda, trabalhos em arquivística revelavam a existência de grande número

de documentos cartográficos antigos cujo mau estado era atribuível mais ao tempo do que à manipulação humana[2]!

O mapa antigo representa um meio de conhecimento do passado cujo valor histórico continua pouco conhecido. Aliás, François de Dainville escrevia a respeito: "[Ele dá] sobre todos os tipos de objetos, florestas, estradas, indústrias, instituições militares, civis e religiosas [...] uma infinidade de informações localizadas, sínteses, fatos e relações"[3]. Mas o mapa antigo também revela o contexto social, político e econômico de uma época. É o que nos dá a entender Georges Kish quando intitula sua obra de *La carte, image des civilizations*[4]. Claude Raffestin vai mais longe ao qualificar o mapa como instrumento de poder e do poder. Descreve-o como uma representação do espaço que traduz ao mesmo tempo percepções e intenções por parte de seus autores[5].

Embora indubitável para alguns, o valor do mapa antigo dá ensejo na maioria das vezes a um uso restrito, da ordem da ilustração, quando não apenas da decoração. Yves Tessier, cujas palavras não envelheceram, avalia que "o problema do mapa antigo gira em torno do tropeço constituído pela credibilidade do documento"[6]. Efetivamente, o exame de um mapa antigo suscita um bom número de interrogações: um mapa de 1755 que dê informações sobre o ano 1712 representará a realidade de 1755 ou a de 1712? Descreverá uma situação real ou será uma projeção do autor? A seleção dos elementos cartografados terá decorrido dos conhecimentos do autor, das exigências do destinatário, ou

2. HARLEY, J. Brian. Ancient Maps: Waiting to Be Read, *Geographical Magazine*, v. 53, p. 313 s., 1981.

3. *Le langage des géographes*: termes, signes, couleurs des cartes anciennes. Paris: Picard, 1964. XX, 384 p. Il., mapas, fac-sim., p. VIII.

4. Paris: Seuil, 1980.

5. Ver sua obra *Pour une géographie du pouvoir*, pref. de Roger Brunet, fotos de Cyril Kobler. Paris: Litec, 1980. X, 249 p. Il., bibliogr., col. Géographie économique et sociale, n. 13.

6. *La carte ancienne et l'automation* [O mapa antigo e a automação], 1971, p. 40. Dissertação de mestrado - Departamento de Geografia, Université Laval, Québec.

dos dois? Essas perguntas e muitas outras, às quais é difícil dar resposta, explicam talvez o papel limitado do mapa antigo na pesquisa histórica.

De fato, não existem muitos métodos de análise e validação do mapa antigo. De início, a análise de seu conteúdo deveria exigir uma metodologia própria para depreender melhor seu valor documental, funcional e ideológico. Por outro lado, deveria obrigar o pesquisador a adotar uma linguagem científica operacional para proceder a uma leitura precisa desse documento específico.

A seção seguinte tem o objetivo de apresentar esse método e essa linguagem ao pesquisador novato.

2. UMA METODOLOGIA DE LEITURA E ANÁLISE DO MAPA ANTIGO

Ler um mapa antigo não é apenas identificar as informações manifestas que ele contém. É considerá-lo como o testemunho de uma época. É procurar compreender por que nele aparece uma menção e não outra. É penetrar seu conteúdo na esperança de captar as mensagens ideológicas contidas no conjunto dos detalhes que o constituem.

Só o título do artigo de J. B. Harley, mencionado acima, ilustra bem o surgimento de novas preocupações na história da cartografia durante os últimos anos. Sem abandonar completamente o estudo da evolução das técnicas cartográficas (detalhe e forma do desenho, símbolos etc.), os trabalhos recentes no campo da cartografia antiga enfatizaram claramente o conteúdo documental e socioideológico do mapa. O valor desse conteúdo certamente decorre da informação bruta que ele oferece, mas decorre mais dos significados e das projeções que veicula.

A operação de leitura de um mapa, proposta a seguir, justamente leva em conta as tendências recentes em termos de análise cartográfica. Essa operação comporta três níveis de leitura, e cada um corresponde a motivações científicas diferentes.

O primeiro nível de leitura interessa-se pelo aspecto formal do mapa, ou seja, por seu continente. O exame atento da fatura

ALGUMAS DEFINIÇÕES ÚTEIS

Abaixo, apresentamos sucintamente algumas noções elementares que deveriam ser conhecidas pelo pesquisador iniciante que esteja interessado pelo universo da cartografia.

Segundo a Comissão sobre o Ensino e a Formação de Cartógrafos, a **cartografia** "compreende o conjunto dos estudos e das operações científicas, artísticas e técnicas decorrentes dos resultados de observações diretas ou da exploração de uma documentação, em vista da elaboração e do estabelecimento de mapas, plantas e outros modos de expressão, bem como de sua utilização" Em termos mais simples, é a arte e as técnicas de concepção, levantamento, redação e difusão dos mapas

O **mapa** é resultado dessas operações. Constitui a representação da superfície terrestre ou de uma de suas partes numa superfície plana.

A relação de semelhança entre o mapa e o terreno expressa-se pela **escala**. Esta apresenta-se geralmente em forma gráfica e com fração numérica, por exemplo 1: 250.000. Isso significa que uma unidade de medida no mapa equivale a 250.000 unidades semelhantes no terreno. Quanto maior o denominador, menores a escala e o número de detalhes no mapa. A presença da escala é essencial para um mapa. É ela que indica ao leitor a amplitude do espaço cartografado.

Além do mapa, muitas vezes tratamos com **plantas** Elas costumam ser reconhecidas pela escala, que é grande. Geralmente representam pequenas superfícies e, por conseguinte, quase não são afetadas pelos problemas de **projeção**.

Esta última noção designa o método de representação cartográfica da superfície terrestre. Como é impossível a representação exata de uma superfície circular numa superfície plana, todos os diferentes tipos de projeção, que se estabelecem a partir de operações geométricas, implicam deformações. Por isso, a escolha de um tipo de projeção é feita em função das necessidades do usuário.

Por fim, também é preciso abordar a natureza dos mapas, ou os tipos de mapa. Sem entrar em detalhes, é importante distinguir **mapas de ordem topográfica** dos chamados **mapas temáticos.** Os primeiros interessam-se pela representação mais exata possível das formas da superfície terrestre. Os segundos, com o uso de símbolos qualitativos e quantitativos, têm o objetivo de representar um fenômeno de distribuição espacial sobre um fundo referencial. Portanto, há tantos mapas temáticos quanto são os temas que devam ser tratados.

Cabe esclarecer que essa distinção entre os tipos de mapa nem sempre é tão clara. Vários mapas antigos se classificam num misto de mapas topográficos, hidrográficos e temáticos.

de um mapa costuma possibilitar associá-lo a um tipo de produção próprio a uma época e a um lugar. Pode também informar sobre os meios de produção e reprodução dos mapas, bem como sobre as técnicas de gravura e desenho utilizadas por seu autor. De fato, é preciso ver o mapa como a soma das intervenções manuais e técnicas que serviram à sua fabricação. Esse exame diz respeito à qualidade do papel e da tela, bem como aos defeitos de ordem caligráfica.

Os outros dois níveis de leitura estão mais especificamente vinculados ao conteúdo do mapa. Há, primeiramente, o **conteúdo documental**, que pode interessar particularmente historiadores, antropólogos e etnólogos, pois permite responder a perguntas como: onde estava situado...? Quantos... havia? De acordo com sua escala e com a qualidade de seu conteúdo, o mapa pode responder com certa precisão a tais interrogações. No entanto, é sempre preciso desconfiar. Só uma boa crítica interna e externa do documento permitirá estabelecer a fidedignidade da informação que ele contém.

O terceiro nível de leitura refere-se especificamente ao porquê do mapa. Trata-se de perceber a **mensagem ideológica** que constituiu a fonte e a inspiração da produção cartográfica. Raros são os mapas que foram concebidos sem finalidade premeditada. Na maioria das vezes, atendem a necessidades precisas[7]. Ora, estas não se vinculam simplesmente ao âmbito da localização e da descrição de um território.

Na prática, esses três níveis de leitura são indissociáveis na hora da análise de um documento cartográfico antigo. Ainda que nem todos os estudos nesse campo indiquem distintamente esses níveis, eles estão presentes mesmo implicitamente no trabalho de numerosos pesquisadores. De fato, segundo os objetivos que procurem alcançar, os pesquisadores enfatizarão um nível de leitura em particular e mesmo, em certos casos, algum componente específico de um ou outro nível de leitura, como por exemplo o estudo das técnicas de gravura dos mapas em dada época.

Apesar da riqueza das abordagens recentes, o estudo da produção cartográfica antiga é problemático em termos de realização. Isso porque não existe método próprio à análise do conteúdo

7. Notar que essa observação vale para os mapas contemporâneos tanto quanto para os mapas antigos. Muito do que se escreveu neste capítulo se aplica também à análise dos mapas atuais. Os avanços tecnológicos na detecção topográfica e na fabricação dos mapas não poderiam levar-nos a esquecer que, por trás de todo e qualquer esforço cartográfico, se ocultam interesses políticos e até militares.

do mapa antigo. Os modos de proceder variam bastante de acordo com os objetivos visados, as disciplinas e as competências dos pesquisadores. Alguns elementos essenciais, porém, marcam todas as operações que impliquem a utilização de mapas antigos. Por nossa vez, concebemos essa operação em dois momentos: um trabalho preparatório de pesquisa e contextualização; análise propriamente dita do mapa. Examinemos a questão mais de perto, valendo-nos de um exemplo.

Trabalho preparatório

Ilustraremos as operações referentes à preparação da análise de um documento cartográfico utilizando o mapa do Baixo-Canadá de 1831 de Joseph Bouchette[8]. A ilustração 1 (p. 163) permite observar um detalhe desse mapa.

Antes de proceder à análise como tal do documento cartográfico, será interessante que o pesquisador reúna quatro tipos de informação.

Primeiramente, tal como na realização de todo e qualquer trabalho de pesquisa, ele **passará em revista a documentação especializada que trate da cartografia, de sua história, seus métodos e suas aplicações**. Esse exercício lhe permitirá relativizar a importância do mapa estudado em comparação com a produção cartográfica anterior, contemporânea e posterior.

Em seguida, o pesquisador **buscará informações sobre certos elementos de ordem contextual**. De fato, as circunstâncias imediatas e sociais que cercam a produção de um mapa podem ter influenciado decisivamente o seu conteúdo. Perceber o mapa em seu ambiente histórico permite interpretar melhor as informações que ele dá. Contextualizar um mapa histórico em relação a outras fontes da época (por exemplo, recenseamentos, relatos de viagens, jornais e até, em certos casos, documentos notariais) sem dúvida é um meio extremamente fecundo para julgar a qualidade do conteúdo desse mapa.

8. O leitor interessado em aprofundar-se no método descrito aqui poderá consultar nossa obra mencionada acima

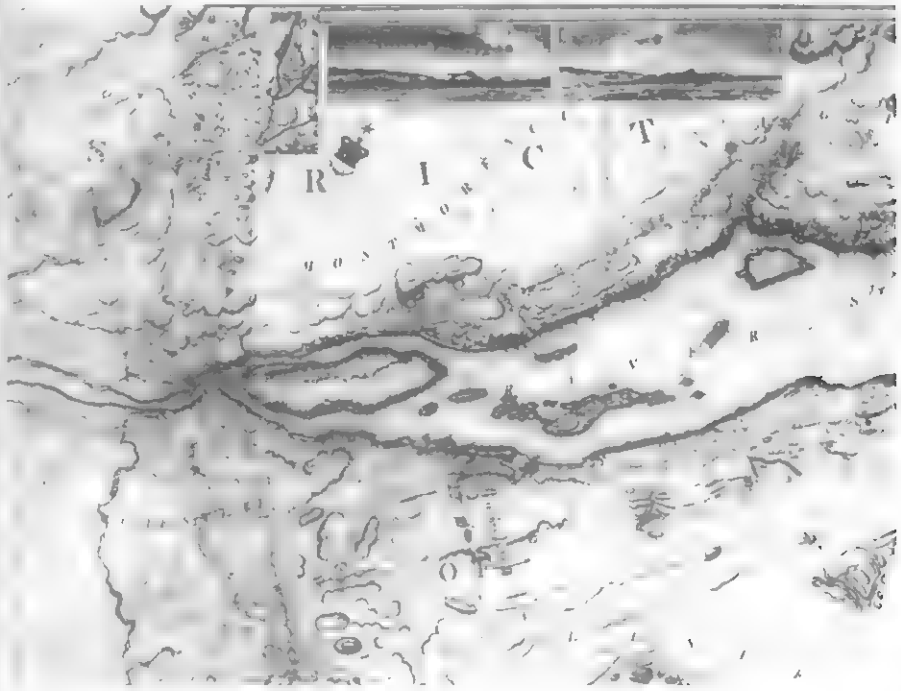
Feita essa contextualização, o pesquisador deverá **reunir informações de ordem biográfica sobre o autor do mapa**. Para conhecer Bouchette, adotou-se uma atitude parecida com a do historiador. Assim, examinam-se todos os escritos relativos a Bouchette, sua correspondência pessoal e a correspondência de alguns contemporâneos seus. Esses documentos revelaram grande riqueza. Informaram os métodos de trabalho do autor e as dificuldades pessoais e profissionais que marcaram sua vida. No caso de Bouchette, essa operação possibilitou estabelecer o papel importante que ele desempenhou na história da topografia e da cartografia canadense. Topógrafo geral do Baixo-Canadá de 1803 a 1840, Bouchette foi um dos raros francófonos a ocupar um posto elevado na administração colonial inglesa da época. Autor de um número impressionante de mapas e plantas, está ligado à redação de publicações hoje consideradas as primeiras obras de geografia geral canadense.

Além das informações de ordem biográfica sobre o autor, é necessário consultar ou pelo menos conhecer suas outras produções cartográficas e literárias. Esse reconhecimento da produção intelectual de um autor às vezes comporta surpresas. No caso de Bouchette, descobre-se que ele publicou três obras que pretendem ser complementares ao mapa do Baixo-Canadá. Uma delas, o dicionário topográfico[9], mostrou-se determinante para o estudo e a compreensão do mapa. A etapa de redução e síntese da informação necessária à realização do mapa exigiu de Bouchette uma seleção dos elementos que apareceriam finalmente no documento. Em vista do volume considerável de informações que ele coligiu, sua opção foi reuni-las numa obra à parte que completa a descrição física e econômica empreendida no mapa. Esta é a imagem utilizada para tornar mais inteligível a descrição de um território. Essa é a razão pela qual o dicionário se mostra como um complemento não somente útil, mas também essencial à boa compreensão da imagem projetada por Bouchette. Não paginado, o dicionário

9. BOUCHETTE, Joseph. *A Topographical Dictionary of the Province of Lower Canada*. London: Longman, Rees, Orme, Brown, Green and Longman, 1832. 358 p.

ILUSTRAÇÃO 1. — JOSEPH BOUCHETTE. MAPA DO BAIXO-CANADÁ EM 1831*

(detalhe do distrito de Quebec)



* O mapa do Baixo Canadá de 1831 na realidade compreende dois mapas. O primeiro abrange o distrito de Montreal inteiramente numa única folha de 102 cm × 234 cm. O segundo, os distritos de Trois-Rivières, Quebec e os distritos inferiores de Saint-François e Gaspé. Este último mapa está traçado em duas folhas, uma de 132 cm × 96,5 cm e outra de 132 cm × 127 cm. Deve-se notar que o distrito de Gaspé é objeto de um mapa distinto, apresentado como detalhe dentro da área do mapa de Quebec. Esse detalhe mede 68,5 cm × 48 cm. Fonte: Archives publiques du Canada, collection nationale de cartes et de plans, NMC 0017998.

descreve em ordem alfabética distritos, condados, cantões, senhorias, feudos, rios, riachos, lagos e ilhas. A cada elemento corresponde uma descrição à qual se somam, no caso das divisões administrativas, um excerto dos títulos de propriedade e uma tabela que contém as principais estatísticas de ordem socioeconômica (população, igrejas, moinhos, produção agrícola etc.). De fato, o dicionário é uma ferramenta indispensável para a interpretação dos dados do mapa.

Por fim, um exame geral dos outros mapas produzidos por Bouchette na mesma época ou um pouco antes facilitará a compreensão do documento estudado. Não é raro que um mesmo mapa tenha sido reeditado várias vezes, com ou sem melhorias, num lapso de tempo frequentemente longo. Portanto, é bom ter certeza de que o conteúdo do mapa corresponde realmente à data inscrita no documento. Além disso, esse estudo da produção cartográfica de um autor possibilitará ver em que seu mapa é novo e aquilo que ele extrai das realizações anteriores.

Terminado esse trabalho de contextualização, pode ser feita a análise do mapa.

Análise do mapa

A análise do mapa compreende duas etapas, quais sejam, a observação do documento em seu conjunto e a leitura de seu conteúdo documental e, depois, sociossimbólico.

Observar um mapa é tentar discernir de uma vez, em seu conjunto, aquilo que ele representa. No caso do documento de Bouchette, o desafio é perceber a extensão do território representado, com seus principais componentes. Seu mapa de 1831 abrange o ecúmeno quebequense da época, com exceção das regiões do Saguenay–Lac-Saint-Jean e da Côte-Nord. Uma parte das regiões próximas do vale do rio São Lourenço (Saint-Laurent) também é representada (Alto-Canadá, Nova-Brunswick, Estados Unidos). Portanto, é o vale do São Lourenço que interessa Bouchette, com sua planície e seus contrafortes rochosos, seu rio e numerosos afluentes, em suma, o espaço desenvolvido e desenvolvível da época. Observa-se à primeira vista que Bouchette tem um interesse especial pelas fronteiras e pelos limites de condados. Trata-se dos únicos elementos cuja representação é realçada com cores ao longo das linhas[10]. No caso dos condados, o nome do mapa já anunciava

10. A linha fronteiriça entre o Baixo-Canadá e os Estados Unidos é facilmente detectável no mapa de Bouchette porque seu traço grosso, cortado por pontilhados, é marcado por um traço contínuo cor-de-rosa do lado canadense e verde do lado norte-americano.

a importância que eles teriam. É fácil compreender por que Bouchette se preocupa com tais limites: na qualidade de topógrafo geral, seus vínculos com o poder político são diretos; outrossim, ninguém poderia contestar a importância de limites territoriais nos planos político e econômico. É também a relação que liga Bouchette ao poder colonial que explica o fato de ele fazer questão de representar com muita nitidez a fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos. Efetivamente, parece que a questão das fronteiras o preocupou em toda a sua carreira de topógrafo geral.

Depois dessa visão de conjunto, pode ser feita uma análise detalhada dos componentes do mapa. Trata-se de inventariar todos os seus elementos compositivos. Para facilitar esse levantamento, é possível agrupar esses elementos em quatro categorias:

– **elementos de fatura** do mapa (componentes do título, escala, orientação, gravuras, enquadramentos, letreiros etc.);

– **limites administrativos**, que vão das fronteiras da província à delimitação das glebas, passando por senhorias, cantões, paróquias etc.;

– **elementos antrópicos**, ou seja, tudo o que decorre da ação humana, quer se trate de estradas, construções, cais, barragens etc.;

– **elementos naturais**, ou seja, montanhas, planícies, curso de água, cachoeiras, cabos, baías etc.

O quadro sinóptico seguinte arrola componentes que pode ser útil inventariar num mapa em caso de necessidade. Essa lista assemelha-se a um **levantamento ideal** que possibilita o inventário exaustivo dos elementos que compõem um mapa. Foi inicialmente elaborada a partir da consideração do conteúdo do mapa de Bouchette; por essa razão, não é necessariamente pertinente para todos os mapas. No entanto, uma vez que também nos baseamos em certo número de obras referentes à estrutura e composição dos mapas antigos e contemporâneos[11], pode-se considerar que

11. Entre essas obras, cabe notar as seguintes: BERTIN, Jacques, com a colab. de Marc Barbut et al., *Sémiologie graphique*: les diagrammes, les réseaux, les cartes, 3ª éd. amp. com pref. e um cap. sobre o gráfico. Paris: EHESS, 1999 [1998], 431 p., il., mapas, fac-sim., col. Réimpression des éditions de l'École des hautes études en sciences sociales; BONIN, Serge. *Initiation graphique*, pref. de Jacques Bertin. Paris:

TABELA DE ELEMENTOS QUE PERMITEM O INVENTARIO EXAUSTIVO DOS COMPONENTES DE UM MAPA ANTIGO[a]

1 Fatura do mapa
1.1 Descrição geral
1.2 Enquadramento do título
1.3 Descrição técnica
1.3.1 Escala
1.3.2 Projeção
1.3.3 Declinação
1.3.4 Coordenadas geográficas
1.3.5 Orientação
1.4 Legenda
1.5 Letreiros
1.6 Gravuras
1.7 Comentários e anotações
1.8 Detalhamento
2. Limites administrativos
2.1 Fronteiras internacionais
2.2 Fronteiras provinciais
2.3 Limites de distritos
2.4 Limites de condados
2.5 Limites de senhorias, cantões e feudos
2.6 Limites de paróquias
2.7 Zona rural, costeira e concessões
2.8 Glebas
3. Elementos antrópicos
3.1 Transporte marítimo
3.1.1 Vias marítimas
3.1.2 Passagens
3.1.3 Ferry-boats
3.1.4 Faróis
3.1.5 Marcos e balizas
3.1.6 Ancoradouros
3.1.7 Portos e desembarcadouros
3.1.8 Canais
3.1.9 Eclusas
3.1.10 Barragens
3.2 Transporte terrestre
3.2.1 Vias terrestres
3.2.2 Vias de inverno
3.2.3 Caminhos vicinais
3.2.4 Transporte fluvial
3.2.5 Pontes
3.2.6 Passagens a vau
3.3 Comunicações
3.3.1 Telégrafo
3.4 Habitat
3.4.1 Cidades
3.4.2 Aldeias
3.4.3 Litoral
3.4.4 Inícios de assentamentos
3.4.5 Domínios públicos
3.4.6 Propriedades particulares
3.4.7 Solares
3.4.8 Solares e casas
3.4.9 Igrejas
3.4.10 Capelas
3.4.11 Conventos
3.4.12 Colégios
3.4.13 Hospitais
3.4.14 Cruzeiros (monumentos religiosos)
3.4.15 Cabanas
3.4.16 Abrigos temporários
3.5 Indústria e comércio
3.5.1 Vias terrestres
3.5.2 Tavernas
3.5.3 Serrarias
3.5.4 Moinhos de trigo
3.5.5 Fábricas de papel
3.5.6 Moinhos de vento
3.5.7 Forjas
3.5.8 Fábricas de potassa
3.5.9 Fábricas de perlasso
3.5.10 Destilarias
3.5.11 Fábricas ou manufaturas de lã
3.5.12 Peixarias
3.6 Utilização do solo
3.7 Obras militares
3.7.1 Fortes
3.7.2 Casamatas
3.8 Elementos circunstanciais
4. Elementos naturais
4.1 Acidentes topográficos
4.1.1 Montanhas e montes
4.1.2 Colinas
4.1.3 Vales
4.1.4 Planícies
4.1.5 Planaltos e planícies
4.2 Hidrografia, relevos marinhos e litorâneos
4.2.1 Rios
4.2.2 Estuários
4.2.3 Braços
4.2.4 Bacias
4.2.5 Canais
4.2.6 Correntes
4.2.7 Marés
4.2.8 Baías
4.2.9 Enseadas
4.2.10 Ancoradouros
4.2.11 Ilhas
4.2.12 Penínsulas
4.2.13 Cabos
4.2.14 Pontas
4.2.15 Costas
4.2.16 Bancos de areia
4.2.17 Praias
4.2.18 Baixios
4.2.19 Escolhos
4.2.20 Pontos de sonda
4.2.21 Lagos
4.2.22 Lagoas
4.2.23 Pântanos
4.2.24 Salinas
4.2.25 Riachos
4.2.26 Córregos
4.2.27 Cascatas
4.2.28 Cachoeiras
4.3 Vegetação
4.3.1 Florestas
4.3.2 Plantações de bordo
4.3.3 Coníferas
4.3.4 Prados
4.4 Solos

a. O pesquisador deverá anotar, para cada um dos elementos enumerados, sua representação no mapa, sua identificação, o número de vezes que aparece, localização e distribuição. Deve acrescentar um comentário pessoal se julgar oportuno. Por exemplo:

Elemento	Representação	Identificação	Número	Localização	Distribuição	Comentário
Fazendas e casas					Distribuídas por todo o território, possibilitam circunscrever o ecúmeno	
Moinhos de trigo		com mdi	,87			26 em Montreal, 19 em Trois Rivières e 47 no Quebec. Às vezes acompanhado por topônimo

b. Compreende os seguintes elementos: folhas, moldura, mapa em detalhe.
c. Compreende os seguintes elementos: destinatário, território, natureza do mapa, dedicatória, autor, gravador, editor, ano de edição.

Fonte: Boudreau. Handbook for cartographic analysis.

esse levantamento constitui um ponto de partida muito rico para a leitura da maioria dos mapas antigos.

Essa etapa da análise cartográfica, razoavelmente longa e trabalhosa no caso do documento de Bouchette, é indispensável. Isto porque só depois desse levantamento será possível saber realmente o que o mapa contém. Terminado esse trabalho, será possível verificar a qualidade da informação transmitida pelo mapa; e, correlacionando certos componentes informativos do mapa, será possível perceber algumas de suas mensagens latentes.

A próxima seção tem em vista justamente mostrar como é possível correlacionar certos componentes informativos do mapa de Bouchette.

3. UMA LEITURA DINÂMICA DO MAPA DE JOSEPH BOUCHETTE

Se apoiada num levantamento exaustivo dos componentes e do conteúdo do documento, a leitura dinâmica de um mapa sem-

Epi, 1975. 170 p., il., bibliogr., col. Passé et présent; *Glossaire de cartographie*. Paris: Comité français de cartographie, 1990 [1970], 171 p., col. Bulletin du Comité français de cartographie, p. 123-4; RIMBERT, Sylvie. *Cartes et graphiques: initiation à la cartographie appliquée aux sciences humaines*. Paris: Sedes, 1964, 236 p., il.

pre partirá de questões explícitas formuladas pelo pesquisador. Imaginemos, por exemplo, que queiramos entender as motivações que levaram Bouchette a representar o espaço do Baixo-Canadá tal como o fez.

Conforme dissemos, Bouchette está estreitamente ligado à administração colonial. Esse elo certamente o influenciou no sentido de configurar o espaço em função das aspirações sociais, políticas e econômicas do poder britânico. Ele delimita e divide em zonas o território, representando as redes de transporte e comunicação, bem como as diversas formas de exploração dos recursos naturais. Fornece uma representação muito seletiva do território do Baixo-Canadá; a imagem está claramente determinada pelas expectativas do destinatário, ou seja, a administração colonial.

Se, como sugere Raffestin, "o mapa é o ponto de encontro entre as intenções do Estado e suas realizações", deve ser possível ilustrar com um exemplo como se manifestam essas "intenções" no mapa de Bouchette.

Nesse aspecto, as perguntas que devem ser formuladas são as seguintes: como explicar a presença ou a ausência deste ou daquele elemento no mapa? E como entender o cuidado com a apresentação de certos elementos, e não com outros?

Tomemos o caso da fronteira canadense-americana (ver ilustração 2). Além de ser claramente indicada por uma linha pontilhada, seu traço é reforçado pelo desenho da série de elevações por ele atravessadas. Por que insistir tanto na determinação da linha fronteiriça?

Voltemos um pouco à história dessa fronteira. Desde a declaração de Independência dos Estados Unidos (4 de julho de 1776), numerosos lealistas imigraram para o Canadá. As relações entre a Inglaterra e os Estados recentemente independentes não são das mais harmoniosas. A Inglaterra exerce pressões de ordem política e econômica sobre as antigas colônias da costa atlântica. Para a Inglaterra, é essencial subtrair o Canadá à influência independentista dos novos Estados norte-americanos. Bouchette, ao que parece, está muito consciente dos problemas latentes que, na sua opinião, podem degenerar em conflito armado. Aliás, ele exprime suas

ILUSTRAÇÃO 2. — PARTE DO TRAÇADO DA FRONTEIRA CANADENSE-AMERICANA

Fonte: Detalhe da Carte du Bas Canada de 1831 de Joseph Bouchette, extraído de Claude Boudreau, L'analyse de la carte ancienne, essai méthodologique, Québec, CELAT, etc. Rapport et mémoires de recherche du CELAT, 1986, p. 100. A reprodução em preto e branco não permite ajustar o uso de cores por Bouchette para realçar o traçado da fronteira.

preocupações aos interlocutores britânicos em sua primeira viagem à Inglaterra em 1807. Parece claro na mente de Bouchette que a expansão da colonização dos canadenses para o sul e dos americanos para o norte inevitavelmente ensejará uma zona de contato contínuo das duas populações. Se essa zona for mal definida, poderá vir a ser prejudicial à administração das regiões fronteiriças e até dar origem a novos conflitos. Nesse caso, seria difícil defender essa zona porque ela está mal definida e é mal conhecida por não ter sido mapeada.

A guerra de 1812 entre a Inglaterra e os Estados Unidos virá confirmar as apreensões de Bouchette. Também demonstrará a necessidade de uma delimitação precisa do espaço fronteiriço. O próprio Bouchette participará do estabelecimento de um traçado fronteiriço que deveria isolar os leais súditos de Sua Majestade das "más influências independentistas norte-americanas". A ele será

confiada a tarefa de zonear o território novamente circunscrito. Para atender a essas exigências, ele produzirá em 1820 um mapa da província no qual só se encontram as divisões administrativas (zoneamento do poder) e as igrejas (ponto de referência físico, mas também social, pois elas estão no centro da rede de relações entre habitantes), traçadas sobre um fundo do mapa que só contém as margens do rio e alguns de seus principais afluentes.

Esse mapa, porém, é apenas uma etapa da preparação do instrumento de poder que será constituído pelo mapa do Baixo-Canadá de 1831. Este último marca o ponto culminante da carreira de Bouchette. Não só o zoneamento do solo é levado ao extremo (nele se encontram os limites de regiões, províncias, condados, cantões e senhorias), como também são representadas as redes de ocupação e de exploração do território. Com o mapa de 1831, Bouchette produz mais que uma imagem estática da realidade; projeta sua interpretação daquilo que é e poderia ser o Baixo-Canadá.

Esse exemplo mostra bem a importância da fase preparatória para a análise propriamente dita do mapa. As explicações dadas tiram proveito de um exame atento da produção científica, que, por sua vez, possibilita situar o contexto de produção do documento cartográfico. As pesquisas sobre o autor nos ajudam a compreender melhor suas intenções e objetivos. Por fim, o estudo da produção cartográfica de Bouchette possibilita situar seu mapa do Baixo-Canadá de 1831 num *continuum* intelectual e político cuja consecução esse mapa marca.

Do que foi dito neste capítulo, depreendem-se duas constatações: uma sobre a riqueza do conteúdo do mapa antigo; a outra sobre as exigências metodológicas de seu tratamento.

Primeiramente, descobre-se que há duas maneiras de abordar um mapa antigo. É possível preconizar uma análise formal do mapa com o objetivo de situá-lo em relação à história da cartografia. A ênfase então é dada ao continente do mapa. Mas também é possível estudar o conteúdo ou o material informativo do mapa e considerá-lo como uma testemunha e um testemunho de uma sociedade. Na prática, é extremamente difícil dissociar a análise do

continente da análise do conteúdo do mapa. No entanto, é possível insistir em um dos aspectos.

O mapa antigo, material de conhecimento histórico, também é produto de uma época. Nesse sentido, ele é inseparável do contexto de sua produção, em especial do contexto institucional. Como toda produção estética ou erudita, assim como objetos, representações iconográficas ou criações artísticas, o mapa também reflete preocupações, motivações, habilidade, técnica de quem o concebeu, os fins que este tem em mente e seus conhecimentos.

O estudo do mapa antigo dá uma infinidade de pistas interessantes de pesquisa por dizer respeito à história toponômica e ao desenvolvimento socioeconômico, tanto quanto às estratégias militares e à posse política do território. O mapa antigo mostra-se como testemunho privilegiado da história, pois representa uma imagem da sociedade tal como esta se distribui no espaço. Evidentemente, nem todos os mapas antigos têm a qualidade e a riqueza do de Bouchette. Mas nenhum deles jamais foi desenhado sem finalidade implícita. Em sua construção e em seu conteúdo, o mapa antigo – a exemplo do mapa mais atual, aliás – traz em seu bojo um projeto que é preciso evidenciar.

Este capítulo demonstra até que ponto se deve estar consciente dos múltiplos aspectos de um mapa quando chega a hora de interpretá-lo. Não basta conhecer os mapas e as técnicas cartográficas, mas também é preciso compreender seus autores e as sociedades que lhes são contemporâneas.

A bibliografia sumária que segue ajudará a avançar um pouco mais na análise dos mapas antigos, segundo essa perspectiva.

PARA SABER MAIS SOBRE A ANÁLISE DO MAPA ANTIGO

BLACK, Jeremy. *Maps and History*: Constructing Images of the Past. New Haven (Conn.): Yale University Press, 2000 [1997]. 267 p., il., mapas.

BLACK, Jeremy. *Regards sur le monde*: une histoire des cartes, trad. fr. de Christine Chareyre. Paris: Octopus Hachette, 2004 [2003]. 175 p., mapas, plantas, il., bibliogr., índice remissivo.

BLAKEMORE, M. J.; HARLEY, J. B. *Concepts in the History of Cartography*: A Review and Perspective. Toronto: University of Toronto Press, 1980. 120 p., bibliogr., il., tig., mapas, col. Cartographica Monograph, n. 26.

Cartes et figures de la terre, exposição realizada pelo Centre de création industrielle em colaboração com a Bibliothèque publique d'information. Paris: Centre Georges-Pompidou, Centre de création industrielle, 1980. XV-479 p., bibliogr., il., mapas.

DAINVILLE, François de (s.j.). *La cartographie, reflet de l'histoire*, coletânea de artigos apresentados por Michel Mollat du Jourdain, com a colaboração de Lucie Lagarde, Marie-Antoinette Vannereau e Numa Broc. Paris: Slatkine, 1986. 489 p., il., mapas, plantas, bibliogr.

DAINVILLE, François de (s.j.). *Le langage des géographes*: termes, signes, couleurs des cartes anciennes. Paris: Picard, 1964. XX-384 p., il., mapas, fac-sim.

HARLEY, J. B.; WOODWARD, David. *The History of Cartography*, vol. 1, *Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: University of Chicago Press, 1987. 599 p., bibliogr., il., fig., tab., mapas.

HEIDENREICH, Conrad E. *Explorations and Mapping of Samuel de Champlain, 1603-1632*. Toronto: University of Toronto Press, 1976. XIV-140 p., 5 folhas de ilustrações dobradas, il., gráf., mapas, col. Cartographica Monograph, n. 17.

KISH, Georges. *La carte, image des civilisations*. Paris: Seuil, 1980. 287 p., il., mapas.

LIBEAULT, André. *Histoire de la cartographie*. Paris: Choix, 1968. 86 p.

PICKLES, John. *A History of Spaces*: Cartographic Reason, Mapping and the Geo-coded World. London: Routledge, 2004. 256 p., il., bibliogr., mapas, col. Frontiers of Human Geography.

ROBINSON, Arthur H.; PETCHENIK, Barbara B. *The Nature of Maps*: Essays toward Understanding Maps and Mapping. Chicago: University of Chicago Press, 1976. XI-138 p., bibliogr., fig., esquemas.

WOODWARD, David (Org.). *Art and Cartography*: Six Historical Essays. Chicago: University of Chicago Press, 1987. XVI-249 p., il., bibliogr., mapas, col. Kenneth Nebenzal, Lectures in the History of Cartography.

CAPÍTULO 7
COMO ENTENDER E APROVEITAR UMA TABELA ESTATÍSTICA

A tabela estatística faz parte do ar respirado pela grande maioria dos pesquisadores. Com isso se vê até que grau ela se tornou ponto de encontro da atividade científica. Saber entendê-la, tirar proveito daquilo que ela revela, perceber suas sutilezas, discernir seus limites e burlar suas armadilhas, tais são as habilidades que deve dominar rapidamente quem não quiser ser desqualificado como pesquisador. Este capítulo tem o objetivo de apresentar os problemas suscitados pela leitura e análise de uma tabela estatística. O objetivo global não é tanto ensinar o jovem pesquisador a ler todos os tipos de tabela quanto indicar-lhe como aproveitar o conteúdo de uma tabela no contexto de uma operação de demonstração científica. Visto que as tabelas estatísticas raramente são utilizadas de maneira isolada, a questão da análise multivariada de dados será abordada brevemente e de maneira tópica.

Trataremos sucessivamente de quatro pontos neste capítulo: uma breve apresentação do que é uma tabela estatística (seção 1); menção a certas precauções que devem ser tomadas em sua utilização (seção 2); explicitação de uma metodologia de leitura e análise de uma tabela estatística (seção 3); estudo didático de um exemplo (seção 4).

1. O QUE É UMA TABELA ESTATÍSTICA

A tabela estatística é um modo de classificação, organização e apresentação de dados numéricos brutos ou já submetidos a certo número de operações estatísticas simples ou complexas.

Sua função principal é correlacionar dados quantitativos com indagações qualitativas e organizar os resultados de forma imediatamente legível. Esses dados quantitativos podem provir de um exercício original de inventário, recenseamento, censo etc. Também podem decorrer de um esforço de homogeneização ou de inter-relacionamento de dados já disponíveis com o fim de obter uma nova composição estatística.

De maneira geral, a tabela estatística ilustra uma regularidade estatística (distribuição de frequências) ou uma estimativa transversal (estabelecimento de relações entre diversas variáveis a fim de esclarecer sua interdependência ou correlação). As séries cronológicas representam provavelmente da melhor maneira aquilo que entendemos por "distribuição de frequências", ou seja, o recenseamento quantitativo, repetições, cadências, ocorrências etc. que caracterizem uma variável ou mais durante dado período: por exemplo, o número de habitantes do Quebec entre 1901 e 1981 ou o índice de desemprego anual no Canadá entre 1965 e 1975. A estimativa transversal constitui o estabelecimento de relações entre pelo menos duas variáveis com o fim de perceber a natureza de suas relações em dado momento: por exemplo, os locais de nascimento ou residência em relação ao desemprego, ou a renda anual por unidade de consumo em relação ao desemprego. Os exemplos que se encontram adiante são uma ilustração desses dois tipos de tabela.

Numa operação de pesquisa, ou seja, no momento em que é intercalada num plano argumentativo e demonstrativo, a tabela estatística costuma desempenhar três funções principais:

– Pode ser utilizada como argumento para respaldar uma tese. Quando empregada para documentar um ponto de argumentação que só pode ser enunciado de maneira quantitativa, equipara-se a um elemento de prova.

– Pode servir para reforçar uma argumentação qualitativa. Quando utilizada para ilustrar uma informação qualquer, apenas acompanha um enunciado demonstrativo que ela serve para apoiar parcialmente, mas sem representar a sua consecução. Nesse caso, suas propriedades informativas e ilustrativas são exploradas apenas em parte.

– Também pode ser utilizada como um dos principais pontos de partida de um trabalho de análise e reflexão. Elemento de fundamentação de uma interpretação, a tabela é então considerada a pedra angular de uma demonstração. É o ponto central de todo o esforço de explicação. No entanto, isso não impede, pelo contrário, que ela possa ser aperfeiçoada por uma argumentação de ordem qualitativa.

Cabe esclarecer que a tabela é um modo de apresentação dos dados quantitativos que tem propriedades e limitações. Existem outros modos de apresentação dos dados, tais como o gráfico e o diagrama. A opção final do pesquisador para a apresentação dos dados depende das dificuldades eventualmente suscitadas pela transmissão de informações por um ou outro modo. Também decorre dos objetivos de comunicação do pesquisador.

2. PRECAUÇÕES NA UTILIZAÇÃO DE UMA TABELA ESTATÍSTICA

Muitas vezes esquecemos que uma tabela estatística é muito mais do que a sua apresentação deixa entrever. Sua confecção decorre de uma metodologia de maior ou menor complexidade que se manifesta em todo um conjunto de **escolhas qualitativas** que impõem limites ao exercício da quantificação. As observações a seguir têm o objetivo de lembrar algumas precauções que devem ser tomadas para utilizar convenientemente as informações apresentadas numa tabela estatística.

Não se iluda: uma tabela não é pau para toda obra

Ao contrário do que se quer acreditar, uma tabela estatística não tem alcance universal e não pode prestar-se a todas as interpretações possíveis e imagináveis. Não pode dar ensejo a quaisquer empregos. Ela é sempre limitada pelas indagações intelectuais, pela metodologia e pelo tipo de tratamento dispensado inicialmente pela pessoa que colhe os dados (Qual era sua finalidade ao organizar desse modo os dados? O que fez para encon-

DOIS TIPOS DE TABELA ESTATÍSTICA

Distribuição de frequências

Tabela 1. – Índices de desemprego, Canadá e Quebec, médias anuais, 1965-1975 (porcentagem)

Ano	Canadá	Quebec
1965	3,9	5,4
1966	3,6	4,7
1967	4,1	5,3
1968	4,8	6,5
1969	4,7	6,9
1970	5,9	7,9
1971	6,4	8,2
1972	6,3	8,3
1973	5,6	7,4
1974	5,4	7,3
1975	7,1	8,8

Fonte: Taux de chômage, par region, moyennes annuelles, 1946-1975 [Índices de desemprego por região, médias anuais]. *Statistiques historiques du Canada*, series D 491-497, [on line], <http://www.statcan.ca/francais/freepub/11-516-XIE/sectiond/D491-497.csv> Acesso em 12 nov. 2010.

Estimativa transversal

Tabela 2. – Local de nascimento e residência em relação ao desemprego

O chefe nasceu no meio	O chefe agora reside no meio	Porcentagem das famílias afetadas pelo desemprego[a]
Rural	Rural	47%
Urbano	Rural	30%
Rural	Urbano	22%
Urbano	Urbano	18%

a. Continuamente ou de maneira intermitente durante os últimos doze meses

A tabela 2 correlaciona a porcentagem de famílias cujo chefe ficou desempregado durante os últimos doze meses, a origem rural ou urbana deste e seu lugar atual de residência. Segundo seus autores, depreendem-se três relações dessa tabela:

– O lugar atual de residência é o principal fator associado ao desemprego. Seja qual for o lugar de nascimento, o assalariado que reside no meio rural está mais exposto a ficar desempregado do que o que reside na cidade.
– Se tiver nascido em meio rural, o assalariado urbano terá mais probabilidades de ficar desempregado do que se tiver nascido na cidade. Portanto, o emigrante urbano está menos preparado para encontrar emprego estável do que o assalariado urbano nascido na cidade.
– Os assalariados de origem rural reduzem consideravelmente a probabilidade de desemprego quando emigram para a cidade.

Fonte: TREMBLAY, Marc-Adélard; FORTIN, Gerald. *Les comportements économiques de la famille salariée du Québec: une étude des conditions de vie, des besoins et des aspirations de la famille canadienne française d'aujourd'hui*. Sainte-Foy: Presses de l'Université Laval, 1964. p. 237-8.

trá-los? Que definições empregou? A que operações estatísticas submeteu os dados que tinha em mãos? etc.). Evidentemente, as indagações que precedem a confecção propriamente dita da tabela podem ter sido genéricas, e a metodologia, flexível. Por isso, a tabela estatística pode ser utilizada para fins outros que não os que regeram sua concepção. Mas esses novos fins precisam manter uma linha de continuidade com os fins originais. Tampouco devem burlar a metodologia adotada pela pessoa que fez a coleta ou o levantamento. Quem se dedica a um exercício de reutilização do conteúdo (ou de uma parte do conteúdo) de uma tabela estatística para outros fins deve ser extremamente prudente. Não pode desfazer-se sem riscos dos limites inerentes à composição estatística original que esteja utilizando. Se ignorar essa restrição, sua argumentação poderá tornar-se totalmente inverossímil e perder fidedignidade.

ATENÇÃO: POR TRÁS DE CADA DADO SE ESCONDE TODA UMA GAMA DE ESCOLHAS QUALITATIVAS

Sem dúvida, há dados fundamentados e dados falsos; há também tabelas estatísticas boas e ruins. Mas há sobretudo indagações pertinentes e outras do âmbito da fabulação. Há metodologias razoáveis, comprovadas, e outras baseadas em critérios duvidosos. Há operações estatísticas que respeitam as convenções de uso e outras que decorrem de manipulações contestáveis ou inapropriadas. Há, enfim, tabelas bem apresentadas, fáceis de ler e consultar, e outras praticamente incompreensíveis. Se for o caso, a crítica do observador deverá incidir sobre as indagações originais, a metodologia usada, as operações estatísticas ou o modo de apresentação das informações, muito antes de mirar os dados. Estes sempre são apenas o ponto de chegada de um longo processo de pesquisa regido por todo um conjunto de escolhas qualitativas. Não há dúvida de que a qualidade dos dados é determinada por esse processo e por essas escolhas. O modo de colher e de fazer a amostragem dos dados, a definição operacional dos conceitos e das noções utilizadas, as técnicas de cálculo, compilação e corre-

lação dos dados, a adequação entre as definições dos pesquisadores e as dos produtores de dados constituem aspectos sobre os quais pode incidir a crítica do observador. A crítica propriamente dita dos dados deve possibilitar a detecção de erros de cálculo, transcrição e compilação.

Desconfiar da miragem estatística

É sempre importante contextualizar, em relação a informações que não constam necessariamente na tabela, elos, constatações e conclusões decorrentes do simples estabelecimento de relações entre os dados quantitativos. O pesquisador nunca deve imaginar que toda a explicação de uma correlação aparente está nas duas séries de dados que ele encontra ou põe em paralelo. Isso é especialmente verdadeiro no caso de uma tabela que mostre distribuições de frequências nas quais não tenha havido nenhuma intenção de estabelecimento de relação fundamentada entre as variáveis por parte da pessoa que coligiu os dados. A tabela 3 ilustra bem esse fato. À primeira vista, parece existir certa relação entre

MIRAGEM ESTATÍSTICA

Tabela 3. – Pagamentos líquidos aos beneficiários diretos de seguro-desemprego e índices de desemprego[a]
País fictício: 1965-1975

Ano	Índices anuais de desemprego	Pagamentos[b]
1965	3,9	314.199
1966	3,6	250 641
1967	4,1	349.627
1968	4,8	432.151
1969	5,2	495.923
1970	5,9	679.457
1971	6,4	872 923
1972	6,6	1.758.167
1973	6,7	1.842.253
1974	6,8	1.918.765
1975	6,9	2.871.222

a Dados fictícios
b. Em milhares de dólares correntes (isso significa que em 1965 os pagamentos de seguro-desemprego subiram para 314.199.000 dólares e, em 1975, para 2.871.222.000 dólares)

o índice de desemprego e os pagamentos líquidos feitos aos beneficiários diretos do seguro-desemprego. Na realidade, o crescimento desses pagamentos poderia decorrer de vários fatores: elevação da tarifa dos seguros, reorganização das modalidades de acesso ao programa, expansão das categorias de trabalhadores com direito ao seguro, rápido aumento das taxas de inflação etc. Outrossim, é importante mencionar que o estabelecimento de uma relação entre números reais (pagamentos) e números relativos (índice de desemprego) falseia em parte as interações entre as variáveis. Poderia ocorrer, por exemplo, que os pagamentos aumentassem em relação ao número real de desempregados, progredindo este em função da população ativa. De fato, apenas uma contextualização ampla, baseada na consideração e na análise de múltiplas variáveis, possibilitaria enunciar aí uma proposição suficientemente fidedigna para poder fundamentar uma hipótese. Em suma, a busca de relações entre variáveis, portanto a análise causal, extrapola a leitura restrita de uma tabela. Obriga a penetrar no campo da análise estatística multivariada que implica a correlação, de acordo com regras precisas, de dados ou variáveis provenientes frequentemente de várias tabelas.

Não atribuir à tabela estatística aquilo que ela não diz

Uma tabela estatística ganha sentido em relação às indagações prévias que lhe deram origem, mas também é compreendida em relação à interpretação global na qual se insere, da qual às vezes é o principal pretexto. Ora, essa interpretação pode facilmente ultrapassar a capacidade de ilustração da tabela. Também pode ultrapassar suas propriedades intrínsecas de demonstração e explicação. Por isso, o pesquisador precisa ser muito vigilante. Com demasiada frequência, este não estabelece distinção entre, por um lado, o exame dos dados e a leitura correta da tabela e, por outro, a análise causal e a interpretação desses dados. De fato, as respostas às indagações suscitadas pelo exame dos dados que aparecem na tabela raramente estão nessa tabela. Quase sempre elas obrigam o pesquisador a realizar outras compilações que impli-

cam o uso de novas variáveis. Em muitos casos, a análise causal leva o pesquisador a aperfeiçoar o trabalho quantitativo com todo um conjunto de elementos qualitativos de contextualização. Desse modo, mesmo sendo a pedra angular da interpretação, a tabela estatística raramente é suficiente em si para fundamentar uma tese de forma concludente.

3. LER E ANALISAR UMA TABELA ESTATÍSTICA: METODOLOGIA

Tirar proveito de uma tabela estatística já construída, com o fim de utilizá-la num exercício de demonstração, pressupõe um trabalho que avança de maneira lógica e por etapas, com o cuidado de não naufragar na ilusão do número, por um lado, e nunca procurando exceder a capacidade ilustrativa e explicativa da tabela, por outro. Examinemos tudo isso com mais vagar.

Tirar proveito das informações reveladas pelo autor: saber discernir os limites do conteúdo de uma tabela

É importante deter-se de início nas restrições ligadas à utilização de uma tabela estatística.

Uma tabela estatística bem apresentada já revela muitos de seus segredos. O título, os cabeçalhos em relação aos quais se organizam ou se alinham os dados, as notas que a acompanham, as fontes a partir das quais ela foi constituída são indícios que nos informam sobre o alcance e os limites que um autor atribui à sua obra.

A menos que seja apenas ilustrativa, ou seja, que apenas acompanhe o texto, a tabela estatística costuma ser apresentada pelo autor. Este resume os pontos fundamentais da metodologia utilizada para construí-la. Define explicitamente os cabeçalhos nela presentes e esclarece os limites de sua composição estatística.

O pesquisador deve absolutamente ler todas as indicações fornecidas pelo autor a propósito de uma tabela: as que acompanham a tabela, as que aparecem nas páginas anteriores ou seguintes e as que são transcritas como anexo da publicação. Não ler essas indicações é

correr o risco de trair o sentido da composição estatística. Aproveitá-las, ao contrário, é ter todas as probabilidades de compreendê-la e explorar convenientemente seu potencial demonstrativo.

Compenetrar-se da tabela: examinar atentamente seu conteúdo

A segunda etapa da operação de leitura e análise de uma tabela estatística é o exame minucioso de seu conteúdo.

Esse exame implica que o pesquisador abandone momentaneamente o conjunto das indagações que lhe vêm à mente para interessar-se apenas pela tabela em si. O que importa aí não é o que o pesquisador está procurando ou quer encontrar; é aquilo que a tabela revela, aquilo que ela expõe ou desvenda como informação. Nesse estágio, ler uma tabela com indagações precisas em mente exporia ao risco de cooptar os dados com toda a carga pejorativa que essa palavra tem. É claro que não se deve atribuir à tabela aquilo que ela não diz. É essa tendência a burlar o sentido e os limites da tabela que explica em grande parte as numerosas interpretações, às vezes contraditórias, a que está sujeito o conteúdo de uma composição estatística.

A anotação das particularidades da tabela costuma ser feita de maneira bastante simples, circulando-se aquilo que se julga significativo para merecer análise. Essa anotação pode referir-se a diferentes aspectos da informação quantitativa apresentada na tabela: desvio-padrão dos dados em relação a uma média, recorrências, dispersão dos dados numa mesma série, efeito produzido sobre os resultados pela ponderação dos dados por meio de diferentes índices etc. Também aí é importante anotar aquilo que se vê efetivamente na tabela, e não aquilo que se acredita ver. De fato, sucumbir à miragem de uma tabela estatística levaria ao campo da interpretação não fundamentada.

Análise da tabela: explicação do conteúdo

A análise de uma tabela estatística é semelhante à análise de um documento. Após o exame minucioso de seu conteúdo infor-

mativo, passa-se à explicação e à interpretação das particularidades já anotadas da composição estatística à luz de informações empíricas ou teóricas conhecidas de outras fontes. Esse exercício de explicação e contextualização costuma exigir a confecção de uma bibliografia pertinente. Segundo as ambições do pesquisador, o exercício também pode exigir uma pesquisa quantitativa e cálculos estatísticos suplementares.

A análise de uma tabela pode ser **de tipo fechado** ou **de tipo aberto**. No caso da análise fechada, o pesquisador se atém rigorosamente à análise dos dados da tabela. Estes constituem o ponto de partida e o ponto de chegada de toda a sua argumentação. Na prática, seu propósito consiste em descrever aquilo que os dados revelam num primeiro grau, sem viés interpretativo. No caso da análise aberta, o pesquisador parte dos dados contidos na tabela, mas, desejando contextualizar ou explicar certas realidades reveladas por ela, respalda sua argumentação em elementos informativos provenientes de diversas fontes. O ponto de chegada de sua argumentação pode ser uma conclusão só indiretamente relacionada com a tabela de origem. No entanto, atendo-se à matéria informativa de uma única tabela, o pesquisador não pode ir muito longe em sua interpretação. Não só ele fica marcado pelos limites impostos à composição estatística que utiliza, como também não pode chegar a uma explicação de tipo causal, a não ser fazendo cálculos complexos de correlações ou interdependências que implicam a utilização de outras variáveis. Em outros termos, é restrito o leque de indagações às quais o pesquisador pode dar resposta a partir do conteúdo da tabela. Por esse motivo, a exploração do conteúdo de uma tabela é sempre desapontadora para o pesquisador ávido de interpretações impressionantes.

A análise de uma tabela costuma ser feita em torno de três eixos:

a) do geral ao particular;

b) da evidência à sutileza;

c) do estudo de um dado ao estudo simultâneo de vários dados.

A análise de uma tabela estatística consiste na maioria das vezes numa **operação correlacional** por parte do pesquisador. Esta representa o estabelecimento de relações, a criação de um paralelo ou a comparação de variáveis com o fim de verificar sua inter-relação ou sua correlação. É aquilo que os especialistas chamam de análise multivariada de dados. A vantagem de tal operação certamente é trazer à tona realidades que as simples distribuições de frequências não possibilitam revelar. O exemplo apresentado na tabela 4 ilustra bem nosso ponto de vista.

Por fim, a análise de uma tabela segue uma **progressão complexa**, ou seja, ela é construída sobre si mesma. A análise deve ser lógica e racional. Para não fazer o leitor perder-se nem parecer defeituosa, ela não pode pular etapas. Idealmente, um elemento de análise apoia-se no anterior e acarreta o posterior. Todos esses encadeamentos permitem avançar para considerações cada vez mais finas.

A análise de uma tabela, evidentemente, pode levar o pesquisador para um nível mais elaborado de trabalho intelectual. Ele pode assim decidir transcrever em forma gráfica algumas informações reveladas pela tabela. Em certos casos, essa transcrição possibilita resolver o problema do excesso de dados que muitas vezes prejudica a leitura da tabela. Essa transcrição também pode facilitar a operação de dar destaque a evidências (variações, dispersões, unidade dos dados) que os resultados numéricos dificilmente põem à mostra.

Por fim, a análise da informação quantitativa que aparece numa tabela pode ensejar todos os tipos de refinamento que o uso da informática possibilita levar a níveis inimagináveis. No entanto, é na perspectiva de uma análise estatística multivariada que tais procedimentos são utilizados.

Estabelecer uma relação entre as indagações iniciais e aquilo que a tabela revela: explorar seu conteúdo

O pesquisador conhece os limites da tabela e sabe precisamente aquilo que ela revela porque assimilou seu conteúdo

A tabela 4 pretende dimensionar as privações pelas quais passa cada uma das famílias entrevistadas por Marc-Adélard Tremblay e Gérald Fortin numa enquete acerca das condições de vida, das necessidades e das aspirações da família canadense-francesa. Elaborada a partir de cerca de cinquenta indicadores escolhidos entre os diferentes elementos de seu questionário, a tabela permite estabelecer uma relação bastante clara entre as privações e a situação de desemprego. De fato, quanto mais numerosas as privações, maior a proporção de trabalhadores sem emprego em algum período do ano (1959). Ao contrário, o número de famílias que não tiveram experiência de desemprego, mas passam privações, tende a diminuir de maneira inversamente proporcional ao aumento das necessidades não atendidas.

Tabela 4. – Índice das privações reais e desemprego (porcentagem)

Tipo de família	Peso no índice[a]			
	0-5	6-9	10-13	14-23
Famílias afetadas pelo desemprego	12	26	31	43
Outras famílias	88	74	69	57
Total	100 (416)[b]	100 (368)	100 (463)	100 (313)

a. 0-5: pouquíssimas privações; 6-9: poucas privações, 10-13: privações; 14 e +: muitas privações
b. Número real de famílias pesquisadas

Fonte: Tremblay e Fortin, p. 245

informativo e documentou suas particularidades. Agora pode questioná-la com suas próprias perguntas. Em outros termos, pode tentar estabelecer um elo entre aquilo que ele procura provar ou ilustrar e aquilo que a tabela revela nesse sentido. A dialética que se estabelece entre as indagações e a informação efetivamente existente não pode ser falseada porque, de acordo com esse procedimento, o pesquisador indaga de maneira operacional, em função da informação realmente transmitida pela tabela.

A informação revelada pela tabela passa então a fazer parte de uma estratégia de demonstração. É o ponto final da operação que apresentamos.

Recapitulemos os momentos mais importantes com um exemplo.

4. EXEMPLO DE LEITURA E ANÁLISE DE UMA TABELA ESTATÍSTICA

A tabela 5 mostra alguns aparelhos que passaram a fazer parte das moradias quebequenses num período compreendido entre 1941 e 1971. De modo implícito, descreve o processo gradual de invasão do espaço privado dos lares por toda uma gama de novos bens descritos por alguns[1] como mercadorias fundamentais da norma social de consumo que se impõe nos principais países industrializados após a Segunda Guerra Mundial.

Antes de adotar a informação fornecida pela tabela dentro da estratégia de demonstração, é importante passar por três etapas preliminares: levar em conta as restrições próprias ao documento informativo; tomar conhecimento daquilo que o documento revela; analisar seu conteúdo, ou seja, contextualizar, explicar e compreender o conjunto das informações que ele dá. É nesta última etapa, em que o pesquisador tenta interpretar o conteúdo da tabela, que cabe recorrer à análise multivariada de dados.

LEVAR EM CONTA AS RESTRIÇÕES DA TABELA COMO DOCUMENTO INFORMATIVO

Uma tabela não diz tudo. Também não fundamenta tudo o que imaginamos encontrar nela... de acordo com as lentes que usemos quando a lemos.

Assim, a tabela 5 apenas inventaria alguns bens de consumo que podem estar presentes nos lares quebequenses em certo período. Não diz nada a respeito das práticas de compra das famílias, nem sobre o que se refere à assimilação de algumas normas de consumo por elas. A tabela não informa nada sobre os recur-

1. A esse respeito, ver CHARLAND, Jean-Pierre. *Système technique et bonheur domestique rémunération, consommation et pauvreté au Québec, 1920-1960*. Québec: Institut de recherche sur la culture, 1992. 273 p., il, bibliogr., col. Documents de recherche de l'IQRC, n. 28; LÉTOURNEAU, Jocelyn. Accumulation, régulation et sécurité du revenu au Québec au début des années 1960, 1985, cap. 8. Tese de doutorado – Departamento de História, Université Laval, Sainte-Foy.

Tabela 5. – Moradias que contam com certos bens de consumo, Província de Quebec, 1941-1971[a] (porcentagem)

	1941[b]	1948[c]	1951[d]	1955[e]	1961[g]	1971[h]
Rádio	70,6	93,9	93,5	95,7	97,6	
Televisor				48,5	88,7	97,0
Dois televisores ou mais					3,7	
Automóvel	18,8		27,0	38,9	57,5	72,2
Dois automóveis ou mais				1,9	2,8	11,6
Telefone	32,5		58,2	71,0	83,7	
Refrigerador	17,2	26,6	46,7	80,9	91,8	99,0
Freezer					9,4	22,2
Fogão elétrico		8,4	16,7	34,9		
Máquina de lavar roupa		65,9	75,1	84,0		
Secadora automática						39,0
Aspirador elétrico	17,8	26,4	33,0	42,6		
Máquina de costura			74,0[f]	73,4		
Lava louça						26,2

a. Em relação ao número total de moradias recenseadas ou em relação ao número total de moradias representadas na amostra. Todos os tipos de famílias foram aqui considerados. Os espaços em branco indicam dados indisponíveis, seja porque os bens mencionados não foram alvo de compilação, seja porque não estavam disponíveis no mercado no momento da pesquisa

b. *Recensement du Canada*, 1941, vol. I, cap. 15, tabela 17, p. 421

c. Bureau fédéral de la statistique, *Accessoires ménagers, novembre 1948* (catálogo 64-202). As estimativas baseiam-se numa amostra de 25.000 famílias entrevistadas. Foram excluídas da pesquisa as famílias cujo chefe está nas forças armadas, as que moram em reservas indígenas ou em regiões afastadas e as que vivem em assentamentos, acampamentos, clubes e hotéis

d. *Recensement du Canada*, 1951, vol. III, tabela 40

e. Bureau fédéral de la statistique, *Appareils ménagers, juin 1950* (catálogo 64-202), tabela 9, p. 18. Estimativas baseadas numa amostra de 40.000 famílias. São válidas as restrições mencionadas na nota c

f. Dominion Bureau of Statistics, *Household Facilities and Equipment, September 1955* (catálogo 64-202). Estimativas baseadas numa amostra de 30.000 famílias

g. *Recensement du Canada*, 1961 (catálogo 93-527, tabela 56, e catálogo 93-529, tabela 80). Estimativas baseadas numa amostra de 20% das moradias recenseadas

h. *Recensement du Canada*, 1971 (catálogo 93-737). Estimativas baseadas numa amostra de 33 1/3% das moradias recenseadas

sos financeiros efetivos das famílias quebequenses. Por fim, não indica nada a respeito das tendências do comércio varejista no Quebec durante o período considerado. No entanto, se essa tabela fosse objeto de uma análise qualitativa e quantitativa complementar, seria possível usar seu conteúdo para documentar algum desses assuntos. O pesquisador, porém, precisa ser lúcido quanto às potencialidades reais da tabela como documento informativo.

Vejamos justamente quais são os limites da tabela nesse aspecto.

Essencialmente composta a partir de dados provenientes de diversos recenseamentos ou pesquisas especiais do Statistique Canada, a tabela possibilita perceber, à primeira vista, a proporção das moradias que contam com certos bens há muito tempo disponíveis no mercado (rádio, automóvel, telefone) ou surgidos durante o período considerado (fogão elétrico, televisor, *freezer*, lava-louça etc.).

Todos os dados são expressos em porcentagem. Foram obtidos a partir de uma operação bastante simples que consiste em dividir o número de lares que possuem um bem qualquer pelo número total dos lares quebequenses recenseados ou incluídos na amostra, multiplicando-se o quociente por cem.

Nos anos de recenseamento, a tabela dá informações sobre o total de lares. Essa categoria inclui lares urbanos e rurais, agrícolas e não agrícolas, sem considerar o número de pessoas. Os dados disponíveis para os anos de recenseamento às vezes são resultado de uma compilação baseada em todos os lares recenseados (é o que ocorre com os anos 1941 e 1951), às vezes resultado de estimativas baseadas na consideração de amostras de lares (é o que ocorre com os anos 1961 e 1971). As regras que determinam o número de lares recenseados para cada província obedecem a critérios de representação proporcional e a leis estatísticas. Evidentemente, algumas imprecisões decorrem da utilização de amostras. No conjunto, segundo admite o próprio órgão Statistique Canada, essas imprecisões não desmentem os números que seriam obtidos numa compilação de todos os lares.

Os dados disponíveis para os anos 1948 e 1955 foram obtidos em pesquisas especiais realizadas com uma amostra representativa dos lares quebequenses. Em 1948, 25.000 lares foram entrevistados para os fins da pesquisa. Esse número aumentou para 30.000 em 1955. Nos dois casos, nem as pessoas que viviam nas reservas indígenas nem os membros das forças armadas foram incluídos na pesquisa. As famílias que elegeram domicílio em acampamentos, clubes, assentamentos e hotéis também foram excluídas para fins de pesquisa.

Os espaços em branco indicam que os dados não estão disponíveis. Essa ausência de dados é explicada de duas maneiras. Por um lado, nem todas as categorias de bens foram necessariamente arroladas em cada recenseamento. Por outro, alguns bens não estavam disponíveis no mercado no momento de algumas das pesquisas. Isso ocorre especialmente para o televisor, que passou a ser comercializado apenas a partir de 1952.

Por fim, cabe esclarecer algumas definições. Para os fins do recenseamento, moradia é um conjunto de locais de habitação distinto do ponto de vista estrutural, que tem entrada independente a partir de fora por meio de uma passagem ou de uma escada comum no prédio. Nela se entra ou dela se sai sem atravessar locais habitados por outras pessoas. Lar é uma pessoa ou grupo de pessoas que vivem numa moradia. Ele costuma ser formado por um grupo familiar com ou sem hóspede, empregado etc., mas pode ser constituído de um grupo de pessoas de duas famílias ou mais, sem parentesco entre si, que compartilhem a mesma moradia, ou então por uma pessoa que more sozinha.

Depois dessa análise crítica das condições de produção e construção da tabela, pode-se dizer que esta dá uma representação confiável da proporção de moradias quebequenses equipadas com certos bens de consumo em determinado período. Mas, por si mesma, a tabela não revela mais do que isso. Toda argumentação que ultrapassasse esse limite informativo da tabela daria ensejo a um exercício de especulação mais ou menos plausível por parte do pesquisador.

Tomar conhecimento daquilo que a tabela revela

Quais são os pontos mais notáveis da tabela?

1. Em 1951, a proporção dos lares quebequenses que declaravam possuir um rádio (93,5%) já é muito elevada. Em 1961, ela praticamente atinge o ponto de saturação (97,6%).

2. Em 1961, três vezes mais lares dispõem de automóvel em comparação com 1941; esse número é de quatro vezes mais em 1971. Fato notável é que a posse de um segundo automóvel é um fenômeno que ganha importância da década de 1960. Entre 1961 e 1971, a proporção de lares equipados com pelo menos dois automóveis passa de 2,8% para 11,6%.

3. No espaço de vinte anos, ou seja, de 1941 a 1961, o telefone penetrou na grande maioria dos lares do Quebec. No auge da Segunda Guerra Mundial, 32,5% dos lares possuíam esse aparelho. Duas décadas depois, essa proporção atinge 83,7%.

4. A aquisição de um televisor pelos lares quebequenses demonstra a indubitável paixão dos consumidores por esse bem. Três anos depois do seu surgimento no mercado, 48,5% dos lares estão equipados com esse aparelho. Seis anos mais tarde, ou seja, em 1961, essa proporção progrediu notavelmente, atingindo 88,7%. Em 1971, a saturação é praticamente atingida com um índice de posse de 97%. Cabe destacar que 3,7% dos lares quebequenses já possuem um segundo televisor em 1961.

5. É interessante constatar com que rapidez a aquisição do refrigerador progrediu em vinte anos. Em 1941, 17,2% dos lares quebequenses possuíam esse aparelho. Em 1961, essa proporção atingia quase 92%. Em 1971, pode-se dizer que o refrigerador está praticamente em todos os lares da província.

6. Em 1948, apenas 8,4% das moradias têm fogão elétrico. Mas no período de sete anos essa proporção quadruplica, atingindo 34,9%.

7. Em 1951, a máquina de lavar roupa é um aparelho presente em três quartos dos lares quebequenses. Quatro anos depois, essa proporção cresceu nove pontos percentuais. A secadora automática, surgida muito mais tarde no mercado, difunde-se gradualmente nos lares durante a década de 1960. Em 1971, 39% dos lares possuem esse eletrodoméstico.

8. O *freezer* é um bem que, até certo ponto, exerceu certa atração sobre os consumidores quebequenses. No espaço de dez anos, ou seja, de 1961 a 1971, a proporção dos lares dotados de tal aparelho passou de 9,4% para 22,2%. Algumas informações, também reveladas pelos recenseamentos, nos permitem saber que são principalmente as pessoas que vivem na região rural que dispõem de *freezer*.

9. O lava-louça é outro aparelho que os consumidores quebequenses adotaram rapidamente. Em 1971, mais de um quarto dos lares está equipado com esse bem.

Análise da tabela

A análise propriamente dita deve ser feita em três planos:

– Contextualizar os dados que aparecem na tabela, ou seja, tentar explicar por que em determinado ano muitos ou poucos lares contam com certo bem.

– Fazer um paralelo entre os dados no tempo, explicando as tendências evolutivas que são percebidas no equipamento dos lares.

– Comparar a rapidez de aquisição dos diferentes bens pelas famílias e explicá-la.

É óbvio que o fato de fazer a análise dessa maneira implica uma pesquisa qualitativa e quantitativa bastante exaustiva. Vejamos a que perguntas o pesquisador deve tentar responder:

a) Se ele decidir enfatizar a pesquisa qualitativa:

– Por que o fogão elétrico demora a entrar nos lares comparativamente ao refrigerador?

– Por que os lares adquirem tão depressa o televisor?

– O que significa o fato de 11,6% dos lares possuírem dois automóveis ou mais em 1971?

b) Se ele decidir enfatizar a pesquisa quantitativa (cruzamento dos dados incluídos na tabela 5 com outros dados disponíveis em outros lugares):

– Por que a maioria das moradias está equipada com rádio em 1941? Esse fato decorre do baixo preço do aparelho? Do desejo das pessoas de ficar bem informadas em tempos de guerra?

– Está evidente que depois da guerra as famílias quebequenses adquirem automóvel. Por quê? Devido ao aumento do poder aquisitivo? Ao aumento menos acelerado do preço do automóvel em relação ao preço de outros bens? À assimilação da "cultura do automóvel"? À paixão pelas viagens? À melhor divisão do espaço comercial pelas concessionárias de automóveis? À ampliação e melhoria da rede viária quebequense?

– É possível estabelecer um elo entre o processo de eletrificação rural e o rápido aumento da proporção dos lares que possuem certos bens de consumo?

– A qualidade e a quantidade dos bens distribuídos no mercado poderão ter favorecido a sua compra pelos consumidores?

Inserção dos resultados da análise da tabela num plano demonstrativo

A que indagações o conteúdo da tabela analisada poderia afinal dar elementos de resposta?

O pesquisador interessado no estudo das transformações ocorridas no cotidiano dos lares quebequenses certamente poderia utilizar o conteúdo e a análise contextual dos dados da tabela para documentar o fenômeno da submissão do espaço privado das famílias e das pessoas sozinhas ao reinado da mercadoria. Evitando ultrapassar as capacidades ilustrativas e demonstrativas da tabela, também poderia estabelecer um elo entre a compra de certos bens de consumo e a adesão das famílias a um novo espectro de normas, atitudes e práticas em termos de consumo, estilos de vida e aspirações. Enriquecido por uma análise qualitativa ampliada, o conteúdo informativo da tabela poderia assim alimentar um texto sobre a transformação do espaço doméstico da mulher no lar e a taylorização do trabalho doméstico. Por fim, a tabela poderia respaldar uma pesquisa que versasse sobre a ampliação do volume de vendas a varejo no Quebec após a guerra. No entanto, em todos esses casos, a tabela analisada não bastaria para demonstrar uma tese *in extenso*. Segundo o objeto de estudo pesquisado, seria possível ilustrar um processo, basear uma parte da interpretação, corroborar uma afirmação qualitativa, mostrar um mesmo fenômeno sob aspecto diferente.

Uma tabela sempre pode ter múltiplas funções numa estratégia de argumentação. O importante é não exagerar o conteúdo, o sentido e as propriedades reais de demonstração.

CAPÍTULO 8
COMO UTILIZAR UM DOCUMENTO AUTOBIOGRÁFICO NUMA PESQUISA

Nos últimos quinze anos, novos objetos de estudo chamaram a atenção dos pesquisadores em ciências humanas e ciências sociais. Referimo-nos aos fenômenos de identidades e memória coletiva, ao imaginário social e às representações mentais, às formas de solidariedade que se manifestam nos grupos marginalizados etc. Novos "sujeitos" também surgiram no campo de suas pesquisas: pobres, criminosos, mulheres do meio rural etc., enfim, o conjunto de pessoas cujo universo de práticas e sentimentos é difícil reconstituir com base apenas em documentos tradicionais.

O aprofundamento desses novos objetos de estudo, por um lado, e a atenção dada a esses sujeitos, por outro, sensibilizaram os pesquisadores para as limitações dos documentos escritos tradicionais e renovaram seu interesse por certas fontes desprezadas pelo predomínio das abordagens quantitativas durante os anos 1960/1980. Os contos e lendas populares, os diários íntimos e as lembranças pessoais, os relatos de vida e as autobiografias mostraram-se assim como preciosos testemunhos por explorar, na tentativa de captar as maneiras como falam e agem categorias sociais das quais frequentemente só se conhecia uma faceta do modo de vida e da cultura: a faceta que nos era mostrada pela história ou pela sociologia tradicional, ou a faceta que éramos levados a lhes dar depois de um exercício muitas vezes inconsciente de ilações extraídas de um modelo ideal, fosse esse modelo o Proletário, o Excluído ou o Marginal.

O objeto deste capítulo é demonstrar o interesse despertado pelo exame de uma dessas "novas" fontes, a autobiografia, no

âmbito de um trabalho que tenha em vista reconstituir o universo material e mental de categorias sociais que, frequentemente, não foram as principais produtoras da percepção que tenhamos ou conservemos de suas vivências. Evidentemente, a autobiografia não é o único tipo de documento pertencente à literatura pessoal que possibilite o acesso à intimidade dos atores sociais. Para o estudante que não pode se entregar a uma atividade de pesquisa baseada numa entrevista biográfica ou na busca sistemática de documentos pessoais, o uso de autobiografias escritas e já publicadas muitas vezes representa uma alternativa de acesso ao universo privado de indivíduos habitualmente relegados ao nível de figurantes dos grandes fenômenos macrossociais.

Neste capítulo, não temos em vista apresentar um método fixo e exclusivo de trabalho para lidar com o documento autobiográfico. Essa questão, tão complexa e vasta que mereceria uma obra completa, nos levaria longe demais dos objetivos do guia. De fato, nas páginas que seguem, o leitor encontrará preferencialmente uma argumentação sobre o interesse e os limites desse tipo de documento (seção 1). Descobrirá também um método de utilização da autobiografia que leva em conta as características dessa fonte. Esse método será exemplificado com um caso fictício (seção 2). No conjunto, nosso objetivo é sobretudo iniciar o estudante nas qualidades de um tipo de documento que com demasiada frequência é desprezado pelos pesquisadores.

1. O DOCUMENTO AUTOBIOGRÁFICO

O QUE É UMA AUTOBIOGRAFIA

Autobiografia designa o relato introspectivo e retrospectivo que uma pessoa faz por escrito de sua própria vida, sem interlocutor ou intermediário externo. Conforme escreveu Philippe Lejeune[1], essa definição exclui certos gêneros literários: a biografia redigida por outrem, o romance que escapa à realidade passada,

1. *Moi aussi*. Paris: Seuil, 1986. 346 p., bibliogr., il., p. 265, col. Poétique.

as narrativas que descrevem apenas partes de uma vida (lembranças de infância, descrição de um episódio em particular da vida de adulto etc.) e os diários íntimos.

O elemento de definição mais importante da autobiografia está no fato de se tratar de uma narrativa elaborada pelo indivíduo como reinterpretação de sua própria vida com o objetivo de lhe atribuir um sentido. O ato de escrita, portanto, é inseparável da tomada de consciência latente ou manifesta de sua vida por parte do sujeito. Resulta de um esforço de integração dos diversos episódios da existência, cada um dos quais vivenciado de modo específico, sem se inscrever necessariamente num projeto de vida completo e lógico.

Em outras palavras, a autobiografia é sempre, implicitamente, um processo inteligente de reordenação da vida pelo indivíduo, uma releitura raciocinada e racionalizada de seu passado, um esforço para tornar subitamente coerentes centenas de tateios cotidianos que mal se encaixam uns nos outros. Para o ator, o objetivo é perceber-se como consecução lógica de um desígnio no qual cada momento de sua vida ganha sentido em relação a uma problemática existencial revisada. Até certo ponto, esse desígnio e essa problemática imprimem ordem à vida do sujeito. É pelo prisma daquilo que ele finalmente se tornou que o sujeito encadeia todos os momentos de sua vida, elabora sua continuidade existencial e define sua coerência. Vivendo sua história uma segunda vez, o indivíduo recompõe sua vivência como um todo dotado de sentido, raciocinado e racional, do qual ele é produto final.

Essa natureza ambivalente do exercício autobiográfico, que se baseia no estabelecimento de uma relação dinâmica e complexa entre o fato vivido e o fato composto (e recomposto), marca o interesse e as limitações desse tipo de documento como fonte de informação.

Interesse e limitações da autobiografia como fonte de informação numa pesquisa comum[2]

Apesar do que se poderia acreditar, a utilização de autobiografias como fonte de informação numa pesquisa continua sendo prática marginal. De fato, pouquíssimos pesquisadores tiraram proveito unicamente desses documentos para reconstituir trechos de uma vida, redes de relações ou uma cultura do cotidiano. Até recentemente, a autobiografia era considerada uma fonte de documentação complementar em comparação com o documento oficial. Esse modo de encarar e utilizar a autobiografia, evidentemente, decorre da obsessão pela cientificidade que animou numerosos pesquisadores marcados por algum dos paradigmas que Daniel Bertaux qualificou de "quantoferistas". Mas as ressalvas feitas ao documento autobiográfico também decorrem do caráter ambíguo da informação nele veiculada. De fato, ela dá representações do passado que são sobredeterminadas ou mediadas pela posição ocupada por uma pessoa no momento em que redige sua narrativa. A autobiografia apenas transpõe os dados acumulados na memória. É também, simultaneamente, **um trabalho sobre a memória**, trabalho que tem um grau de consciência ou elaboração maior ou menor. A exemplo de toda argumentação ou descrição empírica, inclusive das que procedem de uma atitude científica, a autobiografia não é uma transcrição neutra ou objetiva de uma realidade desaparecida. No melhor dos casos, ela é uma interpretação bem informada que se pretende isenta.

A autobiografia nos põe diante de **reconstruções**. Trata-se de um documento capaz de nos esclarecer sobre a época em que foi escrito, bem como sobre a época da qual o autor pretende falar. Se

2. Entendemos com isso a verificação e a documentação de uma hipótese inicial. Essencialmente, a pesquisa consiste em encontrar, num *corpus* reunido em função de um projeto explícito, informações capazes de confirmar a intuição inicial do pesquisador. O problema metodológico principal consiste então em saber procurar a informação desejada no *corpus* biográfico. Neste capítulo não abordamos os problemas específicos suscitados pela utilização de uma única autobiografia como fundamento de uma pesquisa.

a opção é apreciar a autobiografia com base nas regras comumente aceitas para a validação de um documento (ver capítulo 3), deve-se admitir que esse tipo de fonte revela um saber fidedigno **no que se refere às experiências vividas, percebidas e interpretadas pela testemunha que se tornou escritor**. Mas seria errôneo acreditar que esse saber não é válido. Aliás, a questão não se apresenta nesses termos. A qualidade de um documento autobiográfico não se mede pela veracidade absoluta dos fatos contados, mas pela capacidade de um escritor em captar a complexidade de sua relação interativa com o mundo ambiente. Ora, essa capacidade se expressa pela habilidade de um autor em compreender o significado e a coerência de suas experiências passadas. Ela também se manifesta pela sua preocupação com os detalhes e pela qualidade de sua introspecção pessoal, sendo então a vivência individual considerada um revelador de práticas sociais mais amplas. Por esse motivo, o pesquisador interessado no documento autobiográfico deverá prestar atenção ao "esforço de memória" do escritor e em sua capacidade de dominar a interpretação que ele dá dos episódios de sua vida narrada.

Apesar desse problema de ambiguidade que é absolutamente necessário levar em conta quando se utilizam autobiografias como fonte de informação, o interesse despertado por esses documentos continua considerável, inclusive no âmbito da pesquisa comum. Pelo menos por duas razões. Primeiro, porque as autobiografias abrem novas perspectivas de pesquisa, o que pode levar a pensar o passado de outra maneira, a recortar de maneira diferente a matéria histórica, a quebrar periodizações tradicionais ligadas aos grandes acontecimentos, dando preferência a ritmos geracionais, a escalas de duração que tenham a vida dos homens e das mulheres como referente temporal. Em segundo lugar, porque esses documentos às vezes representam o único meio de acesso ao universo material e mental de categorias sociais sobre as quais possuímos poucas informações que não tenham sido mediadas pela percepção de outras categorias sociais. O exemplo dos costumes sexuais em vigor na sociedade quebequense antes de 1960 (sociedade considerada prisioneira de interditos religiosos e da

autoridade patriarcal segundo a percepção que nos foi deixada pelas elites da época) é uma boa ilustração do interesse que há em utilizar o documento autobiográfico para lançar luzes sobre outra realidade social – no caso, a realidade de mulheres que viviam privada e intensamente a sua sexualidade ao arrepio dos modelos mais difundidos de moralidade feminina.

Dito isto, não se deve exagerar o caráter revolucionário das autobiografias como fonte histórica. Isso porque a renovação das problemáticas e das visões da história provocada pelo uso de autobiografias é apenas parcial. Quando se fala de autobiografia, é preciso saber que se trata de um gênero literário essencialmente vinculado ao desenvolvimento do individualismo no Ocidente. Deve-se reconhecer também que a maioria das autobiografias nos chega de representantes de categorias abastadas ou cultas da população. Ora, sobre essas categorias possuímos muitas informações, oriundas de fontes variadas. Do mesmo modo, quando uma narrativa provém de um grupo minoritário, é grande a probabilidade de que ela tenha sido redigida por uma elite desse grupo. Por fim, frequentemente são homens e mulheres excepcionais que decidem escrever para a posteridade. É verdade que os autores de autobiografias não são necessariamente seres com destinos singulares ou com uma vivência de qualidade superior. Escrever, porém, é uma forma de exteriorização que revela um desejo de expressividade que não é a maneira de agir e viver de todos. Isso nos permite ressaltar um ponto capital: é preciso ser muito prudente nas generalizações e conclusões às quais podemos chegar a partir de autobiografias. Na perspectiva de utilizá-las numa pesquisa comum, a exemplo de qualquer outro documento, elas devem ser submetidas a uma crítica interna e externa e aperfeiçoadas, caso necessário, por outras fontes de informação.

2. UTILIZAÇÃO DO DOCUMENTO AUTOBIOGRÁFICO NUMA PESQUISA COMUM

A questão abordada aqui é a seguinte: como constituir um *corpus* de autobiografias e como procurar informações nesse *corpus*

quando se tem uma questão de partida ou uma hipótese para verificar?

Cabe esclarecer, primeiramente, que o pesquisador que deseje utilizar a autobiografia como fonte de informação precisa estar consciente de certos problemas ligados a esse tipo de documento. Para aproveitá-lo numa pesquisa comum, ele precisará, evidentemente, submeter seu documento a uma contextualização que muitas vezes assume a forma de crítica interna e externa de documento (ver cap. 3). Esse exercício de crítica lhe possibilitará respaldar o âmbito de produção e difusão de cada autobiografia, o que só poderá enriquecer as conclusões às quais ele chegar em virtude de sua análise. Mas o pesquisador também deverá lembrar-se de que a autobiografia é um documento que expõe uma vivência singular, documento que revela uma totalidade social nos meandros de sua complexidade e sua diversidade. Por isso, ele não poderá submeter seu *corpus* a certas metodologias consideradas eficazes para outros tipos de documentos, como por exemplo a análise serial. Por fim, a perspectiva a partir da qual o pesquisador optar por estudar seu documento dependerá estreitamente dos fins de sua pesquisa. Esse estudo poderá versar sobre o conteúdo manifesto da narrativa (o que diz explicitamente o texto) ou sobre o conteúdo latente da autobiografia (o que diz o texto num segundo grau, mas um grau acessível ao leitor informado e curioso).

Escolha das autobiografias

Visto que uma autobiografia é sempre o relato de práticas singulares que revelam uma totalidade social expressa em sua heterogeneidade e suas dissonâncias, será proveitoso o pesquisador recolher um *corpus* de autobiografias tão exaustivo quanto possível para estudar a questão que lhe interessa. Constituir um *corpus* de autobiografias não é tarefa fácil, sobretudo se o pesquisador não dispuser de nenhuma obra que possibilite localizar rapidamente tais documentos. Ele deverá então voltar-se para informantes especializados ou para pessoas que trabalhem no meio – arquivistas, responsáveis por sociedades históricas, dirigentes de grupos

populares, diretores de centros de pesquisa etc. – que muitas vezes sabem da existência de autobiografias publicadas (mas de difícil acesso) ou inéditas.

Constituído o *corpus*, também é preciso (se ele for abundante) selecionar as autobiografias que serão efetivamente analisadas e estudadas. Essa seleção implica a leitura prévia de todas as autobiografias, o que possibilitará detectar as que pareçam mais ricas do ponto de vista do conteúdo e do ponto de vista das expectativas do pesquisador. Essa leitura pode ser rápida, mas precisará ser bastante atenta se o pesquisador não quiser deixar escapar nenhuma peça importante. Completado o reconhecimento do *corpus*, ele poderá proceder à seleção definitiva das autobiografias que estudará preferencialmente. Em última instância, essa seleção é feita em função da qualidade dos documentos. Também depende dos objetivos visados pelo pesquisador em seu projeto. Na verdade, a seleção das autobiografias deve representar uma composição judiciosa entre as expectativas explícitas do pesquisador e as surpresas sempre implícitas de um *corpus* documental.

Ilustraremos essa operação de seleção dos documentos autobiográficos com um exemplo. Imaginemos uma pesquisa que trate da questão da assimilação da cultura da modernização por parte dos agricultores de uma região periférica do Quebec no início da década de 1960. Inspirado por uma problemática em voga, o pesquisador aventa de início a hipótese de "atraso cultural" dos camponeses em relação às normas que se impõem sobretudo em meio urbano, atraso, aliás, que dá origem a problemas de pobreza nas regiões rurais afastadas dos grandes centros. Essa hipótese do atraso parece-lhe confirmada quando ele nota, com apoio em números, o grau de mecanização das fazendas das cidadezinhas estudadas, a posse de bens de consumo moderno (fogão elétrico, televisor etc.) pelas famílias, as práticas de gasto e poupança dos agricultores (capitalização das fazendas, utilização dos serviços bancários etc.) e sua cultura política (formas associativas que os agricultores adotam para obter o reconhecimento de seus direitos pelo Estado). Esse estudo quantitativo, embora permita ao pesquisador observar diferenças de graus, níveis e práticas, não dá

resposta à sua indagação principal: como explicar essas diferenças? Onde encontrar sua origem? Evidentemente, o pesquisador tem intuições, que formula de maneira ainda simples ou de modo exploratório. Essas intuições vão da "mentalidade tradicional dos agricultores" à "existência de dois sistemas culturais paralelos, um urbano e outro rural, sistemas que certamente mantêm relações, mas não são comparáveis".

Para saciar a sede de explicar, o pesquisador deve remeter-se a outras fontes de informação. É preciso ir além daquilo que lhe é revelado pela simples apreciação quantitativa dos fenômenos, além também da tradicional enquete baseada em questionários fechados. O relato de vida e a entrevista biográfica parecem-lhe uma solução. No entanto, preferiria ter acesso a um nível de intimidade dos locutores que não seja comprometido pelas expectativas do entrevistador. Nessa perspectiva, a autobiografia mostra-se como documento interessante.

Evidentemente, o pesquisador não desconhece que o autor de uma autobiografia, ao redigir seu relato, tem em mente que seu texto será lido por outra pessoa, o que o leva a construir seu discurso em função de supostas expectativas. Ele também não ignora que a autobiografia é uma narrativa recheada de casos e fatos de maior ou menor verossimilhança, narrativa que se organiza em torno de uma trama elaborada *a posteriori*, frequentemente no fim de uma vida. No entanto, dependendo da riqueza das narrativas, o pesquisador considera a autobiografia como algo revelador de práticas comuns. Mais ainda, ele sabe que, no processo intelectual de narração dos fatos da vida, o escritor expõe suas impressões, explica suas ações, manifestamente ou não, e revela o sentido oculto de suas escolhas cotidianas. Em outros termos, o autor permite que o leitor compreenda como ele, ator social agora escritor, vivenciou seus compromissos cotidianos e refletiu sobre eles. Para o pesquisador, o documento autobiográfico se revela nesse caso preciso como um meio de acesso a uma cultura original que é importante não considerar nem caracterizar a partir das categorias de outra matriz de pensamento, no caso, a da "modernidade avançada".

Para encontrar suas autobiografias, o pesquisador pode voltar-se para algumas obras de referência que às vezes apresentam listas exaustivas de tais documentos. Também pode consultar pessoas especializadas. Se tiver tempo e meios, poderá pesquisar com informantes do local sobre a existência de autobiografias publicadas (que lhe tenham escapado) ou inéditas. Suponhamos que, no fim de sua pesquisa documental, o pesquisador recolha cerca de vinte autobiografias, essencialmente relatos de agricultores. Um reconhecimento rápido de seu *corpus* lhe possibilitará descobrir documentos de qualidade desigual.

Reunido o *corpus*, o pesquisador deve proceder à escolha definitiva de suas autobiografias. Essa escolha é fortemente determinada pelos objetivos da pesquisa. Se quiser realizar um estudo detalhado das práticas dos agricultores na região periférica, se quiser captar um máximo de práticas singulares (e assim ter acesso a um máximo de significados dessas práticas), precisará estudar seus vinte documentos. Cada autobiografia é específica e pode trazer à tona sistemas de ações e significações dessas ações que sejam únicos e, a seu modo, revelem com precisão a riqueza e a complexidade da cultura dos agricultores que morem na região periférica. Se o tempo e os meios de investigação forem limitados, o pesquisador poderá fazer uma seleção fundamentada de autobiografias. Em nosso caso, admitamos que essa seleção obedeça ao critério da riqueza de conteúdo de um documento. O critério da representatividade dificilmente pode ser aplicado à seleção de autobiografias. Isso porque o recurso ao documento autobiográfico numa pesquisa tem o objetivo de contrapor-se à tendência à associação ou à redução, decorrente do uso de abordagens quantitativas ou macroscópicas. Um estudo que tire proveito de autobiografias tem principalmente o mérito de revelar a pluralidade dos mundos vivenciados.

Depois de fazer sua escolha (imaginemos que o pesquisador decida analisar minuciosamente todas as peças do seu *corpus*), ele precisa passar para a etapa de elaboração de uma metodologia para analisar seus documentos.

Elaboração de uma metodologia de análise

Por "metodologia de análise", entendemos um conjunto de meios que permitam estabelecer uma relação científica com o conteúdo das autobiografias, ou seja, explorá-las para os fins de uma pesquisa científica.

Como dissemos, autobiografia é um relato de práticas particulares que, mesmo dando acesso a certa totalidade social condensada na pessoa de um sujeito, não revela práticas redutíveis a essa totalidade. Em outros termos, a autobiografia possibilita acesso a uma totalidade social considerada em suas manifestações singulares; mas esta não tem valor axiomático. Não existe a totalidade social que abranja múltiplas práticas; existem múltiplas práticas que obrigam a perceber a totalidade social como uma realidade plural, irredutível e complexa. Por isso, a autobiografia não é um documento passível de análises de quantificação, de categorização extrema ou de tipologia. A especificidade do material autobiográfico decorre dos fenômenos históricos irregulares e diversos que ele possibilita descrever. Por essa razão, metodologias como a análise serial – que insiste naquilo que há de recorrente, unitário e convergente num *corpus* documental – não são realmente adequadas à análise do documento autobiográfico. O uso de autobiografias não se destina a reconstituir uma vivência padronizada. Possibilita trazer à tona as significações totalizadoras da história pessoal. Também é adequada quando se trata de revelar o processo de desconstrução e reconstituição contínuas da realidade social para a qual o indivíduo se volta em seu processo reflexivo. Evidentemente, sempre haverá pesquisadores para os quais a análise serial parecerá totalmente apropriada no estudo de um *corpus* autobiográfico. Estes devem saber que continuarão prisioneiros de uma convencionalidade que não lhes permitirá sair da lógica da medida e das relações entre variáveis. Seu objetivo implícito continuará sendo o de reconstituir uma realidade macrossocial a partir da consideração de itinerários individuais tidos como variantes degradadas de um tipo ideal. Ora, nesse contexto, o ator é sempre um cadáver. Quanto ao pesquisador, age como sanguessuga ansioso de construir seu objeto

desumanizado. Temos aí o oposto do espírito do trabalho baseado no uso de autobiografias.

Para descobrir a metodologia mais apropriada, o pesquisador iniciante deve recorrer a um trabalho de tipo empírico. Este comporta quatro etapas:

– Primeira etapa: discernir situações, ações, episódios, reflexões etc. no *corpus* reunido. É importante evitar a leitura das autobiografias a partir de um modelo fechado de ação social ou de uma classificação fechada de comportamentos presumidos. O objetivo não é categorizar a matéria dos relatos ou tipificar as vivências, mas observar a realidade social em suas múltiplas dimensões, no nível das práticas individuais.

– Segunda etapa: resumir, em fichas de papel ou em suporte informático (bloco de notas eletrônico), as ações e as situações levantadas, respeitando escrupulosamente o contexto no qual elas são situadas pelo autor da narrativa.

– Terceira etapa: tentar trazer à tona os significados totalizadores que permeiem as ações ou as situações levantadas. Essas significações muitas vezes são dadas pelo próprio escritor. Também podem ser decodificadas a partir de um exercício de contextualização mais amplo: o que se sabe da realidade histórica e sociológica da comunidade ampliada à qual pertence o escritor; o que já se aprendeu da leitura de outros documentos autobiográficos integrados no *corpus* reunido; o que se pode presumir razoavelmente a partir da análise à qual se dedicaram outros pesquisadores que trabalham com documentos autobiográficos mais ou menos comparáveis; o que se sabe graças a outras fontes documentais (estudos especializados, pesquisas antropológicas ou sociológicas etc.).

– Quarta etapa: interpretar provisoriamente as ações e as situações à luz dos conhecimentos gerais que existam sobre o gênero autobiográfico em dada época, sobre a economia política de uma sociedade, sua história etc. Acima de tudo, não se deve reduzir uma ação ou uma situação a um caso específico, a um epifenômeno; ao contrário, deve-se examinar a complexidade de uma totalidade social a partir da consideração da originalidade de uma situação.

Como se trata de uma autobiografia, em sua análise o pesquisador deverá considerar as peculiaridades desse tipo de documento. Queremos dizer com isso que ele deve estar consciente de certas formas ou tendências da narrativa autobiográfica: autojustificação implícita do autor, desejo de transcender seu destino ordinário, construção de seu texto de modo sociogramático[3], ilusão retrospectiva etc. O pesquisador deve estar sensível a essas características para tirar proveito delas. Isso porque essas manias de escritor não diminuem em nada a qualidade dos documentos. Ao contrário, elas abrem as portas para um estudo do imaginário individual, um estudo do aspecto subjetivo da cultura etc. De fato, o pesquisador que avance em suas análises a partir do uso de autobiografias não deve entregar-se a uma atitude de validação e crítica de conteúdo comparável à que se tem em geral diante do documento tradicional. É verdade que a autobiografia mostra práticas singulares, mas é precisamente a singularidade dessas práticas que interessa ao pesquisador, e não seu caráter de maior ou menor representatividade. Evidentemente, a autobiografia dá um saber que não está submetido às injunções da prova documental. Mas o que interessa ao pesquisador é justamente o fato *sentido*, *pensado* e *vivenciado*, tanto quanto *revelado* e *narrado*. Conforme diz Nicole Gagnon, "o que fascina o observador é a repercussão que o indivíduo sente da sua inserção na história". Enfim, a autobiografia é uma narrativa subjetiva explícita que não respeita as regras da objetivação científica e, além de tudo, muitas vezes assume a forma de discurso de sentido. Também nesse caso trata-se de uma vantagem, pois o que cativa o pesquisador é a narrativa como cerne e fonte de significações, a narrativa como consciência histórica subjetiva do ator.

3. Por "sociograma" entendem-se as tramas narrativas que predispõem, estruturam e encerram até certo ponto o desenvolvimento de uma narrativa numa ordem dada. No mundo ocidental, o sociograma do *self-made-man*, do indivíduo que se fez sozinho e subiu graças à sua determinação, é uma das tramas mais comumente usadas por aqueles que, subjetivamente, acreditam ter atingido o estágio do sucesso social. Existem outros: o da vítima contínua, o do eterno "marginalzinho" etc.

De fato, o uso de autobiografias implica uma ruptura com as maneiras convencionais de tratar o documento. Essa ruptura não é apenas de ordem metodológica (modo de utilizar e analisar o documento). Também é, até certo ponto, de ordem epistemológica (modo de encará-lo e interpretá-lo). Retomemos nossas palavras sobre a metodologia de análise, desta vez à luz do exemplo que começamos a aprofundar.

Retomemos o fio: o pesquisador decidiu conservar suas vinte autobiografias para analisá-las minuciosamente. Seu objetivo de pesquisa, formulado a partir de uma visão externa das coisas, é compreender por que os agricultores não assimilam normas de modernidade avançada que se impõem no conjunto da sociedade. Ele considera que captar a vivência do agricultor "por dentro", por meio das autobiografias, poderia dar-lhe elementos de resposta não contaminados pela matriz de pensamento a partir da qual ele mesmo considera a realidade que observa.

O pesquisador começa lendo todas as autobiografias, tentando detectar os trechos que, de acordo com seus interesses específicos, exprimem uma situação de "recusa da modernização". Sua leitura atenta dos documentos o leva a ajustar rapidamente a mira. Isso porque o obriga a parar de procurar situações de recusa da modernização para enfatizar mais a descoberta de situações episódicas que, à sua maneira, indicam sistemas de ações que não podem ser reconhecidos pelas abordagens quantitativas convencionais. A compreensão que o pesquisador tem desses sistemas de ações é nula, ou seja, ele é incapaz por enquanto de construir teoricamente seu objeto de estudo, é inapto também a transformar sua intuição numa representação mental operacional. Não pode apreciar o conteúdo de seu *corpus* documental a partir de um modelo sociológico convencional. Está apenas consciente de uma realidade diferente e original que lhe é revelada pelas práticas dos agricultores, realidade que não pode ser entendida como expressão perversa de um sistema ideal de ações. Para captar esse sistema de ações em suas manifestações singulares, o pesquisador sabe que precisa percorrer todo o conteúdo de suas autobiografias. A curto prazo, não pode sequer pensar em construir uma teo-

ria totalizadora dos sistemas de ações sociais em regiões distantes. Pode no máximo descrever certo número de práticas que, a seguir, poderá interpretar à luz de sua experiência, de seus conhecimentos, das problemáticas às quais ele adere etc.

A metodologia que ele segue é bastante simples: discerne todas as situações descritas nas narrativas que lhe pareçam características de um sistema original de ações sociais. Como ainda é incapaz de encontrar as ramificações desse sistema de ações sociais, ele o define provisoriamente como o conjunto de ações que é incapaz de compreender (ou que ele qualifica imediatamente de irracionais ou de tradicionais), quando as situa em seus próprios parâmetros ou em sua matriz de pensamento. Essa definição lhe possibilita descobrir muitas situações que ele teria ignorado caso tivesse se limitado à sua problemática inicial.

Essas situações são por ele descritas sucintamente em fichas de papel ou em seu bloco de notas eletrônico. Essa maneira de agir depois lhe possibilitará equiparar práticas ou constatar suas diversidades, apresentando assim uma interpretação rica e multifacetada da realidade que ele observa através de seus documentos. Também anota escrupulosamente o contexto da situação evocada pelo escritor: onde essa situação se situa na narrativa, como ela é apresentada e por quê, a qual conjunto do discurso ela se refere etc. Todos esses detalhes são indispensáveis à interpretação refletida de uma situação; também são indispensáveis para ter acesso à consciência que o escritor tem dos fatos, das ações e dos episódios que ele descreve em sua narrativa.

Assim, no fim de sua leitura atenta e de seu trabalho de detecção sistemática, o pesquisador está com uma centena de fichas (ou de minidossiês informatizados) que descrevem todas as situações que lhe pareçam características de um sistema de ações sociais que ele não compreende. Numa dessas fichas (ou em um desses dossiês informatizados), encontra-se o trecho abaixo, extraído da autobiografia de Donald Leclerc:

> Quando meu filho tinha quinze anos, era verão de 1959, sempre ia para a cidade, encontrar amigos, como dizia. Não que ele voltasse tarde ou que fosse muito malcriado. Mas eu ficava intrigado com

aquelas saídas. Uma noite, eu o segui. Vi-o entrar na casa do Aristides... Eu sabia que o Aristides tinha televisão. Só se eu fosse tonto para não saber. Depois que aquele caixote entrou na casa, toda noite aparecia convidado para visitar a família. Tinha sempre moça na escada da entrada!...

Quando meu filho voltou, naquela noite, eu lhe dei uma bronca. Falei que televisão era coisa boa para quem não tem o que fazer. Ele nem me deixou acabar. Não lembro o que ele falou, mas lembro que a gente brigou feio. Brigou mesmo. Fazia uns tempos que eu e meu filho, a gente já não era como antes. Mas naquela noite, eu me lembro, ele quase me xingou. Fiquei muito chateado. Eu não entendia como um filho podia quase xingar o pai. Fui deitar com um peso no peito. Aquilo ficou marcado. Lembro como se fosse ontem. Parecia que o mundo não era o mesmo. Um filho xingar o pai...

E numa outra ficha, proveniente da autobiografia de Arthur Latraverse, pode-se ler:

Eles queriam ensinar a gente. Queriam mostrar como trabalhar a nossa terra. Lembro bem a palavra que eles usavam: racionalmente. No duro, essa palavra sempre aparecia em tudo o que eles diziam. Queriam principalmente que a gente gastasse, comprasse: máquinas, adubo, ferramentas. Para produzir mais, diziam eles. Se eu tivesse comprado outro trator, que fazia tudo mais depressa, meu filho tinha ido embora, porque eu ia poder fazer o trabalho todo sozinho. Eu não ia ensinar nada a ele. Depois, por outro lado, isso ia ter motivo para gastar com outro trator. Eu ia entrar em financiamento. Eu não sou amigo de banco. A gente perde a independência. Além disso, gosto de trabalhar sossegado. Devagar se vai ao longe. Com a máquina que eles queriam que eu comprasse, eu ia cruzar os braços ao meio-dia. Minha mulher não ia aguentar. Ela não gosta desse negócio de ficar amolando ela de tarde. Nem eu. Tem hora para tudo, cada coisa no seu tempo, como se diz. De qualquer jeito, não conseguiram me enganar. E eu não me arrependo. Ia ficar enforcado. Não tenho muita coisa, mas sou dono do meu nariz.

Duas situações que permitem entrever, de acordo com a problemática inicial do pesquisador, a recusa à modernização, a rejeição às normas da sociedade de abundância e da transformação: num caso, a recusa da televisão; no outro, do trator. No entanto, esses trechos são ricos. Permitem adivinhar as razões da atitude dos atores.

Tomemos o primeiro caso. Todo o episódio parece girar em torno da dificuldade do pai para compreender o interesse do filho pela televisão, novo modo de divertir-se. Vários indícios mostram, porém, que o que preocupa o pai é a desconstrução de um espaço da autoridade parental. O televisor não é o começo nem o fim da história. O que afeta o pai é o distanciamento manifesto do filho em relação a certa tradição em que o pai, referência primeira, era um educador privilegiado, aquele que definia as normas. Nesse caso, o televisor não passa de suporte de cristalização de um conjunto de práticas sociais às quais o jovem adere, práticas que contradizem as que haviam sido assimiladas pelo pai. Buscando uma causa tangível na qual pudesse apoiar-se para construir a argumentação da recriminação, o pai toma como pretexto o televisor para recuperar seu espaço tradicional de autoridade, o que o filho recusa. Drama característico da adolescência – dirão alguns. Situação exemplar da transformação das relações entre as gerações numa comunidade em transição – dirão outros. Seja lá qual for a explicação finalmente adotada, o pesquisador não poderá simplesmente interpretar o episódio do televisor como manifestação de recusa da modernização. Essa atitude específica deverá ser examinada em relação àquilo que se sabe sobre as relações entre gerações nas famílias rurais do Quebec no fim da década de 1950. Também deverá contextualizá-la quanto a todo um espectro de informações pontuais proveniente de outras autobiografias que ele possua ou de outros documentos que conheça, não para corroborar fatos, mas para enriquecer as situações umas em relação às outras. Por fim, o pesquisador poderá tirar proveito, caso necessário, de análises de práticas mais ou menos semelhantes adotadas por pesquisadores que tenham trabalhado a partir de outras autobiografias. Em termos de análise autobiográfica, cada estudo de práticas se revela capaz de enriquecer o trabalho de análise em seu conjunto. Ler estudos baseados no uso de autobiografias parece

então um trabalho essencial a todo e qualquer pesquisador interessado nesse tipo de documento, não para encontrar modelos de análise, mas para descobrir a pluralidade das práticas individuais.

Essa operação de análise deverá ser refeita de maneira exaustiva para cada uma das situações discernidas. No segundo caso (Arthur Latraverse), o que está em causa, mais uma vez, não é a recusa da modernização. O que ocorre é que ele não quer transigir com a independência extremamente valorizada do agricultor. Não quer perder sua posição de educador privilegiado. Quer conservar sua capacidade de gerir parcialmente o futuro de seu filho mais velho. Não quer renegar o modo como encara seu trabalho (um modo de vida e uma vocação, não uma atividade profissional). Um trator não é simplesmente uma máquina. É o ponto de convergência de um conjunto de relações sociais e de uma dinâmica econômica diferente. O agricultor sabe muito bem disso. E, não vendo como um trator possa fortalecer a coesão de sua família, a máquina não lhe parece vantajosa. Isso é coisa que o agrônomo (ou o tecnocrata) não entende, pois considera a realidade e a condição do agricultor a partir de outra matriz de pensamento, de outro universo normativo, de outro paradigma socioeconômico.

Construção de uma interpretação

Na pesquisa comum, a análise é apenas uma etapa intermediária que leva à interpretação. A construção de uma interpretação ou a fase final da operação intelectual é aquela em que o pesquisador reconquista seu espaço de liberdade e imaginação. Este pode partir de uma matéria bruta na qual nunca pôde impor sua marca, desde que busque descobrir as significações totalizadoras de uma prática, especular em parte sobre uma realidade que precisa recompor de maneira parcialmente abstrata. Essa especulação é verossímil, plausível, bem informada, complexa, razoável, legítima etc. Sem dúvida, ~~está~~ ligada à qualidade dos documentos. Mas, em última instância, é aquilo que o pesquisador quiser.

Terminada a análise das autobiografias, o pesquisador pode começar a traçar as linhas mestras de sua interpretação. Esta

consiste em tirar partido das análises, da contextualização e de todas as informações reunidas para construir uma argumentação. O objetivo não é chegar a uma síntese geral esvaziando as práticas levantadas. Trata-se de recompor certa totalidade social na pluralidade de suas manifestações. Não são as práticas individuais que constituem condensação ou resíduo da totalidade; é uma totalidade que só existe como conjunto de vivências irredutíveis a ele. O ator é o ponto de origem e o ponto de chegada do esforço de compreensão do pesquisador. Ator individual no início, ele se torna ator social no fim da análise. Enquanto a metodologia escolhida cria condições para a transformação do material em dado sociologicamente analisável, a interpretação corresponde ao momento em que se pode empreender uma sociologia das vivências. Embora essa sociologia não deva ser pretexto para a desumanização dos atores...

No caso de que tratamos, interpretar consiste em construir uma argumentação contínua cujo objetivo principal é criar um paralelo ou um elo entre situações decodificadas e analisadas para finalmente recompor práticas consideradas esclarecedoras de uma vivência que até então ficou na sombra.

A interpretação costuma ser construída para enriquecer ou modular, em todo caso documentar, uma hipótese de partida. Ela progride de acordo com um plano lógico e obedece a uma estratégia de demonstração e persuasão (ver capítulos 13 e 14). A interpretação se vale do trabalho de análise realizado antes, mas dessa vez de uma maneira muito mais ordenada, por exemplo, em torno de um tema unificador. O pesquisador que quiser estabelecer a originalidade do sistema de ações sociais dentro de uma comunidade rural poderá, assim, destacar o tema das relações intrafamiliares e esclarecê-lo a partir de práticas precisas. Sua argumentação poderia ser a seguinte:

> **Relações intrafamiliares**
>
> Vários escritores, em suas narrativas, abordam o tema das relações intrafamiliares. As autobiografias analisadas demonstram uma variedade de práticas, relações e vivências que nos dão acesso a algu-

mas significações importantes das atitudes e das escolhas dos agricultores que vivem na região rural. A análise fundamentada dessas significações nos leva à descoberta de um mundo complexo, cujas coerências são continuamente postas à prova por estímulos, informações e solicitações provenientes da sociedade em seu conjunto. Nessas narrativas, os agricultores aparecem como indivíduos que buscam resolver os problemas suscitados por um meio em transição. Vistas de fora, essas soluções se apresentam como recusa da modernização. Na verdade, trata-se de escolhas amadurecidas, condicionadas por um objetivo fundamental: manter a todo custo a coesão familiar. Vejamos como a busca dessa coesão familiar se exprime em certas práticas.

Tolerância e reprovação nas relações entre gerações

É a manutenção de um espaço tradicionalmente definido de autoridade e valorização pessoal que traça a linha de demarcação entre a tolerância e a reprovação paternas. Citaremos o caso de Donald Leclerc, ao contar um episódio no qual ele reprova o filho que vai ver televisão em casa de uma família moradora da cidade. O televisor preocupa o pai porque coloca o filho num meio social e cultural em que outras normas exercem efeito de atração. A partir daí, a referência central constituída pelo pai pode ser contestada – e o é efetivamente pelo filho de Leclerc. Um trecho em especial leva a pensar que as saídas do filho não teriam importunado o pai se aquele estivesse se dedicando a atividades que não pusessem em perigo, mesmo indiretamente, a coesão familiar tradicional: "Não que ele voltasse tarde ou que fosse muito malcriado." Sabendo-se, por outro lado – e pesquisas sociológicas o demonstraram –, que várias famílias de agricultores acabaram comprando um televisor sem ter os recursos para isso, para "manter os filhos em casa", pode-se perceber até que ponto a coesão familiar era um valor central na economia das escolhas dos agricultores da região de...

Colaboração no trabalho e unidade familiar

A recusa de Arthur Latraverse em comprar um trator também é interpretada, em parte, como uma maneira de manter forte coesão e grande cumplicidade entre os membros de sua família. Se tivesse comprado um trator, Arthur Latraverse teria modificado completa

mente as formas de colaboração entre pai, mãe e filhos na organização cotidiana do trabalho dentro da fazenda. Essas formas de colaboração, que, evidentemente, reforçam a unidade familiar, também têm como consequência tornar indispensável cada membro da família, o que é essencial para alimentar a valorização pessoal de cada um e permitir que a família continue funcionando como um todo.

Nos parágrafos acima, observa-se que o pesquisador constrói sua argumentação mesclando análise das práticas, citação de trechos esclarecedores das autobiografias e recurso a informações conhecidas por outras fontes. Ao todo, ele não extrai conclusões gerais. Seu objetivo é principalmente estabelecer e compreender razoavelmente bem uma pluralidade de práticas que, postas em paralelo, possibilitem captar vivências singulares em toda a sua complexidade e sua historicidade própria.

Evidentemente é possível ir mais longe nessa operação intelectual e chegar à construção de modelos muito abstratos que representem um sistema de ações em seu aspecto ideal, tipificado. Mas essa operação, que decorre de uma veleidade implícita de descobrir leis de funcionamento do fato social a partir das quais, muitas vezes posteriormente, certos comportamentos são considerados coerentes ou irracionais, nos leva para o campo da ciência probabilística, na qual os sujeitos agem como objetos dotados de pouca autonomia e as estruturas têm um poder totalmente condicionador. Realidade bem diferente da realidade que a autobiografia ensina a descobrir...

A bibliografia a seguir, na qual são citados vários clássicos da análise biográfica e autobiográfica, permitirá que o pesquisador avance em seu domínio do documento autobiográfico.

PARA SABER MAIS SOBRE O DOCUMENTO AUTOBIOGRÁFICO

BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie*: perspective ethnosociologique. Paris: Nathan, 1997. 127 p., col. Sociologie, n. 128.

BERTAUX, Daniel. *Histoires de vies ou récits de pratiques? Méthodologie de l'approche biographique en sociologie*. Paris: Centre d'étude des mouvements sociaux, 1976. 2 v.

BERTAUX, Daniel (Org.). *Biography and Society*: The Life History Approach in the Social Sciences. Beverly Hill (Calif.): Sage, 1981. 309 p., bibliogr., col. Sage Studies in International Sociology, n. 23.

BRUSS, Elizabeth W. *Autobiographical Acts* The Changing Situation of a Literary Genre Baltimore Johns Hopkins University Press, 1976. 184 p , índice remissivo.

FERRAROTTI, Franco *Histoire et histoires de vie* la méthode biographique dans les sciences sociales, pref. de Georges Balandier, introd. de Emmanuel Lazega, trad. fr. Marianne Modak. Paris: Librairie des Méridiens, 1983 [1981]. 195 p.

GAGNON, Nicole; HAMELIN, Jean (Orgs.). *L'histoire orale*. Saint-Hyacinthe: Edisem, 1978. 95 p., bibliogr., gráf , col Méthode des sciences humaines, n 1.

GRELE, Ronald *et al. Envelopes of Sound*: The Art of Oral History, 2. ed. rev. e corrigida. Chicago: Precedent, 1985 [1975]. XVI-283 p.

JEWSIEWICKI, Bogumil; MONTAI, Fabrice (Orgs.). *Récits de vie et mémoires*. vers une anthropologie historique du souvenir. Québec: SAFI/Paris: L'Harmattan, 1988. 344 p., bibliogr

JOUTARD, Philippe. *Ces voix qui nous viennent du passé*. Paris Hachette, 1983. 268 p , col Le Temps et les Hommes.

LEJEUNE, Philippe *Moi aussi* Paris Seuil, 1986 346 p , bibliogr , il , col. Poétique.

LEJEUNE, Philippe. *Je est un autre*. Paris: Seuil, 1980 332 p , col Poétique.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975. 357 p., bibliogr., índice remissivo, esquemas., col. Poétique. Les récits de vie, *Pratiques* théorie, pratique, pédagogie, n. 45, número temático, mar. 1985.

PLUMMER, Kenneth. *Documents of Life*: An Introduction to the Problems and Literature of a Humanistic Method. London Allen and Unwin, 1983, XIV-175 p., bibliogr., col. Contemporary Social Research Series, n 7

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, R. *Les récits de vie*: théorie et pratique. Paris: Presses universitaires de France, 1983. 238 p., bibliogr., col. Le sociologue, n. 52.

POPKIN, Jeremy D. *History, Historians and Autobiography*. Chicago: University of Chicago Press, 2005 328 p , bibliogr., índice remissivo

CAPÍTULO 9
COMO FAZER UMA ENQUETE COM INFORMANTES

A enquete feita com informantes é prática corrente de todos os pesquisadores que desejem reunir dados sobre certos aspectos da vida de pessoas "comuns". No entanto, interrogar um indivíduo é tarefa complexa. Além de criar problemas éticos que podem ser evitados com facilidade, essa pesquisa científica exige do pesquisador uma preparação rigorosa, bom conhecimento das técnicas de entrevista e domínio dos princípios de conservação dos documentos.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar ao pesquisador novato os diferentes aspectos de uma enquete feita com informantes. Depois de descrevermos rapidamente em que consiste tal atividade de pesquisa (seção 1), abordaremos cada uma das etapas da pesquisa (seção 2). Depois, recapitularemos os aspectos metodológicos apresentados por meio de um exemplo extraído de um tipo específico de pesquisa com informantes: a pesquisa sociolinguística (seção 3).

1. EM QUE CONSISTE A PESQUISA COM INFORMANTES

Muitas vezes se faz a associação entre o pesquisador em campo e o jornalista descontraído entrevistando um desconhecido num passeio ou uma personalidade conhecida com uma série de perguntas improvisadas. A realidade é mais complexa. Seja qual for o tipo de contato feito com fins científicos, a entrevista representa apenas a parte mais visível e espetacular de uma operação

que vai da concepção do projeto à preparação pessoal do pesquisador, passando pela pesquisa documental e pela especificação de um contexto de interação.

Essa operação exige tanto tempo e energia que o pesquisador só elaborará uma metodologia de pesquisa com informantes se o seu trabalho assim o exigir. Recorre-se a informantes quando se quer obter dados nos seguintes campos:

– cultura oral, por exemplo, contos, canções, mitos;

– habilidades, por exemplo, técnicas de fabricação do pão artesanal;

– modo de vida cotidiano, por exemplo, distribuição das tarefas domésticas numa família;

– reações, percepções ou atitudes diante de um fato social, por exemplo, trajes e linguagem dos adolescentes;

– língua falada, por exemplo, uso espontâneo do subjuntivo.

Os etnólogos, antropólogos, sociólogos e linguistas geralmente ficam à vontade nas pesquisas feitas com informantes. Isso porque os dados provenientes de entrevistas sistemáticas muitas vezes constituem a matéria-prima de suas análises. Historiadores, geógrafos, filósofos e até, atualmente, assistentes sociais, ergonomistas, especialistas da publicidade ou das ciências da saúde, em suma, todos os pesquisadores que dependam de revelações de pessoas para compreender um fato, uma situação, um comportamento ou um gosto recorrem cada vez mais a métodos que incluem questionários orais. Isso mostra até que ponto essa técnica constitui forte tendência na pesquisa contemporânea.

2. ETAPAS DE UMA ENQUETE COM INFORMANTE

É grande a variedade de práticas de enquete com informante, cada uma definida em função dos objetivos de uma pesquisa. Assim, a preparação necessária à coleta de contos e lendas não é idêntica à preparação de entrevistas sobre a realidade dos grevistas durante um conflito trabalhista ou sobre a representação da dor em pacientes. Realmente, é inconcebível apresentar um método universal de enquete para todas as situações de entrevistas.

Essa operação não pode assumir forma de receita. Por isso, nosso objetivo será mais dar um conjunto de indicações, sugestões e advertências que possam ser úteis no momento da preparação e da realização da enquete. Veremos primeiramente os pontos comuns a todas as enquetes, e depois abordaremos os pontos específicos.

Pontos comuns a todas as enquetes

Necessidade de ter objetivos específicos de pesquisa

A pesquisa feita com informantes será legítima apenas se atender a objetivos precisos. Aliás, a qualidade dos dados depende disso. Uma enquete feita sem planejamento e não justificada é improdutiva, ineficaz e contrária à ética. Durante muito tempo, houve a tendência de recolher depoimentos e relatos de vida mais ou menos como quem coleciona antiguidades. Não era raro, aliás, que os dados fossem identificados e arrolados em nome do pesquisador, por exemplo, com a denominação "*corpus* Marshall". O resultado hoje em dia é deplorável do ponto de vista da gestão e da exploração desse material: os arquivos estão abarrotados com grande massa de documentos sonoros que na prática são imprestáveis por não possuírem informações suficientes sobre as condições nas quais foram realizadas as enquetes.

Todos acreditam – com razão, aliás – que os idosos possuem um saber e uma experiência que vale a pena reunir, interpretar e difundir. No entanto, esse saber e essa experiência não constituem em si uma problemática de pesquisa. Realizadas na urgência do momento, desprovidas de preocupações científicas e objetivos precisos, as "operações de resgate" sem dúvida permitem recolher grande quantidade de informações. Mas, na maioria das vezes, semelhantes esforços de coleta documental são carentes de sentido, mostram-se até insignificantes, pois não podem dar ensejo a um trabalho de análise ulterior. Para se tornarem úteis e utilizáveis, os documentos sonoros, a exemplo dos documentos escritos e dos objetos, precisam ser colhidos em função de um objetivo, submetidos a uma indagação e a uma crítica fundamentada em relação aos avanços dos conhecimentos num campo de pesquisa.

Mais ainda, precisam ser contextualizados e acompanhados por um documento que esclareça esses pontos.

O capítulo 11 deste guia dá esclarecimentos sobre o modo de circunscrever um tema de pesquisa e definir um objeto de estudo. Não trataremos desse assunto aqui. Passaremos agora aos problemas éticos suscitados por toda enquete feita com informantes.

Aspectos éticos

A ética engloba os princípios morais que regem a conduta de todo pesquisador. No que se refere à enquete feita com informantes, esse princípio se traduz essencialmente em normas de comportamento que giram em torno do respeito ao informante. Para o pesquisador, o respeito à ética profissional implica observar um conjunto de prescrições que assumem a forma de autodiretivas: "não fazer isto", "prestar atenção naquilo", "evitar tal reflexo ou tal mania" etc.

O pesquisador que realize uma enquete com informantes às vezes dá a impressão de que a importância de sua pesquisa é maior do que a tranquilidade e a intimidade das pessoas. Embora o informante possa ser considerado um ator social ou objetivado como sujeito-testemunha, nem por isso é um objeto-testemunha. Na verdade, objetivos vagos de pesquisa, preparação insuficiente ou atitude altiva por parte do pesquisador são coisas que só podem chocar, ferir ou frustrar o informante. A simplicidade e a preparação adequada para o encontro são regras mínimas de educação. O pesquisador precisa lembrar que ele é um intruso na intimidade do informante e que este último revela frações do seu saber, sem contrapartida.

Além disso, é preciso ser honesto com o informante, revelando-lhe os motivos da enquete. Se for o caso, pode-se descrever o tipo de material de gravação ou o sistema de apontamentos utilizado. É óbvio que a anuência do informante é necessária em ambos os casos. Como regra geral, é dever do pesquisador preservar o anonimato dos informantes e garantir que os dados recolhidos só servirão para os fins em vista dos quais foram colhidos. Quando for essencial revelar a identidade dos informantes, a concordância destes

é indispensável. O pesquisador também deve cuidar para que as informações obtidas não possam ser usadas por terceiros de modo mal-intencionado ou depreciativo para o informante.

Cabe, enfim, esclarecer que nenhum pesquisador pode obrigar um indivíduo a conceder uma entrevista ou responder a certas perguntas. Recusar-se a colaborar é direito fundamental de todos. Por isso, toda ação de pesquisa realizada sem o conhecimento dos informantes é contrária à ética profissional.

Preparação dos entrevistadores

Dizem os psicólogos que a qualidade de uma relação com outra pessoa se define nos primeiros quatro minutos de um encontro ou de uma entrevista. É um pouco caricatural. De qualquer modo, é verdade que o primeiro contato serve para estabelecer a relação de confiança necessária a um intercâmbio satisfatório entre duas partes. É preciso pouquíssimo tempo para que um informante se torne cético, refratário e até hostil; pouquíssimo tempo também para descobrir que a informação revelada não estará à altura das expectativas iniciais. Aliás, se é verdade que o pesquisador e o informante podem ter falsa ideia um do outro, também é verdade que o pesquisador tem muito o que perder numa interação dissonante.

Raramente há maus informantes; em contrapartida, são frequentes os entrevistadores medíocres. O ofício de entrevistador pode ser aprendido, e é aconselhável fazer vários ensaios com pessoas de seu próprio meio antes de se lançar numa enquete.

Como se trata de uma operação que depende da boa vontade de indivíduos pouco sensibilizados para os objetivos do pesquisador, esse tipo de pesquisa só poderá ser bem-sucedido se houver solicitude do pesquisador em relação ao informante. Assim, as qualidades necessárias para ser um bom entrevistador são: curiosidade, disponibilidade e flexibilidade. Ora, todo entrevistador sofre pressão de objetivos contraditórios: por um lado, precisa obter as informações mais pertinentes e verídicas possíveis e, por outro, não pode obrigar o informante a dar informações contra sua vontade ou que não possua. O entrevistador, portanto, precisa

aprender a fazer perguntas corretas para incitar o entrevistado a revelar sua experiência ou sua visão sobre uma situação. No entanto, entrevista não é interrogatório: o entrevistador precisa prever as limitações do informante. Além disso, todo informante deseja estar à altura das expectativas que se têm a respeito de sua pessoa: isso pode levá-lo a dar a resposta que ele acredita ser boa para satisfazer o pesquisador. Cabe então ao entrevistador não determinar *a priori* as respostas do informante ou não enquadrá-lo em imagens pré-construídas.

A qualidade das entrevistas orais depende, em suma, da qualidade de ouvinte do pesquisador e de sua capacidade para manter uma conversação harmoniosa sem controlar o conteúdo das palavras de seu informante. Também depende das qualidades humanas do pesquisador e do profissionalismo de sua operação.

A preparação de um encontro com o informante exige bom conhecimento do material da enquete, desde o questionário utilizado na entrevista e as fichas técnicas até os gravadores. Quanto mais o entrevistador dominar o material, mais desenvolto ficará. Isso costuma influir no comportamento do informante, que também se torna mais espontâneo. Nesse aspecto é primordial banalizar a técnica a tal ponto que ela se torne uma fonte de distração, entre outras. Meter um microfone debaixo do nariz do informante ou ficar perdido em papéis desorganizados compromete a qualidade da interação. Dito isto, o uso controlado do gravador apresenta uma vantagem inegável: evita que o entrevistador precise anotar no papel o que o informante disser. Portanto, os interlocutores mantêm uma relação mais natural e desinibida.

Também é essencial conhecer bem os limites da tecnologia utilizada. Com um gravador comum, por exemplo, é impossível distinguir as palavras de vários indivíduos que falem ao mesmo tempo. Por isso, aconselha-se o entrevistador a fazer gravações que não envolvam mais de duas ou três pessoas. Um grupo mais numeroso cria sérios problemas: por um lado, o reconhecimento posterior da voz de cada um se torna difícil; por outro, pode haver conversas paralelas, o que provoca uma espécie de cacofonia. Finalmente, cabe mencionar alguns princípios metodológicos elementares: é preferível gravar com microfone externo, idealmente num recinto pequeno, principalmente se a boa qualidade da gravação for essencial para as análises subsequentes ou para a divulgação dos resultados da pesquisa.

No início de cada enquete, é preciso prever um sistema para consignar as informações gerais da entrevista. Escreve-se o nome do entrevistador e, principalmente, em forma de código, o do entrevistado. Também se anotam idade, sexo, ocupação, escolaridade, origem do informante, lugar da entrevista, pessoas presentes, contatos anteriores e posteriores à entrevista, características marcantes da entrevista e impressões gerais; em suma, todos os detalhes que possam influenciar de alguma maneira a interpretação do desenrolar da entrevista. Essas informações são indispensáveis porque, eventualmente, podem possibilitar explicar, no todo ou em parte, algum comportamento observado durante a entrevista.

Por fim, cabe mencionar que, para tornar possível a comparação ou o paralelo entre os comportamentos de diferentes informantes, é preciso realizar as entrevistas em condições semelhantes. Portanto, é importante prever esse aspecto da pesquisa durante a preparação da enquete.

Alguns aspectos específicos da operação de enquete

Entramos aqui no campo vasto e espinhoso das escolhas metodológicas: quem contatar? Como abordar os informantes? Como recolher os dados? Etc. Todas essas perguntas têm resposta nos objetivos da pesquisa. De fato, é a problemática pesquisada que determina o método, e não o contrário.

Amostragem

Quantas pessoas é preciso entrevistar para que uma enquete seja fidedigna e válida do ponto de vista científico? Não mais do que se possa efetivamente analisar depois – poderíamos responder de chofre! Entrevistar cem pessoas e só conseguir analisar dez entrevistas constitui grave erro metodológico. Trata-se de flagrante falta de respeito para com os informantes. Dito isto, não se pode

determinar arbitrariamente o número preciso de entrevistas que torne automaticamente válida uma pesquisa. É importante saber que, quanto mais longas e abertas as entrevistas, mais considerável é o material colhido e maior o tempo necessário para tratar a informação. Em compensação, quando as entrevistas são curtas e fechadas – como nas sondagens –, a análise se torna mecânica e simplista. Caso o entrevistador opte por entrevistas longas, parece satisfatório um número restrito de informantes. No caso de uma operação semelhante à sondagem, é possível e vantajoso solicitar um maior número de informantes.

Os objetivos visados pelo pesquisador determinam amplamente a forma e o número de entrevistas que precisará realizar. Se quiser elucidar práticas individuais, cada relato poderá ter peso de ouro. Mas, se seus objetivos forem comparativos – por exemplo, entender o desenvolvimento diferenciado de um comportamento ou de um uso –, ele será obrigado a constituir uma amostra mais ampla. Nesse caso, a estatística exige que, quanto maior for o número de parâmetros exteriores considerados (idade, sexo, escolaridade, origem), maior deverá ser a amostra, pois um único indivíduo nunca é representativo de todas as características de um grupo.

Escolha dos informantes

A escolha dos informantes também é ditada pelos objetivos da pesquisa e pelas injunções decorrentes de sua realização. Por exemplo, se um pesquisador quiser recolher as impressões de testemunhas de um acontecimento (catástrofe natural, greve etc.), deverá ir ao local do acontecimento ou à residência das testemunhas. Para localizar os informantes, poderá contar com recursos comunitários locais (associações de idosos, grupos atuantes no meio) ou recorrer aos jornais. Por fim, o chamado método "bola de neve" (encontrar um informante que apresente outro, e assim por diante) às vezes é muito eficaz, embora seja preciso ter a prudência de não se fechar numa rede social. Quando a população visada pelo estudo for menos específica ou restrita, o pesquisador poderá recorrer aos métodos estatísticos de amostragem aleatória. Também poderá tentar controlar essa aleatoriedade com a

aplicação de critérios de seleção (distribuição sociológica dos informantes por idade, sexo, etnia etc.). Por fim, cabe ressaltar que o pesquisador pode conciliar vários métodos de amostragem.

Tipo de entrevista

Existem diferentes métodos de entrevista. Alguns estão centrados em questionários fechados aos quais os informantes respondem a partir de uma escolha obrigatória de respostas; outros consistem em entrevistas muito longas, abertas e espontâneas. Um método não substitui o outro: são os objetivos da pesquisa que determinam o tipo de entrevista que deve ser realizada.

Entrevista semidirigida

A entrevista semidirigida é o método mais utilizado para discernir o domínio que um informante tem sobre um campo específico de sua vida cotidiana. Tem a forma de uma conversa baseada num questionário aberto e referente a um campo de pesquisa preciso. Muitas vezes, o questionário só faz menção aos temas abordados. É o entrevistador que, na hora, elabora a forma definitiva das perguntas principais e acessórias mais pertinentes.

No caso da entrevista semidirigida, o entrevistador desempenha papel determinante pois precisa perceber rapidamente as pistas que o informante lhe dá, mesmo respeitando os temas impostos pelo questionário. A enquete é mais difícil quando a entrevista toca em assuntos pessoais e íntimos. Assim, falar do acordo de livre comércio entre Canadá e Estados Unidos é menos comprometedor para um informante do que responder a perguntas referentes às cenas de violência que testemunhou enquanto estava na prisão.

Entrevista dirigida

A entrevista dirigida se baseia numa lista de perguntas fixas em que a forma das respostas é implicitamente sugerida na formulação das perguntas. A sondagem corresponde ao uso típico do questionário fechado. É usada para estabelecer estereótipos com-

partílhados por grande número de indivíduos. As respostas esperadas são breves e razoavelmente homogêneas devido a um leque restrito de possibilidades de respostas.

Observação como participante

As técnicas de enquete por observação como participante fazem do pesquisador um espectador do acontecimento. Contos, canções e mitos são obtidos durante representações privadas ou públicas oferecidas pelo informante a um pesquisador ou a um auditório. Quer se trate de reunião, festa, debate ou conversa comum, o pesquisador não intervém diretamente na produção discursiva. No entanto, pode encontrar-se com o informante antes ou depois do acontecimento. Mas, em geral, apenas grava a representação.

Conservação dos documentos e preparação para as análises

Antes do início da enquete propriamente dita, o entrevistador deve elaborar um sistema de gestão dos dados. As gravações são copiadas, e os originais são guardados em local seguro. As informações escritas são xerocadas e guardadas em segurança. Todos os documentos são classificados, identificados e codificados. O quadro abaixo é um exemplo da ficha de gravação dos documentos.

EXEMPLO DE FICHA DE GRAVAÇÃO

Entrevistado: (nº de código)	Entrevistador: (iniciais)
Sexo:	Data da entrevista
Idade	Número de fitas:
Escolaridade:	Tempo de gravação:
Ocupação:	
Ocupações anteriores.	
Região de origem.	
Pessoas presentes na entrevista:	
Observações gerais	

Na maioria dos casos, é preciso prever uma etapa de transcrição para facilitar a análise dos documentos gravados. Ora, essa etapa é extremamente longa e cara: é razoável prever de quinze a vinte horas para a transcrição exaustiva de uma hora de gravação. Quando a pesquisa não exige transcrição integral das entrevistas, é possível localizar trechos da gravação que serão depois transcritos. Nesse caso, é sem dúvida preferível transcrever, em vez de resumir as palavras do informante, pois os riscos de interpretação equivocada são muito altos. De maneira geral, um sistema de localização ou indexação, mesmo que sumário, do material gravado é um importante trunfo para o uso eficiente e ótimo de uma série de entrevistas.

O quadro da página 227 é um exemplo de transcrição que permite adivinhar a amplitude do trabalho que deve ser efetuado. Não se trata de modelo universal, mas de um modo de agir que corresponde aos objetivos de determinada pesquisa.

3. EXEMPLO DE ENTREVISTA: ENQUETE SOCIOLINGUÍSTICA

Esta seção procura descrever as operações envolvidas no desenrolar de uma enquete sociolinguística feita com informantes.

Definição dos objetivos da pesquisa e elaboração de um plano para a enquete

Imaginemos uma ampla pesquisa que trate dos aspectos diversificados da língua, compreendendo ao mesmo tempo os usos espontâneos de formas linguísticas produzidas por indivíduos pertencentes à mesma comunidade e as percepções dessa realidade linguística. Suponhamos que o objetivo da pesquisa seja o estudo do sistema subjacente à variação no emprego de diferentes formas e estruturas linguísticas (pronúncias, uso dos pronomes pessoais, construção de narrativas, metáforas). Suponhamos também que essa pesquisa trate do estudo das relações entre o uso linguístico e certas variáveis sociais (idade, sexo, categoria profissional, escola-

ridade). Suponhamos, por fim – os pesquisadores sempre são ambiciosos! –, que as entrevistas sejam reveladoras das mudanças socioculturais ocorridas na comunidade. É fácil entender que, se o pesquisador define sua pesquisa de acordo com esse conjunto de parâmetros, é porque quer constituir um *corpus* multifuncional que ele poderá analisar durante vários anos e por diferentes ângulos.

O problema metodológico que se apresenta ao pesquisador está em obter dados representativos da comunidade estudada que sejam, por um lado, comparáveis entre si quanto ao grau de formalidade da situação. E sejam, por outro lado, suficientemente informais para que as amostras linguísticas recolhidas deem acesso ao "falar comum" das pessoas e para que as opiniões formuladas pelos informantes sejam pertinentes do ponto de vista sociológico. Em outras palavras, o pesquisador precisa poder criar uma **situação de entrevista** que lhe permita atingir seus objetivos científicos (objetivação das situações) sendo tão pouco constrangedor que o informante possa falar "com naturalidade". As indagações metodológicas do pesquisador serão então as seguintes:

– Que estrutura de entrevista será propícia à produção da linguagem mais espontânea por parte do informante?

– Que tipo de informante preferir?

– Como selecionar os informantes e ter acesso a eles?

– Como conservar as gravações?

– Como transcrever as entrevistas?

A ENTREVISTA

Para recolher amostras de língua falada espontânea, diferentes métodos são possíveis. No entanto, é preciso recorrer à gravação em todos os casos. É possível gravar conversas naturais, mas os problemas técnicos são inúmeros. Além do mais, os *corpora* assim obtidos serão muito heterogêneos, e os dados não serão comparáveis de um informante para o outro. A entrevista semidirigida provavelmente é o método mais eficiente quando se quer constituir um *corpus* de dados linguísticos comparáveis e analisáveis numa perspectiva sociolinguística. Em uma hora ou duas, ela possibilita colher o discurso de um indivíduo colocado numa situação

TRANSCRIÇÃO DE UMA ENTREVISTA[1]

O acervo do Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro (Nurc-RJ), disponível *on-line* [<http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/>], é uma referência nos estudos da variante culta da língua portuguesa. Trata-se de entrevistas gravadas nas décadas de 1970 e 1990, num total de 350 horas, com informantes com nível superior completo, nascidos no Rio de Janeiro e filhos de pais preferencialmente cariocas. Foram utilizadas as seguintes normas de transcrição

Ocorrências	Sinais	Exemplificação*
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )	isso ( ) era mesmo matemática
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	que nos acompanhava até (levou essa irmã)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)		Aquelas varan/ aquelas varandas
Entoação	maiúsculas	a gente tinha MEdo da professora
Alongamento de vogal e consoante (como s, r)	podendo aumentar ou mais	eu gostava mais do Nilo Peçanha do que... inclusive a o terreno
Silabação		a sala aqui é pe-quena mas jeitosa
Interrogação	?	mas que material era esse?
Qualquer pausa		não... não posso comparar por isso... não... ela disse olha mãe
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((riso))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição, desvio temático	-	ela disse... olha mãe você sabe que isso – nós temos assim... um diálogo muito franco... muito aberto... nós duas... sabe -- então ela disse. bom ficava sem recreio

1. Optou-se por substituir a transcrição de entrevista do original francês, sobre a comunidade francesa no Quebec, por uma pesquisa realizada no Brasil já que as regras de transcrição também diferem entre os países. [N. do E.]

* Exemplos retirados dos inquéritos Nurc – 084,261 e 317 DIDs.

Ocorrências	Sinais	Exemplificação
Superposição, simultaneidade de vozes	[ligando as linhas	ficava sem recreio Loc. [quais eram esses castigos?
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	" "	"A moeda"... o nome do livro

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (UFRJ)
2. Fáticos: ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o cadenciamento da frase.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: Oh:::... (alongamento e pausa).
8. Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois-pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa, conforme referido na Introdução.

Os trechos da entrevista reproduzida abaixo foram editados com finalidade didática, buscando apresentar o maior número de marcações.

DOC. - o que a senhora poderia falar sobre esse tema de transportes e via::gens... tudo que a senhora poderia falar esse tema..
INF. - bom o tema é vasto... am... o que eu:: falarei naturalmente é sobre minhas preferências... é ... esse tema ... em relação a transportes há dois aspectos que a gente de::ve a/abordar ... um é o transporte diá::rio ... é ... para atender as necessidades de trabalho é... em que naturalmente que eu prefiro o transporte PARTICULAR não é ?
em que eu dirijo meu CARRO na própria velocidade que:: eu acho ADEQUADA sem prestar atenção a que os vizinhos impacien::tes que buzi::nam pensam que eu estou no caminho DELES::. ao invés de ver que estão neurastênicos... am... ENTÃO esse é um dos aspectos que:: e como eu ABORDO eu acho que tem dado certo... porque felizmente eu não tenho sido vítima de acidentes:: ... mas isso é o transporte na CIDADE... é claro que eu não gosto de andar em ônibus em PÉ ... e:: evito tanto o quanto possível esse tipo de transporte coleti::vo eh (...)

LOC. - estudei nos Estados Unidos ... recebi fui /treinamento em serviço nos Estados Unidos . primeiro nos anos cinquenta ... depois fiz mestrado em Minissota e fiz nos a/nos anos sessenta ... e ... fiz doutorado ... um doutorado tarDIO né? (...)
DOC. - tardio?
LOC. - mas fiz o doutorado forMAL ( ) ( ) que é no Estado da Pensilvânia ... então conheço o Estados Unidos praticamente todo e gosto muito dos Estados Unidos ... am... tenho grandes amigos do tempo de estudante e do tempo de trabalho ... do tempo do trabalho ... e que estive associada à americanos quando eu era do departamento da produção mineral então o trabalho associado com o zoológico ( ) ( )
e dePOIS associada num programa da América ( ) com o Conselho Nacional de Pesquisa que foi para o estabelecimento da pós-graduação em química no/na Universidade Federal do Rio de Janeiro ... então aprecio muito a/o modo de independência disciplinada do americano... não discuto como eles chegaram a ser primeiro mundo e o Brasil ainda não chegou porque tivemos um princípio muito diferente ... português ficou na Costa ... explorou o negro e o índio ... o americano . ou melhor ... o inGLÊS deslocado na Inglaterra por religião foi descobrir ouro não na Costa como o nosso... que foi tudo retirado e levado para Portugal .. ele foi descobrir ouro no Centro-Oeste dos Estados Unidos e com isso houve uma migração ... essa foi a minha observação do princípio favorável da/vamos dizer assim da colonização dos Estados Unidos comparando com a nossa ... a riqueza ficou no país e não foi levada para fora ... é... mais alguma coisa?

razoavelmente informal. E, como a situação da enquete é a mesma para todos os informantes, o peso do constrangimento da entrevista é neutralizado no momento da análise.

No plano interacional, a qualidade da entrevista é de responsabilidade do entrevistador que precisa ficar muito atento às palavras do informante. Precisa saber calar-se em certos momentos. Mas também precisa saber perceber as pistas que o informante lhe dá às vezes de maneira imprevista. Em uma das entrevistas de uma pesquisa sobre o *corpus* do francês falado de Montreal, uma informante faz menção três vezes a seu primeiro encontro com o futuro marido. Só na terceira menção do episódio o entrevistador incentiva a mulher, dizendo-lhe: "Conte como foi." Resultado? O monólogo da informante, que dura mais de dez minutos, representa um dos mais belos exemplos de discurso narrativo de todo o *corpus*.

No plano temático, o informante ficará mais à vontade se os assuntos abordados forem de sua competência e se os assuntos técnicos ou mais pessoais forem eliminados ou deixados delicadamente para o fim da entrevista. Para atender ao objetivo da coleta de dados em vista das análises linguísticas, pode-se recorrer a um conjunto de temas capazes de levar o informante a falar espontaneamente. As perguntas sobre o passado (os bons tempos...), o casamento, a doença e os acidentes (trágicos ou engraçados) muitas vezes incentivam o informante a contar casos ou histórias. Perguntas sobre acontecimentos políticos o levarão mais a argumentar e a discutir para defender seu ponto de vista. No entanto, essas perguntas, que muitas vezes suscitam discursos e emoções, não devem provocar polêmica que indisponha o informante. Por outro lado, como o objetivo buscado também é provocar a formulação de opiniões e experiências, no caso sobre a percepção da língua e dos contatos linguísticos, o questionário

deve comportar perguntas sobre esses temas. Nesse aspecto, recomenda-se formular perguntas simples, que vão do mais geral ao mais específico.

No caso dos estudos sociolinguísticos, como para a maioria dos outros tipos de pesquisa, é essencial coligir certas informações de ordem pessoal sobre os informantes. Quem sabe se a origem geográfica ou a escolaridade do informante, de seu cônjuge ou dos pais não se revelarão como fatores determinantes para explicar um comportamento linguístico? É conveniente coligir as informações de ordem pessoal no início da entrevista. Isso porque a "conversa" iniciada com o pedido de informações pessoais muitas vezes quebra o gelo entre o informante e o entrevistador, que precisam familiarizar-se com a situação de entrevista em que está implicada uma interação com um desconhecido.

Amostragem

A amostragem sempre é feita em função dos objetivos buscados pela enquete. Se o pesquisador busca descrever o comportamento do conjunto de uma população, utilizará um método sociológico de amostragem de caráter aleatório, mas com certos parâmetros controlados para garantir a representatividade do *corpus* (idade, sexo, nível socioeconômico etc.)[2]. De fato, esses critérios de amostragem são fundamentais quando o pesquisador quer descobrir a distribuição social das formas em variação. Durante as análises, poderá, por exemplo, observar que determinada forma ou posição diante de um fenômeno social se observa com mais frequência num subgrupo do que em outro.

Uma amostragem representativa de uma comunidade linguística raramente é proporcional à importância numérica dos subgrupos considerados. Por exemplo, se quisermos constituir um *corpus* representativo do ponto de vista do critério das classes socioeconômicas, será preferível ter um número fixo de indivíduos para cada grupo a ter uma representação proporcional.

2. Ver Sankoff *et al.*

Imaginando uma pesquisa em que se estima que a burguesia de uma área representa menos de 5% da população, num *corpus* de 100 entrevistas, 5 poderiam provir de representantes dessa classe social. Se outros critérios fossem também privilegiados (idade e sexo, por exemplo), o número de representantes de certos subgrupos da burguesia (por exemplo, um burguês do sexo masculino nascido entre 1930 e 1935) poderia aproximar-se de 1, o que é inconcebível do ponto de vista da representatividade. As possibilidades de interpretação, nesse caso, estariam comprometidas. Por isso, um sistema de amostragem em que todos os subgrupos estivessem igualmente representados teria mais sentido nesse caso.

Baseando-se em estudos comparáveis, o pesquisador pode avaliar, por exemplo, que pode estabelecer sua amostragem a partir de 5 pessoas por subgrupo. Se só considerasse o sexo como variável, deveria entrevistar 10 pessoas. Mas, como deseja considerar dois grupos etários nos informantes, sua amostragem deve compreender 20 pessoas. Como também acredita que o grau de escolaridade é um fator determinante na produção de certas formas linguísticas e deseja opor os mais escolarizados aos menos escolarizados, precisa entrevistar 40 informantes.

Estabelecida a composição da amostra, ainda é preciso encontrar os indivíduos que correspondam aos critérios considerados. Se estes forem os de idade, sexo, grupo social e nível de rendimento, recomenda-se selecionar certos bairros onde seja possível encontrar o maior número de indivíduos pertencentes ao grupo social ou ao nível de rendimento procurado, visto que homens, mulheres, jovens e idosos coabitam.

Em seguida, com um método aleatório (lista telefônica, porta a porta), serão encontrados indivíduos que possuam as características pertinentes de idade e sexo. Se, por outro lado, se quiser estudar os fatos de língua num único subgrupo, por exemplo de adolescentes de famílias operárias, será possível tirar proveito da existência de redes formais ou informais. Frequentemente estabelecidas em lugares públicos muito típicos (repúblicas, bares, parques, centros de lazer etc.), essas redes possibilitam acesso mais

seguro, eficaz e rápido aos informantes. Agindo de acordo com este último método, o pesquisador, aliás, poderia matar dois coelhos com uma cajadada: ter acesso às práticas linguísticas dos adolescentes e estudar o funcionamento de suas redes informais de pertencimento.

Transcrição

É preciso fazer as transcrições sociolinguísticas de maneira integral e com muita minúcia. O pesquisador que já tenha em mente um estudo preciso para fazer (por exemplo, pronomes pessoais) sabe muito bem que outros estudos serão feitos depois, donde o interesse e a importância de transcrever e formatar bem o seu material. Ademais, as transcrições poderão possibilitar diferentes tratamentos, como por exemplo o estabelecimento da lista de todas as palavras do *corpus* e de sua frequência. No caso de *corpus* multifuncionais, recomenda-se recorrer a transcrições ortográficas padronizadas.

Ética

O pesquisador que tiver elaborado todo o método de sua enquete – desde a amostragem até o modo de transcrição – em conformidade com objetivos precisos de pesquisa provavelmente terá avaliado durante todo o tempo de trabalho as obrigações que tem para com o informante. Se lhe tiver ocultado que o objetivo real das entrevistas era a análise linguística (por considerar que o comportamento do entrevistado seria influenciado por esse fato), deverá informá-lo no fim. Garantirá o anonimato ao informante e, acima de tudo, deverá certificar-se de que os dados serão utilizados para fins aceitáveis. O pesquisador é responsável pelos dados que obtém em circunstâncias particulares. Tem a obrigação de manter o controle sobre esse banco de dados.

A enquete com informantes não é coisa que se improvise. É preciso tomar todas as decisões metodológicas em relação aos objetivos da pesquisa, sem nunca negligenciar o fato de que, por

trás dos dados, estão os seres humanos que revelam uma parte de seu saber frequentemente íntima. Cada uma das escolhas metodológicas comporta limitações e possibilidades. Cabe ao pesquisador avaliar bem os custos e benefícios que essas escolhas implicam.

SEGUNDA PARTE
DA DEFINIÇÃO DE UM ASSUNTO À REDAÇÃO DE UM TRABALHO LONGO

CAPÍTULO 10
REALIZAÇÃO DE UM TRABALHO DE PESQUISA: OPERAÇÃO EM QUATRO ETAPAS

Em seus cursos, o estudante é induzido a tratar em profundidade um assunto. Precisa dedicar-se a uma pesquisa, analisar sua documentação, organizar os pensamentos e produzir um trabalho de maior ou menor fôlego. Sejamos francos: trata-se de um exercício difícil cujo domínio exige longa aprendizagem.

Na prática, a realização de uma pesquisa comporta vários aspectos. Se o pesquisador precisar apresentar os conhecimentos que acumulou, deverá, acima de tudo, organizá-los de acordo com uma estratégia científica e judiciosa que tenha em vista informar o leitor e despertar seu interesse. Se precisar respeitar o encadeamento empírico dos fatos para construir sua tese e sua argumentação, também deverá contar com uma imaginação fértil para questionar seu assunto, descobrir novas relações entre os fatos, reconstituir uma realidade e conferir à sua pesquisa certo alcance universal. Finalmente, se o pesquisador precisar possuir um método comprovado para tornar fidedigno o seu trabalho, não poderá temer expor suas escolhas pessoais para determinar o espaço aceitável de sua argumentação.

Neste capítulo, examinaremos de perto as etapas de preparação e realização de um trabalho de pesquisa. Apresentaremos uma técnica simples, lógica e cumulativa que possibilite chegar a bons resultados. Essa técnica se organiza em torno de quatro etapas principais:

– escolha de um assunto de partida, delimitação aproximativa do projeto e formulação de uma indagação;

– determinação de uma estratégia de pesquisa baseada no reconhecimento lúcido do *corpus* documental, na formulação do problema e no estudo crítico da documentação reunida;

– elaboração de um plano de exposição dos resultados da pesquisa em vista de dar resposta à indagação original;

– comunicação final dos resultados.

Este capítulo é acompanhado por um esquema que ilustra a progressão habitual da realização de um trabalho de pesquisa. Cabe esclarecer que cada uma das etapas dessa operação será objeto de uma exposição detalhada nos próximos capítulos.

1. ETAPAS DE PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DE UM TRABALHO DE PESQUISA

A realização de um trabalho de pesquisa nem sempre segue um percurso linear. Muitas vezes marcada por fases de avanço e retrocesso, por períodos de estagnação e períodos de hesitação, por momentos de incerteza e por momentos de descoberta encorajadora, seu caráter é sempre parcialmente artesanal e improvisado. Progredindo às vezes por uma sucessão de bigue-bangues entremeados de nebulosas de criatividade, esse trabalho é alimentado por audácia e coragem tanto quanto por método e disciplina. É uma aventura cheia de riscos cuja trajetória é difícil formalizar. Na maioria dos casos, porém, essa atividade parece seguir uma evolução bastante lógica, cujos momentos decisivos correspondem às quatro etapas a seguir.

Primeira etapa: escolha de um assunto inicial, delimitação aproximativa do projeto e formulação de uma indagação

Ao abordar um tema de estudo, o pesquisador costuma começar escolhendo seu assunto e fixando de maneira aproximativa os limites de seu projeto. Essa escolha e essa delimitação não decorrem do acaso: estão estreitamente ligadas às suas preocupações pessoais, a seus conhecimentos empíricos, a suas interrogações teóricas e à sua imaginação. Mas também estão ligadas a dois outros

fatores que é impossível separar: o **tempo** disponível e a **documentação** existente (aquilo que as obras informativas e as fontes primárias, se exploradas, possibilitam efetivamente fazer e dizer).

No início do trabalho, portanto, o pesquisador procede à elaboração de uma bibliografia seletiva (ver cap. 2). Nesse estágio, uma dúzia de títulos (obras, artigos, páginas da internet) é suficiente: deve-se evitar ser engolido pela documentação. Terminada essa operação, o pesquisador dedica-se à leitura das publicações escolhidas para delimitar uma ou algumas indagações precisas em torno das quais poderá orientar sua reflexão e sua pesquisa. Essas leituras não só lhe abrem campos de estudos, como também lhe possibilitam aprofundar seu conhecimento da documentação existente, o que é essencial para a definição de um assunto operacional. A formulação de um título preliminar, que anuncia de maneira ainda sugestiva a intenção de pesquisa e funciona como inspiração para todo o trabalho, marca o término dessa primeira etapa.

Segunda etapa: determinação de uma estratégia de pesquisa baseada no conhecimento lúcido do *corpus* documental, formulação do problema e estudo crítico da documentação reunida

Depois de fazer um primeiro reconhecimento de suas fontes primárias e secundárias, o pesquisador formula com precisão a indagação na qual quer concentrar seus esforços. Depois, mune-se de uma estratégia de pesquisa que apresenta três facetas principais:

– apresentação de um **ponto de vista** a partir do qual será mais fácil abordar concretamente a questão que lhe interessa (problemática);

– formulação de uma **resposta prevista e aberta** a essa indagação (hipótese inicial);

– determinação dos **meios práticos e operacionais** postos em prática para responder efetivamente a essa indagação inicial (metodologia).

SABER TIRAR PROVEITO DAS LEITURAS

O meio mais acessível para o pesquisador iniciante classificar sua documentação em função de uma estratégia de pesquisa certamente é a ficha documental, que em nossos dias pode ter forma eletrônica. Existem três tipos de ficha documental: a ficha na qual é resumida em nossas próprias palavras a argumentação de um autor; a ficha na qual se citam as palavras de um autor; a ficha na qual se expressa uma ideia pessoal. A ficha é uma boa ferramenta de registro e classificação da informação porque possibilita o tratamento contínuo dos dados em função das modificações que surjam na estratégia de pesquisa. No entanto, é também uma ferramenta de trabalho bastante pesada, que consome muito tempo. Por isso, o pesquisador iniciante que trabalhe a partir de uma documentação facilmente acessível ou de fontes impressas muitas vezes acha mais rentável xerocar um artigo de periódico ou as páginas pertinentes de um volume; também pode basear-se em dossiês documentais. Essa maneira de agir não torna inútil a ficha, mas a escolha dessa ferramenta de trabalho deve ser modulada por diferentes fatores, sobretudo o tipo de documentação empregada, a amplitude da documentação por consultar, o tratamento que se quer dar a essa documentação ou as possibilidades reais de recuperar a informação registrada para outra pesquisa.

Graças a essa estratégia de pesquisa, o pesquisador consegue dominar a documentação já reunida e a futura, documentação que, de outro modo, o absorveria devido ao seu volume. Também graças a essa estratégia, que funciona como um verdadeiro programa de pesquisa e leitura, o pesquisador pode imprimir uma **direção global** ao seu esforço intelectual.

As palavras que explicitam esse ponto de vista de abordagem, essa resposta prevista e aberta, bem como esses meios práticos e operacionais, são **formulação do problema**. Esta mostra ao leitor o conjunto das escolhas nas quais se baseiam a pesquisa feita e os limites que lhe são atribuídos. Num trabalho de fôlego, em geral é na introdução que o pesquisador expõe sua estratégia de pesquisa de maneira minuciosa, apresentando sua formulação do problema.

A maneira de formular o problema evolui constantemente ao longo de uma pesquisa. Modifica-se ao sabor das leituras, da reflexão e das discussões com colegas. Em certos casos extremos, também pode mudar no momento da redação. Graças às leituras selecionadas e organizadas em função de sua estratégia de pesquisa (ver quadro acima), **o pesquisador mantém um diálogo constante com sua indagação inicial**: ele a especifica, reformula com mais adequação, transforma, torna mais complexa e até a elimina para substituí-la por outra. Está claro que ele lê com uma **finalidade**, com **indagações** e **objetivos** precisos em mente; interrogações e objetivos, porém, abertos no sentido de que, diante de fatos que ele não conhecia ou não podia adivinhar, **vai adaptando** sua problemática, sua hipótese e sua metodologia a seu *corpus* documental. A pesquisa é um processo infinito, marcado por avanços e retornos aos elementos conquistados: da apreensão inicial de um tema, o pesquisador passa à interrogação e ao tratamento minucioso dos fatos, depois procede à reconstituição parcial de seu objeto; validada ou invalidada por outras pesquisas, essa reconstituição parcial se torna cada vez mais complexa, sem que o processo seja necessariamente linear ou cumulativo.

Ao mesmo tempo que finaliza suas escolhas e refina sua estratégia de pesquisa, o pesquisador aprofunda o conhecimento de seu tema através de um **programa de leituras**. Se a pesquisa se basear na utilização de fontes primárias, é nesse momento que ele faz sua análise minuciosa a partir de uma metodologia por ele mesmo estabelecida. Essa análise lhe permite fazer comparações e cotejos, depreender constatações e chegar a uma reconstituição parcial ou complexa da realidade estudada, enfim, construir uma **interpretação**. Evidentemente, essa análise não se realiza num vazio reflexivo. É função das indagações do pesquisador e dos objetivos que procura alcançar por meio de seu projeto. Durante esse exercício de análise mais ou menos aprofundado, a hipótese inicial é reforçada ou modificada, modulada ou enriquecida. Pode então ser formulada de maneira muito mais segura.

Paralelamente ao estudo e à análise minuciosa de sua documentação, o pesquisador completa e refina a bibliografia. **Elementos de argumentação** e **cadeias argumentativas** vão gradualmente ganhando forma em sua mente. Alguns grupos de dados ou informações começam a formar-se. Concomitantemente a suas leituras, o pesquisador já imagina uma estruturação possível das diferentes partes de seu trabalho. Estabelece um **plano provisório de exposição dos resultados da pesquisa**.

Terceira etapa: elaboração de um plano de exposição dos resultados da pesquisa em vista de dar resposta à indagação inicial

A indagação e a estratégia de pesquisa guiam a técnica adotada pelo pesquisador diante do problema estudado. Portanto, também configurarão a sua estrutura de demonstração quando, ao cabo de seu esforço de reflexão, de seu programa de leitura e de suas operações de análise, ele elaborar o plano de exposição dos resultados da pesquisa (ou plano de redação do trabalho).

A demonstração é um exercício de argumentação organizada que encadeia as informações e as explicações de acordo com uma estrutura lógica e fundamentada. Ela é o **princípio** de construção da interpretação. Por sua vez, o plano garante clareza e coerência suplementares ao exercício da demonstração e permite que o pesquisador se comunique mais facilmente com seus leitores.

À medida que o pesquisador avança em seu esforço de demonstração (portanto, na construção de sua interpretação), tem tempo de dedicar-se a leituras complementares para refinar uma argumentação, somar um exemplo ou descobrir uma explicação que esteja faltando. Essas leituras complementares também podem ocorrer na fase da redação do trabalho. De fato, nunca é tarde demais para enriquecer a demonstração com novos elementos, desde que estes não se afastem da argumentação central.

Quarta etapa: comunicação final dos resultados

Formulado o plano (estrutura de exposição argumentada e resultados da pesquisa), o pesquisador está pronto para redigir um texto cuja primeira qualidade seja a clareza; um texto que tenha em vista a concisão e seja redigido em língua correta; um texto apresentado segundo as normas técnicas estabelecidas por convenção, cômodas para o estudo do texto pelo leitor.

As operações típicas para a realização de um relatório de pesquisa estão terminadas. O esquema a seguir recapitula a progressão dessas operações.

2. PROGRESSÃO DE REALIZAÇÃO DE UM TRABALHO DE PESQUISA

primeiro momento: definição do assunto

Definição inicial e aproximativa de um assunto de pesquisa
O assunto é escolhido em função dos centros de interesse, da cultura pessoal e das indagações do pesquisador.

Leituras preliminares
Essas leituras possibilitam situar o assunto num contexto intelectual e historiográfico mais amplo; também permitem conhecer as pesquisas já feitas nesse campo (enciclopédias, dicionários, grandes manuais de coleção, obras de síntese, páginas da internet).

Reconhecimento geral do *corpus* documental
Se o pesquisador já localizou suas fontes documentais, deverá proceder a seu reconhecimento geral com o fim de avaliar lucidamente seu potencial informativo; se ele não as tiver em mãos, deverá procurá-las inspirado pelo assunto aproximativo que tenha definido. Cabe notar que a pesquisa das fontes e a definição de um assunto são feitas no âmbito de um processo de ajustamento recíproco fundamentado na preocupação com o rigor intelectual.

Definição precisa do assunto de pesquisa
De objeto de estudo, o assunto se torna um problema específico que deve ser resolvido.

Título preliminar
O título preliminar é uma formulação geral das intenções da pesquisa; trata-se de um ponto de referência e inspiração

segundo momento: estratégia de pesquisa, formulação do problema, estudo crítico e análise da documentação

Leituras contínuas
Essas leituras visam à documentação mais abundante possível (obras especializadas, artigos de periódicos, páginas da internet).

Reconhecimento aprofundado do *corpus* de fontes
O pesquisador assimila o conteúdo de suas fontes para sua exploração direta a fim de realizar sua pesquisa.

Problemática
Trata-se das indagações feitas ao assunto escolhido, da perspectiva de estudo explicitada, do ponto de vista escolhido para a abordagem.

Título significativo
O problema e as indagações são correlacionados por meio de uma frase esclarecedora. (O título pode ser modificado tantas vezes quantas necessárias; tem a função de referencial, farol; serve de inspiração para um programa de pesquisa, leitura e demonstração.)

Hipótese inicial
É a resposta prevista, intuitiva e aberta para o problema formulado; define um programa de pesquisa e leitura; dá uma orientação de conjunto ao projeto.

Metodologia
Consiste nos meios concretos e operacionais postos em prática para confirmar a hipótese e explorar o *corpus* documental em função dos objetivos de pesquisa; possibilita determinar com lucidez os problemas que devem ser resolvidos ao longo da pesquisa.

Formulação do problema
Trata-se da apresentação e da justificação da estratégia de pesquisa escolhida: problemática, hipótese, metodologia (corresponde à redação da introdução em sua primeira versão).

Elaboração de um plano provisório
Estabelece-se um programa operacional de pesquisa e leitura estreitamente ligado aos objetivos da pesquisa (roteiro).

Estudo detalhado e análise do *corpus* documental
Estuda-se a documentação em função dos objetivos da pesquisa e segundo determinado procedimento (metodologia).
Procede-se à detecção sistemática e à classificação das informações pertinentes contidas no *corpus* documental básico; explora-se uma documentação complementar; tenta-se estabelecer uma relação entre elementos informativos em vista de reconstituir uma realidade; estabelecem-se constatações gerais; confrontam-se essas constatações com a hipótese inicial, que é continuamente enriquecida e vai assumindo forma cada vez mais segura.

TERCEIRO MOMENTO: ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE REDAÇÃO

Elaboração de uma estratégia de exposição dos resultados da pesquisa a partir de um plano detalhado
Apresenta-se e justifica-se a resposta dada à indagação formulada; organizam-se de maneira lógica e argumentada os elementos de demonstração; categorizam-se os diferentes tipos de argumentos utilizados; faz-se uma distinção entre ideias principais e ideias secundárias (ter um objetivo em mente: fazer o texto progredir numa única direção).

Leituras complementares
Essas leituras possibilitam descobrir uma explicação que esteja faltando, aperfeiçoar uma argumentação, juntar um exemplo.

QUARTO MOMENTO: COMUNICAÇÃO FINAL DOS RESULTADOS

Redação do trabalho numa primeira versão
Estabelece-se uma relação entre os pontos da argumentação e as cadeias argumentativas; contextualizam-se os elementos documentais quanto à estratégia de demonstração (com uma ideia em mente: informar e convencer o leitor).

Redação definitiva do trabalho
É preciso respeitar as convenções de uso na transmissão dos conhecimentos; fazer uso sistemático de dicionários; buscar clareza de expressão (ter uma palavra de ordem: despertar o interesse do leitor ou mesmo seduzi-lo).

CAPÍTULO 11
COMO CIRCUNSCREVER UM ASSUNTO DE PESQUISA

É comum acreditar que um trabalho de pesquisa comporta essencialmente três etapas: levantamento da documentação, organização lógica das informações colhidas e redação de um texto importante no fundo e agradável na forma.

Na verdade, essas etapas são precedidas por duas operações intelectuais fundamentais na elaboração de uma pesquisa: delimitação de um assunto preciso e operacional; determinação de uma estratégia de pesquisa, também chamada "formulação do problema".

Propomos neste capítulo uma operação simples que possibilita circunscrever um assunto de pesquisa (seção 1). Ela se decompõe em dois tempos: uma etapa de indagação aproximativa e de documentação provisória (seção 2); uma etapa de raciocínio organizado e bem informado (seção 3). Dois quadros ajudam a recapitular nosso estudo.

1. SABER CIRCUNSCREVER UM ASSUNTO DE PESQUISA: EXPLICAÇÕES E CONSELHOS

A definição de um assunto é uma etapa importante na realização de um trabalho de pesquisa. Seria errôneo acreditar que essa operação se resume à escolha de um título. Definir um assunto é dedicar-se a um exercício de questionamento sistemático. É transformar um tema de estudo ou uma ideia de pesquisa num problema por resolver. É de alguma maneira dar forma à própria imaginação e às próprias intuições; é pôr em ação a curiosidade.

Definir um assunto de pesquisa é um exercício complexo, para o qual não há receita milagrosa. Propomos um trabalho em dois tempos:

– uma etapa de **indagação aproximativa e de documentação provisória**, necessária ao amadurecimento do assunto;

– uma etapa de **raciocínio organizado e bem informado**, prévia a uma formulação clara do problema.

Vejamos com mais vagar.

2. ETAPA DA INDAGAÇÃO APROXIMATIVA E DA DOCUMENTAÇÃO PROVISÓRIA

A etapa da indagação aproximativa e da documentação provisória marca a abordagem inicial de um tema de estudo. Corresponde à transformação de um conjunto de concepções subjetivas e desorganizadas, que o pesquisador tem necessariamente em relação a um tema de partida, numa soma de ideias bastante precisas ou pelo menos relativamente documentadas. Essas ideias corresponderão eventualmente a orientações concretas de pesquisa. A trajetória seguida por essa transformação pode ser reconstituída da maneira indicada no quadro da página 252.

Partir de reflexões pessoais prévias sobre o tema geral

As reflexões pessoais prévias do pesquisador guiam inicialmente o seu trabalho de definição de um assunto de pesquisa. Levam-no a enfatizar dado aspecto ou certa dimensão de um tema de partida, a explorar dada pista para aprofundá-lo. Do mesmo modo, elas eventualmente lhe permitirão sentir simpatia ou forte atração por seu assunto. Essas reflexões pessoais prévias exprimem a subjetividade do pesquisador. Esta é inerente a todo trabalho intelectual. Não pode ser reprimida a pretexto de inexperiência. Os jovens pesquisadores têm sobre os pesquisadores mais experimentados a vantagem de não estarem necessariamente presos a ideias rígidas e de verem o mundo, portanto os objetos de estudo, sob novas luzes.

Seja qual for seu tema de partida, o pesquisador sempre tem certo número de intuições, concepções prévias, ideias gerais (às vezes um pouco confusas), para abordá-lo, aprofundá-lo e estudá-lo. Essas intuições, concepções e ideias não vêm do acaso. Às vezes decorrem do itinerário intelectual do pesquisador (assunto sobre o qual ele escreveu até o momento), de seus centros de interesse, de suas dúvidas existenciais, de suas posições políticas, dos avanços dos conhecimentos sobre o tema, da influência que sobre ele exercem outros pesquisadores. É que, antes mesmo de definir com precisão o seu assunto, o pesquisador mantém um **raciocínio lógico, dedutivo e subjetivo** sobre seu tema inicial. No entanto, trata-se de um raciocínio **inacabado e aberto**, no sentido de não estar ainda esclarecido por um *corpus* documental amplo. Definir um assunto de pesquisa com base em tal raciocínio, porém, poderia levar o pesquisador a um impasse. Porque só à medida que esse raciocínio é validado e fecundado por um conjunto de informações de diferentes naturezas (empíricas, teóricas, metodológicas) é que ele pode começar a **se tornar operacional**. Assim, o pesquisador precisa documentar-se sobre o tema inicial.

Documentar-se sobre o tema inicial

Essa operação de documentação (cuja realização pode ser facilitada pela elaboração de um plano conceitual – ver capítulo 2) é indispensável por três razões:

– por permitir obter um máximo de informações, indicações e definições sobre esse tema;

– por permitir descobrir certas abordagens ou perspectivas a partir das quais os pesquisadores até o momento abordaram o tema;

– por permitir captar vários aspectos ou dimensões desse tema, ou seja, captá-lo em **toda a sua complexidade**.

Essa documentação não precisa ser exaustiva[1]. Deve compreender uma ou duas obras de síntese, verbetes de enciclopédias

1. Note-se que, se o pesquisador parte de um *corpus* de fontes primárias, é nesse estágio que ele faz seu reconhecimento geral.

e dicionários especializados, uma obra de natureza historiográfica capaz de estabelecer um **balanço dos conhecimentos** sobre um tema ou um campo de pesquisa e uma ou duas páginas de internet. Cumpre lembrar que o objetivo aí não é acumular conhecimentos. Essa operação documental tem, antes, o objetivo abaixo.

Formular certas indagações preliminares, mas operacionais, que levem à elaboração de uma perspectiva de abordagem do tema proposto

Definir um assunto de pesquisa não se reduz de modo algum a encontrar um título. É **formular um problema**, é **determinar uma indagação principal**, é **construir um terreno de pesquisa** em função de uma série de intuições iniciais.

Formular um problema é escolher um modo de abordar um assunto de pesquisa; é adotar e delimitar uma perspectiva a partir da qual se pode abordar, considerar e compreender um assunto de estudo. Essa delimitação pode ser baseada nas categorias tradicionais de espaço e tempo; por exemplo, "A Revolução Tranquila no Quebec, 1960-1966". Na realidade, o espaço e o tempo não são categorias de partida ou referências obrigatórias para a delimitação de um assunto de pesquisa. Um assunto pode ser definido em relação a uma problemática teórica explícita (por exemplo: "Crise de governança na época de Duplessis e ampliação das intervenções do Estado") ou a um método em particular (por exemplo: "Crescimento dos gastos públicos no Quebec durante a década de 1960: verificação econométrica de um modelo complexo de governança"; "Análise do discurso da intelectualidade quebequense a propósito do episódio da Revolução Tranquila").

Definir um assunto de pesquisa é de fato **construir intelectualmente um objeto de estudo** a partir de um conjunto de indagações que possuam certa unidade ou coesão empírica, teórica ou metodológica. Essa construção, porém, é progressiva. De um conjunto de indagações preliminares, passa-se a indagações cada vez mais precisas que dão acesso a dimensões cada vez mais complexas do objeto construído.

O objetivo desse exercício de indagação preliminar é chegar à formulação de orientações concretas de pesquisa.

Formular orientações concretas de pesquisa

Essas indagações preliminares baseiam-se:

– no nível de informação do pesquisador (ou seja, na documentação que ele consultou e assimilou e no trabalho de reconhecimento geral das fontes ao qual ele se dedicou);

– nas reflexões pessoais prévias (ou seja, naquilo que ele quer averiguar, apesar de tudo o que eventualmente haveria para averiguar);

– e nos primeiros cotejos de indícios, elementos de compreensão e informações que ele tenha implicitamente feito ao ler e anotar suas obras.

Assim, as indagações preliminares permitem que o pesquisador depreenda certas **orientações** a partir das quais pode compreender e delimitar com mais precisão ainda seu assunto de pesquisa. O ditado é claro: "Só aprende quem faz boas perguntas." Evidentemente, essas orientações podem mostrar-se não operacionais e até inúteis, levando mesmo a um beco sem saída. Por essa razão, o pesquisador precisa estar sempre a questioná-las e confrontá-las, numa relação de vaivém, com as novas informações que se somam a seu *corpus* de conhecimentos.

O quadro da próxima página resume o essencial de nossas últimas palavras.

3. ETAPA DO RACIOCÍNIO ORGANIZADO E BEM INFORMADO

A etapa da indagação aproximativa e da documentação provisória permite que o pesquisador chegue a certas ideias bastante precisas sobre o modo de abordar seu tema inicial. Assim, está em condições de formular certas orientações de pesquisa que sejam concretas e operacionais. O assunto de pesquisa com que ele gostaria de trabalhar se torna mais definido. Ou melhor, o pesquisador empenhou-se seriamente em construir seu objeto de estudo.

ETAPA INICIAL QUE LEVA À DEFINIÇÃO DE UM ASSUNTO DE PESQUISA

Reflexão confusa e desordenada	Tema inicial Intuições diversas Elementos de raciocínio lógico e dedutivo Concepções prévias Ideias gerais Conhecimentos esparsos, com maior ou menor precisão
Filtro das reflexões pessoais prévias	Por qual aspecto do tema geral estou mais interessado? Com o que simpatizo mais?
Filtro da documentação	Etapa das leituras preliminares (obras de síntese, enciclopédias, dicionários especializados, obra de historiografia, uma ou duas páginas da internet) Reconhecimento geral do *corpus* de fontes (se for o caso) Refinamento, eliminação das intuições, concepções e ideias iniciais Ideias mais precisas
Filtro da reflexão bem informada	Formulação de indagações preliminares e operacionais Início de construção de um objeto de estudo que seja ao mesmo tempo um problema por resolver
Reflexão organizada e fundamentada	Determinação de orientações concretas de pesquisa
	Formulação de um título sugestivo

Até aí, porém, as informações que conseguiu e as notas que tomou não foram sistematicamente organizadas num texto coerente. Embora muito mais organizada do que no começo e, sobretudo, fundamentada num conjunto de informações verificadas, sua reflexão ainda não deu lugar a uma configuração definitiva. Esta é elaborada por intermédio de um **raciocínio organizado e bem informado**. Esse raciocínio é a maneira mais fecunda de reorganizar todos os elementos informativos e reflexivos que o pesquisador tem em mente, isso em função de um objetivo: esclarecer, explicitar e justificar o assunto de pesquisa.

Evidentemente, cada pesquisador tem uma maneira bem específica de fazer esse raciocínio. De maneira implícita ou explícita, porém, vários pesquisadores seguem aquilo que se convencionou

chamar de **raciocínio por contraste**. Esse modo de agir consiste em definir e situar um assunto, ou seja, um problema, em relação àquilo que outros pesquisadores fizeram e em relação aos avanços dos conhecimentos num campo de estudos. Quatro perguntas estruturam então o raciocínio:

– Qual é o tema inicial? Quais problemas ele sugere?

– Qual é a contribuição dos outros pesquisadores no que se refere ao estudo desse tema? (Quais problemas específicos já foram abordados ou estudados até agora?)

– Como é possível fazer que os conhecimentos avancem em relação a esse tema? (Quais são os novos problemas por definir, as novas questões por abordar?)

– Que razões justificam o interesse e a importância de minha contribuição? (Qual é o interesse do problema que estou pensando em estudar?)

É essa trajetória intelectual que descrevemos nos parágrafos seguintes. Ela se organiza em quatro etapas (ver o quadro abaixo).

Determinar um título preliminar

O título possibilita especificar um subtema dentro de um tema mais vasto. Por reformulações sucessivas, ele se torna indicativo de um **assunto delimitado e bem construído**.

ETAPA FINAL QUE LEVA À DEFINIÇÃO DE UM ASSUNTO DE PESQUISA

Formulação de um título sugestivo (já indicativo de um assunto)

Esclarecimentos sobre o campo de pesquisa, a área de estudo, o debate historiográfico, metodológico e teórico no qual se situa o tema de partida ou que é por ele apresentado

Determinação de certo número de problemas de estudos suscitados pelo tema inicial

Destaque da contribuição dos outros pesquisadores para o estudo do tema inicial

Estado em que se encontra a questão

Explicitação de uma indagação personalizada, bem informada e unificada

Configuração de uma perspectiva de abordagem do tema inicial

Definição e justificação de um assunto de pesquisa, que se apresenta na forma:

Problema por resolver

O título constitui **o problema e a indagação articulados numa frase esclarecedora**. Um título marca uma etapa no processo de definição do assunto de pesquisa. Reflete as fases de assimilação e aprofundamento de um problema ou de uma questão por parte do pesquisador. O título pode transformar-se várias vezes enquanto a reflexão do pesquisador se define. Mas, em todos os casos, ele é o fio condutor de uma intenção, de um projeto em devir. O título deve funcionar como um farol na noite. Essa é a razão pela qual, ao se iniciar a etapa de definição de um assunto de pesquisa, é preferível utilizar um título longo cujas palavras sugiram imediatamente as intenções do projeto. Se for o caso, esse título preliminar será encurtado à medida que o pesquisador for assimilando e dominando seu projeto. Bem no fim da pesquisa, o título poderá assumir, se necessário, uma forma mais sofisticada, abstrata, imaginativa. Vejamos exemplos de títulos:

– "Práticas de subsistência e consumo de mercadorias oriundas da produção capitalista no meio rural quebequense em meados do século XIX";
– "Importância respectiva da produção própria e da compra de bens manufaturados na vida cotidiana dos lares rurais do Quebec, em meados do século XIX";
– "Habitante e mercado: um estudo das práticas de consumo no meio rural quebequense em meados do século XIX",
– "O ciclo de reprodução material do habitante do Quebec em meados do século XIX";
– "Fim do mito do habitante recluso e autárquico: uma imagem dinâmica do espaço rural quebequense em meados do século XIX".

Definir o estágio de avanço dos conhecimentos a respeito do tema inicial

Trata-se de estabelecer a contribuição que os pesquisadores deram ao estudo de um tema: principais questões abordadas; principais problemas levantados; pistas abertas; caminhos que falta explorar etc.

Na verdade, é importante **especificar o campo de pesquisa** no qual o pesquisador se situa e informar o leitor sobre os avanços ocorridos nos trabalhos nesse campo, insistindo nos pontos fortes e nas lacunas dos estudos existentes. Nesse momento, o pesquisador prepara o terreno para distinguir sua pesquisa dos trabalhos dos outros pesquisadores que atuem nesse campo.

A frase abaixo é indicativa da intenção:

> Até agora, os pesquisadores abordaram esse tema de estudo deste ou daquele modo. Levantaram os problemas abaixo, interessaram-se especialmente por tais questões. Utilizaram esta e aquela metodologia, recorreram a esta e àquela problemática, privilegiaram este e aquele aspecto etc.

Especificar a maneira de interrogar o tema inicial: descobrir o assunto gradualmente

O pesquisador explicita aí as indagações relativas a seu tema inicial. Essas indagações definem sua própria perspectiva de abordagem do tema: permitem-lhe num primeiro momento descobrir um assunto de pesquisa. Esse assunto se apresenta na forma de um **problema por resolver**. Indo mais longe, a indagação possibilita delimitar e definir melhor o assunto de pesquisa. O objetivo é dar destaque à **especificidade** ou mesmo à **originalidade** do projeto em vista.

A frase abaixo ajuda a perceber o sentido de nossas palavras:

> Parece-me que, interrogando assim o tema inicial, eu chegaria a depreender uma maneira nova ou pelo menos diferente de circunscrevê-lo. Chegaria a descobrir o seguinte assunto: [ ]

Justificar a pertinência das indagações relativas ao tema inicial e o interesse despertado pelo assunto escolhido

Agora o pesquisador deve explicitar as razões que o levam a interrogar seu tema da maneira como escolheu, **e não de outra maneira**. Também deve justificar o interesse despertado pelo assunto escolhido. Por exemplo:

Justifico essa indagação à luz de reflexões pessoais prévias bem precisas, de informações inéditas sobre novos conceitos operacionais, de uma metodologia particularmente profícua etc. O assunto que circunscrevi depois dessa série de indagações chama muito a atenção porque, até agora, ninguém se interessou por ele, ninguém abordou o tema sob essa perspectiva teórica, empírica etc.

Por meio dessas operações intelectuais, o pesquisador circunscreve um assunto de pesquisa que nada tem a ver com a atitude hesitante do improvisador. Faz escolhas justificadas e operacionais cujo fundamento compreende. Todas as condições estão reunidas para que ele passe à **formulação esclarecida do problema**. Esta parte do raciocínio organizado e bem informado ao qual ele acaba de se dedicar, mas vai muito além, ao explicitar outros elementos que orientam decisivamente o prosseguimento da pesquisa. A introdução é, por excelência, o lugar da configuração da formulação do problema. É o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 12
COMO ELABORAR UMA ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Antes de começar uma pesquisa, é primordial munir-se de uma estratégia de pesquisa. Isso pode parecer um truísmo. Mas quantos estudantes apressados se põem em ação sem saber o que estão procurando, sem saber como encontrar o que querem, sem ter ideia dos problemas que deverão enfrentar e sem saber por que se dirigem para um campo em especial? Estes imitam o corredor amador que, confiando que já tem a vitória, só dá um giro preliminar pela pista, para observar os obstáculos do percurso, sem se exercitar para enfrentar os efeitos do vento nem estabelecer um ponto de referência fictício para marcar o lugar onde deverá dar a arrancada final. Quem apostaria na vitória desse corredor?

A elaboração de uma estratégia de pesquisa é o conjunto das escolhas operacionais que orientam decisivamente o prosseguimento de uma pesquisa e a fazem progredir para um objetivo prioritário. O elemento fundamental dessa estratégia de pesquisa é a formulação do problema. Trata-se de um exercício de apresentação esclarecida e justificada de um projeto que consagra o domínio que o pesquisador tem de seu esforço intelectual. Num trabalho de pesquisa, em geral é na introdução que se expõe a formulação do problema.

Este capítulo tem o objetivo de elucidar a importância da estratégia de pesquisa e da formulação do problema na realização de um trabalho de pesquisa. Nosso texto se divide em duas partes: breve apresentação do que é estratégia de pesquisa e formulação

do problema (seção 1); descrição dos componentes que habitualmente entram na elaboração de uma estratégia de pesquisa (seção 2). Nosso objetivo é ilustrado com um exemplo (seção 3).

1. ESTRATÉGIA DE PESQUISA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA: O QUE DIZER?

A elaboração de uma estratégia de pesquisa é uma das etapas principais da realização de um trabalho de pesquisa. Esta permite que o autor domine seu projeto. Permite que o processo de pesquisa transponha as etapas finais de realização. É o momento em que o pesquisador esclarece suas ambições, formula com clareza a questão que lhe interessa, determina seus objetivos principais e secundários, compara seu assunto com os avanços dos trabalhos nesse campo, fixa os limites que atribui a seu projeto, procede às definições conceituais de uso, delimita o espaço aceitável de sua argumentação e indica as precauções que devem ser tomadas para julgar suas conclusões.

A formulação do problema, por um lado, é uma argumentação esclarecida durante a qual o pesquisador transforma um objeto de estudo numa questão que deve ser resolvida, e explica e legitima seu projeto em relação a outros projetos realizados ou possíveis. Por outro lado, é uma argumentação bem informada que possibilita ao pesquisador definir e justificar seu modo de abordar seu problema intelectual (problemática), de anunciar uma resposta prevista e parcialmente intuitiva para a sua questão inicial (hipótese) e descrever o conjunto dos meios que pretende pôr em ação para responder à sua indagação, verificar sua hipótese e construir sua demonstração (metodologia).

2. ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A elaboração de uma estratégia de pesquisa é um exercício intelectual que exige do pesquisador grande coerência na configuração de seu texto. Ela costuma se estruturar em torno de oito componentes principais: problema bem circunscrito; projeto de estudo delimitado em relação aos trabalhos existentes; objetivo

de pesquisa preciso; indagação fecunda, esclarecedora e estimulante; hipótese operacional; metodologia; avaliação lúcida dos limites do estudo; anúncio das etapas do plano de demonstração.

Esclareceremos cada um desses componentes. Para facilitar a assimilação das indicações dadas, convém utilizar um exemplo. Como a configuração final da estratégia de pesquisa e da formulação do problema costuma ocorrer no início de um trabalho de pesquisa, na introdução, para apoiar nossas palavras usaremos a introdução do livro de Louise Dechêne intitulado *Habitants et marchands de Montréal au XVIIe siècle* (Montréal: Boréal, 1988 [1974], 532 p., il., col. Boréal compact, n. 5). Esse texto é reproduzido no fim deste capítulo.

Um problema bem circunscrito

Elaborar uma estratégia de pesquisa é, acima de tudo, definir o ponto de partida de todo o esforço intelectual. Na prática, o pesquisador deve expor a indagação geral que o motiva. Também deve definir o problema intelectual que o inspira. Elaborar uma estratégia de pesquisa é, em primeiro lugar, mostrar como um assunto de pesquisa é também um problema por resolver; também é explicitar o campo do debate científico em relação ao qual se quer situar sua pesquisa empírica. Esta então aparece como um meio de aprofundar, renovar e estimular esse debate.

Por exemplo, se o livro de Louise Dechêne tem como assunto os habitantes e comerciantes de Montreal no século XVII, o problema subjacente que interessa à autora, problema teórico cujo alcance ultrapassa em muito o âmbito da cidade de Montreal, é a "formação de uma sociedade colonial oriunda da migração de uma população europeia submetida às influências iniciais conjugadas da tradição e da nova experiência na América". Toda a pesquisa da historiadora, portanto, é marcada por essa dialética contínua entre um objeto de estudo que deve ser perquirido (habitantes e comerciantes de Montreal no século XVII) e um problema intelectual que deve ser aprofundado (adaptação de populações a um novo ambiente limitador e à formação de uma sociedade colonial).

Um projeto delimitado em relação aos trabalhos existentes

Elaborar uma estratégia de pesquisa é tomar consciência daquilo que se está fazendo em relação àquilo que outros pesquisadores já fizeram. Isso supõe certo conhecimento da produção científica sobre um objeto de estudo. Implica também uma consulta em maior ou menor profundidade aos trabalhos de alguns autores. O pesquisador, portanto, aprendeu a conhecer a produção que trata direta ou indiretamente de seu assunto. Ele não só sabe se situar em relação aos textos de outros pesquisadores, como também pode estabelecer a originalidade ou a complementaridade de seu projeto em relação a esses outros pesquisadores. Sabe responder às seguintes perguntas: que fizeram os outros pesquisadores nesse campo? O que posso fazer ou o que é preciso fazer agora? Como meu projeto pode possibilitar o avanço dos conhecimentos ou de um debate? Responder a essas perguntas é justificar o assunto e o projeto perante o leitor.

Na introdução de Louise Dechêne, esse exercício de contextualização e justificação aparece imediatamente depois da definição do problema. É marcado por três elementos-chave:

– "Problema de transição, de adaptação, ao qual a historiografia canadense, que em geral paira muito alto, [...] não deu toda a atenção merecida."

– "Para vincular essa imagem à imagem dos habitantes [...]."

– "[...] é preciso percorrer etapa por etapa [...]."

Um objetivo preciso de pesquisa

Ao elaborar a estratégia de pesquisa, o pesquisador deve enunciar com clareza qual é, acima de todos os objetivos buscados, aquele a que ele dá prioridade, aquele que dá sentido a todos os outros; em suma, o objetivo que todos os outros possibilitam atingir.

O objetivo principal buscado por Louise Dechêne é compreender a sociedade canadense do século XVII como uma realidade móvel e multiforme, aventando-se a hipótese de que essa sociedade se afasta do modelo francês do Antigo Regime.

Indagações profícuas, esclarecedoras e estimulantes

Elaborar uma estratégia de pesquisa é decidir interrogar um objeto de estudo a partir de uma série de indagações. Entendemos com isso um conjunto de perguntas que possuam certa unidade teórica ou empírica ou que encontrem fundamento numa metodologia específica. A elaboração das indagações, que normalmente deve ser feita em estreita relação com o reconhecimento e a crítica das fontes (maneira de saber o que essas fontes revelam efetivamente), determina o ponto de vista de abordagem do assunto. Estabelece a perspectiva na qual o assunto é colocado. Especifica, enfim, os aspectos privilegiados pelo pesquisador, que serão tratados pela enquete. Esse exercício de interrogação corresponde àquilo que habitualmente se chama elaboração de uma problemática.

Na introdução de Louise Dechêne, a interrogação privilegiada baseia-se nas lacunas e insuficiências da historiografia referente à sociedade canadense do século XVII. Sua unidade está no objetivo buscado pela autora, que é reconstituir essa sociedade a partir de um ponto de vista que enfatize o colono, a sociedade local e as injunções do ambiente de acolhida. Sua unidade também está na metodologia exposta pela rede de pesquisadores, em cujo seio Louise Dechêne se move: uma rede que tem em vista explorar o potencial informativo dos documentos seriados; uma rede que também privilegia o estudo dos fenômenos macroscópicos (movimentos populacionais, estratificação social, condições da produção econômica e do comércio, universo das representações mentais).

Uma hipótese operacional

Ao elaborar sua estratégia de pesquisa, o pesquisador propõe uma hipótese para resolver a questão que o preocupa. A hipótese se define simplesmente como a resposta prevista, plausível ou verossímil para a questão de origem. Em sua formulação inicial, no começo do trabalho intelectual, a hipótese dá impulso ao trabalho de pesquisa. Com suas modificações sucessivas, ela sugere pistas e direções ao trabalho de análise. Em sua formulação final, a hi-

pótese é a pedra angular sobre a qual se elabora uma estratégia de demonstração. Quanto mais longo o trabalho, quanto mais aspectos abordados houver na pesquisa, maior o número de hipóteses aventadas. Uma hipótese pode ser afirmada e redundar numa interpretação concludente. Também pode ser exploratória, provisória ou parcial. Em todos os casos, o pesquisador é obrigado a mencioná-la; deve especificar os limites e o espaço de pertinência das respostas propostas. A ideia essencial é que a hipótese nunca deve funcionar como um cabresto que restrinja as possibilidades de descoberta da realidade em toda a sua complexidade e sutileza. Até o fim da pesquisa, ela precisa ser vista como um meio heurístico, nunca como um axioma.

Na introdução de Louise Dechêne, a hipótese aventada é implícita. Consiste em dizer que a sociedade canadense do século XVII se afasta do modelo francês do Antigo Regime, embora certas funções e práticas e certos círculos de influência se assemelhem aos que funcionam na metrópole. A autora também aventa a hipótese de que Montreal constitua um microcosmo da sociedade canadense da época.

Metodologia

Elaborar uma estratégia de pesquisa supõe que o pesquisador sabe prever, reconhecer e resolver os principais obstáculos que podem surgir durante sua pesquisa (obstáculos ligados, por exemplo, à constituição de um *corpus* documental válido e fidedigno, à definição de conceitos e noções, aos limites implícitos de um método de análise). Concretamente, o pesquisador deve poder responder às seguintes perguntas: que meios e estratégia devo utilizar para verificar a hipótese enunciada na origem de minha pesquisa? Qual seria o melhor meio de promover o avanço dos debates nesse campo de pesquisa especificamente? Como evitar os problemas próprios ao estudo de meu assunto? Define então sua metodologia.

Esse exercício de definição metodológica é o aspecto mais desenvolvido na introdução de Louise Dechêne. A autora enfatiza três pontos:

– uma apresentação do trabalho que deve ser feito para reconstituir a sociedade canadense do século XVII do modo desejado, ou seja, em função de seus objetivos de pesquisadora;

– uma justificação da escolha de Montreal como unidade socioeconômica representativa da sociedade canadense do século XVII, unidade suficientemente significativa para dar ensejo a uma análise de ambições mais amplas;

– uma argumentação sobre a natureza das fontes utilizadas, sua riqueza e seus limites.

3. ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE PESQUISA E FORMULAÇÃO DE PROBLEMA: EXEMPLO[1]

Problema intelectual de origem	O problema que serviu de base para este estudo é o problema da formação de uma sociedade colonial oriunda da migração de uma população europeia submetida às influências iniciais conjugadas de tradição e nova experiência na América. Problema de transição, adaptação, ao qual a historiografia canadense, que geralmente paira bem alto, no nível dos projetos imperiais, das rivalidades metropolitanas e das decisões administrativas, não deu toda a atenção merecida
Distanciamento crítico em relação à historiografia existente	Aqueles que estudaram a sociedade do regime francês observaram preferencialmente o século XVIII, curta calmaria entre duas guerras, durante a qual os particularismos coloniais se fixaram aos poucos. No período de gestação anterior, os acontecimentos políticos e militares e as grandes personalidades ocupam todo o espaço, e os colonos quase só aparecem descritos como caçadores nômades, que as autoridades tentam em vão tornar sedentários. Para vincular essa
Superação do corpus de estudos disponíveis e enunciado inicial do projeto	imagem à imagem dos habitantes que, cem anos depois, ocultos atrás de sua propriedade, defendem numa luta corpo a corpo as terras que desbravaram contra o invasor, é preciso seguir etapa por etapa a evolução de uma sociedade, que deixou outros vestígios, além das impressões de um punhado de administradores, memorialistas desatentos ao cotidiano, visitantes em busca de pitoresco, impressões incansavelmente reeditadas, arranjadas ao sabor dos interesses dos autores

1. DECHÊNE, Louise. *Habitants et marchands de Montréal au XVIIe siècle*. Montréal: Boréal, 1988 [1974], col. Boréal compact, n. 5, p. 7-11.

Explicação e justificação da atitude escolhida; etapas principais do projeto

O trabalho deve compreender um estudo da imigração, dos ambientes de origem, seguido pelo estudo das categorias socioprofissionais que emergem no contexto colonial, da escala de rendimentos, dos estilos de vida. Mas, com isso, acaso conheceremos as novas realidades que se ocultam sob os rótulos antigos, os fundamentos dessa estrutura social específica? Pois não basta descrever e, se uma análise mais aprofundada confirmar que, de fato, a sociedade canadense se distingue do modelo francês do Antigo Regime, será preciso explicar. A primeira enquete consiste em pôr a descoberto os processos de produção e troca na colônia, as articulações entre esses dois setores, para chegar a descobrir o verdadeiro lugar ocupado por seus agentes. Ela também levará em conta ligações extraeconômicas, frequentemente derivadas de um modo de produção estranho, e depois integradas na organização local.

Operacionalização do problema intelectual, conversão em objetivo e objeto de estudo

São complexos os circuitos de influência entre a economia, a geografia, o universo mental dos imigrantes, os contextos que lhes são impostos e a resposta coletiva em suas manifestações mais permanentes, e a tarefa não é facilitada pelo desfecho precipitado, próprio ao tempo curto da América. Compreender essa realidade móvel e multiforme é um projeto ambicioso, que eu não poderia realizar em escala da Nova França. Os colonos são pouco numerosos, mas estão dispersos, tanto quanto as fontes que possibilitam estudá-los.

Justificativa

Por essa razão, o trabalho assumiu a forma de monografia sobre a ilha de Montreal. O estudo local será significativo se nesse território encontrarmos as principais características de uma região mais vasta. Montreal, lugar de confluência, atende a essa exigência. O comércio de peles é o primeiro fator de criação desse entreposto interno, mas a agricultura se desenvolve paralelamente em condições bastante semelhantes às do restante da colônia. É um bom ponto de observação para estudar as ligações entre a cidade comercial e o campo. Decerto se trata de uma pequena unidade, mas os cerca de cinco mil habitantes recenseados em 1720 correspondem, apesar de tudo, a um quinto da população canadense. A amostra, portanto, é relativamente grande e, nesse contexto bem circunscrito, é possível coligir uma documentação substancial para estudar em profundidade um problema que o ultrapassa em grande medida.

Explicitação da metodologia

Exercício de crítica das fontes

Afora os recenseamentos irregulares e pouco pródigos em informações, sobretudo no século XVII, não existem informações estatísticas para o conjunto da colônia. Nada sobre os movimentos migratórios e o volume do comércio antes de 1729, nada sobre a ocupação efetiva das terras, sobre o rendimento agrícola, não há cadastros nem tabelas de preço, inventários fiscais ou de captação. A correspondência geral, equivalente dos fundos dos intendentes nas províncias francesas, é muito incompleta durante as primeiras décadas e especialmente escassa no que se refere à vida material. Por outro lado, na ilha de Montreal, território senhorial bem administrado, as fontes quantitativas e outras são bastante numerosas: registros de recrutamentos, vários recenseamentos e listas de cotização, arquivos de bailiados e correspondência dos senhorios. Pude fazer um exame breve dos registros paroquiais, que só tem a pretensão de estabelecer a relação entre comportamentos demográficos parcialmente conhecidos e as bases da subsistência. A amplitude dos movimentos migratórios no século XVII dificulta sua utilização e, como os demógrafos da Universidade de Montreal já vêm fazendo há vários anos a reconstituição de toda a população canadense, teria sido inútil querer precedê-los nesse terreno.

Acima de tudo, foi nas minutas notariais que extraí o material desta obra. Levantando sistematicamente todos os contratos sociais, obrigações, compromissos e inventários dos comerciantes, consegui reconstituir a natureza e a evolução do setor comercial. Do mesmo modo, depois de seriados, os ativos relativos à agricultura, censos, vendas de terras, pagamentos de rendas e inventários dos habitantes lançam novas luzes sobre a vida rural. Foi também nos notários que encontrei testemunhos sobre os grupos e as relações sociais, bem como sobre a organização familiar. Foi preciso manusear milhares de documentos e, às vezes, os resultados não corresponderam às minhas expectativas. No entanto, justaposta a outras fontes, essa massa de documentos contratuais sempre contribui com elementos explicativos.

Delimitação do estudo

Falta explicar os outros limites do estudo. A fronteira cronológica se impõe naturalmente. É a história da implantação de uma organização econômica, da formação de uma sociedade. Ora, no primeiro quartel do século XVIII, o processo termina. Quero dizer com isso que está terminada a fase inicial de adaptação, de transformações rápidas, desde os primórdios hesitantes e anárquicos até a organização das estruturas. Não que a colônia pare então de evoluir, mas o ritmo se normaliza, são adquiridos alguns traços duradouros.

Justificativa dos limites do estudo

Este trabalho não pretende ser um estudo exaustivo dos problemas enfrentados pelo Canadá durante esses três quartos de século. A história política de Montreal está intimamente ligada aos destinos do império francês, mas essa é precisamente uma dimensão que não abordo. Outros o fizeram muito bem antes de mim, e lhes sou reconhecida por me terem fornecido as chaves para compreender a trama dos acontecimentos. Tampouco se encontrarão aqui reflexões sobre os fatores que impediram um crescimento paralelo ao dos assentamentos ingleses. Os motivos estão alhures: na má escolha da localização, na França de Luís XIV, que não é exportadora de homens. Só me importa a vida econômica que existiu, e não a que poderia ter existido, em outros lugares e circunstâncias. Em vista do ponto de observação, mesmo aquela escapa em parte a minhas investigações, pois as principais ligações entre a França e o Canadá param no Quebec. No entanto, acredito que seria preciso começar enxergando claramente as articulações internas, pois numa perspectiva de longo

prazo não são as companhias metropolitanas que contam, e sim a organização local, que engendra uma sociedade nova. Tampouco me pareceu útil voltar aos aspectos gerais das instituições civis, militares e religiosas. Optei pelo que diz respeito mais diretamente à vida das comunidades de Montreal, aflorando o que já é conhecido, privilegiando o que é menos conhecido, como a senhoria, a família e a paróquia.

Esta obra reúne, em suma, várias enquetes que convergem para um mesmo problema. Cada uma foi feita com o máximo rigor possível, mas de todas as perguntas feitas apenas algumas têm resposta concludente. Em outro lugar, avento hipóteses e às vezes apresento uma interpretação, mas nunca dissimulando as fraquezas da demonstração, se for o caso. Não é desse modo que a história vive e serve? Se minhas insuficiências tiverem como resultado incentivar outros pesquisadores a trilhar esses mesmos caminhos, o trabalho terá sido útil.[2]

Uma avaliação lúcida dos limites do estudo

Para elaborar uma estratégia de pesquisa, o pesquisador precisa estar consciente de suas escolhas. Portanto, ele sabe estabelecer, junto ao leitor, os limites que impõe a seu projeto. Isso implica que ele é capaz de discernir lucidamente o alcance efetivo de sua análise e de suas conclusões. Por exemplo, ele sabe dizer que em certas ocasiões sua análise é apenas exploratória, suas conclusões só têm valor hipotético, sua argumentação só tem como objetivo a sugestão.

É nesses três últimos parágrafos de sua introdução que Louise Dechêne adverte o leitor para essa finalidade.

Apresentação das etapas do plano de demonstração

Elaborar uma estratégia de pesquisa pressupõe, finalmente, que o pesquisador tem uma visão lúcida das etapas de seu projeto. Ele pode prever, em linhas gerais, a evolução de seu texto (plano de demonstração e argumentação). Sabe o que é preciso fazer, o que deve documentar e como atingir seus fins. Evidentemente,

2. Os agradecimentos presentes no fim da introdução não foram reproduzidos

pode haver muitas surpresas em seu trabalho de pesquisa: em várias ocasiões, suas escolhas iniciais exigirão ajustes ou mesmo mudanças. Não ter visão global do projeto, porém, é não poder considerá-lo como um todo. É não lhe dar futuro...

Em sua introdução, Louise Dechêne não insiste no plano de demonstração e argumentação que pretende seguir. No entanto, o parágrafo que se inicia com a frase "O trabalho deve compreender..." anuncia rapidamente as etapas gerais de seu plano de trabalho.

A elaboração de uma estratégia de pesquisa e da formulação do problema constitui uma etapa importante da realização de um trabalho de pesquisa. Terminada essa operação, o pesquisador pode passar para outra etapa desse trabalho, qual seja, a constituição definitiva e a análise minuciosa de seu *corpus* documental.

CAPÍTULO 13
COMO EXPOR OS RESULTADOS DE UMA PESQUISA EM FUNÇÃO DE DADO OBJETIVO: PLANO DE TRABALHO

Quer consista num exercício de descrição, quer num exercício de demonstração, o trabalho de pesquisa é um todo organizado. A razão disso é simples: uma vez que ele incita continuamente o leitor a um esforço de compreensão, o pesquisador deve organizar de maneira inteligente e lógica as etapas de seu raciocínio, de sua argumentação e de suas provas. Essa organização é feita em função de um objetivo: estabelecer a procedência da hipótese formulada no começo. Mas também é feita em função de uma finalidade implícita: convencer o leitor.

A melhor maneira de realizar esse trabalho de organização consiste em elaborar um plano. Este é de algum modo um esboço, um meio de verificar *a priori* a coerência de uma estratégia de demonstração. O plano é também a coluna vertebral, a estrutura de sustentação de um texto. Na falta do plano, o texto não passaria de agregado de parágrafos, frases e palavras sem articulação e progressão. Isso implica a importância do plano no avanço da pesquisa.

Este capítulo propõe um método de elaboração de um plano de trabalho. Depois de definir no que consiste esse exercício intelectual (seção 1), faremos algumas recomendações que o pesquisador deverá seguir quando proceder à elaboração do plano (seção 2). Terminaremos nosso texto com o estudo didático de um exemplo (seção 3).

1. ORGANIZAÇÃO LÓGICA DAS IDEIAS: IMPORTÂNCIA DO PLANO

O QUE É PLANO DE TRABALHO

Plano de trabalho é uma etapa capital na realização de um trabalho de pesquisa. É o momento em que **reflexão** e **trabalho documental** se fundem e se organizam numa forma ordenada, progressiva e cumulativa.

A elaboração do plano de trabalho consiste num exercício de articulação do pensamento que pressupõe o domínio e a assimilação do assunto de pesquisa por parte do pesquisador. Consiste também num exercício de organização das ideias, de classificação dos tipos de argumento, de agrupamento dos elementos de informação **em função de um objetivo**. Elaborar um plano é montar uma estratégia, organizar o material disponível em vista de atingir **um** objetivo.

PARA QUE SERVE O PLANO DE TRABALHO?[1]

Ao elaborar um plano de trabalho detalhado, o pesquisador tem em vista dois grandes objetivos:

– Primeiramente, planejar nos mínimos detalhes sua estratégia de demonstração, ou seja:

• organizar logicamente o encadeamento dos diferentes argumentos uns em relação aos outros;

• fazer a demonstração progredir continuamente;

• modular e ponderar o texto, sabendo confrontar os diferentes elementos da argumentação.

1. Deve-se notar que não é inútil elaborar um plano de trabalho mesmo antes do fim do trabalho de documentação. Nesse estágio da pesquisa, o plano deve funcionar como um roteiro, uma bússola, um memorando das grandes orientações e articulações do projeto. Portanto, não deve ser muito restritivo. Pode assumir a forma de um esboço que vai sendo enriquecido continuamente. Depois, à medida que o pesquisador domine seu projeto e assimile sua documentação, o plano se torna um pilar sobre o qual se constrói a obra. De script grosseiro de desenvolvimento, ele se transforma em roteiro detalhado de construção.

– Em segundo lugar, tornar o texto tão coerente quanto possível para o leitor, ou seja:

• evitar repetições e redundâncias;

• evitar a aglomeração e a acumulação de ideias;

• garantir uma progressão cumulativa dos diversos elementos do raciocínio.

Nos dois casos, o plano de trabalho serve para que a pesquisa, a análise e a demonstração evoluam em uma direção precisa. Na prática do trabalho de redação, o plano se mostra muito útil ao pesquisador por três razões principais:

– Por estabelecer uma ordem na sucessão das ideias explicitadas, o plano de trabalho indica ao pesquisador "por onde começar". Assim, reduz a eterna angústia da página em branco.

– Uma vez que são inseridas na lógica de progressão, as ideias não correm o risco de ser esquecidas ou atropeladas por uma argumentação rápida demais ou mal estruturada. A redação fica mais coerente e clara.

– Como o esforço de organização e síntese já foi feito, o perigo de repetir-se diminui consideravelmente. Do mesmo modo, transições e encadeamentos são facilitados, uma vez que já se estabeleceu a relação entre as ideias que se provocam mutuamente.

2. COMO ELABORAR UM PLANO DE TRABALHO DETALHADO?

Três grandes etapas demarcam o trabalho de elaboração de um plano: um trabalho de configuração rudimentar da documentação reunida; um trabalho de poda; uma fase de organização. Vejamos as coisas com mais pormenores.

PRIMEIRA ETAPA: FORMAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Antes de começar a elaboração detalhada do plano de trabalho, o pesquisador já tem em mente certo número de ideias, argumentos, elementos informativos e exemplos que quer mobilizar para atingir um objetivo, que consiste em responder à sua inda-

gação inicial e em demonstrar a correção de seus pontos de vista, tentando, ao máximo, **informar** e **convencer, interessar** e **seduzir** o leitor. Ideias, argumentos, informações e exemplos constituem uma matéria-prima que ele precisa **conformar**.

Durante a primeira etapa do plano de trabalho, o pesquisador reúne, agrupa inteligentemente, ordena e classifica os diversos elementos informativos que entram na estratégia de demonstração. Esse trabalho de formação ainda é rudimentar: trata-se de esboçar a estrutura de um quebra-cabeça. Durante essa etapa, são enunciados os títulos das seções. São mencionadas as ideias principais desenvolvidas em cada uma das seções e subseções. As informações previamente fichadas em papel ou meio eletrônico são classificadas de maneira aproximativa, ou seja, reunidas em torno de uma ideia-força. A documentação é classificada. Por fim, são elaborados as transições e os encadeamentos entre seções e subseções.

Segunda etapa: poda

A segunda etapa consiste em manter na estruturação detalhada do plano apenas as ideias julgadas essenciais à realização do objetivo central do trabalho. **Esse objetivo deve determinar a unidade do texto desenvolvido.** O pesquisador, portanto, nunca deve hesitar em retirar uma ideia, um argumento, uma informação ou um exemplo que constitua digressão em relação à unidade global de seu texto. Um dos princípios fundamentais do exercício da redação é a **coerência** do texto.

Terceira etapa: organização

A terceira etapa consiste em integrar ideias, argumentos, informações, exemplos e dados de todos os tipos **num raciocínio lógico, progressivo e cumulativo**. Trata-se, em suma, de construir um texto a partir de elementos esparsos que não têm unidade imanente. **Essa unidade deve ser construída.** O plano de trabalho desempenha papel determinante nessa operação de construção.

A organização de fatos, ideias e argumentos obedece a certas regras de uso. Embora não sejam universais nem formais, essas regras desempenham função crucial no equilíbrio do texto.

Assim, fica claro que é oportuno proceder à organização de fatos, ideias e argumentos de tal modo que estes se valorizem mutuamente. Esse modo de agir implica que o pesquisador já detectou os trechos cruciais de sua argumentação e orienta seu texto no sentido de realçá-los constantemente.

Em geral, a ideia que o pesquisador quer desenvolver é formulada no início. Ela constitui o cabeçalho do parágrafo, da seção ou do capítulo. Essa ideia pode respaldar-se em argumentos de ordem lógica. O propósito então é essencialmente teórico; a argumentação se constrói sobre si mesma. Essa ideia também pode respaldar-se em argumentos de ordem empírica. A finalidade então se baseia essencialmente no exame de fatos. O pesquisador, evidentemente, pode construir seu texto recorrendo aos dois tipos de argumento de maneira simultânea. Em geral, os exemplos que ele utiliza para apoiar suas palavras seguem o enunciado da ideia e o alinhamento dos argumentos.

A ideia principal precede a ideia ou as ideias secundárias. É o foco em torno do qual gravitam as propostas complementares. Estas têm como efeito respaldar, explicitar e reforçar a ideia principal. Em geral, o argumento principal precede o argumento ou os argumentos secundários. Por fim, o exemplo mais convincente e consistente aparece em primeiro lugar. No entanto, uma vez que o leitor se lembra com mais facilidade daquilo que chamou sua atenção em último lugar e costuma reagir mais a isso, alguns pesquisadores às vezes guardam para o fim de seu texto a explicitação de seu argumento mais forte, curioso, original ou paradoxal. Tudo depende da **estratégia de sedução** preferida pelo pesquisador. Esta pode ser construída em torno de uma provocação contínua do leitor, em torno de um raciocínio implacável e soberbamente lógico, em torno de uma argumentação constantemente respaldada em fatos etc.

Seja como for, é preciso ter em mente um princípio essencial. O valor das ideias decorre não só de sua pertinência, mas tam-

bém de sua organização. Uma ideia cuja base argumentativa seja pobre reduz consideravelmente a força e o alcance do texto desenvolvido pelo pesquisador.

3. EXEMPLO DE PLANO DE TRABALHO

Nas páginas seguintes, propomos ao leitor um exemplo de plano de trabalho detalhado. Esse plano é seguido pelo texto que ele serviu para construir.

Para facilitar a assimilação do método descrito neste capítulo, estabelecemos à margem do plano os elementos centrais da estratégia de redação adotada pelo pesquisador: estruturação e progressão da argumentação; designação e situação das ideias principais em relação às ideias secundárias e das propostas principais em relação às propostas complementares; recurso a diferentes categorias de argumentos etc.

Esse exemplo, evidentemente, não poderia assemelhar-se a um modelo universal. No entanto, permitirá apreender o modo de construção de um plano de trabalho e sua utilidade. Também permitirá ver a relação estreita que existe entre o plano e a configuração definitiva do texto.

Muito estruturado na construção e facilmente decomponível, o texto usado como exemplo foi redigido há cerca de vinte anos.[2]

2. LÉTOURNEAU, Jocelyn. L'itinéraire d'un débat: affirmation, apogée et déclin du concept de mode de production [Itinerário de um debate: afirmação, apogeu e declínio do conceito de modo de produção]. *Revue canadienne des études africaines/Canadian Journal of African Studies*, vol. 19, n. 1, p. 141-7, 1985.

PLANO DE TRABALHO

Título do texto	**Itinerário de um debate: afirmação, apogeu e declínio do conceito de modo de produção**[3]
	Introdução
Identificação de um problema inicial	Atualmente se constata um questionamento do conceito de produção como instrumento de apreensão da organização econômica e social das sociedades africanas. Por quê?
Objetivo do texto	Trazer à luz as razões extracientíficas do declínio da problemática dos modos de produção; fazer o histórico das condições de afirmação, apogeu e declínio dessa problemática
Hipóteses	Uma das razões que explicam o declínio do conceito de modo de produção consiste na descoberta das limitações inerentes a esse conceito sempre que se trate de reconstituir a realidade. Uma segunda razão decorre da utilização audaciosa desse conceito por parte dos pesquisadores. A isso se somam outras razões: evolução da conjuntura político-intelectual na França nos anos 1980; retirada do debate por parte de alguns dos principais teóricos que alimentaram a problemática dos modos de produção; configuração das relações de força que animam o meio acadêmico parisiense e o entusiasmo dos jovens pesquisadores pelo universo tranquilizador do factual
Metodologia	Reconstituir o itinerário de um debate intelectual, detectando seus momentos fortes e suas principais inflexões; situá-lo em relação à dinâmica político-intelectual ampla que determina o ritmo de suas evoluções.

3. Cabe esclarecer, em benefício do leitor mais jovem, que "modo de produção", da década de 1960 e, principalmente, na de 1970, foi um dos conceitos centrais a partir dos quais a organização e o desenvolvimento das sociedades humanas foram vistos e representados. Esse conceito foi em grande parte abandonado depois. Em meados dos anos 1980, ou seja, na época da redação do artigo, tornava-se interessante estudar as razões que haviam determinado o apogeu e o declínio do conceito de modo de produção como instrumento de apreensão e análise da evolução histórica das sociedades. Visto que todos os conceitos conhecem altos e baixos no mercado das ideias, a ponto de às vezes serem expulsos do debate acadêmico e social, o mesmo exercício poderia ser feito com outros conceitos que hoje estão na moda e, daqui a algum tempo, provavelmente estarão no limbo da ciência ou da política.

	Enfatizar o modo como o debate se desenrolou na França, pois foi lá que ele mais ocorreu.
Natureza e limitações do texto	Exercício exploratório; conjunto de hipóteses abertas; percepção modelada pela posição que ocupava na década de 1970: a de jovem pesquisador secundariamente interessado pela África, consumidor de ideias novas, para quem a antropologia econômica representou um movimento intelectual estimulante, em vista das problemáticas que desenvolveu.
Título de seção	**1. Década de 1960: redescoberta do conceito de modo de produção**
1ª ideia principal	1.1 A conjuntura intelectual predominante na França no fim da década de 1950 é propícia à ampliação das indagações sobre o problema da transição para o capitalismo das sociedades pré-capitalistas
Argumentos de ordem demonstrativa	– impacto do processo de destalinização; – acesso das colônias à posição de Estados independentes; – publicação de um texto fundamental de Claude Meillassoux.
2ª ideia principal	1.2 Durante a década de 1960, a reflexão sobre as sociedades pré-capitalistas é principalmente orientada em três direções:
Argumentos de ordem demonstrativa	– Centro de Estudos e Pesquisas Marxistas (CERM) e debate sobre o modo de produção asiático; – impacto dos trabalhos de Claude Meillassoux; – surgimento de novos expoentes no campo da antropologia econômica marxista (Georges Dupré e Pierre-Philippe Rey, Catherine Coquery-Vidrovitch, Emmanuel Terray, Samir Amin)
3ª ideia principal	1.3 O fim da década de 1960 é marcado por um contexto político-intelectual favorável à difusão das problemáticas teóricas e dos principais conceitos da antropologia econômica marxista:
Argumentos de ordem demonstrativa	– um saber que atende às aspirações dos jovens; – a existência de diversos movimentos sociais unidos por um denominador comum: questionamento do "idealismo científico burguês" e do imperialismo.
Avaliação parcial	O desenvolvimento da antropologia econômica marxista é parte integrante da existência de um movimento político-intelectual mais amplo.
Título de seção	**2. Década de 1970: apogeu dos estudos sobre o modo de produção**
1ª ideia principal	2.1 O início da década é marcado pela efervescência dos debates teóricos. A reflexão dos pesquisadores está principalmente centrada em certo número de conceitos: modos de produção, articulação dos modos de produção, exploração, relação de dependência e autoridade, classes sociais, Estado, reprodução social. A antropologia econômica marxista desempenha papel preponderante na produção de conceitos normativos a partir dos quais é apreendida a realidade das sociedades africanas.
2ª ideia principal	2.2 Condições extracientíficas que possibilitam a difusão dos principais conceitos da antropologia econômica marxista:
Argumentos de ordem demonstrativa	– influência internacional de seus principais porta-vozes; – respostas às expectativas e interrogações dos jovens pesquisadores; – conceitos e problemática de seu tempo: pensar a transformação e reconstruir o mundo.
3ª ideia principal	2.3 Impacto dos trabalhos da antropologia econômica marxista no mundo científico:
Exemplos de ordem ilustrativa	– Grã-Bretanha; – Canadá; – Estados Unidos.
4ª ideia principal	2.4 Evolução da antropologia econômica marxista na segunda metade da década de 1970.
Argumentos de ordem demonstrativa	– efeitos da crise geral do marxismo e questionamento dos paradigmas althusserianos; – desafios lançados pelas pesquisas empíricas; – retorno a um debate formal entre universidades.
Avaliação parcial	A década de 1970 constitui o apogeu do debate sobre os modos de produção da maneira como ele foi conduzido principalmente pela antropologia econômica marxista. No entanto, já existem certas condições que levam esse debate a perder parte da vitalidade e da intensidade
Título de seção	**3. Declínio da problemática dos modos de produção**
1ª ideia principal	3.1 Crise da antropologia econômica marxista e declínio da problemática dos modos de produção: causas extracientíficas:
Argumentos de ordem demonstrativa	– deterioração da conjuntura político-intelectual; – afastamento de alguns teóricos importantes; – relações de força no meio acadêmico; – redescoberta do universo tranquilizador do factual e do empirismo
2ª ideia principal	3.2 Perda do fôlego do debate científico:

Argumentos de ordem demonstrativa

– banalização e empobrecimento dos principais conceitos da antropologia econômica marxista.
– tendência à interpretação dedutiva e à tipologia.

Avaliação parcial

Não evoluindo por si mesmo e não sendo conduzido por um movimento social mais amplo, o debate sobre os modos de produção perde o fôlego e deixa de representar estímulo intelectual para muitos pesquisadores

Conclusão:
O debate sobre o conceito de modo de produção pode renascer?
– Sintetizar e retomar em outras palavras as avaliações das diversas seções
– Para renascerem, os estudos baseados no conceito de modo de produção deverão ser conduzidos por um novo movimento intelectual. O conhecimento progride por ser alimentado por problemáticas e hipóteses produzidas por pesquisadores estimulados por um contexto social carreador de transformações e novidades

Texto definitivo
Itinerário de um debate: afirmação, apogeu e declínio do conceito de modo de produção

Definição de um problema inicial

[Durante os últimos anos, a crítica feita aos estudos sobre o modo de produção foi mais frequente e incondicional. Recentemente, essa crítica chegou a mostrar tendência a exprimir-se por meio de generalizações provocadoras. Várias razões explicam o desinteresse atual dos pesquisadores pela problemática dos modos de produção.]

Hipótese

[A descoberta das limitações inerentes ao conceito de modo de produção para a reconstituição da complexidade do movimento histórico e da organização social certamente é a razão mais imediata e mais evidente. Mas não é a única. E talvez nem seja a mais importante. São outras razões que eu gostaria de pôr em foco nas páginas que seguem.]

Objetivo do texto e metodologia adotada

[O objetivo buscado neste artigo é reconstituir o itinerário sinuoso de um debate apaixonante e apaixonado e apreender a dinâmica político-intelectual ampla que determinou o ritmo de suas evoluções. Este texto, outrossim, se interessa pelo debate desenrolado na França. Não que as discussões sobre o conceito de modo de produção tenham deixado de existir fora do Hexágono. Numerosas publicações provam o contrário. Mas é que essas discussões geralmente foram mais fragmentadas, é mais difícil delimitá-las, mais complicado apreendê-las como um todo uno. Daí a impossibilidade de examiná-las aqui.] [Finalmente, este texto é, acima de tudo, um exercício exploratório. Apresenta um conjunto de hipóteses bastante abertas, que uma pesquisa mais aprofundada possibilitaria modular e refinar, talvez refutar em alguns casos. Minha percepção do debate sobre o conceito de modo de produção sofreu forte influência da posição que eu ocupava na segunda metade da década de 1970: a de jovem pesquisador secundariamente interessado pela África, consumidor de ideias novas, para quem a antropologia econômica representou um movimento intelectual muito motivador em virtude das problemáticas que desenvolveu.]

Natureza e limites do estudo

1. Década de 1960: redescoberta do conceito de modo de produção

1ª ideia principal

[No fim da década de 1950, a conjuntura político-intelectual predominante na França é muito propícia à ampliação das indagações sobre o problema geral da transição para o capitalismo e sobre o problema mais específico da natureza peculiar das sociedades pré-capitalistas.] [É no início da década de 1960 que o impacto criado pelo processo de destalinização começa a se fazer realmente sentir nos meios intelectuais ligados ao Partido Comunista Francês (PCF)]

1º argumento

2º argumento

[Durante esse mesmo período, o acesso gradual das colônias à posição de Estados independentes desperta grande interesse em todos os estratos da sociedade francesa, em termos da dinâmica econômica e política original de sociedades antes analisadas pelo prisma do exotismo, do tradicionalismo ou do atraso relativo.] [Por fim, exatamente em 1960 são publicados os *Cahiers d'études africaines*, breve texto de Claude Meillassoux, pesquisador com carreira intelectual não inteiramente acadêmica, ao mesmo tempo influenciado pelo materialismo histórico e pelos trabalhos da escola substantivista americana, que desejava desvencilhar-se do quadro restritivo que ainda então marcava a reflexão de vários autores de inspiração marxista o evolucionismo histórico]

3º argumento

2ª ideia principal

[Durante a década de 1960, a reflexão sobre as sociedades pré capitalistas africanas envereda por três direções diferentes.] [A primeira, alimentada por alguns pesquisadores muito próximos do PCF e ativos no Centro de Estudos e Pesquisas Marxistas (CERM), gira em torno de um debate essencialmente teórico: verificar a utilidade do conceito de "modo de produção asiático" para apreender a realidade das sociedades pré-capitalistas, africanas no caso; confrontar esse conceito com a situação dos conhecimentos sobre as sociedades não mercantis; estender, por meio do conceito de modo de produção, o materialismo histórico a um campo de estudos até então explorado principalmente pelo funcionalismo, pelo estruturalismo e pelas grandes correntes da antropologia econômica anglo-saxônica: o formalismo e o substantivismo. Esse debate, do qual participaram vários historiadores do Leste Europeu, ganha um vigor indiscutível até 1966-1967 aproximadamente. Incapaz de renovar-se por meio de estudos de campo e mergulhada frequentemente em generalidades estéreis, a reflexão sobre o "modo de produção asiático" entra logo depois em claro declínio, pelo menos na produção antropológica francesa]

1º ponto de desenvolvimento

2º ponto de desenvolvimento

[A partir de meados da década de 1960, os trabalhos de Claude Meillassoux começam a exercer considerável influência na antropologia econômica. Trata-se da segunda direção na qual envereda, na França, a reflexão sobre as sociedades pré-capitalistas. Com Meillassoux, a pesquisa sobre essas sociedades ganha novo impulso. Na linha da sociologia do desenvolvimento dinâmico desenvolvida por Georges Balandier e Pierre Mercier, inspirado pelos textos de Karl Marx, o projeto de Meillassoux é ambicioso. Consiste em construir um modelo socioeconômico das comunidades autossubsistentes, em elaborar uma teoria do desenvolvimento econômico aplicável aos países subdesenvolvidos e em criar um método de pesquisa baseado num conjunto de problemáticas, e não na especialização disciplinar. A importância de Claude Meillassoux na antropologia econômica francesa é medida pela própria ambição desse projeto de pesquisa: desbravar um terreno novo à luz de problemáticas originais; desenvolver novas perspectivas em termos de pesquisa; ligar prática profissional e prática política. Embora contestados em alguns pontos, para vários jovens antropólogos franceses os trabalhos de Meillassoux constituirão uma base muito pertinente para um esforço de estudo das sociedades pré-capitalistas.]

3º ponto de desenvolvimento

[De fato, estimulados pelos trabalhos teóricos desse pioneiro, desejosos de aprofundar e verificar suas hipóteses em estudos de campo e profundamente influenciados pela leitura althusseriana das obras de Marx, certo número de jovens pesquisadores dá início ao projeto considerável de construir novos conceitos normativos para estudar as sociedades pré-capitalistas africanas. É essa a terceira direção pela qual envereda na França a reflexão sobre as sociedades pré-capitalistas africanas durante a década de 1960.] [Foi depois de sua permanência no Congo que Georges Dupré e Pierre-Philippe Rey desenvolveram os conceitos de "modo de produção de linhagem" e o de "articulação dos modos de produção".] [Foi no mesmo período, mais precisamente em 1969, que Catherine Coquery-Vidrovitch, decepcionada com a incapacidade que o conceito de modo de produção asiático demonstrava para apreender bem a realidade específica das sociedades africanas, apresentou um novo conceito normativo, o de "modo de produção africano".] [Também em 1969, depois de um período de permanência na Costa do Marfim, Emmanuel Terray, muito influenciado por Louis Althusser, propõe um quadro geral de releitura materialista das chamadas sociedades primitivas. Essa releitura tem como fulcro os conceitos de modo de produção e de formação social.] [Por fim, mais ou menos na mesma época, Samir Amin, influenciado pela escola dependentista latino-americana, integra duas das principais problemáticas que se afirmam nos meios intelectuais progressistas: a dos modos de produção e a do desenvolvimento desigual e dependente.]

1º exemplo

2º exemplo

3º exemplo

4º exemplo

3ª ideia principal

[O fim da década de 1960 encerra-se na França com uma conjuntura político-intelectual favorável à difusão das problemáticas teóricas e dos principais conceitos da antropologia econômica marxista; isso por duas razões principais.] [Por um lado, porque os pesquisadores vinculados a essa corrente se recusam a fechar-se numa atitude empirista. Sua ambição, ao contrário, é abrir pistas, lançar questões, construir novos conceitos e renovar o debate. Está claro que seu projeto é produzir um novo saber. Ora, no contexto político-social do fim da década de 1960 na França, esse saber renovado e reinventado corresponde às aspirações intelectuais de numerosos jovens pesquisadores. Para estes, os conceitos e problemáticas da antropologia econômica marxista são sedutores por oferecerem novos caminhos, ampliarem os horizontes de pesquisa e darem respostas; não só no que se refere às sociedades pré-capitalistas africanas, aliás, mas também no que diz respeito ao movimento histórico de longo prazo do capitalismo.] [A antropologia econômica marxista, por outro lado, está em voga no fim da década de 1960 por não ser apenas uma corrente de pensamento ao qual se vincula certo número de pesquisadores. Tornou-se um movimento intelectual (portanto, em certos aspectos também, uma moda intelectual) que opera e atua ao mesmo tempo no campo acadêmico e no campo sociopolítico.]

1º argumento

2º argumento

Avaliação parcial

[No fim da década de 1960, a antropologia econômica marxista assemelha-se muito a uma arma de contestação ao "idealismo burguês" e ao imperialismo.]

2. Década de 1970: apogeu dos estudos sobre o modo de produção

1ª ideia principal

[No início da década de 1970, a antropologia econômica marxista afirma-se cada vez mais na produção de conceitos normativos graças aos quais é iniciado o estudo das formações sociais africanas. Enquanto, até então, a reflexão se baseara em pesquisas de campo ainda recentes, o debate que se inicia por volta de 1972-1973 tende cada vez mais a mergulhar na teoria circular e na dialética dos conceitos.] [Realmente são os conceitos, especialmente os de modo de produção e de articulação dos modos de produção, que em muitos casos constituem o ponto de partida e o ponto de chegada das análises.] [O sistema conceitual descoberto por Marx (por acaso Althusser não o lembrou numa famosa Nota!) "abre nada mais nada menos que o continente história ao conhecimento científico".] [É o período no qual os antropólogos marxistas se ocupam em extrair consequências teóricas de seus textos anteriores.] [Para caracterizar as relações de dependência e autoridade que se manifestam nas sociedades que estuda, Pierre-Philippe Rey chega assim ao conceito de "exploração".] [Por sua vez, Claude Meillassoux produz um conjunto de textos nos quais se esforça por esquematizar o modo de funcionamento das sociedades de autossubsistência.] [Por fim, Emmanuel Terray indaga sobre o processo de emergência do Estado nas sociedades pré-capitalistas e sobre a natureza das classes sociais que nelas se reproduzem.]

1º argumento

2º argumento

3º argumento

1º exemplo

2º exemplo

3º exemplo

2ª ideia principal

1º argumento

2º argumento

3º argumento

1ª ideia-força do texto

[Em meados da década de 1970, a antropologia econômica marxista aumenta consideravelmente em termos de público, influência e credibilidade internacionais.] [Vários de seus principais porta-vozes são convidados pelas universidades estrangeiras. Outros trabalham em comissões de publicação de periódicos influentes, são responsáveis por coleções de obras ou publicam regularmente nas páginas do jornal *Le Monde*. Por fim, vários deles têm obras traduzidas para o inglês. Esses são indicadores, retomando uma expressão de Pierre Bourdieu, "de cabedal de poder e prestígio científico".] [Há mais, porém. Para numerosos jovens pesquisadores (que só indiretamente se interessam pela antropologia e pela África), Rey, Terray e Meillassoux encarnam a novidade e a mudança, o questionamento e a crítica minuciosa. Parece formar-se uma espécie de aliança simbólica, se não política, entre, por um lado, as problemáticas da antropologia econômica, seus autores, o sistema conceitual no qual se apoiam e, por outro, o questionamento de uma ordem político-institucional existente (que então se tinha o hábito de chamar "burguesa").] [Ademais, as obras de Guy Leclerc e Jean Copans, empenhados em estabelecer os elos que unem a antropologia aplicada e a dominação imperialista, acentuam ainda mais o impacto dos trabalhos da antropologia econômica marxista que, como se sabe, se situam decididamente na perspectiva de uma denúncia da ordem neocolonial.] [Em meados da década de 1970, o campo de estudo e as reflexões gerais da antropologia econômica já não são apenas a África, as sociedades pré-capitalistas e a crítica à etnologia funcionalista e estruturalista. São de outro tipo: elaboração de problemáticas universais, produção de uma nova ciência social e construção de uma sociedade diferente, especialmente nos países do Terceiro Mundo. Nesse contexto geral, que extrapola em grande parte o aspecto simplesmente metodológico e científico dos conceitos, tendem a afirmar-se os estudos sobre o modo de produção.]

3ª ideia principal

1º exemplo ilustrativo

2º exemplo

3º exemplo

[O impacto científico dos trabalhos da antropologia econômica marxista e de suas principais problemáticas é sentido inicialmente] na [Grã-Bretanha, graças ao público propiciado por vários periódicos (*Economy and Society*, *The Journal of Peasant Studies*, *The Journal of Contemporary Asia*, *New Left Review*, *Critique of Anthropology*) e também aos ensaios muito divulgados (e contestados) de Barry Hindess e Paul Q. Hirst.] [No Canadá, os trabalhos da antropologia econômica marxista são amplamente citados. Com as obras de Maurice Godelier, as de Rey, Terray, Meillassoux e Copans (para citar apenas os autores mais conhecidos) aparecem sistematicamente nas bibliografias de cursos.] [Nos Estados Unidos, as problemáticas da antropologia econômica marxista penetram mais lentamente nos meios de pesquisa. O formalismo e o substantivismo continuam amplamente dominantes como correntes teóricas e metodológicas. Apesar disso, vários pesquisadores influentes – Marshall Sahlins, Eric Wolf e Sigmund Diamond, por exemplo – dão grande atenção aos trabalhos produzidos por essa corrente. Os textos de Kathleen Gough, na linha de Jean Copans, têm a vantagem de levar o debate a um nível que perturba, o nível político. Por fim, o lançamento de três periódicos dedicados à divulgação do marxismo (*Dialectical Anthropology*, *The Insurgent Sociologist*, *Ufahamu*) tem o efeito de catalisar numerosos esforços isolados e de reavivar, nos Estados Unidos, o debate sobre os modos de produção e a dependência econômica do Terceiro Mundo.]

4ª ideia principal

1º argumento

2º argumento

3º argumento

[Até o fim da década de 1970,] [os estudos sobre o modo de produção continuam com o mesmo impulso, mesmo começando a sofrer com a crise geral do marxismo ou, para sermos mais precisos, com a crise dos paradigmas althusserianos.] [Gradualmente, esses estudos tendem a regenerar-se com novos trabalhos de campo. O debate já não é apenas teórico, mas se alimenta de um número considerável de pesquisas empíricas. Essa situação influi enormemente no interesse despertado pela problemática dos modos de produção da maneira como ela fora desenvolvida até então. Isso porque essas pesquisas empíricas provocam em muitos casos o questionamento de hipóteses, conclusões e formulações apressadas às quais tinham chegado, na primeira metade da década de 1970, os pioneiros da antropologia econômica marxista na África. A longo prazo, essas pesquisas empíricas demonstram a inadequação dos conceitos normativos e a ambiguidade dos métodos desenvolvidos pela antropologia econômica marxista. Com o tempo, essas pesquisas também têm o efeito de subtrair a problemática dos modos de produção a seus paradigmas althusserianos.] [Paradoxalmente, em vez de contribuir para reavivar o debate sobre os modos de produção, as numerosíssimas pesquisas empíricas do fim da década de 1970 tendem a fazê-lo patinar numa infinidade de nuanças, casos específicos e sutilezas de gênero que não dão ensejo a nenhum novo esforço de teorização. Estão lançadas as condições para que os conceitos desenvolvidos pela antropologia econômica marxista sejam utilizados para designar realidades extremamente diversas, para que seu conteúdo não evolua mais, para que eles percam a capacidade analítica e se assemelhem a simples instrumentos de classificação. Também existem razões para que um debate intenso e apaixonado volte a ser apenas um debate formal entre acadêmicos e, assim, perca toda a sua vitalidade.]

3. Declínio da problemática dos modos de produção

2ª ideia-força do texto

[No início da década de 1980, a antropologia econômica marxista está em crise. A reflexão teórica de seus pensadores mais brilhantes parece esgotada. A que atribuir essa crise e essa perda de fôlego? Vários fatores entram em jogo. Quatro saltam aos olhos:

1) deterioração, a partir de meados da década de 1970, da conjuntura político-intelectual que favoreceu o surto e a rápida difusão da problemática dos modos de produção em certos meios;

2) desaparecimento e afastamento de alguns dos mais brilhantes pensadores da corrente althusseriana (sabe-se até que ponto a reflexão

sobre os modos de produção foi alimentada pela leitura althusseriana das obras de Marx);
3) configuração das relações de força no meio acadêmico parisiense e dificuldade dos principais expoentes da antropologia econômica marxista para posicionar-se bem na pesquisa institucionalizada francesa;
4) fuga geral dos pesquisadores, especialmente dos mais jovens, para o universo tranquilizador e seguro do factual (reificação e fetichização do empirismo).]

1ª ideia principal

Argumentos

[De fato, o questionamento dos estudos sobre o modo de produção em meados da década de 1980 não está ligado apenas à pertinência teórica e metodológica do conceito.] [Também tem origem no surgimento de uma conjuntura política na qual predominam as correntes conservadoras e utilitaristas, na crise de um modo historicamente datado de construir o saber (primazia do saber teórico sobre o saber empírico) e na dificuldade que os antropólogos marxistas têm para impor seu sistema normativo de pensamento (ou sua hegemonia conceitual) aos estudos e às problemáticas empíricas enunciadas e desenvolvidas pelos jovens pesquisadores em ascensão.] [O conceito de modo de produção e as problemáticas dele decorrentes certamente conquistaram público nos meios universitários por terem estimulado e enriquecido enormemente a reflexão sobre as sociedades pré-capitalistas. Mas também foram beneficiados por sua divulgação bastante ampla em certos meios ligados à pesquisa por terem sido associados a um amplo movimento intelectual que, em seu discurso e suas práticas, encarnava a crítica e o desejo de transformação.]

Explicitação dos argumentos 1ª ideia

2ª ideia

[Ora, em meados da década de 1980, esse discurso e essas práticas são menos aceitos. Não sendo renovado, não sendo remodelado por sucessores desejosos de reconstruir teoricamente a problemática dos modos de produção, o debate iniciado e mantido durante algum tempo pela antropologia econômica marxista diluiu-se, fragmentando-se sob o fogo cerrado da crítica empirista e fechando-se na circularidade das redes universitárias.] [O conceito de modo de produção e as problemáticas dele decorrentes hoje em dia atraem pouco porque só servem para alimentar um conjunto de pesquisas bem conduzidas, impecáveis no plano metodológico e presas às singularidades das situações. Mas de debate teórico, renovação de conceitos, produção de novo saber, não há praticamente mais vestígio.]

3ª ideia

2ª ideia principal

[Evidentemente, embora expliquem em parte o desinteresse dos pesquisadores pelos estudos sobre o modo de produção, a conjuntura político-intelectual predominante atualmente na França[4] e a submissão das problemáticas da antropologia econômica marxista aos paradigmas do empirismo e do ecletismo não poderiam constituir os únicos fatores.] [A razão principal e mais imediata deve ser buscada naquilo que Georges Dupré e Emmanuel Terray chamam de redução, empobrecimento e banalização da problemática dos modos de produção.] [Ao longo da década de 1970, vários trabalhos que utilizaram essa problemática foram realizados inicialmente num discurso dedutivo, ou seja, na explicitação de conclusões já contidas numa série de axiomas colocados *a priori*. De tal modo que o principal problema confrontado por vários pesquisadores consistira em reconstituir um modo de produção para depois inseri-lo numa tipologia precisa. O interesse desse exercício terminou assim que se perceberam as limitações dessa atitude, seu caráter duvidoso do ponto de vista metodológico e seu impacto politicamente insignificante.]

1º argumento

2º argumento

4. O debate sobre o conceito de modo de produção pode renascer?

Retomada das ideias-força do texto

[Apesar de certas inovações interessantes, o estado do debate sobre o conceito de modo de produção dá a impressão de ter estagnado, uma vez que só evolui pouco em seu aspecto teórico. Como movimento intelectual, o que foi a antropologia econômica marxista durante a década de 1970 provavelmente atingiu o limite. E, no âmbito traçado por esse movimento intelectual, é provável que o conceito de modo de produção também tenha atingido o seu.] [Para renascerem, para voltarem a ser tão estimulantes quanto foram durante a década de 1970, os estudos sobre o modo de produção não deverão apenas assumir a forma de análises cerradas. Faz já dez anos que eles seguem esse caminho nos países anglo-saxônicos, e nem por isso a problemática dos modos de produção é considerada, por muitos, inútil e superada. Para renascerem, os estudos sobre o modo de produção deverão ser conduzidos por um novo movimento intelectual.] [Ainda que a apreensão das sociedades por meio de sistemas conceituais sempre se tenha mostrado insuficiente e incompleta, os estudos empíricos, por sua vez, só raramente redundaram na renovação dos modos de percepção social, ou seja, num renascimento das imagens com as quais as sociedades são representadas.] [De fato, o conhecimento progride porque se alimenta de problemáticas e hipóteses produzidas por pesquisadores inspirados por um contexto social portador de mudança e novidade. As análises empíricas, como tais, provocam poucos debates importantes. Na maioria dos casos, só fazem esvaziar esses debates e criar condições para que novos debates nasçam em outro lugar, alimentados por novos atores e novas situações. A esperança de um renascimento do debate sobre o conceito de modo de produção reside precisamente nesses outros lugares.]

Argumentação aberta

1º argumento

2º argumento

3º argumento

4. O leitor deve lembrar-se de que este texto foi escrito e publicado em 1985.

CAPÍTULO 14
SABER COMUNICAR OS PENSAMENTOS POR ESCRITO

Algumas pessoas acreditam que a qualidade de um trabalho de pesquisa é medida principalmente pela riqueza da argumentação desenvolvida, pela credibilidade dos exemplos apresentados como prova, pela originalidade do texto, pela exaustividade das obras citadas na bibliografia. Em outras palavras, a qualidade de uma pesquisa decorreria sobretudo do "fundo" do texto e da amplitude da documentação consultada.

Na verdade, o que se tem aí é apenas um dos aspectos que determinam a qualidade de um trabalho de pesquisa. Existem outras condições também importantes. A clareza da argumentação desenvolvida, a lógica do raciocínio, a beleza da expressão escrita e a capacidade de manter o interesse do leitor são quatro elementos que exercem influência determinante sobre a qualidade final de um trabalho de pesquisa. O pesquisador mais talentoso corre o risco de ficar a vida toda na sombra se não souber comunicar seus conhecimentos numa forma que chame a atenção dos colegas e seduza a ampla comunidade dos cientistas.

O objetivo deste capítulo é indicar princípios, sugerir certas regras e propor truques que possibilitem transpor com sucesso a delicada fase de realização de um trabalho de pesquisa que consiste na comunicação final dos conhecimentos.

O domínio dessa fase se dá em três planos: organização lógica das ideias expressas, estruturação equilibrada do texto e capacidade de convencer e seduzir o leitor. O capítulo anterior nos permitiu estabelecer a função crucial do plano de trabalho na orga-

nização lógica do raciocínio e da argumentação. Agora insistiremos nas outras duas condições prévias à apresentação de um texto de qualidade.

1. ESTRUTURAR O TEXTO DE MANEIRA EQUILIBRADA

A proliferação dos meios de comunicação eletrônicos não teve como resultado o desaparecimento do texto como suporte fundamental de transmissão do saber e dos conhecimentos, muito pelo contrário. De fato, tanto em classe como nos organismos públicos e nos meios empresariais, a capacidade de certos candidatos para expressar-se bem por escrito, para organizar bem suas ideias e comunicar com clareza e concisão seu pensamento constitui um fator determinante de sucesso e promoção. Evidentemente, a arte da comunicação escrita não se aprende como regra de conjugação e não se ensina como matéria. Trata-se de um modo de expressão que se pode melhorar, refinar e enriquecer com o exercício, respeitando certos princípios básicos, tomando consciência das dificuldades pessoais e lendo muito para adquirir vocabulário e estilo.

Como vimos no capítulo anterior, o plano de trabalho desempenha função crucial na estruturação coerente e equilibrada de um texto. Mas o pesquisador preocupado com a qualidade de sua produção também deve agir em outro plano, menos espetacular e com demasiada frequência considerado secundário, o do domínio dos elementos fundamentais do texto: frase, parágrafo, pontuação e títulos de seções e subseções. Esse aspecto elementar da comunicação escrita, porém, é determinante. Examinemos com mais detalhes.

Frase e parágrafo: no cerne da produção textual

Um texto é, em primeiro lugar, uma sucessão de frases, parágrafos e seções, organizada de modo coerente. De alguma maneira, a pontuação desempenha o papel de policial nessa sucessão: vai ritmando a enunciação, guiando o leitor nos meandros do pensa-

mento do autor, impondo bifurcações, regrando pausas, estabelecendo uma progressão no desenvolvimento da argumentação etc.

Não há receitas miraculosas para redigir um bom texto. No entanto, parece que o respeito a certos princípios elementares possibilita transmitir pensamentos esperando-se um máximo de comunicação entre o autor e o leitor. Vejamos esses princípios.

Uma ideia, uma frase

A frase é **suporte e lugar da enunciação de uma ideia**. Uma ideia complexa pode ser desconstruída em vários segmentos e, assim, possibilitar a escrita de inúmeras frases. Outrossim, várias frases podem cadenciar o desenvolvimento e o aprofundamento de uma mesma ideia principal. Elas então se agrupam na forma de parágrafo.

Desde já é preciso ter em mente um primeiro princípio: é do interesse do pesquisador iniciante só enunciar uma ideia por frase. Para desenvolver e aprofundar essa ideia, é preferível recorrer a várias frases organizadas entre si de modo simples e interligadas por um fio condutor.

Utilidade das construções sintáticas simples

Uma mesma frase pode ser construída de diferentes maneiras. A variedade das construções pode dar ensejo a interessantes criações literárias. Mas essa variedade das construções sintáticas não produz necessariamente maior coerência textual. Ora, nunca se deve esquecer de que um trabalho científico ou um relatório de pesquisa, por obrigar o leitor a um esforço contínuo de compreensão, exige do redator a busca de um nível máximo de coerência e clareza. Por essa razão, a frase simples, composta por um sujeito, um verbo e um complemento, é preferível a qualquer outra construção sintática para expressar uma ideia complexa. Clareza e simplicidade andam de braços dados! O domínio dessa construção sintática elementar, por um lado, e o domínio de um modo de organização coerente dessas frases simples, por outro, podem eventualmente conduzir à experimentação de construções sintáticas mais complexas. Mas nunca seria demais aconselhar o jovem pes-

quisador a não se aventurar em experiências de criação literária antes de dominar os princípios elementares da construção sintática.

Preconizar uma estrutura lógica de redação

Assim como as ideias costumam concatenar-se, cada frase deve normalmente inserir-se numa estrutura lógica de redação Preparada pela frase que a anuncia, cada nova frase deve ensejar outra. Uma frase não anunciada ou não ensejada, portanto uma frase que não se insira numa estrutura lógica e progressiva de redação, produz forte desvio do pensamento, quebra o ritmo da argumentação e faz o leitor se perder.

O exemplo abaixo ilustra o caso de uma estrutura lógica de redação:

> É fácil entender que a motivação para a escolha memorial não consiste em silenciar o passado, mas em extrair desse passado um cabedal sobre o qual se possa construir o futuro, levando em conta a situação que marca a vida dos contemporâneos. Na falta dessa busca de valores positivos, o presente fica inexoravelmente na sombra de um passado que secreta suas memórias funestas. Há memórias que deixam impotentes os herdeiros, memórias que vampirizam o futuro, memórias que vencem o ardor e a ambição dos contemporâneos. Ora, o passado não deve em nenhum caso ser fator de esmagamento ou apagamento do futuro para os descendentes. Ninguém arruma uma casa em função do objeto herdado. Ao contrário, é este que, colocado em seu novo contexto, será reinvestido com um sentido que perpetuará a presença de ontem na construção do amanhã. Ocorre o mesmo quando se herda a casa inteira: se a casa não for reformada, logo se tornará um túmulo para seus moradores. Na falta de renovação, o tempo se apodera da construção e a desintegra. Leva-a para a degradação cumulativa e desesperadora. Reforma não é traição do passado, é atualização do antigo em função dos desafios e das injunções do presente, o que garante perenidade ao envelhecido. É o que está em jogo no agora que deve determinar os usos do antigo. Sem recuperação no presente, é fácil imaginar que o antigo morra para sempre, o que certamente é deplorável. Sem passado, o presente invariavelmente deriva para a ausência. Mas, se recobrir inteiramente o presente, o passado o arrastará para a espiral da repetição viciosa. Ilustres pensadores repetiram *ad nauseam*: existe uma arte de herdar que consiste em atualizar o que é transmitido com o objetivo de conservá-lo. Só com essa condição a herança se torna fator de liberdade.[1]

Da frase ao parágrafo

Parágrafo é a reunião de várias frases mobilizadas e unidas pelo enunciado e pelo desenvolvimento de uma ideia principal. O parágrafo é fundamental na estruturação de um texto porque estabelece ritmo, orientação, coerência e unidade na progressão da argumentação. O parágrafo ideal compreende três partes:

– **tópico frasal**, onde a ideia principal é formulada de modo claro e conciso;

– **corpo ou desenvolvimento**, onde o desenvolvimento da ideia principal progride de maneira lógica e cumulativa e algumas palavras marcadoras (primeiramente, em seguida, finalmente etc.) demarcam essa progressão;

– **conclusão**, que corresponde de alguma maneira a uma avaliação sumária que possibilita recolocar a argumentação em relação à progressão global da discussão e garante a passagem para outro elo da argumentação.

O exemplo abaixo ilustra nossas palavras.

Tópico frasal Formulação da ideia principal Corpo ou desenvolvimento 1ª ideia	[A partir de 1946, o Quebec passa por um período de prosperidade econômica que, em termos de duração e regularidade, não tem comparação com o período que vai de 1900 a 1944. Mas, abordando o assunto de modo tão global, deixamos de cuidar de vários problemas de análise. De fato, se nos ativermos ao estudo das condições materiais de existência dos trabalhadores assalariados, veremos que essa imagem de prosperidade geral deve ser relativizada de várias maneiras] [Entre 1946 e 1959, os salários nominais e a renda

1. LÉTOURNEAU, Jocelyn. Se souvenir d'où l'on s'en va: l'histoire et la mémoire comme reconnaissanse et distance [Lembrar-nos de onde vamos: história e memória como reconhecimento e distância], em *Passer à l'avenir: Histoire, mémoire, identité dans le Québec d'aujourd'hui*. Montréal: Boréal, 2004 [2000]. p. 29.

	pessoal *per capita* aumentam no Quebec. Mas, no fim desse período, ainda é grande a diferença de rendimentos que separa o trabalhador do Quebec do trabalhador de Ontário, em empregos idênticos.]
2ª ideia	[Outrossim, no próprio Quebec, os salários ganhos por trabalhadores do sexo masculino de origem francófona são bem inferiores à média geral dos salários ganhos por trabalhadores de outras origens étnicas.]
3ª ideia	[Em terceiro lugar, no início da década de 1960, a proporção de indivíduos e famílias afetados por insuficiência de renda ainda é elevada na província, especialmente nas regiões afastadas dos grandes centros.]
4ª ideia	[Por fim, a distribuição de renda no Quebec continua muito desigual e discriminatória, em especial para as mulheres, os trabalhadores agrícolas e os operários dos setores leves da indústria quebequense.]
Conclusão do parágrafo Avaliação sumária	**[Em suma, de acordo com os indicadores examinados, a prosperidade que parece ter caracterizado o Quebec na era Duplessis decerto foi vivenciada de maneiras muito diferentes pelas diversas categorias sociais.][2]**

Encadeamento dos parágrafos

A frase dá forma à ideia. O parágrafo é a reunião de várias frases unidas pelo fio condutor de uma ideia principal. Por sua vez, os parágrafos se encadeiam logicamente para formar uma subseção ou, de maneira mais ampla ainda, uma seção. Em geral, na subseção e na seção se situam o enunciado e a demonstração de um **elemento fundamental da hipótese aventada na introdução de um trabalho longo**. O fio condutor de uma reunião de parágrafos que forma uma subseção ou uma seção é, portanto, o elemento hipotético que o autor opta por aprofundar.

Assim como uma frase se insere numa estrutura lógica, progressiva e cumulativa de reflexão, cada parágrafo deve situar-se no momento correto do processo geral de demonstração. Caso contrário, quebra-se o ritmo da argumentação. Ora, um dos objetivos fundamentais que se deve ter em vista no processo de escrita científica é sem dúvida a continuidade do texto. Este deve dar a impressão de "fluir", ou seja, de progredir sem ruptura, falha

2 LÉTOURNEAU, Jocelyn. Accumulation, régulation et sécurité du revenu au Québec au début des années 1960 [Acumulação, regulação e segurança da renda no Quebec em inícios da década de 1960]. 1985, p. 409. Tese de doutorado. Departamento de História, Universidade Laval, Québec.

ou digressão. Pode-se recorrer a diversos truques para dar essa impressão de continuidade. Assim, a primeira ou a última frase de um parágrafo pode servir de ponte com o parágrafo anterior ou o seguinte. Algumas palavras de concatenação ou algumas expressões marcadoras também podem aumentar a impressão de continuidade de um texto. Por exemplo: "Mas não é só isso"; ou também: "Continuando". De fato, as possibilidades são numerosas (ver quadro abaixo). Cabe lembrar apenas que um texto cien

CONCATENAR AS IDEIAS PARA DAR IMPRESSÃO DE CONTINUIDADE AO TEXTO

Palavra de concatenação	Efeito de nexo procurado
e também ainda além disso do mesmo modo da mesma maneira ademais realmente paralelamente	acréscimo às ideias anteriores
mas embora ora apesar de no entanto entretanto contudo ou melhor por outro lado em compensação em contrapartida	contraste ou inflexão em relação às ideias anteriores
em conformidade com por conseguinte daí assim é assim que por essa razão de fato em suma ao todo	convergência ou conclusão

tífico é uma construção em estágios, que não se pode dar saltos na argumentação sem passar por certo estágio, assistindo-se assim ao desmoronamento de toda construção; além disso, cada inflexão importante da argumentação normalmente deve dar ensejo ao início de uma nova subseção ou seção.

Seções e subseções: momentos fortes da demonstração

Um texto equilibrado comporta seções e subseções bem indicadas por títulos. Cada uma dessas seções corresponde a uma parcela do plano de trabalho inicialmente elaborado pelo autor. De alguma maneira, os títulos vêm condensar a ideia principal desenvolvida nos dez ou vinte parágrafos que compõem a seção. Eles também possibilitam que o leitor situe essa reunião de parágrafos em relação aos momentos da demonstração que a precederam e a seguirão. Por fim, constituem referenciais úteis que orientam o encaminhamento da reflexão e da escrita do autor.

Num texto longo, os títulos de seções e subseções são balizas que marcam a progressão de uma demonstração, as encruzilhadas de onde partem as bifurcações fundamentais de um texto, os nós onde ocorrem as passagens de um ponto de argumentação a outro. A escolha das palavras que compõem o título de uma seção ou de uma subseção deve ser extremamente minuciosa. Esse título é indicativo do texto que o segue: expressa e resume sua substância; é seu arquétipo. Postos em sequência, esses títulos e subtítulos constituem a coluna vertebral do texto; assemelham-se a suportes nos quais se inserem músculos (pontos de argumentação) e carne (informações).

Pontuação: pulsação do texto

Sem pontuação adequada, o texto fica ilegível. Não passa de exposição de palavras que perdem a força e o caráter, encostando-se umas nas outras. Não passa de pensamento enunciado sem forma. Não passa de fundo não comunicável, conteúdo não transmissível. A pontuação torna o texto significativo. Confere-lhe per-

EXEMPLO DE PONTUAÇÃO DEFICIENTE

Fevereiro de 1949 cerca de 5.000 trabalhadores desencadeiam uma greve, nas duas cidades mineiras de Asbestos e Thetford Mines situadas, a cerca de 100 quilômetros a sudeste, de Montreal. Na memória coletiva dos quebequenses em boa parte alimentada pela memória dos estudiosos, esse acontecimento é considerado, como o chute inicial de uma verdadeira rebelião das bases da sociedade contra a cúpula. A historiografia e a sociografia, dos anos 1960 e dos anos 1970 em especial a apresentam, ordinariamente como um episódio durante o qual a coletividade quebequense, pôs em jogo e definiu o seu futuro no sentido do progresso, e do abandono de suas figuras tradicionais. De maneira geral a lembrança que se conservou da greve é a lembrança de um movimento unânime da parte dos trabalhadores, e o de uma ação triunfal, da parte da classe operária. Mas que significado essa greve teve para aqueles e aquelas que a fizeram, e, pagaram o seu preço na forma de tantos sofrimentos; em outras palavras por acaso a ideia que se costuma ter da greve do amianto coincide com a dos trabalhadores, que vivenciaram o conflito no seu cotidiano, como um episódio que não é necessariamente a soma precisa dos desafios propostos por uma sociedade em construção.

EXEMPLO DE PONTUAÇÃO APROPRIADA

Fevereiro de 1949: cerca de 5.000 trabalhadores desencadeiam uma greve nas duas cidades mineiras de Asbestos e Thetford Mines, situadas a cerca de 100 quilômetros a sudeste de Montreal. Na memória coletiva dos quebequenses, em boa parte alimentada pela memória dos estudiosos, esse acontecimento é considerado como o chute inicial de uma verdadeira rebelião das bases da sociedade contra a cúpula. A historiografia e a sociografia, dos anos 1960 e dos anos 1970 em especial, a apresentam ordinariamente como um episódio durante o qual a coletividade quebequense pôs em jogo e definiu o seu futuro no sentido do progresso e do abandono de suas figuras tradicionais. De maneira geral, a lembrança que se conservou da greve é a lembrança de um movimento unânime da parte dos trabalhadores e o de uma ação triunfal da parte da classe operária. Mas que significado essa greve teve para aqueles e aquelas que a fizeram e pagaram o seu preço na forma de tantos sofrimentos? Em outras palavras, por acaso a ideia que se costuma ter da greve do amianto coincide com a dos trabalhadores que vivenciaram o conflito no seu cotidiano, como um episódio que não é necessariamente a soma precisa dos desafios propostos por uma sociedade em construção?[3]

3. LÉTOURNEAU, Jocelyn. La grève de l'amiante entre ses mémoires et l'histoire [A greve do amianto entre suas memórias e a história]. *Journal of the Oral History of Canada*, Dalhousie University, Nova Scotia, n.11, p. 8, 1991.

sonalidade. Introduz vida naquilo que poderia ser apenas uma sequência inesgotável de palavras.

Pontuar um texto não significa simplesmente pôr uma vírgula aqui e um ponto acolá. Significa, ao contrário, organizar o texto buscando o máximo de sentido e de efeitos para o leitor. A pontuação é um sistema complexo de sinais cujo efeito é regular o fluxo de palavras, marcar as pausas, introduzir divisões, estabelecer certas relações sintáticas. É tão necessária para a construção da frase quanto as palavras. Por aí se vê sua importância.

Os sinais de pontuação são conhecidos por todos: ponto, ponto e vírgula, dois-pontos, reticências, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula, travessão, colchetes, parênteses e aspas. A principal dificuldade está no uso adequado e oportuno. Mal colocado, um sinal de pontuação falseia o sentido da frase, desnatura uma ideia e quebra a argumentação. Usado judiciosamente, melhora o texto, evidencia uma ideia, reforça ou minimiza uma informação. A pontuação faz o texto falar. Dá ritmo e tom ao discurso, acelera ou desacelera o andamento de uma discussão, estabelece relações entre os diferentes aspectos da argumentação. A pontuação é a pulsação do texto.

Os dois exemplos anteriores ressaltam, por um lado, a ambiguidade e a incoerência de um texto mal pontuado e, por outro, a clareza e o efeito de continuidade desse mesmo texto marcado por uma pontuação adequada.

Mas a redação de um bom texto não decorre exclusivamente do domínio dos princípios elementares da comunicação escrita. É preciso ir ainda mais longe. A próxima seção tem exatamente o objetivo de nos levar até lá.

2. REDIGIR PARA CONVENCER E SEDUZIR

A hora de redigir muitas vezes está associada a um sentimento de angústia no pesquisador. Se este partir de um plano de trabalho, essa angústia desaparecerá em grande parte, pois ele saberá como fazer sua argumentação progredir. Também saberá como realizar as transições em sua demonstração.

De qualquer modo, falta resolver o problema da escrita do texto. Algumas pessoas fazem várias versões na tentativa de melhorar e refinar sucessivamente o texto na forma e no conteúdo. Existe um método mais racional, provavelmente mais rápido também. Consiste em redigir um texto em dois tempos:

– primeiro, redigir para **convencer** o leitor;

– depois, retomar o texto para **seduzir** o leitor, ou seja, para captar continuamente seu interesse.

Nos dois casos, porém, o autor deve buscar um objetivo fundamental: **a clareza**. O quadro abaixo expõe alguns truques para conseguir isso.

Examinemos agora com mais minúcias o método sugerido.

OBJETIVO: CLAREZA

Redigir um texto para ser perfeitamente compreendido pelo leitor é às vezes uma operação mais delicada do que parece; isso porque vivemos numa época em que a comunicação oral ocupa lugar importante. Ora, com muita frequência tendemos a esquecer que língua escrita e língua falada são duas formas de expressão diferentes.

De fato, não podemos escrever como falamos. Na comunicação oral, o gesto, o olhar, a entonação e o contexto do conjunto da comunicação verbal contribuem para o entendimento das palavras do locutor, que tem a possibilidade de verificar imediatamente o efeito do que está falando e reformular aquilo que o interlocutor parece não ter entendido, ao franzir a testa. Na comunicação escrita, o texto é apresentado de forma definitiva; é o único intermediário entre emissor e receptor. Este está sozinho para indagar-se sobre enunciados que, às vezes, carecem de coerência.

Evidentemente, não se pretende dizer que a expressão oral não precisa ser cuidada, mas apenas ressaltar até que ponto a clareza é a principal qualidade de um bom texto. Para atingir essa qualidade, é preciso primeiramente dominar bem o assunto. Isso mostra a importância de cada uma das etapas do trabalho intelectual, que vão da definição do assunto à organização do material coligido na forma de um plano de trabalho coerente. De fato, a escritura não pode, em caso algum, remediar as lacunas das etapas anteriores. É precisamente o sucesso dessas etapas que, em último lugar, possibilita concentrar-se na qualidade da língua, ou seja, respeitar as convenções que a regem.

Essas convenções têm os nomes gramática, ortografia, sintaxe, vocabulário e pontuação. Trata-se de um **código**, complexo, cabe admitir, que possibilita uma comunicação eficaz por meio de um texto. Quanto mais observado o código, mais o pensamento é apreendido por aquilo que ele é; inversamente, quando a forma falseia o sentido, o leitor precisa interpretar ou adivinhar: muitas vezes, não entende a ideia enunciada.

Alguns truques, várias vezes experimentados, ajudam a ter certeza sobre a clareza de um texto:

– Fazer uma série de releituras nas quais é tratado a cada vez **um único aspecto** das convenções linguísticas

– Deixar que a primeira redação decante, para que se crie distância entre o escritor e seu próprio pensamento, e, assim, ele possa se sentir no lugar do leitor que leia o texto pela primeira vez
– Pedir que um colega de confiança leia o texto. Muitas vezes um colega pode perceber incoerências da argumentação, impropriedades de estilo e digressões melhor do que o próprio autor.
– Ler o próprio texto em voz alta. Alguns erros, os de sintaxe principalmente, são mais facilmente detectados pela audição

Redigir para convencer o leitor

A primeira redação é o momento no qual o pesquisador se interessa principalmente pela **qualidade** dos argumentos aos quais recorre, das provas que usa, das informações que expõe. É o momento no qual se preocupa em ser convincente, organizando da maneira mais inteligente possível a sua documentação, o momento em que toma o cuidado de tornar inatacável a parte informativa de seu texto; momento também em que procura organizar reflexões, ideias e documentação em função de uma estratégia de demonstração. Todo esse processo assemelha-se, de alguma maneira, a um roteiro de torneio intelectual com o leitor.

Essa primeira redação não implica necessariamente refinamento formal do texto. No entanto, ao contrário do método das versões sucessivas, implica um trabalho acurado de poda e organização do conteúdo textual.

Redigir para seduzir o leitor

A segunda etapa é o momento em que o pesquisador se interessa principalmente pela **comunicação do pensamento**, no qual equilibra e refina seu texto em função de uma estratégia de sedução intelectual do leitor. É o momento em que o pesquisador se preocupa com a adequação de suas formulações, com a beleza do estilo, com a precisão dos termos, com a articulação funcional das frases, com a progressão lógica do texto, com a concisão e a clareza da escrita. O uso de gramáticas e dicionários especializados é indispensável nesse momento. O quadro da página 300 apresenta alguns conselhos importantes nesse sentido.

Por meio de seu texto, o pesquisador deve dar a impressão de que **domina bem o assunto pela maneira como o formulou**. O ideal consiste, provavelmente, no uso de um estilo firme e seguro

que saiba tirar proveito de nuanças, em apoiar se numa documentação rica e abundante e em manejar o vocabulário especializado de certas disciplinas. O pesquisador também deve dar a impressão de que **sentiu prazer na realização da pesquisa que está tornando pública**. Essa é uma maneira eficaz de granjear a simpatia do leitor.

Em todos os casos, o pesquisador que redige um texto deve guardar na memória algumas indicações que o ajudarão a comunicar melhor seu pensamento e, assim, despertar o interesse do leitor. Vejamos algumas delas:

1. Usar a palavra certa para expressar a ideia certa
2. Usar termos precisos, que não deixem pairar dúvidas sobre seu verdadeiro sentido; se for o caso, definir as noções e os conceitos introduzidos no texto.
3. Utilizar vocabulário simples do qual se tenha segurança, em vez de terminologia elaborada cujas sutilezas semânticas escapem a quem escreve.
4. Variar as formulações sintáticas e estilísticas para evitar repetições desagradáveis e monotonia.
5. Preferir a forma ativa à forma passiva: ela não só torna o texto mais leve, como também facilita a comunicação do pensamento*
6. Evitar a proliferação de adjetivos qualificativos, advérbios e pronomes relativos numa mesma frase: eles a tornam pesada, às vezes provocam confusão e embaralham a sequência textual.
7. Tentar casar, numa dinâmica de valorização e reforço mútuo, argumentação abstrata e argumentação empírica.
8. Situar estrategicamente as palavras na frase com o objetivo de realçar uma ideia, impor um tom, marcar um contraste entre argumentos etc.
9. Não recear eliminar palavras ou segmentos de frase que nada acrescentem à compreensão da ideia expressa. Evitar a verborragia: ela nunca escapa ao especialista!
10. Redigir uma primeira versão do texto antes de dar início ao trabalho de correção.

* No caso da língua portuguesa, é preciso relativizar essa afirmação [N. da T.]

DOMÍNIO DA ARTE DA EXPRESSÃO ESCRITA: CONHECER OS "VERDADEIROS AMIGOS"

Pôr em forma escrita o fruto das próprias pesquisas e reflexões é um verdadeiro prazer quando as palavras deixam de ser inimigas e se tornam cúmplices. Embora a arte de escrever como os melhores escritores não esteja ao alcance de todos, o domínio das técnicas da expressão escrita pode ser adquirido com o exercício regular.

Ter controle sobre as diferentes convenções de uma língua é, em primeiro lugar, aprender a conhecer melhor os instrumentos de trabalho constituídos por **dicionários e gramáticas**. Sem dúvida esses volumes pesados e áridos não costumam ser lidos de cabo a rabo, mas é preciso saber usá-los com eficiência para dominar o exercício da escrita. Existem vários tipos de dicionários e gramáticas. Os que arrolamos abaixo são indispensáveis.

O dicionário de língua

Recomenda-se o uso de um dicionário de língua, como por exemplo o *Aurélio* ou o *Houaiss*, que dão informações sobre os sentidos próprios e figurados das palavras, bem como sobre seu uso corrente na língua. Em sua forma de CD-ROM, os dois contêm quadros de conjugações, alertam para parônimos e homônimos, e o último, além disso, propõe, para a maioria das palavras, toda uma gama de analogias, sinônimos e antônimos. Esses dicionários, disponíveis em papel e CD-ROM, são indispensáveis para encontrar a nuança apropriada, descobrir a palavra que expresse a sutileza das ideias.

Gramática

As gramáticas são manuais nos quais se encontram as regras que regem o emprego dos diferentes tipos de palavra. Nelas estão descritas todas as unidades do enunciado, expressão esta que designa as palavras de acordo com sua natureza: substantivo, verbo, adjetivo, preposição etc.; também são explicadas as regras de concordância de acordo com a função que as palavras desempenham na frase: sujeito, objeto, adjunto etc. Ensina quais palavras nunca variam e como a natureza e a função das outras influenciam a concordância.

Dicionário de dificuldades

O dicionário de dificuldades completa e facilita o uso da gramática. As regras e as palavras com as quais topamos na maioria das vezes estão nele classificadas em ordem alfabética (donde o nome dicionário), o que simplifica a consulta.

Dicionário de anglicismos

Às vezes despertam poucas desconfianças as palavras portuguesas que se assemelham a certas palavras inglesas como duas irmãs, mas sem terem o mesmo sentido. Os dicionários de anglicismos as denunciam e propõem termos corretos para substituí-las, restabelecendo os sentidos dos clichês. É importante consultar uma obra adaptada à realidade norte-americana

Cuidado!

Deve-se notar que a integração de dicionários e gramáticas aos programas de edição de texto presentes no mercado não implica que o autor de um texto possa deixar de fazer uma revisão linguística metódica e sistemática de sua obra. Isso se explica pelo menos de duas maneiras: por um lado, o sentido específico dos textos frequentemente escapa às lógicas ortográficas e gramaticais que orientam os programas de edição de texto, a tal ponto que muitos "erros" são ignorados ou indicados de maneira inadequada pelos programas, mesmo os mais aperfeiçoados. Por outro lado, a experiência mostra que os programas não estão isentos de erros ou esquecimentos. Continua sendo mais válido controlar o trabalho mecânico da máquina..

ANEXO I
COMO APRESENTAR A BIBLIOGRAFIA

O leitor conhece a importância da bibliografia completa e precisa, no mínimo para que ulteriormente se possa localizar a publicação citada por um autor. Infelizmente, o pesquisador muitas vezes se esquece disso ou se mostra negligente. Este anexo propõe um modo de apresentação da bibliografia que inclui referências a documentos jurídicos e eletrônicos, aliando precisão, concisão e praticidade.

Não existe nenhuma forma única e universalmente aceita de apresentar a bibliografia. Na realidade, um número cada vez maior de pesquisadores recorre a sistemas de apresentação abreviada que reduzem consideravelmente a informação bibliográfica ligada a cada menção de um documento. Além de contribuir para criar mais problemas de comunicação científica, essa maneira de agir às vezes aumenta muito o tempo necessário para encontrar as referências nos fichários das grandes bibliotecas ou na internet.

Ao propor um sistema de apresentação lógica da bibliografia, este anexo pretende sensibilizar o pesquisador iniciante para a necessidade de assimilar um código de conduta no âmbito da comunicação científica. O sistema proposto tira proveito das vantagens dos modelos de apresentação existentes. Compreende acréscimos que foram objeto de consenso nos últimos anos. Cabe esclarecer que o sistema sugerido não pretende ser exaustivo; busca prever os casos mais frequentes de indicação bibliográfica que o pesquisador iniciante precisa enfrentar.[1]

1. No livro original, este anexo é adequado às normas e regras de citação bibliográfica utilizadas como padrão no Canadá, país de origem do autor. No

1. LIVROS

O AUTOR[2]

Um autor

LÉTOURNEAU, Jocelyn. *Les années sans guide*: le Canada à l'ère de l'économie migrante. Montréal: Boréal, 1996. 302 p.

Dois autores

BOHANNAN, Paul; BOHANNAN, Laura. *Tiv Economy*. Evanston (Ill.): Northwestern University Press, 1968. 265 p.

Três autores

LORENZI, Jean-Hervé; PASTRÉ, Olivier; TOLÉDANO, Joëlle. *La crise du XXe siécle*. Paris: Economica, 1980. 387 p.

Mais de três autores

SLACK, Nigel et al. *Administração da produção*. São Paulo: Atlas, 2002. 754 p.

entanto, para a edição brasileira optou-se por adaptar, na medida do possível, as regras de apresentação bibliográfica tomando como base as normas exigidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Utilizamos também como fonte o documento *Teses e dissertações da Unicamp*: diretrizes para a normalização do documento impresso e eletrônico, disponível em: <http://www.iar.unicamp.br/posgraduacao/formularios/Manual_Normalizacao_Teses_Dissertacoes_UNICAMP.pdf>, bem como o manual de Décio Vieira Salomon, *Como fazer uma monografia*, 12. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. 426 p. (N. da R.T.)

2. Em algumas das referências bibliográficas citadas como exemplos neste anexo são apresentados aspectos das colações. A colação expõe particularidades externas e físicas da obra: número de páginas, ilustrações, mapas, plantas etc. Como é costume, essas particularidades são indicadas de modo abreviado. Os significados das abreviaturas comumente utilizadas na colação são os seguintes: p. (página), t. (tomo), v. (volume), bibliogr. (bibliografia), tab. (tabela), gráf. (gráfico), col. (coleção), fac-sim. (fac-símile), diagr. (diagrama), il. (ilustração), pr. (prancha), fig. (figura), fasc. (fascículo), grav. (gravura), an. (anexo), apênd. (apêndice), cap. (capítulo), ms. (manuscrito), mss. (manuscritos).

Quando o autor é uma organização[3]

CENTRE DE RECHERCHE DE LITTÉRATURE CANNADIENNE-FRANÇAISE D'OTTAWA. *Le roman canadien-français*: évolution, témoignages, bibliographie. Montréal/Paris, 1971. 458 p.

Quando o autor é um órgão público[4]

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1993. 35 p.

Sem nome de autor

OUTSTANDING Women of Prince Edward Island. Charlottetown: Zanta Club of Charlottetown, 1981. 163 p.

TÍTULO[5]

Um título

LAMONDE, Yvan (Org.). *Combats libéraux au tournant du XXe siècle*. Montréal: Fides, 1992. 285 p.

3. Se o nome provier de unidades da organização (departamento, divisão, agência etc.), é preciso indicar a hierarquização das unidades em questão, por exemplo: GOVERNO do Quebec, Ministério da Mão de obra e da Garantia de Renda, Divisão Geral de Políticas e Programas, Divisão de Políticas de Garantia de Renda. *Guia descritivo dos programas de garantia de renda, janeiro de 1983*. Quebec: Ministère de la Main d'oeuvre et de la Sécurité du revenu, 1983. v. 1. 170 p.

4. Caso haja várias unidades vinculadas aos organismos estatais (departamento, divisão, agência etc.), é recomendável listá-las em ordem correspondente à hierarquia entre elas.

Também se aceita outra maneira de descrever os documentos públicos. A pessoa que redige a dissertação é designada como autor. O órgão público torna-se então editor da obra. Exemplo: MORIN, André. *Dépenses et rémunération dans les administrations publiques*: évolution et importance relative (*Québec, Ontario, Canada, 1969-1979*). Québec: Conseil du trésor, Bureau de la recherche sur la rémunération, 1982. 73 p.

5. Deve-se usar o título que aparece na folha de rosto do livro, e não o da capa, às vezes são um pouco diferentes. O mesmo procedimento será adotado para o nome do autor.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 2000. 93 p.

Um título e um subtítulo[6]

COELHO, Lauro Machado. *Anna, a voz da Rússia*: vida e obra de Anna Akhmátova. São Paulo: Algol, 2008. 500 p.

GARRANTY, John A. *Unemployment in History*: Economic Thought and Public Policy. New York: Harper and Row, 1978. 273 p.

Título bilíngue

JEWSIEWICKI, Bogumil; LÉTOURNEAU, Jocelyn. *Modes de production*: les défis africains/ *Mode of Production*: the Challenge of Africa. Québec: SAFI, 1985. 172 p.

Anais de congressos

4º ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 2008, Salvador. *Anais*... Salvador: UFBA, 2008. 1 CD-ROM.

Catálogo de exposição

Sem autoria determinada:

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. *Museu da Imigração – São Paulo*: catálogo. São Paulo, 1997. 16 p.

Com autoria:

LESSARD, Michel. *Les Livernois, photographes*: catálogo de exposição. Québec: Musée du Québec, 1987. 338 p.

6. Tanto o título quanto o subtítulo devem estar presentes nas referências bibliográficas. No entanto, o título deve estar destacado, ao passo que o subtítulo – colocado após o sinal de pontuação – não. Segundo a ABNT, o título pode vir destacado em negrito, itálico ou sublinhado. O importante é que haja coerência: o mesmo padrão deve ser adotado no texto inteiro. (N. da R.T.)

Participações diversas numa obra

Organização, edição, compilação etc.

PALMER, Robin; PARSONS, Neil (Orgs.). *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1977. 430 p.

Tradução

LÉTOURNEAU, Jocelyn. *A History for the Future*: Rewriting Memory and Identity in Quebec. Tradução de Phyllis Aronoff e Howard Scott. Montreal/Kingston: McGill-Queen's University Press, 2004. 196 p.

Prefácio, introdução, preâmbulo etc.

NOPPEN, Luc; MORISSET, Lucie. *Les églises du Québec*: un patrimoine à inventer. Prefácio de Jocelyn Létourneau. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2004. 434 p.

Particularidades da edição

Nova edição[7]

AGLIETTA, Michel. *Régulation et crises du capitalisme*: l'expérience des États-Unis (1870-1970). Nova ed., revista e ampliada. Paris: Calmann-Lévy, 1982. 334 p.

Reimpressão, mesma editora[8]

LÉTOURNEAU, Jocelyn. *Passer à l'avenir*: histoire, mémoire, identité dans le Québec d'aujourd'hui. 2. ed. Montréal: Boréal, 2004. 194 p.

7. As particularidades das edições não são dados obrigatórios em referências bibliográficas brasileiras. Contudo, podem informar aspectos interessantes sobre a obra em questão. Nesses casos, sugerimos indicá-las. (N. da R.T.)

8. Conforme a ABNT, é recomendável indicar a edição da obra, apenas quando esta for reeditada. A edição deve vir logo após o título, com a palavra edição abreviada (ed.), e separada por pontos finais. (N. da R.T.)

Reimpressão, outra editora

ANDERSON, Perry. *Passages from Antiquity to Feudalism*. London: New Left Books, 1974. Reimpr., London: Verso, 1978. 304 p.

Endereço bibliográfico

Vários locais de edição[9]

BAXANDALL, Michael. *Patterns of Intention*: on the Historical Explanation of Pictures. London/New Haven: Yale University Press, 1985. 148 p.

Duas editoras[10]

JANSON, H. W. *History of Art*: a Survey of the Major Visual Arts from the Dawn of History to the Present Day. Englewood Cliffs: Prentice Hall/New York: Abrams, 1962. 572 p.

MENDES, Gilberto. *Uma odisseia musical*: dos mares do sul à elegância pop/art déco. São Paulo: Edusp/Giordano, 1994. 300 p.

Casos particulares

Dissertação ou tese

ABUD, Jamil. *Dívida externa, estabilização econômica, abertura comercial, ingresso de capitais externos e baixo crescimento econômico*. Tese (Doutorado em Economia) – Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 1996. 380 f.

9. Se o nome do local de edição for ambíguo por haver risco de confusão entre duas cidades, é preferível acrescentar, depois do nome da cidade, o nome do país ou do estado onde ela se encontra. Esse acréscimo é feito com abreviatura e entre parênteses. Exemplos: Cambridge (Mass.); Cambridge (R.-U.). Se o local for pouco conhecido, é melhor esclarecer. Exemplos: Gembloux (Bélg.), Englewood Cliffs (N. J.). Segundo as normas da ABNT, o local de publicação, a referência à edição e o nome da editora devem aparecer como indicados no documento (por exemplo: "5th ed. New York: Schaum Publishing"). Por fim, se o local de edição não estiver designado, indica-se [S.l.], o que quer dizer "sem local".

10. Se a menção à editora não aparecer em nenhum lugar, escreve-se [s.n.].

Resenha[11]

YOUNG, Brian. Resenha da obra de Allan Greer: *Peasant, Lord and Marchant*: Rural Society in Three Quebec Parishes, 1740-1840. Toronto: University of Toronto Press, 1985, *Labour/Le Travail*, n. 20, p. 250-1, autumn 1987.

2. ARTIGOS

Artigo de periódico[12]

LÉTOURNEAU, Jocelyn. Le Québec moderne: um chapitre du grand récit collectif des Québécois. *Revue Française de Science Politique*. Paris, v. 42, n. 05, p. 765-85, oct. 1992.

Volume, número, mês, trimestre

LÉTOURNEAU, Jocelyn. The Unthinkable History of Quebec. *Oral History Review*. Berkeley, v. 17, n. 01, p. 89-115, spring 1989.

Artigo de jornal[13]

LETOURNEAU, Jocelyn. Collectivité québécoise: le temps des espérances lucides. *Le Devoir*. Montréal, 22 juin 2001, p. A7.

11 No Brasil, não existe uma maneira diferenciada de fazer a referência bibliográfica de resenhas. Como geralmente elas têm títulos, segue-se a mesma norma aplicada aos artigos de periódicos. (N. da R.T.)

12 Se no título de um artigo já houver aspas, elas devem ser reproduzidas. Se as aspas aparecerem no começo ou no fim do título, deve-se usar uma aspa dupla e uma simples.

13. A descrição completa de um artigo de jornal costuma mencionar o nome do jornal, seguido do nome da cidade. No entanto, pode-se omitir o nome da cidade se ele for bem conhecido pelos leitores. Se o nome da cidade puder ser confundido com o de outra cidade ou for pouco conhecido, é melhor acrescentar o nome do estado, da província ou do país.

BUTCHER, Pedro. Parábola parece propaganda institucional. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 26 set. 2008. Caderno Ilustrada, p. 8.[14]

Artigo em obra coletiva

LÉTOURNEAU, Jocelyn; RUEL, Jacinthe. Nous-autres les Québécois. Topiques du discours franco-québécois sur Soi et sur l'Autre dans les mémoires déposés devant la Commission sur l'avenir politique et constitutionnel du Québec. In: KHADIYATOULAH, Fall; SIMEONI, Daniel; VIGNAUX, Georges (Orgs.). *Mots, représentations*: enjeux dans les contacts interethniques et interculturels. Ottawa: Presses de l'Université d'Ottawa, 1994. p. 283-307.

Verbete de enciclopédia e dicionário

Sem autoria de verbete:

HIPERTENSÃO. In: STEDMAN dicionário médico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1979, p. 655.

Com autoria de verbete:

JOUBERT, Louis. Épizooties. In: ENCYCLOPAEDIA Universalis, corpus 7. Paris, 1984, p. 68-70.

Capítulo de uma obra

YOYOTTE, Jean. Égypte ancienne. In: DEVAMBEZ, Pierre (Org.). *Histoire de l'art*. Paris: Gallimard, 1961, v. 1. p. 93-381.

14. As datas que aparecem em artigos de periódicos ou jornais devem ser abreviadas, de acordo com a ABNT. Para artigos de jornal devemos usar: dia (em números), seguido da abreviação do mês (três primeiras letras), ponto e o ano. Para artigos de periódicos, devem ser indicados apenas o mês (também abreviado) e o ano da publicação. No entanto, é preciso atentar para que a abreviação dos meses esteja de acordo com a língua do periódico em questão. Se o artigo foi publicado em uma revista de língua inglesa, usamos "Oct. 2000" e não "out. 2000" (como seria no caso de um periódico em língua portuguesa). Além disso, a abreviação dos meses vem com letras minúsculas, com exceção das publicações de língua inglesa e alemã: nesses casos, a primeira letra da abreviação é maiúscula. (N. da R.T.)

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. Portugueses em Santos: história e identidade. In: VALENTE, Heloísa (Org.). *Canção d'além-mar*: o fado e a cidade de Santos. Santos: Realejo, 2008, p. 17-37.

Capítulo de uma obra de mesmo autor[15]

GEERTZ, Clifford. A arte como sistema cultural. In: _____. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. 7. ed. Tradução de Joscelyne Vera Mello. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 142-81.

3. OUTROS DOCUMENTOS

Disco[16]

RAVEL, Maurice. *Daphnis et Chloé*: ballet en un acte (fragments symphoniques, 2ª série). Boston Symphony Orchestra e New England Conservatory Chorus. Regência de Claudio Abbado. Berlin: Deutsche Grammophon. 1CD, 54 min, [s.d.].

Filme[17]

CENTRAL do Brasil. Direção de Walter Salles Junior. Brasil. Produção de Martire de Clermont Tonnere e Arthur Cohn. Intérpretes: Fernanda Montenegro, Marília Pera, Matheus Nachtergaele e outros. Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Salles Junior. Le Studio Canal; Riofilme; MACT productions, 1998. 1 bobina cinematográfica (106 min.), son., color., 35 mm.

15. Quando citamos apenas uma parte da obra de um mesmo autor, usamos um traço produzido com cinco toques, em vez de repetir o nome do autor, na segunda vez que seu nome constar na referência.

16. A descrição compreende os seguintes elementos: compositor/intérprete. Título do disco/CD. Intérpretes. Regência. Cidade de gravação: selo. Descrição física (CD, LP, fita cassete etc.), tempo em minutos e data da gravação. Quando não constar a data, colocar [s.d.], como no exemplo acima.

17. Os créditos compreendem os seguintes elementos: nome do autor, título (com a primeira palavra em caixa-alta), direção, produção, roteiristas, organismos responsáveis pela filmagem, edição e produção do filme, data e descrição material.

Filme em videocassete[18]

LE DÉCLIN de l'empire américain. Produção de Denys Arcand. Montréal: Corporation Image, M&M e Office National du Film, 1986. 1 videocassete.

Programa de televisão

LA SEMAINE verte. Radio Canada, 14 nov. 1976. 1 videocassete.

Mapa extraído de um atlas

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color. 79 cm × 95 cm. Escala: 1:600.000.

Fotografia aérea

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL (Québec/Canadá). *Comunidade Urbana do Quebec*: 1 fotografia aérea. Québec, 1992. Escala 1:50.000.

Mapa digital

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. National Oceanic and Atmospheric Administration. 11199871318.GIF. Itajaí: Univale, 2001. 1 imagem de satélite 560 kb. 1 CD-ROM.

4. DOCUMENTOS DE ARQUIVOS

Documento[19]

ARCHIVES publiques du Canada. Fundo William Lyon Mackenzie King, MG 26J1, v. 20, p. 18601-3. Carta de W. L. M. King a Sydney Fisher, 15 août 1913.

18. A referência deve ser organizada da seguinte maneira: título do filme (com a primeira palavra em caixa-alta), produção/direção, cidade, organismos responsáveis pela filmagem e edição, ano e descrição material.

19. A nota bibliográfica de um documento de arquivo compreende duas grandes categorias de informações: localização e descrição do documento. As informações que devem ser dadas são as seguintes: depósito, título do acervo, cota do acervo, volume, páginas, descrição do documento. Deve-se notar que, na descrição de um documento de arquivo, o título deve ser reproduzido textualmente. Este pode ser posto em itálico ou negrito – dependendo do padrão adotado para o restante do documento, se o documento tiver sido publicado –, ou entre aspas, caso se trate de documento inédito. Quando um título oficioso é dado pelo pesquisador, não deve ser posto em destaque.

Documento reproduzido[20]

ARCHIVES publiques du Canada. Arquivos do Colonial Office, MG 11, microfilme, bobina M-43. Defesa: Drummond & Jordan *vs.* Andrew Cameron, 1780. (Documento originalmente depositado na Grã-Bretanha. Arquivos do Colonial Office, CO 42, v. 57, p. 114-77).

Documento sonoro[21]

ARCHIVES publiques du Canada, Archives nationales du film, de la télévision et de l'enregistrement sonore. Fundo Peter Stursberg, n. de entrada 72-51, n. 130. Entrevista de Howard Green feita por Peter Stursberg, 26 oct. 1971, 3 min.

Mapa manuscrito[22]

HALL, W. M.; DUBERGER, J. B. "Plan of the Fortifications of Quebec with the New Works Proposed". Mapa manuscrito em duas partes: ms., cost., 71 cm × 126 cm, escala 1:2.400, 1 Aug.

20. No caso de trabalharmos com um documento que é uma reprodução do original, localizado em outro arquivo, deve-se citar o documento usado diretamente e, em seguida, colocar entre parênteses a referência relativa ao documento original.

21. A referência inclui a localização do documento (depósito, título do acervo, número de entrada, cota topográfica e número de conservação, se for o caso), a descrição do documento, a data de gravação ou divulgação, o tempo de gravação.

22. A descrição compreende nome do autor, título, descrição do material, escala utilizada e data, seguidos dos dados de localização: local (no caso acima, Archives publiques du Canada), coleção e número do documento, edição ou versão (se cabível), escala, data de execução do mapa, suporte e número de unidades, outras características físicas, dimensões, série (se cabível), localização. Deve-se notar que o título de um mapa manuscrito é apresentado entre aspas. Por fim, a localização e a descrição são invertidas.

1804. Archives Publiques du Canada. Coleção Nacional de Mapas e Plantas, NMC 11082.

Mapa impresso[23]

ARROWSMITH, J. *British North America*. Mapa impresso, col. à mão, 49 cm × 64 cm, escala 1:9.504.000, 15 fev. 1832. Archives publiques du Canada. Coleção Nacional de Mapas e Plantas, 1ª versão, NMC 9799.

Projeto arquitetônico[24]

EWART, J. A. "Factory Building for Steel Equipment Co. Ltd., Pembroke, Ont., 1½' Scale Detail of Entrance Door". Projeto arquitetônico, dimensões de 80 cm × 120 cm, 1913. Archives publiques du Canada. Coleção Nacional de Mapas e Plantas (Acervo Ewart), entrada n. 77803/14, artigo n. 181.

Fotografia retirada de acervo público

LOW, A. P. *Acampamento indígena e canoas*, Lago Mistassini (Quebec), 1884. 1 fotografia, p/b, 16,7 cm × 21,7 cm. Archives publiques du Canada. Coleção Nacional de Fotografias (Acervo da Commission géologique du Canada), entrada n. 1970-88, série B, artigo n. 795, PA-50820.

23. A descrição compreende os seguintes elementos: nome do autor, título, descrição do mapa, edição ou versão, escala, lugar de publicação (quando disponível), nome do editor, data de publicação, suporte e número de unidades, outras características físicas, dimensões, série (se cabível), seguidos de dados de localização, versão e número do documento. Deve-se notar que o título de um mapa impresso é escrito em itálico ou negrito – dependendo do padrão escolhido para títulos no restante do documento. Por fim, quando um mapa tem várias versões, é preciso acrescentar essas informações no fim da descrição.

24. A descrição compreende os seguintes elementos: nome do autor, título, data de publicação, características físicas, incluindo dimensões e séries (se cabível). Em seguida, colocar os dados referentes à localização. Deve-se notar que o título de um projeto que já foi impresso deve vir em negrito ou itálico e o título de um projeto manuscrito deve vir entre aspas. Por fim, quando um projeto tem várias versões, é preciso acrescentar essas informações no fim da descrição

Fotografia retirada de acervo particular

LOMAX, Arthur H. "Skylight", 1934. 1 fotografia, 30,4 cm × 23,5 cm. Coleção particular.

5. DESCRIÇÃO DE OBRAS DE ARTE E OBJETOS

Legendas e referências de reproduções de obra de arte e fotografias[25]

Pintura

Na legenda:

Figura 46. Anselm Kiefer. *Jerusalém*, 1986. Coleção Susan e Lewis Manilow.

Na lista de figuras (referência):

Figura 46. Anselm Kiefer. *Jerusalém*. Acrílico, emulsão, goma-laca e palha sobre tela, 380 cm × 560 cm, 1986 (Coleção Susan e Lewis Manilow, Chicago). Fotografia de divulgação.[26]

25. Segundo as normas prescritas pela ABNT, as legendas de ilustrações (desenhos, gráficos, fotografias e imagens em geral, reproduzidas no corpo do trabalho) devem ser sempre iniciadas pela palavra "Figura", seguida de sua numeração expressa em algarismos arábicos. Segue-se a descrição do que está sendo apresentado pela figura, de maneira breve e clara; depois, cita-se a fonte de onde a imagem foi retirada (no caso de imagens encontradas em arquivos ou em meios eletrônicos) ou então a coleção artística à qual pertence. Quando houver muitas figuras e ilustrações no trabalho, é recomendável que o autor elabore uma Lista de figuras, onde cada figura será apresentada com maior detalhamento, envolvendo informações sobre a técnica, o suporte e as dimensões da obra. Caso não haja necessidade de Lista de figuras ao final do texto, por haver poucas imagens no conjunto do trabalho, colocam-se a técnica e o crédito da reprodução da imagem na própria legenda.

26. Trata-se de uma foto sem autoria especificada, cedida – em geral gratuitamente – pela instituição, pelo artista ou por suas respectivas assessorias de imprensa

Fotografia

Na legenda:

Figura 63. Barbara Kruger. Sem Título. Coleção Alice e Richard Meyers.

Na Lista de figuras (referência):

Figura 63. Barbara Kruger. *Sem Título*, 1983. Fotografia, 180 cm × 120 cm, 1983 (Coleção Alice e Richard Meyers, Stony Brook University, Nova York).

Instalação

Na legenda:

Figura 75. Damien Hirst. *Impossibilidade física da morte na mente de alguém vivo*, 1991 Saatchi Galery, Londres.

Na lista de figuras (referência):

Figura 75. Damien Hirst. *Impossibilidade física da morte na mente de alguém vivo*. Vidro, aço e tubarão em solução de aldeído fórmico, 210 cm × 520 cm × 210 cm, 1991 (Saatchi Gallery, Londres). Fotografia de Carla Delgado.

Obras copiadas de reproduções de outro livro[27]

Na legenda:

Figura 5. Johann Moritz Rugendas. *Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros*, 1835. Coleção particular, SP.

Na lista de Figuras (referência):

Figura 5. Johann Moritz Rugendas. *Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros*, litografia colorida à mão, 35,5 cm × 51,3 cm, 1835 (Coleção particular, São Paulo). Reproduzido de Nelson

27. Nesse caso, cita-se a localização direta da obra na legenda e apenas faz-se a referência completa de sua reprodução em livro na referência, ou seja, na Lista de figuras.

Aguilar (Org.). *Mostra do redescobrimento: negro de corpo e alma*. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos, 2000, p. 240-1. Fotografia de André Ryoki.

Legendas e referências de objetos

Com autoria

Na legenda:

Figura 60. Niccoló Fiorentino. *Reverso da medalha de Giovanna Tornabuoni*, séc. XV. Museo Nazionale Del Bergello, Firenze.

Na Lista de figuras (referência):

Figura 60. Niccoló Fiorentino. *Reverso da medalha de Giovanna Tornabuoni*, bronze, fim do século XV (Museo Nazionale del Bergello, Firenze). Fotografia de divulgação.

Sem autoria

Na legenda:

Figura 2. *Adorno de perna infantil*. Séc. XX. Gouin, Burkina Faso.

Na Lista de figuras (referência):

Figura 2. *Adorno de perna infantil*, latão, 10,5 cm de altura, século XX (Gouin, Burkina Faso). Fotografia de Márcio Santos.

Legenda e referência de monumentos e obras arquitetônicas

Na legenda:

Figura 29. Garcia Redondo. *Teatro João Caetano*, 1890. Acervo do Museu Histórico Bernardino de Campos.

Na Lista de figuras (referência):

Figura 29. Garcia Redondo. *Teatro João Caetano*, Amparo, 1890. Vista frontal. Acervo do Museu Histórico Bernardino de Campos, Amparo, SP. Fotografia de Paulo Garcez Marins.

6. DOCUMENTOS JURÍDICOS[28]

Texto constitucional

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. *Lex*: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995[29].

Texto federal

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514[30].

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos da administração direta e das autarquias do Estado e dá providências correlatas. *Lex*: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-20, 1998.

28. Segundo as regras da ABNT, os documentos jurídicos são citados da seguinte forma: nome do país ou do Estado da Federação de onde parte a mudança ou a redação textual do documento jurídico, seguida da própria denominação do documento e de uma breve descrição de seu conteúdo. Na segunda parte, vêm o documento maior a que pertence (em que referência é encontrado), cidade, volumes, paginação e datação completa. As mesmas normas são mantidas para decisões judiciais como *Habeas Corpus*, por exemplo.

29. Qualquer referência a um texto constitucional deve ser realizada da seguinte forma: nome do país (em caixa-alta), Constituição e sua data, colocada entre parênteses. Em seguida, citam-se a emenda constitucional e a data em que ela foi realizada, bem como a ementa da modificação. Após isso, cita-se o local da legislação onde as alterações foram realizadas (no caso, *Lex*, em itálico), local, volume, paginação e data.

30. Nesse caso se obedece à seguinte ordem: nome do país, em caixa-alta; citação do texto federal e descrição rápida do que ele estabelece, o veículo da publicação do texto (em itálico), cidade da publicação e data completa. Indicação de seção e paginação.

Decisões judiciais

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas-corpus* nº 181.636-1, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dezembro de 1994. *Lex*: Jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-40, mar. 1998.

7. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS[31]

Página da internet

BIBLIOTECA ESTATAL DE BERLIM. Página da Biblioteca Estatal de Berlim, [*On-line*]. Disponível em: <http://www.stabikat.staatsbibliothek-berlin.de>. Acesso em: 12 nov. 2010.

Catálogo de biblioteca

UNIVERSIDADE LIVRE DE BERLIM. Biblioteca. *Opac*: catálogo da biblioteca, [*On line*]. Disponível em: <http://sf4.ub.fu-berlin.de/F>.

CD-ROM[32]

LANDRY, Tristan. Des personnages de conte aux héros qui incarnent les valeurs de la société nationale: les folkloristes et le

31. Elaborada por Tristan Landry, esta seção inspira-se no documento produzido por Rosaire Caron, *Comment citer un document electronique?* [Como citar um documento eletrônico?], Université Laval, Biblioteca, página da Bibliothèque de l'Université Laval, [*On-line*], <http//www.bibl.ulaval.ca/doelec/citedoce.html> Acesso em: 16 nov. 2010. Deve-se notar que o modo de referência a um documento eletrônico segue uma lógica geral aceita: possibilitar que o leitor encontre facilmente a fonte consultada; a colação bibliográfica é o mais eloquente possível; o autor é bem identificado; o título do documento é posto em destaque; o endereço eletrônico é dado por extenso, idealmente em uma linha. Por fim, menciona-se de forma abreviada a data da consulta da página de internet ou do documento eletrônico, se for o caso (uma mensagem, por exemplo).

32. Num documento HTML, se o nome do autor não estiver indicado no endereço eletrônico, pode estar no documento original. É possível visualizar este último pedindo-se ao navegador "Exibir a fonte".

conte 'national' au XIXe siècle. In: *Mémoires historiques d'ici et d'ailleurs: regards croisés*. (Séminaire virtuel en sciences sociales, 2003--2004). Québec: Agence universitaire pour la francophonie/Chaire de recherche du Canada en histoire comparée de la mémoire/ Êcole des hautes études en sciences sociales, 2004, 1 CD-ROM.

Artigo eletrônico [on-line]

LANDRY, Tristan. Lieux de pouvoir et micropolitique de la mémoire: l'exemple de la cathédrale du Christ-Sauveur, Moscou. In: *Politique et Sociétés* [On-line], v. 2, n. 2, 2003, p. 75-101. Disponível em: <http://www.erudit.org/revue/ps/2003/v22/n2/index.html>. Acesso em: 16 nov. 2010.

Endereço eletrônico [CD-ROM]

HERDER, Johann Gottfried (1744-1803). In: *Enciclopedia Microsoft Encarta* 97. Microsoft Corporation, 1996. 1 CD-ROM.

Banco de dados [on-line]

TAXAS de natalidade e de mortalidade. Banco de Dados do Instituto de Estatística do Quebec, [On-line]. Disponível em: <http://www.stat.gouv.qc.ca/publications/referenc/quebec_stat/accueil.htm>. Acesso em: 16 nov. 2010.

Banco de dados [CD-ROM]

DRAPEAU, Marielle; MAILHOT, Richard. *SST Plus* (Folio Bound Views, versão 3.1 a). Farnham, Publications CCH/FM, 1995. 1 CD-ROM, n. 2-175.

Lista eletrônica de discussão

GRUPO de pesquisa de sociologia europeia. Lista mantida pelo Yahoo groups, Canadá. Disponível em: <recherchefolklore@yahoogroups.ca>. Acesso em: 3 mar. 2004.

Boletim eletrônico (*newsletter*)

BALKAN Crisis Report, n. 509. Disponível em: <info@iwpr.net>. Acesso em: 30 jul. 2004.

Mensagem eletrônica (e-mail)

LÉTOURNEAU, Jocelyn. Lançamento de livro [On-line]. Mensagem eletrônica recebida de: <tris_land@yahoo.ca>, em 5 dez. 2004.

Texto de Blogue

LABATE, Bia. Por que defendo a política de redução de danos [On-line]. Disponível na internet em:<http://www.bialabate.org>. Acesso em: 20 out. 2008.

Aplicativo

DIGITAL Publishig. *English*: pour une maîtrise parfaite du vocabulaire. Versão 4 (Windows 95). Disponível em <http://www.digitalpublishing.ubisoft.fr>.

ANEXO II
COMO REMETER A UM DOCUMENTO[1]

Um trabalho de pesquisa costuma conter numerosas notas de rodapé. Algumas têm em vista comentar ou pormenorizar o texto principal: são chamadas de "notas de conteúdo". Outras remetem a publicações que o pesquisador utilizou para construir sua argumentação ou documentar seu texto: trata-se de notas de referência.

Este anexo propõe algumas normas de apresentação das notas de referência. O objetivo é simplicidade e clareza. Por isso, não reproduziremos na íntegra as prescrições do sistema convencional.

Este anexo compreende cinco seções que tratam, respectivamente, da primeira referência a um documento (seção 1), das referências seguintes (seção 2), dos casos particulares de referências bibliográficas (seção 3), das referências a documentos jurídi-

1. As notas de rodapé contêm informações complementares ao texto – detalhamentos, ressalvas, referências a outros autores que tratam do assunto etc. – que interromperiam o fluxo de raciocínio do leitor se inseridas no corpo do texto. O número que indica a nota no corpo do texto deve estar em posição elevada em relação ao resto da linha, em algarismo arábico, em ordem crescente e deve figurar após a pontuação que encerra a citação ou o parágrafo, não devendo estar no meio da frase. As notas de rodapé devem ser redigidas com espaço simples e fonte menor do que a utilizada no corpo do texto. O número da nota deve ser separado do texto da nota por um espaço e, entre as notas, deve haver espaço duplo. Apenas a primeira linha da nota precisa de recuo de parágrafo e as demais devem estar alinhadas à margem esquerda da página.

cos (seção 4) e das referências a documentos eletrônicos (seção 5). Cabe esclarecer que, para a composição das três primeiras seções deste anexo, recorremos amplamente ao *Guide pour la rédaction et la présentation des mémoires et thèses* (org. Jean-Guy Violette, Québec, Universidade Laval, Departamento de História, 1987) e ao opúsculo dos Archives publiques du Canada, *Références aux documents d'archives* (org. Terry Cook, Ottawa, APC, 1983)[2].

1. PRIMEIRA REFERÊNCIA A UM DOCUMENTO

Regras básicas

Pontuação

As partes da referência, em notas de rodapé, costumam ser separadas por vírgula, e não por ponto. Trata-se de convenção internacional.

Primeira referência

Deve ser suficientemente completa, ou seja, conter os elementos essenciais de descrição. Essa maneira de agir está de acordo com o espírito geral que orienta a confecção das notas, seja economia a simplicidade da leitura. Quando uma referência não aparece na bibliografia, deve-se adotar uma descrição mais elaborada.

Elementos essenciais de descrição no caso de...

... livro

HOPKINS, Anthony G. *An Economic History of West Africa*. London: Longman, 1975 [1973].

2. Seguiu-se aqui o padrão da ABNT para notas de rodapé, invertendo nome e sobrenome do autor – deixando o sobrenome em caixa-alta. No entanto, também é recorrente outra forma de apresentar uma referência bibliográfica: o nome do autor seguido do sobrenome, sem inversão ou sinal de pontuação separando os dois elementos. Nos textos acadêmicos, observa-se uma tendência crescente em usar as notas de rodapé para fornecer conteúdos complementares ao texto e não para listar referências bibliográficas. (N. da R. T.)

... livro reeditado[3]

LE GOFF, Jacques. *La civilisation de l'Occident médiéval*. 4e éd. Paris: Arthaud, 1972 [1964].

... reimpressão em outra editora[4]

Anderson, Perry. *Passages from Antiquity to Feudalism*, London, outra editora, Verso, 1978.

... dois autores

HAMELIN, Jean; PROVENCHER, Jean. *Brève histoire du Québec*. Montréal: Boréal Express, 1981.

... organização, edição, compilação

PARR, Jae (Org.). *Childhood and Family in Canadian History*. Toronto: McClelland and Stewart, 1982.

... obra com subtítulo[5]

BARRY, Boubacar. *Le royaume du Waalo*: le Sénégal avant la conquête, pref. de Samir Amin. Paris: Maspero, 1972.

... um livro em vários volumes

HAMELIN, Jean; GAGNON, Nicole. *Histoire du catholicisme québécois*: le XXe siècle. Montréal: Boréal Express, 1984. v. 1 p. 1898-940.

3. As informações referentes à edição devem incluir menção à primeira data de edição da obra. Algumas informações referentes às particularidades da nova edição (revista e corrigida, aumentada etc.) também deveriam aparecer Exemplo: Henry B. Parkes, *Histoire du Mexique*, nova ed. atualizada. Paris: Payot, 1971 [1939].

4. Não é preciso indicar a editora responsável pela edição anterior (no caso, New Left Books, 1974).

5. Pode-se dispensar o subtítulo quando a informação que ele transmite não tem importância para a compreensão da referência (ou das referências seguintes). Se for um título bilíngue, porém, devem ser mencionados os títulos nas duas línguas. Exemplo: Bogumil Jewsiewicki com Jocelyn Létourneau, *Mode of Production*: The Challenge of Africa/*Les modes de production*: les défis africans. Québec: Safi, 1985.

... vários volumes, com diferentes autores

Sophie Body-Gendrot et al., De la Première Guerre mondiale à nos jours, em Philippe Ariès e Georges Duby, orgs., *Histoire de la vie privée*, t. 05. Paris: Seuil, 1987.

... trecho citado[6]

Perry Anderson, *Lineages of the Absolutist State*. Londres: Verso, 1979 [1974], p. 323.

... artigo de periódico

Arthur Clegg, Craftsmen and the Origin of Science, *Science and Society*, t. 43, n. 2, Summer 1979, p. 186-201.

... artigo de jornal

Réal Laberge, Bombardier décroche un contrat à Houston, *Le Soleil*, Québec, 16 sep. 1988, p. B1.

... artigo em obra coletiva

Sharon Stichter, The Formation of a Working Class in Kenya, em Richard Sandbrook e Robin Cohen, orgs., *The Development of an African Working Class: Studies in Class Formation and Action*. Toronto: University of Toronto Press, 1975, p. 21-48.

6. O importante é mencionar o trecho exato que foi usado, ou seja, a página ou as páginas citadas. Se a obra compreender vários volumes, será preciso mencionar o volume ao qual nos referimos. Exemplo: Gertrud Schiller, *Iconography of Christian Art*. Greenwich (Conn.): Graphic Society, 1972, t. 2, p. 101. É possível citar uma seção ou um capítulo de uma obra. Exemplo: Marc Bloch, *La société féodale*. Paris, Albin Michel, 1973 [1939], t. I, 1ª parte, cap. 2. Se quisermos indicar uma referência que comece numa página, sem dizer a página final onde termina, usamos a abreviação "ss." (que quer dizer "e páginas seguintes"). Exemplo: p. 665 ss. Por fim, se quisermos indicar que a informação está distribuída em vários lugares do texto, podemos utilizar o termo latino *passim* (que quer dizer "aqui e acolá"). Exemplo: p. 665-700 *passim*.

... verbete de enciclopédia

Louis Joubert, Épizooties, *Encyclopaedia Universalis*, corpus 7, Paris, 1984, p. 68-70.

... artigo com nova publicação numa coletânea[7]

Jocelyn Létourneau, L'imaginaire historique des jeunes Québécois, em John R. Porter, org., *Recherches actuelles et mémoires collectives*. Québec: CELAT, 1988. p. 103-24.

... resenha

Brian Young, Resenha do livro de Allan Greer: Peasant, Lord and Merchant: Rural Society in Three Quebec Parishes, 1740--1840, *Labour/Le Travail*, n. 20, p. 250-1.

... dissertação ou tese

Jocelyn Létourneau, *Accumulation, régulation et sécurité du revenu au Québec au début des années 1960*, tese de doutorado em História, Departamento de História, Université Laval, Québec, 1985, 902 f.

... anais de congressos[8]

Sem autoria:

Anais do 4º Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – Enecult (27-30 mai. 2008), Salvador, UFBA, 1 CD-ROM.

Com autoria:

Gérald Bernier e Gérard Boismenu, orgs., *Crise économique, transformations politiques et changements idéologiques: actes du colloque de la SQSP* (25-26 mai. 1983).

7. Não é preciso fazer referência à primeira publicação.

8. A menção das datas do congresso é facultativa. Caso se julgue pertinente indicá-las, devem ser postas entre parênteses para mostrar que apenas acrescentam uma informação sobre o congresso.

...catálogo de exposição[9]

Michel Lessard, *Les Livernois, photographes*, catálogo de exposição (18 jun.-3 ago. 1987), Québec, Musée du Québec, 338 p.

... disco

Maurice Ravel, *Daphnis et Chloé: ballet en un acte* (fragments symphoniques, 2e série), Berlin, Deutsche Grammophon, 1 CD, 54 min, [s.d.].

... filme

Walter Salles Junior, *Central do Brasil*, cinema, Brasil, 1998, 1 bobina cinematográfica: 106 min., son., color., 35 mm.

... programa de televisão[10]

La semaine verte, Radio-Canada, 14 nov. 1976, 1 videocassete, 30 min., son., p&b, ¾ pol.

... documento de arquivo[11]

APC, MG26J1, Fundo W. L. M. King, v. 20, p. 18601-3, Carta de King a Fisher, 15 ago. 1913.

... mapa manuscrito[12]

Wm. Hall e John B. Duberger, "Plan of the Fortifications of Quebec with the New Works Proposed", NMC 11082, 1:2.400, 1º ago. 1804, APC, Coleção Nacional de Mapas e Plantas.

9. A menção das datas do catálogo de exposição é facultativa. Caso se julgue pertinente indicá-las, devem ser postas entre parênteses para mostrar que apenas acrescentam uma informação sobre o catálogo.

10. A abreviação "son." refere-se à sonorização do filme, "p&b" a preto e branco, "color." a colorido e "pol." à polegada

11. Uma vez que a referência a um documento de arquivo é feita com detalhes na bibliografia que acompanha todo trabalho de pesquisa, no corpo do texto ela pode ser apresentada abreviadamente. Deve-se ter o cuidado de mencionar as informações indispensáveis sobre a localização e a descrição da peça. No caso presente, APC significa "Archives Publiques du Canada".

12. Nota abreviada de referência apresentada com detalhes na bibliografia.

... mapa impresso

J. H. Colton e A. J. Johnson, Johnson's New Brunswick, Nova Scotia, Newfoundland and Prince Edward Island, [1:3 000 000], *Johnson's New Illustrated... Family Atlas...*, New York, Johnson and Ward, 1862.

... fotografia aérea

Departamento de planejamento territorial, Comunidade urbana do Quebec, fotografia aérea, [1:50 000], n. CUQ92-01, Québec, 1992.

... mapa digital

Estados Unidos da América, National Oceanic and Atmospheric Administration, 11199871318.GIF, Itajaí, 1 imagem de satélite, 560 kb.

... de documento sonoro

APC/ANFTES[13], Fundo Peter Stursberg, entrada n. 7251, n. 130, Entrevista de Howard Green por Peter Stursberg, 26 Oct. 1971, 3 min.

... projeto arquitetônico

J. A. Ewart, "Construção da fábrica de equipamentos de aço Steel Equipment Co. Ltd., Ontário, escala 1½, detalhe da porta de entrada", [1913], 1 projeto: 80 cm × 120 cm, APC, Coleção Nacional de Mapas e Plantas, Acervo Ewart, entrada n. 77803/14, artigo n. 181.

... fotografia

A. P. Low, *Acampamento indígena e canoas*, Lago Mistassini (Quebec), 1884, APC, Coleção Nacional de Fotografias, Acervo da

13. ANFTES significa Archives nationales du film, de la télévision et de l'enregistrement sonore. Trata-se de uma divisão dos Arquivos Públicos do Canadá

Commission Géologique du Canada, entrada n. 1970-88, série B, artigo n. 795, PA-50820.

2. REFERÊNCIAS SEGUINTES

São dadas abreviadamente. O método habitual faz uso de várias abreviações de expressões latinas: *ibid.* (de *ibidem*, no mesmo lugar), *id.* (de *idem*, o mesmo autor), *op. cit.* (de *opere citato*, na obra citada) e *loc. cit.* (de *loco citato*, no lugar citado). Em geral, a abreviação *op. cit.* só é utilizada para referência a um livro. Substitui o título e todas as informações relativas à edição, inclusive os dados bibliográficos. A abreviação *loc. cit.* é reservada para as referências aos artigos (ou equivalentes). Evidentemente, as expressões *op. cit.* e *loc. cit.* só podem ser usadas se, entre a primeira referência e uma referência seguinte, não for citado um livro ou um artigo do mesmo autor. Nesse caso, a referência seguinte deve conter o título do livro ou do artigo. Esse título, porém, será abreviado se for longo. Finalmente, deixa-se de usar as abreviações *op. cit.* e *loc. cit.* sempre que a primeira referência estiver muito distante da referência seguinte, cerca de vinte páginas depois. Repete-se então o título da publicação.

O método que sugerimos simplifica esse sistema por conservar apenas a expressão *ibid.* Esta mantém seu significado convencional de "no mesmo lugar", ou seja, "na mesma obra", "no mesmo artigo" etc. Sempre que puder haver confusão entre títulos, repete-se o título abreviadamente. Se não houver risco de confusão, bastará indicar o nome do autor. Poderá ser suficiente indicar o nome do autor quando só uma publicação sua for mencionada nas notas. No entanto, se a referência seguinte estiver distante da primeira, é necessário repetir o título.

No método habitual e no que propomos, abrevia-se o título da seguinte maneira:

Le Québec, les Québécois: un parcours historique. Montréal: Fides/Québec, Musée de la Civilisation, 2004.

passa a ser

Létourneau, Le Québec, les Québécois.

Jocelyn Létourneau e Sabrina Moisan, Mémoire et récit de l'aventure historique du Québec chez les jeunes Québécois d'héritage canadien-français: coup de sonde, amorce d'analyse des résultats, questionnements, *Canadian Historical Review*, v. 85, n. 2, June 2004, p. 325-56.

passa a ser

Létourneau e Moisan, Mémoire et récit.

Os dois exemplos dados abaixo ilustram ambos os sistemas de referência. O segundo exemplo corresponde à modalidade que recomendamos. É fácil perceber sua simplicidade.

MÉTODO HABITUAL

37. LÉTOURNEAU, Jocelyn. *Passer à l'avenir*: histoire, mémoire, identité dans le Québec d'aujourd'hui. Montréal: Boréal, 2004 [2000]. p. 67.
38. *Ibid.*
39. Jocelyn Létourneau e Sabrina Moisan, Mémoire et récit de l'aventure historique du Québec chez les jeunes Québécois d'héritage canadien-français: coup de sonde, amorce d'analyse des résultats, questionnements, *Canadian Historical Review*, v. 85, n. 2, June 2004, p. 325-56.
40. Létourneau, *op. cit.*, p. 90.
41. *Ibid.*, p. 92.
42. Létourneau e Moisan, *loc. cit.*, p. 342.
43. *Ibid.*, p. 329.
44. LÉTOURNEAU, Jocelyn. *Le Québec, les Québécois*: un parcours historique. Montréal/Québec, Fides/Musée de la Civilisation, 2004. p. 69.
45. Létourneau e Moisan, *loc. cit.*, p. 344.
46. Létourneau, *Passer à l'avenir*, *op. cit.*, p. 119.
47. *Id.*, *Le Québec, les Québécois*, *op. cit.*, p. 50.
48. *Id.*, p. 56.

MÉTODO QUE PROPOMOS

37. LÉTOURNEAU, Jocelyn. *Passer à l'avenir*: histoire, mémoire, identité dans le Québec d'aujourd'hui. Montréal: Boréal, 2004 [2000]. p. 67.
38. *Ibid.*
39. Jocelyn Létourneau e Sabrina Moisan, Mémoire et récit de l'aventure historique du Québec chez les jeunes Québécois d'héritage canadien-français: coup de sonde, amorce d'analyse des résultats, questionnements, *Canadian Historical Review*, v. 85, n. 2, June 2004, p. 325-56.
40. Létourneau, p. 90.
41. *Ibid.*, p. 92.
42. Létourneau e Moisan, p. 342.

43. Ibid., p. 329.
44. LÉTOURNEAU, Jocelyn. *Le Québec, les Québécois*: un parcours historique. Montréal, Fides/Québec, Musée de la Civilisation, 2004. p. 69.
45. Létourneau e Moisan, p. 344.
46. Létourneau, *Passer à l'avenir*, p. 119.
47. Létourneau, *Le Québec, les Québécois*, p. 50.
48. Ibid., p. 56.

O princípio da referência abreviada também se aplica aos documentos de arquivos. A abreviação *ibid.* substitui então todos os elementos comuns de uma referência que apareça imediatamente depois de outra. Exemplos:[14]

1. Archives Publiques du Canada, Archives du Ministère de l'Agriculture, RG 17, v. 1631, dossier 1097 A, carta de John Lowe a Hector Fabre, 14 setembro de 1885.
2. Ibid., Lowe a Henry Jones, 13 de março de 1888. [Indica outra carta do mesmo dossiê e do mesmo volume que não é a carta indicada na referência número 1.]
3. Ibid., 18 de março de 1888. [Indica uma segunda carta de Lowe a Jones extraída do mesmo dossiê e do mesmo volume, diferente da carta indicada na referência número 1.]
4. Ibid. [Indica uma segunda citação extraída da carta de 18 de março de 1888, a que se faz menção na referência número 3.]

3. CASOS PARTICULARES DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência parcial

Quando uma parte dos elementos da referência bibliográfica é dada no texto principal, esses elementos não são repetidos na nota. Essa regra se aplica tanto ao nome do autor quanto ao nome do autor acompanhado pelo título da obra. Por exemplo, se, no texto principal, se fala de Jacques Le Goff ou de Jacques Le Goff e sua obra *La civilisation de l'Occident médiéval*, as notas terão, respectivamente, a seguinte forma:

14. Essa série de referências é extraída de Terry Cook et al., *Références aux documents d'archives*, Ottawa: Archives Publiques du Canada, 1983. p. 20.

1. *La civilisation de l'Occident médiéval*. Paris: Arthaud, 1972 [1964]. p. 600.
2. Paris: Arthaud, 1972 [1964]. p. 600.

Citação indireta

Quando uma referência a uma obra foi extraída de outra obra, é preciso mencionar as duas referências. É o que se chama de citação indireta. Usa-se então a expressão *apud*. Pode-se usar ponto e vírgula para separar as duas partes da referência. Exemplo:

1. MAKEK, J. Le mouvement hussite en Bohême; *apud* Rapp, Francis. *L'Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*. 2e éd. Paris: PUF, 1980 [1971]. p. 292.

Várias referências numa nota

Para evitar o excesso de notas, recomenda-se justapor várias referências numa única nota sempre que elas se remeterem a um mesmo lugar do texto. Pode-se usar ponto e vírgula ou ponto para separar as diversas referências. Exemplos:

1. BLOCH, Marc. *La société féodale*. Paris: Albin Michel, 1973 [1939]. p. 195; LE GOFF, Jacques. *La civilisation de l'Occident médiéval*. Paris: Arthaud, 1972 [1964]. p. 300; DUBY, Georges. *Adolescence de la chrétienté occidentale, 980-1140*. Genève: Skira, 1967. p. 57.
2. Para saber mais sobre esse assunto, verificar: Bloch (1973: p. 195); Le Goff (1972: p. 300) e Duby (1967: p. 57)[15].

15. Esse sistema simplificado de citação é bastante usado, no Brasil, tanto no corpo do texto como em notas de rodapé. Ele contém, entre parênteses, o sobrenome do autor, a data da publicação e, quando se tratar de um trecho específico, também o número da página. (N. da R.T.)

Notas de conteúdo e notas de referência

Algumas notas são ao mesmo tempo de conteúdo e de referência. Nesse caso, a referência será ou não precedida de uma introdução. Podem ser usados os termos "ver" ou "cf." para introduzir rapidamente uma referência. Exemplo:

1. A esse respeito, a argumentação de Barry concorda com a de Bohannan & Bohannan (1968, p. 17). Confira também o artigo de Paul Bohannan, Some Principles of Exchange and Investment among the Tiv, *American Anthropologist*, v. 57, n. 1, Feb. 1955, p. 60-9.

4. REFERÊNCIAS A DOCUMENTOS JURÍDICOS

Lei federal

Lei que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, L. F. 10.098, 19 dez. 2000, c.1, art. 1º[16].

Lei Estadual

Lei do Saneamento Básico. Const. Est. RS, 1989, c. 3, arts. 247-249.

Projeto de lei (em âmbito federal, estadual ou municipal)

Projeto de Lei do Senado 55/2007. Institui o Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão, a ser comemorado no dia 11 de maio, Câmara do Senado (Brasil), art. 1º.

16. A referência é lida da seguinte maneira: *Lei que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida*, e dá outras providências, Lei Federal n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, capítulo1, artigo 1º.

Código

Código Penal Brasileiro, LB. 1940, c. III[17].

Regulamento federal

Regulamento antidumping para o comércio de perus no Canadá, C.R.C., c. 659, art. 1º[18].

Regulamento do Quebec

Regulamento sobre a manutenção da renda, R.Q. 2005, c. S-32.001, r. 1, art. 2º, al. 2[19].

Sentença

Smith c. Gagnon, [1999], C.S.C. nº 464[20].

Sentença em suporte eletrônico

Smith c. Gagnon, [1999], C.S.C. (*Quicklaw*[21]) nº 464.

5. REFERÊNCIAS A DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Para facilitar a assimilação de um método sistemático de referência a documentos eletrônicos, optamos por reproduzir a seguir um texto (fictício) em que há vários usos de tais documentos e com referências em notas de rodapé.

17. A referência é lida da seguinte maneira: *Código Penal Brasileiro*, Leis do Brasil, 1940, capítulo III.

18. A referência é lida da seguinte maneira: *Regulamento antidumping para o comércio de perus no Canadá*, Regulamentos codificados do Canadá, capítulo 659, artigo 1º.

19. A referência é lida da seguinte maneira: *Regulamento sobre a manutenção da renda*, Regulamentos do Quebec 2005, capítulo S-32-001, regulamento 1, artigo 2º, inciso 2º.

20. A referência é lida da seguinte maneira: *Smith contra Gagnon*, 1999, Corte Suprema do Canada, decisão nº 464.

21. Banco de dados.

Ao contrário do que acredita a maioria das pessoas, as tradições nacionais, aquilo que também se chama folclore, às vezes decorrem de invenção pura e simples[22]. O mesmo se pode dizer dos heróis nacionais, personagens concretas frequentemente retrabalhadas em seus atributos, feitos e gestos, para encarnar os valores nacionais que os poderes considerem essencial transmitir aos herdeiros[23]. Mesmo os edifícios alçados ao nível de monumentos coletivos, enquanto estão sendo construídos ou depois, são investidos de "características" nacionais em sua arquitetura formal e na simbólica que lhes é conferida[24]. O fato de a nação em seu conjunto ser uma referência inventada não significa que ela não contribui para estruturar realmente os campos social e político. O mesmo se pode dizer daquilo que se chama memória coletiva. Quantos conflitos atuais se enraízam em reminiscências perenes que os contemporâneos não conseguem superar[25]? Num relatório recente[26], que me foi enviado por via eletrônica[27] e que encaminhei a um colega[28], eram transcritas as palavras de um combatente prestes a matar um prisioneiro, que justificava assim seu gesto num discurso vingativo: "Vou te matar hoje para vingar o assassinato de meu bisavô pelo pai do teu tio-bisavô. Assim, meu filho ficará livre da dor que herdou quando nasceu." Nessas condições, é de perguntar como um dia será possível entrar no futuro. Está demorando para que seja superado aquilo que Johann Herder[29] chamava de nacionalismo étnico, definido como forte pertencimento dos indivíduos a uma comunidade de sangue, espécie de fratria histórica excludente no plano identitário.

22. ANDERSON, Benedi. *L'imaginaire national*: réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme. Paris: La Découverte, 2002; Tristan Landry, Les représentations sociales du folklore à l'heure électronique, *Groupe de recherche sur l'ethnologie européenne*, [on-line], em: <recherchefolklore@yahoogroups.ca>, acesso em: 3 mars 2004.

23. LANDRY, Tristan. Des personnages de conte aux héros qui incarnent les valeurs de la société nationale: les folkloristes et le conte "national" au XIXe siècle, *Mémoires historiques d'ici et d'ailleurs*: regards croisés. (Séminaire virtuel en sciences sociales, 2003-2004), Québec: Agence universitaire pour la francophonie/Chaire de recherche du Canada en histoire comparée de la mémoire/École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2004, 1 CD-ROM.

24. LANDRY, Tristan. Lieu de pouvoir et micropolitique de la mémoire: l'exemple de la cathédrale du Christ-Sauveur, Moscou: *Politique et Sociétés*, v. 2, n. 2, 2003, p. 75-101, [on-line], <http://www.erudit.org/revue/ps/2003/v22/n2/007875ar.html>. Acesso em: 18 nov. 2010.

25. SUNDHAUSSEN, H. *Conflits de mémoire en Serbie*, [lista de discussão], [On-line], 19 Jan. 2002.

26. *Balkan Crisis Report* n. 509, 30 July 2004.

27. Tristan Landry, FWD: *Balkan Crisis Report*, n. 509, 9 mai 2005 [Tristan Landry encaminha a Jocelyn Létourneau esta mensagem eletrônica enviada originalmente por Holm Sundhaussen, em 8 de maio de 2005].

28. Jocelyn Létourneau FWD: *Balkan Crisis Report* n. 509, 9 mai 2005 [Jocelyn Létourneau encaminha a Bogumil Jewsiewicki esta mensagem eletrônica enviada originalmente por Tristan Landry, em 9 de maio de 2005].

29. HERDER, Johann Gottfried (1744-1803), em *Enciclopédia Microsoft Encarta* 97, [CD-ROM], s.l., Microsoft Corporation, 1996.